



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Fábio da Silva Calleia

Mal-estar na civilização do capitalismo tardio:

Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana do mundo
do trabalho

Juiz de Fora

2025

Fábio da Silva Calleia

Mal-estar na civilização do capitalismo tardio: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana do mundo do trabalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito à qualificação.

Área de concentração em “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”.

Orientadora: Profª. Drª. Alexandra Aparecida Leite Toffaneto Seabra Eiras

Coorientadora: Profª. Drª. Elizete Maria Menegat

Juiz de Fora

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Calleia, Fábio da Silva.

Mal-estar na civilização do capitalismo tardio: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana do mundo do trabalho / Fábio da Silva Calleia. -- 2025.

238 p. : il.

Orientadora: Alexandra Aparecida Leite Toffaneto Seabra Eiras

Coorientadora: Elizete Maria Menegat

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,
Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, 2025.

1. Capitalismo. 2. Trabalho. 3. Supérfluos. 4. Barbárie. 5. Serviço Social. I. Eiras, Alexandra Aparecida Leite Toffaneto Seabra, orient. II. Menegat, Elizete Maria, coorient. III. Título.

Fábio da Silva Calleia

Mal-estar na civilização do capitalismo tardio: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana do mundo do trabalho

Tese apresentado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito à qualificação.

Área de concentração em “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”.

Aprovado em 06 de outubro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Alexandra Aparecida Leite Toffaneto Seabra Eiras – Orientadora

Prof. Dr Marco José de Oliveira Duarte – UFJF

Prof^a. Dr^a. Viviane Souza Pereira – UFJF

Prof^a. Dr^a. Berta Pereira Granja – Instituto Superior de Serviço Social do Porto

Prof. Dr. Marildo Menegat - UFRJ

Juiz de Fora, 25/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marildo Menegat, Usuário Externo**, em 10/10/2025, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 13/10/2025, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Berta Pereira Granja, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Jose de Oliveira Duarte, Professor(a)**, em 15/10/2025, às 22:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Souza Pereira, Professor(a)**, em 22/10/2025, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UJF (www2.ujf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2642527** e o código CRC **6C09B4AD**.

Dedico este trabalho ao meu fiel
“cão panheiro” Marx que esteve
comigo ininterruptamente ao longo de
toda essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha literal “sorte” que me conduziu de forma bem inusitada à orientação desse ser humano fantástico e unanimidade acadêmica da UFJF, que é Alexandra Eiras. Sou extremamente grato pela sua condução, serenidade, leveza, conforto e, obviamente, suas valiosas contribuições para meu aprofundamento teórico.

E a minha sorte não parou por aí. No meio do processo tive a grata felicidade de receber uma segunda orientadora! Elizete Menegat é daquelas professoras especiais que vou carregar como exemplo do que quero ser na vida – exceto sua tranquilidade e fala branda que nunca conseguirei ter. Seu brilhantismo acadêmico singular me levou a rotas inimagináveis ao começo desse projeto e, portanto, sua impressão digital também está nas linhas dessa Tese.

E o que falar dessa Universidade maravilhosa de tantos professores incríveis? Desde que cheguei aqui em 2019 me sinto em casa! O Doutorado foi uma experiência única de profundo amadurecimento com as aulas que nos tiram de nossa zona de conforto e são essenciais para a construção de uma Tese sólida e alinhavada ao pensamento crítico. Ter tido a oportunidade de aulas com Rodrigo, Marilda, Malu, Ronaldo e estágio docência com Elizete, só não me fazem querer ter tudo de novo porque essa sociedade me obriga a ter que trabalhar para ganhar dinheiro.

Meus agradecimentos especiais aos professores que me convidaram em algumas ocasiões para participar de pesquisas potentes sobre a população em situação de rua e, entre elas, o Censo da população adulta em situação de rua de Juiz de Fora. Obviamente estes momentos também foram essenciais para a construção dessa Tese.

Agradeço à minha banca de qualificação (Marildo, Berta e Viviane) pelas inúmeras observações e correções de rotas. Espero que ao fim dessa Tese tenha contemplado ao máximo à estas certeiras orientações.

Caminhando para o lado pessoal é fundamental agradecer aos meus queridos pais que sempre me dão todo o acolhimento à nossa rotina familiar

frenética entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora recebendo não só a mim como todos que eu carrego na vida, inclusive o netinho canino Marx. É extremamente importante agradecer todo o carinho que vocês também dão para Alice e Sofia que, durante esse tempo, por inúmeras vezes ficaram mais com vocês do que comigo.

Agradeço também a minha querida irmã que, também contribui e muito nessa dinâmica alucinada com minhas filhas e pelas nossas conversas e carnavais.

Agradeço aos meus amigos juiz-foranos e cariocas pelos inúmeros encontros que são fontes inesgotáveis de resenhas. Cada um de vocês contribuiu de certa forma para esse trabalho!

Agradeço as minhas filhas porque doses severas de rupturas com o Doutorado e o retorno ao mundo das crianças nos tornam pessoas melhores para lidar não só com a rotina acadêmica, mas também com a barbárie desse mundo louco em que vivemos.

E, por fim, e o mais especial agradecimento, à minha amada esposa que mesmo mergulhada em seus dois vínculos de trabalho e em suas ansiedades consegue ser a minha referência e base de tudo que preciso para ser feliz. Obrigado por segurar financeiramente nossa casa ao longo desses 4 anos. Obrigado por acreditar em mim quando eu mesmo tenho reticências. Obrigado por tudo! Esse trabalho também é seu – só faltou ler né! Mas pelo menos o agradecimento eu sei que você vai olhar! Te amo!

“Devemos reunir todos os nossos esforços intelectuais para refutar a afirmação de que o mundo não mudou, para reconhecer os fatos atuais como sinais e demonstrar que a situação apocalíptica já começou”. (Anders, G., 2007, p. 111-112) *Le temps de la fin*. Paris: L’Herne, 2007.

RESUMO

A Tese a seguir tem por objetivo analisar a expansão dos supérfluos na contemporaneidade como consequência da Lei geral da acumulação capitalista advinda da relação entre capital e trabalho. Entendem-se por supérfluos aqueles que não mais interessam à dinâmica do capital. Partindo do arcabouço teórico marxiano esta tese analisa e demonstra que a relação entre capital e trabalho, contraditória e complementar, impõe à sociedade o seu percurso ininterrupto de valorização do valor. Para isso, o capital, em seu permanente estado de revolucionar sua capacidade produtiva, ao elevar a sua composição orgânica, encontra em si sua desmedida, levando assim a sua parte variável à sua obsolescência. Essa tendência teórica e análise materializam-se com a crítica sobre indicadores globais, outros fatos e dados da contemporaneidade que nos permitem a visualização da totalidade. Na crise estrutural instituída e no cenário globalizado da barbárie da supérfluotização da humanidade o trabalho tem sido propalado como um caminho de saída, que já não existe mais. O feitiço do mundo do trabalho adverte: a humanidade está em decomposição e os supérfluos são a insígnia da obsolescência programada humana.

Palavras-chave: Capitalismo; trabalho; supérfluos; barbárie; Serviço Social

ABSTRACT

The following thesis aims to analyze the expansion of the superfluous in contemporary times as a consequence of the general law of capitalist accumulation arising from the relationship between capital and labor. Superfluous are understood to be those that are no longer of interest to the dynamics of capital. Starting from the Marxian theoretical framework, this thesis analyzes and demonstrates that the relationship between capital and labor, contradictory and complementary, imposes on society its uninterrupted path of valuing value. To this end, capital, in its permanent state of revolutionizing its productive capacity, by raising its organic composition, finds in itself its immeasurability, thus leading its variable part to its obsolescence. This theoretical trend and analysis materialize with the criticism of global indicators, other facts and contemporary data that allow us to visualize the totality. In the structural crisis instituted and in the globalized scenario of the barbarism of the superflutization of humanity, work has been touted as a way out, which no longer exists. The spell of the world of work warns: humanity is decomposing and the superfluous are the insignia of human planned obsolescence.

Keywords: Capitalism; work; superfluous; barbarity; Social work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A ESSÊNCIA CONSTRUTORA DA BARBÁRIE: FALSAS ESPERANÇAS E APARENTEIS ANACRONISMOS.....	21
2.1 – Lei geral da acumulação capitalista e os supérfluos: Exposição das categorias	21
2.2 – Um anti-Marx para comprovar Marx: Piketty e a desigualdade social no século XXI.	50
2.3 – O anacronismo da barbárie: Aparentemente nada mudou!	74
3. DA CRISE DO CAPITAL AO FEITIÇO DO TRABALHO: CONFIGURAÇÕES DE UM MUNDO SEM SAÍDA	103
3.1 – Desmedidas do capital e progressões da Lei geral	103
3.2 - O degringolar do capital na história e seus rebatimentos no trabalho	118
3.3 – Um feitiço chamado trabalho	124
4. A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA DA HUMANIDADE SUPÉRFLUA: DA CAMUFLAGEM DOS NÚMEROS À REALIDADE DA BARBÁRIE	148
4.1 – Subterfúgios numéricos/estatísticos para maquiagem do mundo decadente	149
4.2 – Retirando a maquiagem do mundo decadente: a globalização da barbárie	163
4.3 – Supérfluos rumo à <i>caverna do dragão</i>	176
4.4 – Humanos em decomposição: O mundo invertido do capital	190
4.5 - A Fratura no Mundo e sua supérfluotização	207
4.6 - A população em situação de rua como insígnia da barbárie: dados, fatos, políticas e respostas	213
5. A MIRAGEM, O SERVIÇO SOCIAL E OS SUPÉRFLUOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UMA SOCIALIZAÇÃO EM FIM DE LINHA.....	227

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, queremos destacar que a Tese a seguir é fruto de um interesse que vem da atuação profissional como assistente social ao longo de mais de dez anos trabalhando em políticas públicas e remete aos questionamentos próprios sobre o constante aprofundamento das expressões da questão social¹ a despeito de qualquer trabalho bem desenvolvido dentro destas políticas. São essas inquietações que levaram a um maior aprofundamento, buscando o apoio da universidade, do seu ambiente intelectual propício ao debate científico e às boas polêmicas, ao apoio de professores, pesquisadoras e pesquisadores, docentes e discentes, intelectuais e trabalhadores das variadas áreas e, em especial, do Serviço Social, comprometidos com o Projeto Ético Político profissional e que, portanto, vislumbram outra ordem societária. Sendo assim, a relevância do tema para a área, em especial na perspectiva do assistente social que trabalha diariamente com situações extremamente complexas que se reiteram é de grande valor e faz jus a este esforço teórico.

A aproximação com a temática sobre a expansão das consequências da Lei geral – e em sua esteira, a exponenciação dos supérfluos – é decorrente assim de um duplo aspecto: pessoal/profissional. Como Assistente Social, e trabalhando desde 2009 até os dias atuais em políticas públicas² é inevitável

¹ Para Engels e Marx (2010), no modo tipicamente capitalista à medida que se expande a acumulação de capital proporcionalmente amplia-se a acumulação de miséria. Baseado nesse fundamento Netto (1989) conceitua questão social como o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a emersão da classe operária como sujeito sociopolítico no marco da sociedade burguesa. E Iamamoto demonstra que esta deve ser apreendida “como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (Iamamoto, 1998, p. 27)

² Foram aproximadamente três anos como Assistente Social atuando na Política de Assistência Social em Angra dos Reis, município do Rio de Janeiro e 8 anos na política de saúde sendo seis destes oito anos como Coordenador do Serviço Social de um dos maiores hospitais de emergência do Estado do Rio de Janeiro, o Hospital Estadual Getúlio Vargas e aproximadamente mais dois anos de atuação na política de assistência social do município de Juiz de Fora com famílias migrantes venezuelanas e também com pessoas em situação de rua. Vale ressaltar ainda que a aproximação com a temática também foi realizada com a produção do Trabalho de Conclusão de

constatar que, independentemente de todos os esforços profissionais, as expressões da questão social serão aprofundadas. Acredito ser de extrema relevância se debruçar na denúncia de que o movimento do real, em sua atual fase do capitalismo, só nos oferece catástrofes. Uma das principais expressões da questão social que me levaram ao cerne do objeto a ser pesquisado foi a população em situação de rua. O exemplo advindo de uma única expressão que está dentro da categorização de Marx como “supérfluos”³ nos dá indícios significativos para uma análise de totalidade sobre o que pode estar acontecendo à nível global.

A lei geral da acumulação capitalista descrita por Marx no século XIX precisa de uma visita mais profunda na contemporaneidade. Passados mais de dois séculos sob a vigência do Modo de Produção Capitalista as consequências desta lei, obviamente, tomam outras proporções. Se em meados do século XIX a população mundial finalmente alcançava o seu primeiro bilhão de pessoas, hoje já estamos bem próximos dos 8 bilhões. Ou seja, as mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora na Inglaterra, tão bem descritas por Engels (2010) à época, hoje ganham contornos globais e colossais, talvez impossíveis de serem mensuradas e, portanto, analisadas em sua totalidade. Mas, sem medo de errar, podemos afirmar que estamos diante de um cenário de barbárie.

É imperativo para o Serviço Social refletir e produzir sobre a temática, visto que a raiz da questão social e suas diversas expressões perpassam pela continuidade secular das consequências da lei geral. Entretanto, a importância da Tese vai muito além das circunscrições de uma determinada profissão. Qualquer ser humano, por menor que seja a sua percepção sobre o mundo, consegue hoje olhar para os lados e se deparar com o alargamento do pauperismo. Portanto, precisamos saber e buscar os números que retratam a

Curso para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Redes de Atenção à Saúde pela ENSP/FIOCRUZ em 2017.

³ A iniciativa de priorizar a população em situação de rua e “expandir” a análise para os supérfluos – de forma mais generalista – parte da influência teórica do programa como um todo no decorrer do doutorado e pela percepção da necessidade de maior abrangência para verificação das consequências da Lei Geral.

realidade de pessoas que se transformaram em supérfluas e os motivos que levaram a tal cenário.

É intrigante pensarmos nesta palavra e em seus significados atrelados a condição de uma pessoa humana dentro desta sociedade regida pelo capital. No dicionário da língua portuguesa supérfluo significa excessivo e são sinônimos de supérfluo: desnecessário, dispensável, fútil, superficial, excedente, inútil. Sendo assim será que poderíamos entender que para o capital existe uma humanidade em excesso? Quantos humanos se tornam dispensáveis no curso da história? No capitalismo, o que é feito com algo que não tem utilidade?

Na contemporaneidade a preocupação com esse contingente humano em excesso é ponto de pauta e atenção por todo o Globo. Organizações internacionais, nacionais e uma infinidade de outros atores se desdobram através de um universo polissêmico de ações que vão desde desenhos na política internacional até a milenária caridade religiosa. E todos possuem acordo em afirmar que a situação é cada vez mais complexa – mesmo sem citar as consequências da Lei geral e nem tampouco realizar uma leitura de Marx. Mas, na contramão destas ações preocupadas e empáticas, também são incontáveis as ações violentas, vorazes e vexatórias voltadas à essa massa supérflua.

Portanto, o processo metodológico pensado para essa Tese buscou seus recursos, fundamentalmente, na teoria social crítica, uma matriz teórica essencialmente crítica ao modo de produção e reprodução capitalista e que nos viabilizará uma compreensão da realidade, em sua processualidade e essência, a partir de seus múltiplos determinantes. A tarefa é deixar a mera aparência, para abstrair do objeto suas múltiplas determinações e finalmente entendê-lo um reflexo fiel da realidade. Portanto, a Tese a seguir nesta perspectiva é um processo que não parte da simplicidade ou permanece superficial, mas sempre visa encontrar a lógica e a essência do que será investigado. Aliás, peço especial atenção ao uso da palavra aparência e de sua derivações, pois, em diversos momentos da tese as utilizo para em seguida trabalhar no desvelamento destas que funcionam como verdadeiros feitiços ideológicos.

Portanto, para viabilização deste trabalho, fora utilizado uma vasta pesquisa bibliográfica, além de uma busca incessante por matérias e dados que

versassem sobre as diversas expressões da questão social que tangenciam o objeto central da expansão da população supérflua.

Inicialmente percorremos algumas etapas basais que passam pela enunciação das categorias centrais presentes principalmente no livro 1 do capital. É impossível para a sequência de um trabalho que visa a análise sobre a Lei Geral da acumulação e a exponenciação dos supérfluos não se parametrar sob estas que estão detalhadas na obra de Marx.

Para adentrarmos na constituição da desigualdade advinda da Lei Geral e constatarmos a atualidade do pensamento marxiano percorremos pelo excelente trabalho de um auto-intitulado não marxista. Thomas Piketty na sua busca de soluções engenhosas para livrar o mundo da desigualdade nos oferece uma excelente análise sobre a sua expansão. Um anti-Marx para comprovar Marx. Apesar da excelente obra sobre a desigualdade, o autor Francês não se debruça na construção faraônica promovida pelo capital: a humanidade em excesso. Pretendemos demonstrar também que a miséria e os supérfluos de outrora, à despeito de todos os maravilhosos avanços científicos e tecnológicos não só persistiram como também ganharam novos contornos na paisagem da humanidade. Para tal demonstração tornou-se interessante estabelecermos um aparente anacronismo e saltos históricos da obra de Marx e Engels até os dias atuais antes mesmo de adentrarmos com mais rigor no período histórico que pretendemos analisar. E, a palavra “aparente” é essencial para o entendimento do pôr vir. A comparação e semelhança entre os tempos históricos distintos serve tanto para comprovar a indissociabilidade entre o modo de produção capitalista e à barbárie, quanto para apontar o maior grau de complexidade da contemporaneidade.

Nas linhas e entrelinhas do primeiro capítulo residem passagens que procuram demonstrar a irrefreabilidade da lei geral ao longo da trajetória imperativa da lei do valor em seu caminho retílineo e uniforme sempre para frente.

Realizado esse preâmbulo da análise adentramos na história propriamente dita da que se tornou convencionalmente alcunhar na literatura marxista de crise estrutural do capital. Não pretende-se aqui se debruçar integralmente sobre uma análise da leitura de crise, mas sim sobre o período

histórico que vai da década de 1970 até 2020, a reestruturação produtiva e as características principais do modo de produção capitalista neste período. Tal análise pretendeu dar ênfase à relação contraditória entre valorização do valor e desvalorização da força de trabalho e o desaguar desses fluxos na imensa massa putrefata de supérfluos. Aqui tonou-se necessário também um retorno às categorias centrais de Marx agora iluminadas por autores marxistas contemporâneos à crise estrutural e que, portanto, fazem as mediações destas com a crise e seus impactos tanto ao capital quanto ao trabalho. O segundo capítulo da tese portanto, serve como um adensamento da base teórica do primeiro capítulo, que, ao avançar na crítica ao movimento ininterrupto do capital, descrito acima, também realiza a crítica ao trabalho como seu complemento contraditório.

Essa análise nos permite chegar preparados para o centro da atenção deste projeto. O mundo de supérfluos advindos da consequência da lei geral.

A partir desse momento torna-se de grande relevância uma análise substancial e crítica de indicadores globais que se aproximam e tangenciam a população supérflua. Para tal finalidade foram realizadas diversas buscas de indicadores nas principais organizações internacionais (ONU e OIT), autores que pesquisam o assunto entre outras fontes fidedignas que contribuam para um retrato da realidade sobre esta população com tendências a invisibilidade.

Por fim um caminho de retorno e uma hipótese intrigante. Se temos hoje a Lei Geral à pleno vapor com dificuldades na acumulação em virtude de uma necessidade de descarte da mercadoria especial força de trabalho, com graus extremos de concentração e centralização de capitais de um lado e com graus ainda mais extremos de miséria do outro, não seria esta miséria a comprovação finalística de que este sistema é anti-humanista? Será que a dominação do capital sobre o trabalho não está ancorada em uma humanidade em decomposição presente nos supérfluos que atua como uma espécie de prisão perpétua das “camadas” miseráveis acima que são submetidas as piores condições possíveis e imagináveis, mas que sempre enxergam na realidade diária condições ainda mais indignas e miseráveis do que aquelas à que estão submetidas? Será que nesse espiral de miséria sem fim se ancora a dinâmica de um modo de produção que faz da tragédia da humanidade em excesso um verdadeiro sustentáculo de sua perpetuação e submissão às suas desmedidas?

Portanto, essa tese tem, então, a pretensão de fluir sobre esses questionamentos e chegar ao objetivo de transparecer a incongruência existente na continuidade do capitalismo para com a vida humana. Ou seja, pretendemos demonstrar a partir da Tese que o MPC e sua finalidade de valorização e acumulação crescente e infinita incorpora meios de desenvolvimento e destruição contínuos que engendram “novos” desenvolvimentos que afetam a sua relação com a força de trabalho. Mantém-se a relação contraditória entre processo de valorização e desvalorização da força de trabalho e a tendência apresentada por Marx na Lei Geral de Acumulação Capitalista com o fenômeno da superpopulação relativa hoje engrossada pelos supérfluos, que são “descartáveis” para o capital.

Todas essas situações aparecem com frequência em nosso cotidiano. O contingente de supérfluos em expansão, as ações humanitárias a estes e as ações contrárias. Torna-se necessário, portanto, recuperar o que nos trouxe até esse lugar e para isso precisamos desenhar como foi estruturado o sumário da Tese para apresentar este cenário que tem como título: **Mal-estar na civilização do capitalismo tardio**: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana do mundo do trabalho.

No primeiro capítulo da tese intitulado, *A essência construtora da barbárie: Falsas esperanças e aparentes anacronismos*, o primeiro passo é retomar a leitura de Marx que versa sobre o funcionamento do Modo de Produção Capitalista, a compreensão dos seus conceitos e como se dão as bases para a conformação da Lei geral da acumulação capitalista. Dando continuidade no segundo momento apresentaremos o autor francês Thomas Piketty que, apesar de não estar no *hall* de autores marxistas, traz em seus estudos sobre a desigualdade no livro *O capital no século XXI* uma excelente comprovação da continuidade, expansão e ratificação de sua tendência. Logo após Piketty e a desigualdade no século XXI a proposta é mostrar um anacronismo aparente da barbárie promovida pelo Modo de Produção Capitalista expondo suas características anti-humanistas utilizando variados autores marxistas que descrevem em detalhes os espólios do “progresso” em tempos históricos distintos.

Os três pontos iniciais dessa análise devem ser considerados como uma base de sustentação para o capítulo subsequente. O capítulo 2 *Da crise do capital ao feitiço do trabalho: configuração de um mundo sem saída*, além de aprofundar a base teórica do primeiro capítulo, contribui para o entendimento da crise estrutural do capital tanto na elucidação de sua essência quanto na explicação de suas principais consequências que tangenciam à exponenciação dos supérfluos e ao aprofundamento da Lei geral.

A explicação central desta crise perpassa pelo próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua necessidade de eliminar trabalho e investir em capital constante apontando diretamente para o problema da valorização do valor e na tendência à queda da taxa média de lucro. Ou seja, é na forma tautológica de transformar valor em mais valor que reside o colapso civilizatório onde a vida social funcionará à revelia e onde ao invés de dominarmos o sistema é ele quem nos domina.

Para compensar os problemas oriundos pela continuidade da tendência à queda da taxa média de lucro inúmeros mecanismos de compensação funcionaram como verdadeiras “fugas para frente” que, na mesma proporção que acarretaram freios para essas tendências, também estabeleceram como consequência a expansão e aprofundamento das expressões da questão social. Neste capítulo, de forma breve, porém necessária, buscamos o período histórico particular onde o capital por conta de sua desmedida ampliava, portanto, suas consequências ao campo do trabalho.

No decorrer do capítulo a utilização dos autores Jorge Grespan e sua obra *O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*, Moishe Postone e sua obra *Tempo, Trabalho e Dominação Social* e o ensaio de Roswitha Scholz *O ser-se supérfluo e a “angústia da classe média”* são determinantes para uma maior densidade teórica sobre o entendimento da crise estrutural do capital, assim como são fundamentais na tentativa de desmistificar a “ideia positiva” do trabalho e apresentá-lo como uma categoria essencial de manutenção da humanidade às correntes do capital. Um feitiço que até os dias atuais nos mantém “dominados”.

O terceiro capítulo *A obsolescência programada da humanidade supérflua: da camuflagem dos números à realidade da barbárie* é um convite

para retirada do véu da esperança de um mundo melhor. O capítulo que começa mostrando indicadores e números de organismos internacionais e algumas projeções otimistas quanto a reduções da pobreza extrema, população subnutrida e até do desemprego à níveis globais demonstra como estes se alicerçam em subterfúgios aparentes que encobrem a essência dos fatos de um mundo decadente. Através de outros dados, principalmente sobre o avanço ininterrupto de contingentes supérfluos recolocamos a história do capital no seu devido rumo: em um mundo que, sem a dissolução de suas categorias centrais e, portanto, do seu modo de produção, estamos completamente sem saída.

Utilizando autores como Ricardo Antunes, Tiago Cavalcanti e Robert Kurz, analisamos o mundo do trabalho e procuramos detalhar como a humanidade entra em um verdadeiro estado pleno de submissão aos ditames de uma “máquina de moer gente” que, em sua fase agonística não consegue mais mitigar a sua tragédia em nenhum lugar do planeta. Retratamos também a ideia do filósofo brasileiro Paulo Arantes de fratura no mundo e trouxemos a população em situação de rua e a experiência brasileira para demonstrarmos a condição de uma sociabilidade em fim de linha.

Por fim, concluímos o estudo com importantes considerações finais, principalmente aos assistentes sociais, executores terminais de políticas e ações voltadas aos supérfluos.

A forma de exposição escolhida buscou a todo momento um movimento de adensamento das ideias ao longo dos capítulos para assim chegar ao “último ato” de exposição da barbárie dos supérfluos sem que, no decorrer deste percurso, fragmentos do objeto central não fossem paulatinamente sendo apresentados. Um outro elemento essencial na exposição é a tentativa de mesclar linguagens para que a profundidade teórica – necessária – fosse articulada a elementos mais simples que, em variados momentos, ampliam a compreensão do texto “para além da academia”. Para isso foram utilizadas ironias, passagens de músicas populares brasileiras, séries famosas, filmes e até desenhos animados e com especial destaque a *Caverna do Dragão*. E, obviamente, aqui não se trata de um desvio ao rigor acadêmico, – visto que em todo momento o documento encontra-se alicerçado em um vasto hall de autores com profunda densidade teórica crítica.

Sendo assim, pretendemos demonstrar na Tese que a experiência da sociabilidade promovida pelo capital não possui mais a menor possibilidade de continuidade sem promover em larga escala a barbárie⁴. E, por isso nos deparamos com experiências de tragédia humanitária todos os dias, seja nos exemplos de destruição da natureza, ou nos exemplos relacionados à violência – que já não tem nem mais tanto valor midiático de tanto que nos é comum. A exponenciação dos supérfluos é a insígnia representativa desse colapso, mas que possui particularidades muito interessantes para evidenciar as ruínas dessa sociedade. A humanidade em decomposição, já descartada e em processo de putrefação é um convite inevitável para pensarmos no fim dessa sociedade colapsada. O filósofo Gunther Anders trabalha com a ideia de obsolescência do homem à época do pós-guerra ao comentar sobre a era nuclear. Suas ideias hoje se fazem presentes mesmo sem um lançamento de uma ogiva – não que isso não possa vir acontecer qualquer dia desses. O próprio modo de produção em si representa as ogivas de outrora e fazem dos seres humanos figuras descartáveis.

Com isso a necessidade desta Tese é não mais fechar os olhos diante da realidade, não mais buscar respostas que solucionem o insolúvel. Precisamos falar de coisas óbvias, mas que por algum motivo nos distanciamos, ou seja, falar sobre a incompatibilidade de progresso civilizatório e capitalismo e, ao questionar as próprias mudanças do mundo do trabalho; do desenvolvimento das forças produtivas e seus alcances, é preciso ir além e falar sobre o novo mundo que nos salta aos olhos – por mais fechados que insistamos em mantê-los –, e enxergá-lo como uma crise humanitária, do aprofundamento da barbárie, de um colapso sistêmico e de uma remota probabilidade de sociabilidade entre humanos dentro desta ordem.

⁴Tomamos como referência as reflexões acerca da barbárie elaboradas por Menegat (2006). O autor recupera os escritos de Marx nos *Manuscritos econômicos –filosóficos* onde o autor identifica vestígios de barbárie quando a violência dessa sociedade em formação não mais precisa se basear em um *modus operandi* sangrento, deslocando esta violência e dominação para o “consentimento de uma troca aparentemente justa”. Menegat complementa que ao adentrar o século XX e passar por duas guerras mundiais, a barbárie não pode mais ser considerada apenas como um “vestígio” e sim como um “resultado mais visível das manifestações estruturais dos limites lógicos do capital”. (Menegat, 2006, p.15).

Os *spoilers* são de que nesse estudo não teremos pretensão nenhuma em romantizar o tema dessas figuras supérfluas, dar créditos aos sujeitos envolvidos, falar da importância da proteção social e dos direitos aos desassistidos e nem de apresentar soluções pontuais e “positivas”. Deixo a tarefa para os intelectuais que preferem realizar a gestão da barbárie⁵. O interesse do estudo é seu inverso: demonstrar que o crescimento ininterrupto das consequências da lei geral são “imparáveis”, seja pela lógica já tão criticada da solidariedade, seja pela lógica do direito a ter direito devido a questões inerentes ao sistema capitalista, principalmente em relação ao mundo do trabalho e suas transformações ao longo do seu desenvolvimento.

⁵ Me aproprio aqui das explanações de Menegat em A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe (2019).

2. A ESSÊNCIA CONSTRUTORA DA BARBÁRIE: FALSAS ESPERANÇAS E APARENTES ANACRONISMOS

No percurso pensado para a Tese o primeiro capítulo é o que julgo ser a sua base de estruturação teórica. Sendo assim, na sequência da exposição busco uma imersão – que julgo como primordial – nos principais conceitos do livro 1 do Capital até o momento de apresentação por Marx do que se trata a Lei Geral da acumulação. Concluída essa etapa faço um salto para a contemporaneidade e utilizo o autor francês Thomas Piketty, que se autointitula antimarxista para comprovar a continuidade – e expansão – das consequências da Lei Geral. E por fim apresento uma mistura de tempos históricos distintos utilizando, principalmente, Engels, Marx, Davis e Kurz, para retratar um aparente anacronismo da barbárie de uma sociedade regida pelo Modo de Produção Capitalista (MPC).

2.1 – Lei geral da acumulação capitalista e os supérfluos: Exposição das categorias

Em uma letra de uma música popular brasileira de qualidade duvidosa surge uma afirmação que inspira a reflexão inicial para este projeto: “Porque o motivo todo mundo já conhece. É que o de cima sobe e o de baixo desce!”

Passados mais de 150 anos da principal obra de Marx nos deparamos com um contexto cujo qual o “motivo todo mundo já conhece”, entretanto, a inevitabilidade e impossibilidade de controle sobre o “motivo” fazem da vida humana na Terra uma experiência em colapso. Uma tragédia anunciada há 150 anos precisa urgentemente ser transparecida àqueles mais desatentos que, por alguma razão, ainda não fazem parte do “todo mundo” que já conhece a Lei Geral da Acumulação capitalista.

Para tal retornaremos à história e, principalmente, ao livro 1 *O capital. Crítica da economia política. O processo de produção do capital*, onde buscaremos nestes os principais conceitos que nos levam a Lei Geral, que por sua vez, apontam para o sentido e objetivo desse trabalho: adensar a

argumentação e crítica teórica ao MPC denunciando uma crise civilizatória sem precedentes. Crise que está indicada – passível de ser demonstrada – no fenômeno da contraditória desvalorização da força de trabalho e exponenciação dos supérfluos que convive “harmoniosamente” com o modo de produção e reprodução da sociedade capitalista.

Crise⁶! A palavra oriunda de um termo grego *krisis* que, no seu sentido originário aponta para um problema ou “defeito” em um organismo vivo. Estamos em crise em muitos sentidos! Mas o modo de produção, mesmo diante de uma crise em sua estrutura, não se permite à nenhuma frenagem. As crises são momentos específicos que são imanentes do próprio MPC, portanto não podem ser consideradas como um fator que levará a sua derrubada. Se, por exemplo, a tendência à queda da taxa média de lucro, um conceito que abordaremos mais à frente persiste, inúmeras medidas contra-arrestantes são lançadas para frenagem de tal tendência: aumento do grau de exploração da força de trabalho especialmente por meio do planejamento da jornada de trabalho e intensificação do trabalho; compressão do salário abaixo do seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; comércio exterior; aumento do capital acionário e, principalmente para o objetivo deste trabalho, a superpopulação relativa. Podemos ter tudo isso, mas, sobretudo, para este modo de produção a finalidade – ininterrupta – que continuará prevalecendo é a garantia da acumulação.

Ou seja, a queda, a concorrência, a composição orgânica, as crises e tudo associado ao capital permitem a continuidade do único movimento que não se pode interromper que é o da valorização do valor.

Como profissional de saúde por alguns anos e assistente social eu costumo associar o capital (e seu processo de produção e reprodução) a uma “doença de base”. Tudo que vem na esteira da história “moderna” sob a égide do sistema capitalista é oriundo dessa “doença”. Continuando na análise metafórica, geneticamente falando, a sociedade capitalista já nasceu “doente”. O fato de avançarmos com a derrubada do escravismo e do sistema feudal em

⁶ Reside aqui um dos principais conceitos deste projeto. A concepção de crise que utilizaremos está ancorada na análise de Marx. Na sociedade capitalista, acredita-se que as crises sejam geradas pelo processo de acumulação, que, por sua vez, é determinado pela tendência decrescente da taxa de lucro. A temática da crise atravessará toda a Tese.

nada modificou a “genética doentia” dessa sociedade⁷. Apesar de não mais escravizarmos ou prendermos ninguém para trabalhar seis dias em troca de um dia livre – isto é, no curso “normal” dessa sociedade porque bem sabemos que práticas escravagistas e feudais ainda acontecem com relativa quantidade dentro desse sistema através de “modernizações conservadoras” – conseguimos elaborar uma mágica de continuar com os ideais de exploração intocáveis, e mais, não só conseguimos isso como também conseguimos doutrinar os explorados a terem verdadeira paixão pelo seu explorador. Veja, síndrome de Estocolmo é pouco perto do que este sistema fez com a vida humana. Estamos mediados por uma *coisa* que – no atual momento do curso da história – é quase intangível e essa mesma “coisa” regra toda a nossa vida tornando-a cada dia, a cada hora e cada minuto, algo extremamente supérfluo.

Aí você deve estar pensando que isso é por conta da classe burguesa que opõe e explora a “pobre” classe trabalhadora! É e não é! Nessa sociedade mágica que construímos independente do nosso papel nessa grande distopia, somos todos controlados por um regente-diretor que está acima de nós e que não é em si afortunado de alma, apenas de valor.

Mas não podemos nos aprofundar ainda sobre essa crise civilizatória sem antes realizar uma profunda seara sobre as categorias tão bem elaborados por Marx no Capital. Tal movimento se faz necessário para compreensão sobre as bases de funcionamento da sociedade capitalista e de seu modo de produção. Sendo assim, sem uma explicação minuciosa dos seus fundamentos podemos recair em análises incorretas de causas e consequências – tal qual o senso comum traduzido na letra “porque o motivo todo mundo já conhece: é que o de cima sobe e o de baixo desce”.

Vamos ao início! Tudo começou há um tempo atrás:

⁷ Marx no capítulo 8, item 2 – A avidez por mais trabalho. O fabricante e o boiardo – nas páginas iniciais do item conta uma história que nos coloca em lugares insólitos de pensar: Será que estamos presos no tempo? Retornaremos em partes ao assunto quando retratarmos o “anacronismo da barbárie”.

$M^8 - D^9 - M$ (circulação simples) $\Rightarrow D - M - D+$ (circulação Mercantil) e chegou aqui $\Rightarrow D - M - D'$ (Circulação capitalista). Foi aí que Marx – já maduro de suas ideias – começou a dissecar essa “pequena fórmula” e entender todos os movimentos oriundos desta que **aparece** como pequena, mas oculta uma série de mistérios e decomposições em cada pequeno detalhe. Vamos a eles:

Não por ordem do acaso o nosso querido autor começou a desenhar para nós a sua crítica à economia política a partir do conceito de mercadoria. A mercadoria vai permitir obviamente a ele adentrar nessa sina maluca e voraz que leva ao nosso personagem principal – o “Capital”, cujo qual vou atribuir daqui a pouco uma referência mítica e poderosa ao chamá-lo de “Ele” –, de realizar a almejada valorização do valor. É claro que Marx nos apresenta isso mais para a frente, e de forma certeira vai sorrateiramente a partir da mercadoria dissecando a ideia de valor em dois: valor de uso e valor de troca. E sem falar ele já vai colocando uma série de ideias na sua cabeça sobre a figura central do dinheiro. E é tão central que será início e fim ($D - M - D'$).

Marx nos diz que “as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias.” (Marx, 2012, p. 219). E Marx também aponta para o fato destes guardiões atuarem enquanto representantes de mercadorias constituindo-se “**apenas**”¹⁰ personificação das relações econômicas que representam”. (Marx, 2012, p. 219).

O Proprietário que leva uma mercadoria para troca o faz porque tal mercadoria que possui não lhe tem valor de uso, mas, é usada por este como meio de troca. E Marx complementa,

todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Portanto, elas precisam universalmente mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca, e essa troca as relaciona umas com as outras como valores e as realiza como valores. Por isso, as mercadorias têm de se realizar como valores

⁸ Leia-se Mercadoria

⁹ Leia-se Dinheiro

¹⁰ O grifo no caso é para nos atentarmos que, apesar de não estarmos aqui – ainda – abordando o conceito de supérfluos, podemos sim já demarcar o quanto esse “guardião” já carrega consigo um certo nível de rebaixamento sobre sua importância.

antes que possam se realizar como valores de uso. (Marx, 2012, p. 220)

Esse universo de trocas estabelece entre os “apenas” representantes de mercadorias – futuros seres supérfluos para esse movimento – um processo social que, para estabelecer relações entre suas mercadorias precisam de um elemento que as compare. E Marx explica que

as leis da natureza das mercadorias atuam no instinto natural de seus possuidores, os quais só podem relacionar suas mercadorias umas com as outras como valores e, desse modo, como mercadorias na medida em que as relacionam antagonicamente com outra mercadoria qualquer como equivalente universal. Esse é o resultado da análise da mercadoria. Mas somente a ação social pode fazer de uma mercadoria determinada um equivalente universal. A ação social de todas as outras mercadorias exclui uma mercadoria determinada, na qual todas elas expressam universalmente seu valor. Assim, a forma natural dessa mercadoria se converte em forma de equivalente socialmente válida. Ser equivalente universal torna-se, por meio do processo social, a função especificamente social da mercadoria excluída. E assim ela se torna – dinheiro. (Marx, 2012, p. 221)

A mercadoria se torna dinheiro, um equivalente universal dotado de certa magia. E essa mágica se torna ainda mais mística quando este se transforma em capital. Se observarmos novamente a passagem da circulação simples de mercadorias e atentarmos para as suas transformações em circulação mercantil e, posteriormente, em circulação capitalista, a primeira característica que podemos observar de imediato é que D “toma as rédeas” da equação e se faz presente no início e no fim. “D “de dinheiro ganha propriedades tão grandiosas e acima de todos que é inevitável a comparação à Deus (que por coincidência também começa com o tal “D” maiúsculo – na língua portuguesa).

Voltemos à mercadoria para uma importante demarcação. “M” possui duas dimensões – e *precisamos guardar isso no coração* porque em breve isso vai desaparecer: valor de uso e valor de troca. A primeira – que parece ser a mais importante – é sua dimensão qualitativa e por isso heterogênea. Pode servir para qualquer coisa, desde uma simples satisfação alimentar até mesmo uma complexa satisfação sexual. Já a segunda – que parece ser sem graça – é sempre repetida para um único fim, portanto homogênea e serve para chegar ao tal do D’. Nesse circuito D – M – D’, a mercadoria começa a se tornar “meio”.

Marx aponta que, “como todas as mercadorias são **apenas**¹¹ equivalentes particulares do dinheiro, que é seu equivalente universal, elas se relacionam com o dinheiro como mercadorias particulares com a mercadoria universal” (Marx, 2012, p. 226)

E conclui:

Na mais simples expressão de valor x mercadoria A = y mercadoria B, a coisa em que se representa a grandeza de valor de outra coisa parece possuir sua forma de equivalente independentemente dessa relação, como uma qualidade social de sua natureza. Já acompanhamos de perto a consolidação dessa falsa aparência. Ela se consuma no momento em que a forma de equivalente universal se mescla com a forma natural de um tipo particular de mercadoria ou se cristaliza na forma-dinheiro. Uma mercadoria não parece se tornar dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, estas é que parecem expressar nela seus valores pelo fato de ela ser dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa qualquer rastro. Sem qualquer intervenção sua, as mercadorias encontram sua própria figura de valor já pronta no corpo de uma mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, o ouro e a prata, tal como surgem das entradas da terra, são, ao mesmo tempo, a encarnação imediata de todo trabalho humano. Decorre daí a mágica do dinheiro. O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão. (Marx, 2012, p. 228)

É preciso demarcar ainda que “D” na circulação D – M – D’ não é apenas dinheiro, mas também capital. É valor (D) que se valoriza (D’). O ciclo D-M-D parte do extremo do dinheiro e retorna, por fim, ao mesmo extremo. Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca

ao final do processo, mais dinheiro é tirado da circulação do que nela fora lançado inicialmente. A forma completa desse processo é, portanto, D-M-D’, onde D’ = D + ΔD, isto é, a quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor. O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital. (Marx, 2012, p. 294)

¹¹ Grifo meu

E Marx completa de forma brilhante:

Na circulação D-M-D mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diversos de existência do próprio valor: o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular, por assim dizer, disfarçado. O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo. Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação que o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro. (Marx, 2012, p. 296)

A magnitude e “quase” divindade de D é tão presente em nossas vidas que há quem diga que D de forma mágica se transforma em D’ sem qualquer necessidade de “meio” para tal – o tal pôr ovos de ouro. E a mágica de fato aparece aos nossos olhos o tempo todo em nosso cotidiano através das nossas “fundamentais” instituições voltadas às finanças. Mas e as mercadorias? Voltemos a elas, pois existe algo a mais escondido nesse “meio”.

Nossa querida M esconde mais **coisas**¹² em seu interior, pois para surgir ao mundo precisa de alguns elementos. Em primeiro lugar vou colocar aqui os Meios de Produção (MP) que seriam as matérias primas e instrumentos para o segundo lugar – não menos importante¹³ - que seria a força de trabalho (FdT). E aqui mais um momento de importante decomposição em nossa seara explicativa. Essa tal força de trabalho que existe em toda mercadoria carrega em si um elemento central chamado “trabalho” que também precisa ser dissecado para maiores explicações.

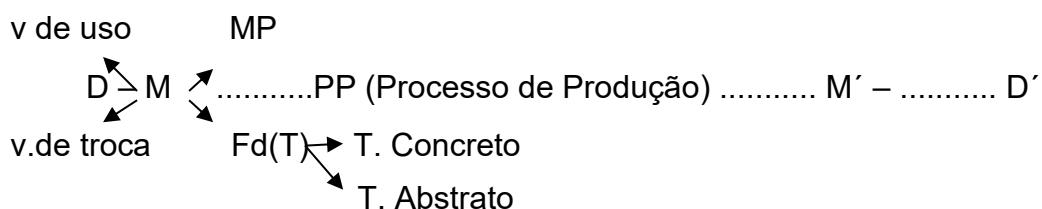
Podemos considerar o trabalho como uma eterna necessidade na relação homem e natureza, mas obviamente essa consideração nos levaria a reflexões trans históricas, como adverte Postone (2014), e não é isso que queremos aqui.

¹² Atenção: palavra desprovida de aleatoriedade!

¹³ Atenção: contém ironia!

Logo, queremos pensar no trabalho dentro do processo de produção de M – e ainda assim é necessário deixar claro que existe uma quantidade abundante de trabalho “fora” desse processo que faz parte e está “dentro” da nossa – até então – “pequena fórmula”. Enfim, vamos ao que importa no momento. No processo de trabalho de produção de M temos um Trabalho concreto/útil e aqui é legal a gente lembrar lá do valor de uso de M. Mas se estamos fazendo essa associação precisamos também fazê-la em relação ao valor de troca e para isso precisaremos traçar um elemento comparativo, homogêneo, e por isso teremos aqui a categoria de trabalho abstrato que funciona como uma mediana de dispêndio de energia física e psíquica. Para se chegar a essa mediana – já que estamos falando de troca – é necessária outra categoria para “quantificar esse trabalho abstrato”. Essa categoria é o tempo de trabalho socialmente necessário. Tirando a palavra “de” todas as outras guardam significados relevantes. O valor de troca da força de trabalho são os bens necessários para a sua reprodução – que em si possui componentes morais e históricos. E assim chegamos ao valor dessa mercadoria especial chamada de força de trabalho.

Vamos voltar à fórmula então e trazer novos elementos para ela:



É no processo de produção que se dá a maior das mágicas de todos os tempos. A metamorfose dos sonhos onde o valor que entra ganha um mais valor quando sai. É no processo de produção que o coelho sai da cartola! Não existe simplicidade no desvelamento dessa mágica, mas ainda assim vamos apresentá-la simploriamente: Esse mais valor só é possível de ser extraído da mercadoria especial força de trabalho! A FdT possui essa característica pois é a mercadoria que não se esgota no seu valor de troca.

Sobre isso Marx explana que

para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a **característica peculiar de ser fonte de valor**, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de

dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho. (Marx, 2012, p. 312)

E aqui temos que voltar a palavra **Tempo!** Essa força de trabalho será comprada – como toda mercadoria – por um determinado tempo, o que leva a uma Jornada de trabalho (JT).

Marx sobre isso alerta que

o valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, consequentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. (...) A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida (Marx, 2012, p. 317)

Como vimos ela possui um valor de troca que é o tempo de trabalho necessário à sua reprodução (TN). Entretanto, sua Jornada de trabalho possui um tempo a mais do que o necessário o que leva a um tempo de trabalho excedente (TE). Assim, $JT = TN + TE$ e o valor de uso da mercadoria FdT será maior do que seu valor de troca (TN), e daí surge o Mais Valor (MV) extraído dessa relação “livre” entre contratantes e contratados. Dando números a nossa equação temos o seguinte:

Em uma JT de 10 horas onde $TN = 5\text{hs}$ e $TE = 5\text{hs}$ temos dentro das 5 horas relativas ao trabalho excedente a extração do mais valor, pois, o que é pago como salário a FdT contratada são as 5 horas relativas ao seu tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução (que possui componentes morais e históricos diversos no percurso da humanidade coisificada).

Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso (...) A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, consequentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário – tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor (Marx, 2012, p. 347)

Outra característica importante dessa relação “livre” entre contratantes e contratados é que

a força de trabalho só é paga depois de já ter funcionado pelo período fixado no contrato de compra, por exemplo, ao final de uma semana. Desse modo, o trabalhador adianta ao capitalista

o valor de uso da força de trabalho; ele a entrega ao consumo do comprador antes de receber o pagamento de seu preço e, com isso, dá um crédito ao capitalista (Marx, 2012, p. 321)

E arremata:

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral. Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista vulgar extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas dramatis personae [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da despela. (Marx, 2012, p. 322-323)

Torna-se muito importante salientar até aqui que, sobre o mais valor extraído do trabalho no processo de produção ainda precisa chegar a sua realização e se transformar em D', e, novamente, entrar no início do processo como D. E sobre isso, não podemos perder a visão ininterrupta deste modo de produção, deste processo que é repetido em escala mundial repetidamente. Dito isso, é na criação de mais valor que se abre parênteses enormes em relação ao modo de produção. A valorização do valor se torna o combustível e o objetivo de todo o modo de produção. Seu órgão vital! Extração de mais valor é a ciência mais estudada dos nossos tempos apesar de ocultada na mesma proporção. Não se fala por exemplo, que determinado avanço tecnológico é pensado

justamente para “tirar” parte da força de trabalho de uma determinada produção e torná-la mais automatizada e ainda apresentam a inovação como algo importante para a humanidade, obviamente sem citar os impactos no mundo do trabalho, a nova fila de supérfluos e todas as consequências advindas desse “avanço científico”.

Para citar e continuar na expedição marxiana de desocultamento do modo de produção temos que revelar os parênteses desse momento em que se dá a valorização do valor. Uma das fórmulas mais triviais para uma extração maior é o que apreendemos como mais valia absoluta. Amplia-se a JT e com isso aumenta também o TE. Logo, se $JT = 12\text{hs}$ e permanecermos com $TN = 5\text{hs}$ teremos um $TE = 7\text{hs}$ aumentando em 2hs o nosso tempo de extração de MV.

De maior complexidade, mas extremamente realizada ao longo da história temos também a mais valia relativa que foca na redução de TN. Ou seja, se temos um JT de 10hs e conseguirmos reduzir TN para 3hs teremos um TE também de 7hs chegando no mesmo resultado do exemplo anterior em menos tempo!

O raciocínio é o seguinte: Como o valor de uma mercadoria pode cair? Diminuindo TN! Mas como diminuir TN? Diminuindo os bens necessários à reprodução da FdT e/ou reduzindo o seu preço! Como? Aumentando a produtividade na produção desses bens ou decaindo com os valores dos meios de produção.

E, além da absoluta e da relativa, ainda tem a mais valia relativa extraordinária quando se descobre um jeito novo de fazer mais com menos e durante algum tempo consegue esconder sua mágica dos demais, mas isso não costuma durar muito e todos chegam à “receita do bolo”. Ela é obtida a partir da introdução de “novos capitais constantes” que potencializam a FdT. E aqui precisamos abrir mais nossa caixa de conceitos. Capital constante (c) está associado aos meios de produção – instrumentos de trabalho e matérias primas. E, por sua vez, a FdT será compreendida como Capital variável (v).

Sobre as categorias Marx apresenta a seguinte explicação:

Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro, não são mais do que diferentes formas de existência que o valor do capital originário assume ao se despojar de sua forma-

dinheiro e se converter nos fatores do processo de trabalho. Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomina parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante. Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável. (Marx, 2012, p. 364-365)

A relação entre eles c/v (capital constante e capital variável) será a composição orgânica do Capital. Vamos a fórmula:

$$C(D) = c(MP) + v(FdT) \longrightarrow C'(D') = c + v + m \text{ (mais valia)}$$

Capital Inicial

Capital valorizado

Dessa fórmula temos que ter importantes compreensões. A primeira é que a taxa de mais valia se dá pela relação entre m/v – onde é possível medir o nível de exploração do trabalho (Taxa de mais valia = trabalho excedente/trabalho necessário) – enquanto a taxa de lucro da relação entre $m/c+v$ que é propriamente o ganho do capital em relação ao valor investido. E, na composição orgânica do capital (c/v), temos a tendência da elevação de c em detrimento de v pensando em ganhos de produtividade. A elevação da composição orgânica do capital e o alto investimento em capital constante permitem o incremento da produtividade, mas acarreta também em outra tendência que é a queda da taxa de lucro. *Opa!!! E quem é esse tal de lucro?* Vou responder em poucas palavras! É mais um conceito que inventaram para deixar o conceito de mais valia ocultado lá naquela parte chamada produção. E olha que o tal do Juro ainda nem chegou, mas também entra nesse lugar aí de *deixar as coisas na aparência mais complicadas de entender* e por isso mesmo a gente fica quieto e nem se mete. Aqui apresento uma alegoria para melhor exemplificar o que acontece. Uma delas é do filme Gremlins (1984): Na minha cabeça o mais valor produzido lá na “fábrica” é o Gizmo – aquele bichinho bonitinho que todos amam. Mas imaginem, todo mundo ama o gizmo e todos querem o gizmo, daí colocam água no Gizmo e ele começa a originar Gremlins: Lucro comercial, industrial, juros e renda

fundíaria. E tudo isso aconteceu por causa do Gizmo – leia-se mais valor¹⁴. A autonomização cria essas figuras que vão lutar entre si para abocanhar a sua fatia advinda do mais-valor. Nessa batalha “mortal” entre D’euses, apesar de acarretar uma crise para o seu próprio funcionamento, as consequências mais drásticas acabam recaindo para a humanidade no seu entorno. Por quê? Veja, aqui já se começa a desenhar com maior nitidez as linhas dessa crise civilizatória: Se nesse movimento insano pela valorização do valor os concorrentes buscam incessantemente inovações que perpassam pelo alto investimento em capital constante, quem é retirado da equação é a aquela coisa que carrega a mercadoria FdT. À despeito da tendência de queda da taxa média de lucro – no processo de circulação/reprodução social – e de qualquer outra insígnia representativa das cifras que se movimentam, o principal resultado dessa guerra é a tendência à supérfluotização¹⁵ da humanidade.

A síntese desse movimento e que não podemos perder de vista é que a única fonte real de valorização do valor advém da mercadoria especial força de trabalho. E é por isso que insistem em nos dizer que o “trabalho enobrece o homem”, “Deus ajuda quem cedo madruga” e outras tantas proposições enaltecedoras ao evento. Claramente até aqui já possuímos um indicador fundamental para essa defesa primordial deste lugar chamado trabalho e a quem ele serve em uma sociedade regida pelo MPC. Permito-me aqui a uma pausa em relação à retomada conceitual para algumas importantes observações.

A centralidade do valor – e é interessante marcar aqui que a sua faceta de valor de troca acaba sendo o “mais importante” da sua composição de dois elementos – assumiu o comando da humanidade como se fosse uma divindade. Onipresente e onisciente esse novo Deus exige de nós – e aí sim, todos somos iguais perante a Ele – que gostando ou não devemos atender aos seus anseios. Nós conseguimos exteriorizar a exploração – não que ela esteja fora da sociedade, ao contrário, ela tem bases materiais sólidas –, reificada à níveis

¹⁴ Mais-valor este que será realizado no processo de circulação, no qual apresenta outras variáveis como a regulação do preço da mercadoria, a competição/concorrência entre capitalistas etc.

¹⁵ Permito-me a criação de um conceito para tratar do aumento exponencial dos supérfluos e não recorrer ao conjunto de palavras.

inimagináveis no século XIX, ela não é mais apenas uma exploração advinda de uma “classe”, mas sim da entidade divina que construímos ao longo da maturação desse processo de produção.

Voltamos aqui à ideia de “doença de base”. Como uma “boa” doença, ela foi avançando e capturando todos os nossos sentidos. Mas quem é o indivíduo acometido por essa fase aguda da doença? Olha... a proposição é exatamente essa! Todos nós somos esses indivíduos e aceitamos o nosso destino! Ao contrário do Deus metafísico religioso, o nosso Deus – também onipresente e onisciente não aceita agnósticos e nem tampouco ateus. Ele é rígido e exigente! Para viver ou sobreviver – e daí depende o seu papel nesse grande roteiro – somos apenas instrumentos D’ele, dotados de força de trabalho, única fonte de energia que consegue realizar o “milagre” da transformação de D para D’ ao final do grandioso percurso do capital. Se pegarmos a visão das fórmulas dos ciclos do Capital – presentes no segundo livro de Marx –, somos tidos como uma parte com certo “valor” nessa história, mas se, e somente se (expressão matemática interessante para o caso) aceitarmos de bom grado o destino funesto deste lado da relação. A relação entre duas classes é o que diríamos de uma relação muito boa onde um manda e outro obedece. E veremos mais a frente que essa posição insólita e complicada ainda consegue ultrapassar todos os níveis de penúria quando a tal mágica de D virar D’ e se suspender aparentemente do ciclo do capital produtivo. E pensarão: E por que ainda dependemos dessa massa estúpida ávida por direitos e salários?

Francisco de Oliveira (2003) em uma determinada passagem de seus estudos diz que a sociedade capitalista não é simplesmente uma sociedade produtora de mercadorias, mas uma sociedade que se produz enquanto mercadoria. Ou seja, a sociedade como um todo virou “M” de mercadoria que não por acaso está no meio da fórmula D-M-D’. É nessa produção – que edifica uma estrutura reificada – que a gente vira coisa e só o que vai importar dela é o valor de troca que a gente vai carregar como nossa própria bola de ferro categorizada como força de trabalho. Aliás, todo o percurso da nossa vida é mediado para que essa nossa mercadoria especial – fonte única e exclusiva da criação de mais valor – se torne algo central para nós mesmos. Somos preparados para nos “entregar” desde o momento em que nascemos. Essa é a

história de todos os indivíduos nessa sociedade. A dominação deu um salto mortal também. Muito se fala da dominação de uma classe pela outra, mas, em uma análise mais detalhada o que podemos visualizar é que – em um sentido mais amplo – ambas são dominadas pelo movimento eterno do capital. E ai de quem quiser sair dessa dominação!!! Deus não permite! Postone recuperando Marx nos lembra que

na estrutura da análise de Marx, a forma de dominação social que caracteriza o capitalismo não é uma função da propriedade privada, da propriedade pelos capitalistas do produto excedente e dos meios de produção; pelo contrário, ela se baseia na forma de valor da riqueza em si, uma forma de riqueza social contrária ao trabalho vivo (os trabalhadores) como um poder estruturalmente hostil e dominante. (Postone, 2014, p. 46)

É no processo de produção dessa sociedade, a partir da produção de mercadorias dos mais diversos tipos, que nos tornamos e fomos relegados a instrumentos e regidos por uma abstração altamente destrutiva e violenta. A ciranda do capital – que não enxerga traços humanos nas suas fórmulas matemáticas – é executada para ser repetida de forma contínua na tentativa de extrair sempre o máximo de valorização do valor. Na esteira desse processo reside uma contradição quase que surreal - mas se compreendermos que somos regidos por algo metafísico, através de uma estrutura fetichizante e reificada, podemos entender. A disputa entre capitais na luta eterna para manter o seu capital fazendo a sua dança se lança a “modernização” da sua máquina de extração de mais valor e faz das máquinas e tecnologias (capital constante) o seu principal instrumento de extrair o máximo possível da sua mercadoria especial força de trabalho (capital variável) a ponto que, se modernizarmos por completo podemos chegar em um momento que 1 segundo desse capital variável permitirá uma extração de mais valor gigantesca. Porém, nesse universo distópico produzido pela concorrência do capital, um único ser humano sobrevivente será necessário para pressionar o botão. O que vai acontecer? *Pega a visão, abra os olhos e enxergue: a destruição completa da humanidade está acontecendo em tempo real!* Crise civilizatória! Crise humanitária! Crise do capital? Também! O aumento de sua força destrutiva e de sua capacidade de produção ataca o cerne do processo de valorização do valor que leva a tendência da queda da taxa média de lucro pela retirada constante de sua parte variável. Mas, ainda sim, mesmo que com números menos pomposos em termos de

crescimento sua produção e reprodução continua a pleno vapor! Se o modo automático continua ligado e em movimento, isso já basta! Suas consequências nefastas e agudas são, em sua grande e robusta maioria, destinada àquela parcela da população relegada aos últimos estratos da sociedade.

Sobre esse *continuum* automatizado estabelecido que se tornou o MPC Postone explica ainda que,

o objetivo da produção no capitalismo exerce uma forma de necessidade sobre o produtor. Os objetivos do trabalho - sejam eles definidos em termos dos produtos ou dos efeitos do trabalho sobre os produtores — não são dados pela tradição social nem decididos conscientemente. Pelo contrário, o objetivo fugiu do controle humano: as pessoas não podem decidir o valor (ou mais-valor) como objetivo, pois esse objetivo enfrenta-as como necessidade externa. Só podem decidir que produtos têm maior probabilidade de maximizar o mais-valor obtido, a escolha dos produtos materiais como objetivos não é função das qualidades substantivas nem das necessidades a serem atendidas. Ainda assim, a “batalha dos bens” - tomando emprestado o termo de Weber — que reina de fato entre os objetivos substantivos só parece ser relativismo puro; o relativismo, que evita que alguém julgue com base em fundamentos substantivos os méritos de um objetivo de produção em relação a outro, resulta do fato de, na sociedade determinada pelo capital, todos os produtos corporificam o mesmo objetivo oculto da produção — o valor. Mas o objetivo real não é, ele mesmo, substantivo, daí a aparência de puro relativismo. O objetivo da produção no capitalismo é um dado absoluto que, paradoxalmente, é apenas um meio - mas um meio que não tem outro fim que não ele mesmo. (Postone, 2014, p. 211)

Dando continuidade a nossa seara explicativa, Marx (2014) no livro 2 do Capital vai nos explicar de forma detalhada os ciclos do capital, a importância de estratificar cada um, enxergar suas particularidades e nuances, mas mais do que isso, explicar que estes ciclos compõem uma unidade! Sabe aquele lance da produção e da formação milagrosa do mais valor, ela é a ponta do iceberg porque esse mais valor ele precisa se realizar no ciclo do capital mercadoria e precisa entrar de volta no circuito no ciclo do capital monetário para aí sim voltar ao seu lugar de transformação de valor em mais valor no ciclo do capital produtivo. Unidade! Totalidade! Complexo de complexos! Torna-se extremamente fundamental compreender as partes deste todo e os seus estágios em decomposição tal como fez Marx, porque é justamente entendendo as decomposições, as rotações e como funciona cada ciclo (capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria) que podemos entender as “crises” e

detalhes minuciosos que às vezes podem passar desapercebidos. Por exemplo, quando Marx (2012) coloca a expressão geral $(D - M (FdT, MP) \dots PP \dots M' - D')$ ele nos atenta que o que se modifica no fim é apenas a grandeza do valor adiantado. E isso tem muito a dizer sobre nós e sobre Ele. É indiferente se no meio estamos produzindo livros ou ogivas nucleares. É indiferente!

Marx foi tão além e continua sendo tão necessário para compreensão do “buraco” que nos enfiamos que, antes mesmo do surgimento da indústria cinematográfica hollywoodiana popularizar o gênero ficção entre nós, conseguiu revelar como o próprio movimento do capital traz consigo um elemento fictício. Chegamos no momento “pura magia” onde a fórmula já apresentada lá atrás ganha mais dois D’s. Vejamos a fórmula novamente:

$$(D) - D - M (MP e FdT) \dots PP \dots M' - \dots D' - (D').$$

Marx salienta que,

é no capital portador de juros que a relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista. Aqui deparamos com D-D', dinheiro que engendra mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo mediador entre os dois extremos. (...) A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) é, por si só, capital, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo inteiro de reprodução aparece como uma qualidade inerente a uma coisa material; depende da vontade do possuidor do dinheiro, isto é, da mercadoria em sua forma constantemente mutável, se ele irá desembolsá-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital. No capital portador de juros, portanto, produz-se em toda sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento. A relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma vazia de conteúdo. Assim como na força de trabalho, o valor de uso do dinheiro transforma-se em fonte de criação de valor, de um valor maior que o que está contido nele mesmo. Como tal, o dinheiro é potencialmente um valor que se valoriza a si mesmo e que é emprestado, o que constitui a forma da venda para essa mercadoria peculiar. Assim, criar valor torna-se uma qualidade do dinheiro tanto quanto dar peras é uma qualidade da pereira. (Marx, 2016, p. 382- 383)

Inesperados e sorrateiros – como se fosse miragens inexplicáveis ou aquelas visões duplicadas após uma grande ingestão de álcool – os dois D’s se desprendem de todo o processo cansativo de valorização do valor e decidem por si só se estabelecer como o capital portador de juros ou o maior grau de

fetichização de todo o processo. Marx nos dá excelentes passagens cômicas ao falar sobre esse tipo de capital parasitário, mas também o explica de forma emblemática e o apresenta como algo necessário ao próprio MPC.

É como capital portador de juros, mais precisamente em sua forma direta de capital monetário portador de juros (as outras formas do capital portador de juros, que aqui não nos interessam, são, por sua vez, derivadas dessa forma e a pressupõem), que o capital reveste sua forma fetichista mais pura: D-D' como sujeito, coisa vendável. Em primeiro lugar, por meio de sua existência constante como dinheiro, forma na qual todas as suas outras características se apagam e seus elementos reais são invisíveis. O dinheiro é justamente a forma em que se apaga a diferença das mercadorias como valores de uso e, por conseguinte, também a diferença dos capitais industriais constituídos por essas mercadorias e suas condições de produção; é a forma em que o valor – e, aqui, o capital – existe como valor de troca autônomo. No processo de reprodução do capital, a forma-dinheiro é efêmera, um elemento meramente transitório. No mercado monetário, ao contrário, o capital existe sempre nessa forma. Em segundo lugar, o mais-valor que o capital produz, aqui também na forma do dinheiro, aparece para ele como algo que se lhe acrescenta. Assim como crescer é próprio das árvores, também criar dinheiro (tokoz) [juros; descendência] parece ser próprio do capital nessa forma de capital monetário. No capital portador de juros, abrevia-se o movimento do capital; deixa-se de lado o processo intermediário, de maneira que um capital = 1.000 é fixado como uma coisa que é por si mesma = 1.000 [a] e que, ao final de dado período, converte-se em 1.100, tal como o vinho guardado na adega, que depois de certo tempo também aumenta seu valor de uso. O capital é agora uma coisa, mas, como tal, é capital. O dinheiro tem agora amor no corpo. Tão logo é emprestado ou investido no processo de reprodução (na medida em que rende ao capitalista ativo, como a seu proprietário, juros separados do ganho empresarial), crescem seus juros, não importando se ele dorme ou está acordado, se está em casa ou viajando, se é dia ou noite. Assim, o desejo do entesourador se realiza no capital monetário portador de juros (e todo capital é, segundo sua expressão de valor, capital monetário – ou é agora considerado a expressão do capital monetário). (Marx, 2016, p. 384)

Tal como as crises, o capital portador de juros e todas as nuances que surgirão daí (letras de câmbio, ações, títulos da dívida etc.) fazem fronteiras desaparecerem e a fórmula D – D' ganhar a tal “independência”. E aí é preciso perguntar? Mas se lá atrás a gente afirmava que a única forma de conseguir a valorização do valor era com a extração de mais valor da FdT na parte correspondente ao trabalho excedente, então de que forma podemos dizer que o dinheiro se transformou em mais dinheiro? Como nos bons filmes, ficção e

realidade se entrelaçam, se desconectam, se fundem novamente criando uma variação de gêneros diferentes que vão do terror ao suspense e da ação ao drama! O que acontece é que no processo de circulação o crédito torna-se essencial para a reprodução do capital enquanto Modo de produção. O dinheiro precisa estar disponível para iniciar novos ciclos produtivos.

A fórmula do processo de produção do capital que parte de D até chegar a D' é como as metamorfoses de determinadas palavras na língua portuguesa. Eu gosto muito da palavra que – até no presente momento – se chama “você” que outrora se chamava vossa mercê que popularmente passou a ser chamada de vósmice depois se transformou no atual “pronome evoluído” você e se alguém colocar no whatsapp hoje um “vc” todo mundo já sabe que, o que importa no final é que o maldito D que entra na equação, saia em outro lugar com a sua respectiva valorização, ou seja, não importa o processo. Ou como o ditado diz: uma mentira contada várias vezes acaba virando verdade. A verdade é que D de fato vira D' e isso é uma realidade que pode até parecer contraditório, mas dentro dessa verdade existe outra que, para isso acontecer – mesmo que seja de forma quase que instantânea – uma série de outras histórias precisam continuar acontecendo no mundo real! Ou seja... D precisa de MP, de FdT, do PP e sua mágica de extrair mais valor, de M que sai para o mercado e que se realiza virando D'. Para contar essa história e todas suas nuances com todos os ciclos acontecendo de modos cruzados e fazendo isso um entrelace sem fim seriam necessários mais do que palavras, mas uma boa dose de domínio de conhecimento de Tecnologia da informação para construção de uma fórmula que se repete em multiversos. Pode até parecer um pouco surreal o que escrevo, mas é exatamente esse todo caótico no qual se transformou o funcionamento sistêmico desse modo de produção.

Um dos principais “problemas” oriundos da independência de D e D' é quando a desvinculação é tão grande que chega em um determinado momento que ela não representa mais a riqueza verdadeiramente produzida. A última grande “crise” do capital foi exatamente por conta desse descolamento exacerbado no mercado de *subprimes*¹⁶. E o Estado – que se diz neoliberal, ou

¹⁶ Ainda me fazendo valer de uma cultura advinda da indústria cinematográfica hollywoodiana, preciso deixar aqui uma excelente dica de filme sobre essa crise que é

como diz José Paulo Netto (2012) “mínimo para o social e máximo para o capital” – precisa entrar em cena para salvar grandes corporações.

As crises cíclicas¹⁷ devem ser interpretadas como uma dinâmica inerente ao MPC. Elas fazem parte, são constitutivas. Interpretá-las como algo aleatório derivado de um problema qualquer mitiga sua dialética. A característica antropofágica e a autofágica desse sistema é a mesma que lhe permite estar sempre em movimento à despeito de qualquer tragédia oriunda deste. Um vírus pode ser fatal para muitos, mas ainda sim interessante para alguns¹⁸ e maravilhoso ao capital à curto, médio e longo prazo!

Se a gente retira o saldo catastrófico humano desse ser autômato construído poderíamos com muita veemência enxergar beleza na perfeição desse funcionamento. Por que não produzir destruição? Por que muitas mortes podem ser válidas? Por que não destruir ecossistemas em determinados lugares remotos? Vai acabar água? Opa! Nicho de mercado. Pode virar ação em Wall Street! Vai gerar revolta por conta da morte de negros que nada valem? Opa! Pode virar camiseta, slogan, venda de mercadorias e algumas “leis” para que a gente acredite que estamos no caminho para “um mundo melhor”. Ah, as constituições, as políticas sociais, as esperanças... chega dar até vontade de ir às ruas e lutar! Somos Dom Quixote e estamos empunhando nossas espadas para um moinho de vento, mas talvez sentados em um cavalo de madeira infestado de cupins.

o “A grande aposta” (2015). Apesar de uma mistura de filme baseado em fatos reais com uma tirada cômica, o filme é bem interessante na explicação da crise de 2008.

¹⁷ Mandell (1982) argumenta que as crises econômicas cíclicas são inerentes ao sistema capitalista devido às suas contradições internas, como a superprodução de mercadorias e a tendência à queda da taxa de lucro e desequilíbrios na distribuição de renda e, por isso, para o autor as crises não têm uma causa única, mas resultam de múltiplos fatores interligados. Essas crises que ocorrem em ciclos industriais de curto prazo (entre 7 e 10 anos) ajustam violentamente os desequilíbrios entre produção e demanda, e eliminam capitais menos eficientes para restaurar temporariamente a lucratividade. Diz o autor: “O movimento cíclico do capital é o mecanismo através do qual se realiza a queda tendencial da taxa média de lucro. [...] Esses ajustes não se produzem a priori, mas a posteriori. Daí que necessitem sacudidas violentas, com destruição de valores e riquezas criadas” (Mandell, 1982, p. 324)

¹⁸Disponível em: <https://revistaforum.com.br/coronavirus/2021/9/29/ex-gestora-de-paulo-queudes-investiu-no-maior-grupo-de-funerarias-do-brasil-na-pandemia-103979.html>

Pensa que é só? Ciclo te lembra alguma coisa? Ciclo está associado a ideia de tempo. *Time is Money!* O tempo está presente em todos esses ciclos e é sem dúvida uma tara do ser onisciente, onipresente, e a anulação total do espaço pelo tempo sempre será uma busca incessante no nosso grandioso movimento automatizado. Veja bem – agora a gente consegue até a proeza de ouvir áudios em velocidades que derrubam o “tempo normal” através do *whatsapp*. Você acha mesmo que isso é legal e não está sendo usado contra nós? Marx, nos *Grundrisse*, anteviu essa tara quando afirmou a necessidade que o capital tem pela sua natureza em superar todas as barreiras espaciais em uma tentativa tácita da supressão do espaço pelo tempo tornar-se para Ele uma necessidade extraordinária. Avanços tecnológicos, progressos científicos e várias características do desenvolvimento das forças produtivas desafiam os limites da imaginação para entregar ao capital sua necessidade voraz. Enquanto isso dentro da equação insana está a já combalida, esquecida e resignada, mercadoria especial lançada as filas do descarte. Postone recuperando Marx acrescenta ao assunto quando diz que,

embora o capitalismo tenda a desenvolver forças produtivas poderosas cujo potencial torna cada vez mais obsoleta a organização de produção baseada no dispêndio de tempo de trabalho imediato, ele não é capaz de permitir a completa realização dessas forças. A única forma de riqueza que constitui capital é a que se baseia no dispêndio de tempo de trabalho imediato. Portanto, o valor, apesar da sua inadequação crescente como medida da riqueza material produzida, não é simplesmente suplantado por uma nova forma de riqueza. Pelo contrário, de acordo com Marx, ele continua sendo a precondição estrutural necessária da sociedade capitalista. Assim, embora o capitalismo se caracterize por uma dinâmica intrínseca de desenvolvimento, esta continua presa ao capitalismo; ela não é autossuperável. O que se torna “supérfluo” em um nível, continua “necessário” em outro: ou seja, o capitalismo de fato dá origem à possibilidade de sua própria negação, mas não evolui automaticamente para outra coisa. O fato de o dispêndio de tempo de trabalho humano imediato continuar central e indispensável para o capitalismo, apesar de ter se tornado anacrônico pelo desenvolvimento do capitalismo gera uma tensão interna. (Postone, 2014, p. 51)

E é bastante interessante que a categoria trabalho, circunscrita pela sociedade capitalista expressa com absoluta clareza como a única variável que é impossível de ser retirada da equação para valorização do valor e, portanto, para manutenção do próprio *status quo*, ainda assim continua sendo

extremamente defendida como fundamental por quem supostamente é contrário a tal manutenção e – jura solenemente – que é contrário a tal ordem. Não é incomum, por exemplo, as ideias mirabolantes de reinserção no “mundo do trabalho” com populações que já foram descartadas por esse mundo. É mais do que visível que no mundo do trabalho circunscrito pelo capital não têm mais espaço para todo mundo e nem para uma parcela significativa. Torna-se fundamental, na mesma proporção de que nos parece já um tanto quanto desnecessária a tara por mais direitos, pararmos imediatamente pela mesma compulsão que temos por retomar um mundo que não existe mais – e que com toda certeza não voltará a existir. É quase infantil essa busca incessante, porque um dos elementos destruídos pela reprodução do capital é justamente o trabalho. Menegat (2019) ao falar sobre essa característica menor que o trabalho adquire na sociedade capitalista nos dirá que

como a menoridade, nesta perspectiva, se funda no trabalho, a crítica deste é um tema essencial para se restabelecer uma dimensão da negação do capitalismo. As antigas formas de dependência do escravo e do servo medieval não são suprimidas no trabalho assalariado e nem possuem com ele uma relação interna de evolução. Elas mudaram de uma submissão pessoal sujeita a violência física direta para uma submissão impersonal impregnada de formas não menos cruéis de coação (...) o trabalho, cuja origem da palavra não esconde sua identidade com instrumentos de tortura, é um ato sacrificial numa forma sublimada de renúncia autoconsentida (Menegat, 2019, p. 46-47).

Seguindo a mesma reflexão crítica sobre o trabalho nesta sociedade, Netto (2011) expõe que

esta atividade desconcentrou-se, inverteu-se mesmo: é a vida genérica do homem que se torna um instrumento para a consecução da sua sobrevivência física (orgânica, animal, natural). Nas condições desta sociedade, o trabalho, portanto, não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila (Netto, 2011, p. 56).

O que os autores nos apresentam é que o trabalho tal como nos é apresentado não é nada mais do que uma prisão. Ele só serve para o mesmo sentido e não existe nenhuma possibilidade de tentarmos nos livrar desse sentido. Portanto, não existe emancipação que passa pela utopia desvairada de um mundo do trabalho para todos nas circunscrições do capital. Se todos nós trabalhássemos e fôssemos felizes para sempre no conto de fadas, ainda sim estaríamos presos. Menegat (2019) ao falar sobre o trabalho complementa que

essa forma específica da atividade humana produtiva representa a continuidade de um esforço contraditório que traz as cadeias pesadas da menoridade da humanidade. Ela guarda esta contradição ritualizada num processo social que mantém aceso como uma aparência social necessária o impulso a transcender seus limites e, ao mesmo tempo, como a essência deste processo, o obscurecimento de todos os meios de realização de outro horizonte histórico. Os indivíduos permanecem seres socialmente imaturos (limitados, demasiado limitados para suportar sua emancipação), mesmo que a data de validade desta forma social tenha, desde sua origem, se apresentado como algo a ser ultrapassado (Menegat, 2019, p. 48)

Todo o investimento realizado para que fosse possível um aumento da exploração da força de trabalho através do aperfeiçoamento constante do processo de produção ao longo da história da humanidade serviu para a finalidade de valorização do valor. Podemos perceber com nitidez que, por exemplo, a redução da JT ao longo da história segue à duras penas através de muita luta – com grandes tendências ao retrocesso – e, que a possibilidade real colocada pelos avanços tecnológicos para a redução de força de trabalho só levou ao aumento de uma grande massa supérflua para a produção ao invés de reduzir o “fardo” do trabalho. Postone afirma que “apesar da emergência da possibilidade histórica de que o modo de trabalho social possa ser enriquecedor para a maioria, o trabalho social se tornou efetivamente empobrecedor para a maioria” (Postone, 2014, p. 52).

Sobre isso Marx nos diz com uma clareza tácita que

não é preciso ter uma perspicácia fora do comum para compreender que, partindo, por exemplo, do trabalho livre ou trabalho assalariado resultante da dissolução da servidão, as máquinas só podem surgir em contraposição ao trabalho vivo, como propriedade alheia e poder hostil diante dele; que elas têm de se contrapor a ele como capital. (Marx, 2011, p. 707)

Velocidade, revoluções tecnológicas, microeletrônica, ganhos de produtividade, todos esses “avanços” promovidos pelo gênero humano são contraditoriamente colocados em oposição à humanidade pela sua finalidade última – e mais importante – de valorização do valor. Ao invés de se reverter na sua possibilidade de redução abrupta da Jornada de trabalho de 30 horas por dia para uma jornada de 3 minutos, ela mantém a exploração sobre um, desliga a força de trabalho de trabalho de mil e continua em modo automático. Todos nossos avanços maravilhosos são em última instância contrários a nós pelo seu pertencimento a ciranda do capital e nos levam ao retorno do Estado Hobbesiano

de todos contra todos. O mundo do trabalho de hoje é extremamente diferente do que Marx vivenciava – apesar da essência permanecer intacta. A produção foi tomada por robôs e botões a serem pressionados e a maior massa de força de trabalho sobrante foi realocada no fantástico e vultoso mundo dos serviços. Atualmente a expansão das IA's (inteligências artificiais) apresenta um cenário ainda mais avassalador na aniquilação de inúmeros postos de trabalho. Sobre isso Harvey (2016) nos apresenta que

o ganho de velocidade sempre foi, como vimos, um objetivo fundamental da inovação tecnológica em relação ao capital, e o mundo da informática não é exceção. Uma das consequências do crescimento exponencial da capacidade dos computadores é que “categorias inteiras do emprego tradicional correm o risco de ser expressivamente informatizadas num futuro próximo”. A ideia de que a criação de empregos pelas novas tecnologias compensará essas perdas é “pura fantasia”. Ademais, a ideia de que apenas os trabalhos rotineiros mal remunerados serão eliminados, ao contrário dos trabalhos qualificados, com alta remuneração (como radiologistas, médicos, professores universitários, pilotos de avião etc.), é um equívoco. (Harvey, 2016, p. 104)

Mas, nada é comparável ao imenso mundo dos descartáveis, dos supérfluos, ou seja, daqueles que “não tem mais para onde ir”. Esse lugar é que ativa o nosso clássico modo sobrevivência, nosso lugar comum quando pensamos em trabalho, e que sempre precisamos protegê-lo ao máximo para não terminar na imensidão do universo descartado.

Essa grande massa de supérfluos – que de fato compõe o objetivo deste trabalho – precisa não só ser estudada como ressignificada, até porque esta não tem nada de supérflua, contraditoriamente. E, sendo assim, desde já, devemos abolir a ideia de “excluídos” ou “marginais”, essas massas são tão fundamentais para a manutenção do processo de produção quanto qualquer tecnologia avançada e qualquer força de trabalho altamente qualificada. Um refugiado, um esfomeado e uma pessoa em situação de rua também são extremamente funcionais à ordem.

Marx sobre isso aponta que,

mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva

disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. (Marx, 2012, p. 858)

Entretanto, as consequências de uma retirada em massa da mercadoria especial “força de trabalho” da ininterrupta cadeia D – M – D’ acarretam, como já abordamos, em tendências contrárias ao seu próprio movimento ininterrupto, o que levam o capital a algumas medidas de ajustes para seus próprios problemas. E uma delas, antes de nos aprofundarmos sobre a exponenciação dos supérfluos, e que também estará intimamente relacionada a esse processo são os movimentos de concentração e centralização de capitais. Bottomore explica sobre eles que

o capital tem dois aspectos distintos. Em relação ao processo de trabalho, ele existe como uma massa concentrada de meios de produção que comanda um exército de trabalhadores: em relação ao capitalista particular, representa a parte da riqueza social concentrada em suas mãos como capital. Esses aspectos do capital são, por sua vez, objeto de dois processos distintos: o processo de crescente concentração por meio da acumulação, que Marx chama de concentração do capital; e o processo de crescente concentração através da concorrência e do crédito, que ele chama de centralização do capital. A acumulação é o reinvestimento do lucro em métodos de produção mais novos, mais poderosos. Novos métodos de produção implicam uma crescente escala mínima de investimento e uma crescente proporção do capital investido por trabalhador – portanto, uma crescente concentração do capital em relação ao processo de trabalho. Ao mesmo tempo, embora a acumulação tenda a aumentar o volume de capital à disposição de cada capitalista particular, a divisão da propriedade entre membros da mesma família, o aparecimento de capitais novos que se separam de capitais antigos e o nascimento de novos capitais tendem a aumentar o número dos próprios capitalistas e, portanto, a diminuir o capital social concentrado nas mãos dos capitalistas individualmente. Sendo a acumulação comparativamente lenta em relação a esses últimos fatores, o efeito líquido da propriedade tende a ser uma descentralização. O resultado final, portanto, é que a acumulação concentra o capital no processo de trabalho, mas tende a descentralizar a sua propriedade. A concorrência e o crédito, por outro lado, aumentam a concentração nas duas frentes. A concorrência favorece os investimentos de grande escala graças aos menores custos de produção destes, ao passo que o sistema de crédito permite que os capitalistas particulares reúnam as grandes somas necessárias a tais investimentos. A concentração do capital no processo de trabalho avança, dessa forma, muito mais rapidamente do que lhe seria facultado fazer por efeito da mera acumulação de capital. Ao mesmo tempo, como a concorrência destrói os capitalistas mais fracos e o sistema de crédito permite ao forte engolir o fraco, crédito e concorrência levam a uma

concentração da propriedade dos capitais que mais do que compensa as tendências descentralizadoras que decorrem diretamente apenas da acumulação. No todo, portanto, o capitalismo é caracterizado pela crescente capitalização da produção, bem como por uma crescente centralização da propriedade do capital social. Na análise de Marx, esses dois fenômenos surgem da batalha da concorrência e, por sua vez, servem para intensificá-la. (Bottomore, 2013, p. 100)

Aqui, na briga pelo topo da montanha – um topo cada vez mais estreito com pouquíssimos lugares que, a cada abalo sísmico que muda a sua estrutura, provoca reações em cadeia em tudo que é lugar – é fundamental compreendermos que apesar das fórmulas se descolarem, dos ciclos do capital realizarem as suas rotações cada qual partindo das suas respectivas frentes, tudo está conectado como uma grande teia. Um verdadeiro emaranhado de causas e consequências que fazem parte desse sistema. Portanto, nada pode ser compreendido de maneira unilateral. A complexidade desse sistema, da mesma forma que não nos permite cravar apenas que as “revoluções” tecnológicas são contrárias a humanidade – apesar de já ter inclinado a balança para esse lado em linha atrás –, também não nos permite o “endeusamento” de direitos conquistados com muita luta, tanto um quanto outro, dialeticamente, pode servir a interesses distintos, principalmente, variando de acordo com determinada conjuntura. Entretanto, como não podemos nos esquivar aqui, no atual contexto, todas as inclinações são tendenciais a continuidade ininterrupta e cada vez mais profunda ao processo de valorização do valor independente das consequências humanas derivadas dessa tendência.

E aqui precisamos retornar à consequência mais interessante para nós – aqui me refiro a nobre profissão de assistente social – que é a Lei geral da acumulação capitalista. Ou seja, a síntese do movimento de reprodução ampliada do capital (utilizando a mais valia e a acumulação advinda dessa), a tendência a elevação da composição orgânica, a concentração e a centralização de capitais culminam em concentração de riqueza de um lado e exponenciação do pauperismo de outro. Na figura da montanha – ou da pirâmide como preferir – temos um alargamento significativo da base representando as camadas mais pobres e um estreitamento do cume representando as camadas mais ricas. Inúmeras projeções estatísticas apontam para a continuidade ininterrupta desse maravilhoso mundo onde temos liberdade, igualdade e fraternidade. É na

comprovação da lei geral que temos elementos suficientes para apontar para uma crise civilizatória e seu consequente aprofundamento da barbárie. Vislumbre essa tendência à época de Marx como um fato no curso da história e imagine o saldo desse processo? Imaginou? É aqui que precisamos chegar. Na realidade nua e crua do desenvolvimento da lei geral.

Marx relata que “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2012, p. 857). Para além disso, a lei geral também leva a um aprofundamento de uma superpopulação relativa – muitos deles inclusive supérfluos em relação a toda a dinâmica do MPC, inclusive a do subconsumo – que se torna um importante mecanismo de “contenção” de revoltas porque sempre é possível olhar para baixo e ver que “não há nada que está tão ruim que não possa piorar”¹⁹.

E antes das palavras deste Messias, outras figuras tão interessantes quanto este já apontava a necessidade dessa imensa massa ser de bom grado para com o seu destino e agradecer o seu momento. Marx demonstra algumas passagens interessantes advinda de figuras clássicas da economia política que

depois de ter assim explicado a produção constante de uma superpopulação relativa de trabalhadores como uma necessidade da acumulação capitalista, a economia política, desempenhando o adequado papel de uma velha solteirona, põe na boca do *beau* ideal [belo ideal] de seu capitalista as seguintes palavras, dirigidas aos “supérfluos” postos na rua por sua própria criação de capital adicional: “Nós, fabricantes, fazemos por vós o que podemos, multiplicando o capital de que necessitais para subsistir; e a vós cabei fazer o restante, ajustando vosso número aos meios de subsistência”, (MARX, 2012, p. 862)

Portanto, essa “grande massa” desprezível de força de trabalho carrega importantes características para a continuidade do movimento ininterrupto de valorização do valor. É um verdadeiro *quid pro quo*, mas se entendermos que até mesmo uma força de trabalho - e aqui é importante entendermos esta não como um ser humano, mas simplesmente como uma mercadoria em desuso – que não está sendo utilizada é fundamental para estabelecer um grau maior de

¹⁹Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/27/nada-nao-esta-tao-ruim-que-nao-possa-piorar-afirma-bolsonaro.html>

exploração àquela que se torna sua “antagonista”, ou seja, a força de trabalho em uso. O que aparece e salta aos olhos dos carregadores da mercadoria força de trabalho não é mais seu antagonismo com uma “outra classe” que nem mais é possível uma personificação, mas sim com sua própria classe que enfileira um número significativo de forças de trabalho em desuso. Esse quadro altamente ameaçador faz desse que carrega a dor de ser possuidor de força de trabalho se submeter cada vez mais a qualquer ímpeto selvagem que venha nas instruções de seu empregador imediato. O que está posto é que “todo capitalista tem interesse absoluto em extrair uma determinada quantidade de trabalho de menos trabalhadores”

E Marx complementa,

o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista. (...) A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. (Marx, 2012, p. 864)

Nesse momento a dominação é concluída, a domesticação é realizada e o movimento contínuo e ininterrupto da valorização do valor torna-se mais forte do que nunca. É muito interessante largarmos essa frase aqui e a analisarmos como algo que pertence ao momento de Marx e que, na atualidade, podemos inclusive atribuir a “força” um maior expoente matemático. O que tenho a pretensão de demarcar aqui é que o capital está claramente mais forte do que nunca em sua relação com o trabalho – ainda que em uma crise de valorização insolúvel – pelo alargamento massivo de uma massa “supérflua” de seres humanos que nada mais são do que um mecanismo de pressão infinita sobre uma combalida classe carregadora de força de trabalho ainda em uso.

Marx nos diz que

o capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta

de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital. (Marx, 2012, p. 869)

Marx categorizará esses “sobrantes” em três categorias e, por último – não sei se por acaso ou por genialidade – todo o resto não incluso nessas três primeiras ele categorizará como aquelas que compõem o pauperismo. As três categorias são: a flutuante, a latente e a estagnada.

Aqui me permito novamente uma outra analogia cinematográfica com o filme *O poço* (2019) de origem espanhola. Descer pelo poço até os andares mais baixos do pauperismo é fazer o percurso do mercado de trabalho desde seus altos cargos, até uma grande massa assalariada minimamente, passando logo após uma camada flutuante e latente até chegar as camadas estagnadas – hoje fala-se bastante de desalentados – e, por fim, as largas fileiras do pauperismo, da miséria, onde encontramos a vivacidade da barbárie que é a continuidade desta sociedade regida pelo MPC.

As últimas camadas são de fato o objeto mais caro para essa tese e sobre estas Marx aborda que

a terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário (Marx, 2012, p. 873)

E sobre a “não categoria” aborda que

o sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. (...) O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos *fauxfrais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média. (Marx, 2012, p. 874)

Conclui Marx que,

a grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas

quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

(...) Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (Marx, 2012, p. 878)

Chegamos ao fim! Ao mal-estar da civilização em estado de putrefação. Humanos animalizados dotados apenas de instintos selvagens. Bárbaros ou barbárie? Sujeitos dignos de compaixão, pena, direito, medo, nojo, repulsa. Sujeitos ou coisas? Em cada esquina de uma grande cidade – onde o capital circula freneticamente – um olhar mais atento pode facilmente se deparar com as insígnias marcantes dessa “última classe”. A materialização dessa miséria torna-se instrumento também da dominação impessoal e abstrata do nosso todo-poderoso regente. De alguma forma todas as outras classes acima pertencentes aos “sobrantes” ou aqueles que ainda figuram no mercado de trabalho recebem uma mensagem muito eficaz sobre o que fazer no “seu lugar”.

2.2 – Um anti-Marx para comprovar Marx: Piketty e a desigualdade social no século XXI.

Agora daremos um grande salto no tempo e, também, em uma profunda mudança de perspectiva analítica. Vamos de Marx à Piketty. Thomas Piketty em *O Capital no século XXI* é um exemplo de um pesquisador sério que se debruçou sobre uma série histórica imensa de dados para analisar como as desigualdades se constituíram ao longo da história do capitalismo. É verdade que, como um bom social-democrata, o autor ainda acredita em caminhos de um capitalismo mais humanizado, regulado, democrático e com possibilidades de redução das desigualdades. Entretanto, o próprio autor admite que essa possibilidade não é a atual tendência apresentada pelos rumos da história.

Piketty é assumidamente contrário as ideias de Marx a quem o autor define como um apocalíptico ultrapassado. Sobre Marx, o autor francês relata que

sua conclusão principal foi o que se poderia chamar de “princípio de acumulação infinita”, isto é, a tendência inexorável do capital de se acumular e de se concentrar nas mãos de uma parcela cada vez mais restrita da população, sem que houvesse um limite natural para esse processo. Daí decorre a derrocada apocalíptica do capitalismo prevista por Marx: ou a taxa de rendimento do capital cairia continuamente (emperrando o motor da acumulação e fomentando conflitos violentos entre os donos do capital), ou a participação do capital na renda nacional cresceria indefinidamente (o que, mais cedo ou mais tarde, levaria a uma revolta dos trabalhadores). De um modo ou de outro, nenhum equilíbrio estável, socioeconômico ou político, seria possível. (Piketty, 2014, p. 17)

Apesar de reduzir Marx a tal ponto, Piketty também faz um contraponto e credita ao autor o mérito e a relevância em outros aspectos. Ele diz que,

Marx partiu de uma questão essencial (o aumento inédito da concentração de riqueza durante a Revolução Industrial) e tentou respondê-la usando os meios que dispunha. Em segundo, e mais importante, o princípio de acumulação infinita proposto por ele contém uma noção fundamental, tão válida para a análise do século XXI como foi para o século XIX, além de ser mais preocupante do que o princípio da escassez, de Ricardo. Se as taxas de crescimento da população e da produtividade forem relativamente baixas, o estoque acumulado de riqueza se torna, naturalmente, mais relevante com o passar do tempo, sobretudo quando cresce de forma desmedida e se transforma numa fonte de instabilidade. Ou seja, o crescimento fraco não permite que o princípio marxista da acumulação infinita seja contrabalanceado: o equilíbrio daí resultante não é tão apocalíptico quanto o previsto por Marx, embora não deixe de ser perturbador. A acumulação cessa em algum nível finito, mas esse nível pode ser extremamente alto e desestabilizante. Em particular, o patamar muito elevado da riqueza privada (medido em anos de renda nacional) observado desde os anos 1970 e 1980 nos países ricos, sobretudo na Europa e no Japão, se inscreve com perfeição na lógica marxista. (Piketty, 2014, p.17-18)

Mas, apesar das divergências de Piketty para com Marx podemos realizar uma análise crítico-analítica dos dados oferecidos. Piketty pode ser extremamente útil para comprovar a lei geral da acumulação capitalista. Os gráficos, os números e as análises de Piketty são comprovações interessantes de que Marx acertou sua previsão. Porém, uma ausência fundamental também pode ser analisada no excelente trabalho do autor francês. Apesar de sua grande

pesquisa demonstrar os dados sobre a riqueza, seu trabalho é muito limitado no que tange ao outro lado da equação. Algumas poucas linhas expressam sim o abismo entre os dois mundos, mas Piketty claramente é mais preocupado em explicitar os dados que expressam a desigualdade pelo lado da riqueza, o que não é pouca coisa e nem tampouco menos importante. Mas é evidente que o autor não enxerga a economia em sua totalidade e limita as suas preocupações com a redistribuição de renda para redução da desigualdade.

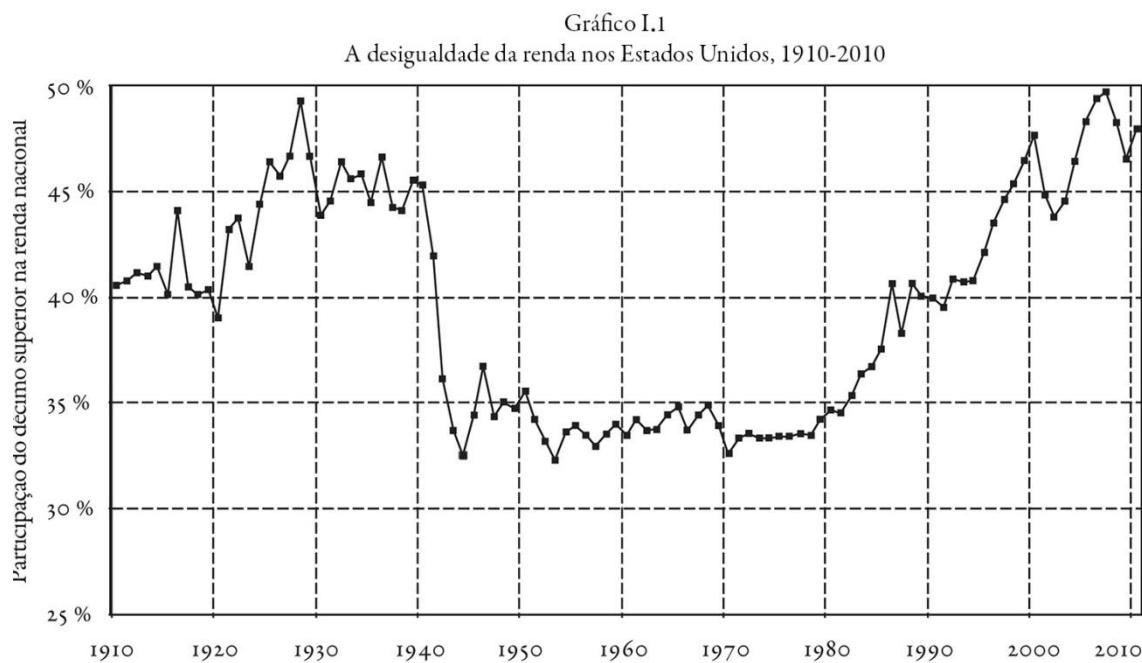
E tal fato nos apresenta um excelente caminho a percorrer. O lado da desgraça humana que falta nas páginas de Piketty e que junto deste comprovaria e atestaria a que ponto chegamos da lei geral da acumulação. O que está acontecendo no mundo nos últimos 50 anos? Qual é a dimensão da barbárie, seus números? É possível mensurar a consequência da lei geral atualmente? Piketty pode nos auxiliar nessa análise mesmo que de forma indireta.

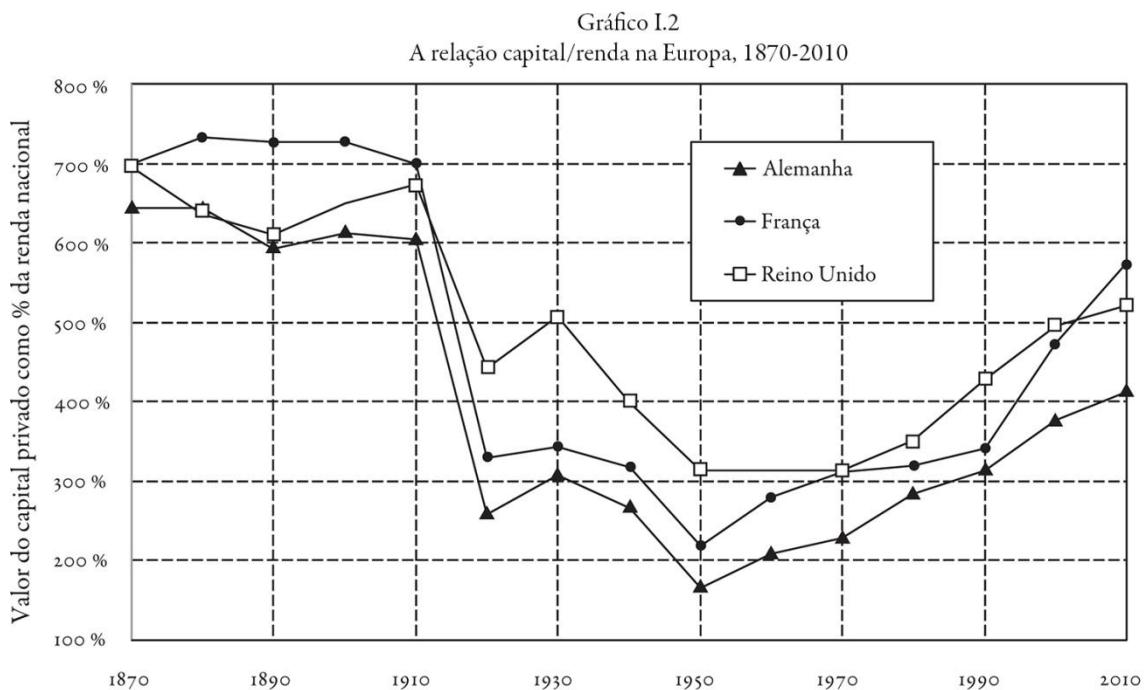
Piketty em suas linhas iniciais nos apresenta como *spoilers* seus principais resultados obtidos no estudo, entretanto, os resultados apresentados pelo autor são infinitamente débeis em relação ao excelente universo de dados que ele apresenta. Piketty, em conclusões medianas e sem uma compreensão mais geral sobre a dinâmica capitalista, apresenta inadvertidamente soluções e resultados distantes da realidade e sem plausibilidade com o real – tais como investimentos em qualificação na formação de mão de obra e impostos sobre grandes fortunas –, apontados por ele como dois pontos chave para a redução da desigualdade. Ora, se estamos parametrados sobre a ideia da lei geral e concordamos com esta, independente do que venha a acontecer na qualificação dos trabalhadores ou na taxação das fortunas acumuladas, o resultado ainda assim continuará sendo a expansão da desigualdade e da pobreza. Cabe ainda ressaltar que em nenhum momento de sua explanação o autor também faz alguma alusão aos conceitos de mais valia e exploração da força de trabalho. Piketty não se importa com as raízes em si da desigualdade e toma a opção de se preocupar com as consequências fenomênicas em tentativas claras de amenizá-las.

Ao reduzir Marx à uma concepção apocalíptica do sistema capitalista, Piketty acaba por desconsiderar a parte da obra de Marx que continua intacta, ou seja, a lei do valor. Lembra quando dissemos que teríamos que guardá-la no

coração? No autor francês mais-valia não é digna nem de nota de rodapé. São dois problemas centrais para nos preocuparmos com o futuro da humanidade. O primeiro é em relação ao distanciamento dos salários, que para Piketty – e ele demonstra com riqueza de detalhes o fato – trata-se de um novo traço de expansão das desigualdades. O segundo problema é a acumulação e concentração. Esses dois problemas que o autor trata como forças de divergência, isto é, forças que “aumentam” a desigualdade, são consequências intrínsecas da lei geral da acumulação capitalista – em nenhum momento considerada por Piketty como uma explicação plausível. Se Piketty dá um salto monumental para explicitar o crescimento da desigualdade demonstrando onde está a riqueza, nada mais trivial do que completar a outra parte do gráfico e ir em busca de onde está a pobreza. Que é onde pretendemos chegar no decorrer da Tese.

Já nos seus dois primeiros gráficos Piketty apresenta a variação da desigualdade de renda nos Estados Unidos entre os anos de 1910 e 2010 e da relação entre capital e renda na Europa entre os anos 1870 e 2010.





Fonte: Piketty (2014).

Em ambos os gráficos observaremos esse aumento da desigualdade, seja ela na desigualdade da renda entre os próprios trabalhadores seja ela na concentração desigual de rendas do capital que são demonstradas ao longo da análise do autor. O que importa é que nos últimos 50 anos estamos escalando a desigualdade e chegando à níveis do século XIX. Mas para não cairmos em um mesmo erro de análise do autor que, por vezes, deixa subentendido que os níveis de desigualdade de hoje já foram experimentados em outro século, devemos alertar os desavisados que no século XIX não tínhamos a configuração capitalista mundializada e, portanto, a desigualdade proveniente deste modo de produção estava limitada aos países analisados pelos gráficos e não a todo o Globo como é o caso na contemporaneidade. E outra dedução mais provocadora. Todo o progresso científico e tecnológico, ao longo dos séculos, contribuiu no sentido de que essa desigualdade – antes vista a olhos nus nos países centrais vide exemplos relatados tanto por Marx no Capital quanto por Engels em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” – foi exportada para os quatro cantos do mundo, e essa atomização da desigualdade faz desta algo mais palatável aos olhos globais. E é exatamente o contrário, não podemos naturalizar que em um mundo com tamanho progresso científico e tecnológico pessoas ainda morram de fome ou por falta de acesso a recursos médicos básicos. Ou ainda, que por mecanismos dos mais variados possíveis a qualidade

de vida dos habitantes de Oslo seja conquistada pelo martírio dos habitantes de Lagos. É essa perspectiva de totalidade que falta para a análise dos dados de Piketty.

Os dois primeiros gráficos apresentados por Piketty nos dão a possibilidade de constatar que, a partir dos anos 1970, com todas as inflexões e mudanças econômicas, políticas e sociais, o caminho do movimento “natural” do capital – valorização do valor e subsunção do trabalho ao capital – estava aberto para uma nova temporada. E, desta vez, em escala global. A juventude do capital sem limites experimentada na Inglaterra do século XIX tão bem descrita por Marx e Engels agora chega ao século XXI já sem fôlego devido a sua crise estrutural, mas, novamente sem limites e com um campo muito mais vasto de barbárie daquele de outrora. A possibilidade da mágica de esconder uma boa parcela da desgraça humana exatamente por ela acontecer simultaneamente em 266 países ao mesmo tempo, sem dúvidas, não estavam à disposição do século XIX. Somos bombardeados por informações desse tipo pelos mais variados canais de comunicação. A fome na África, a guerra na Ucrânia, os refugiados na Europa, os extermínios nas Américas, mas todas estas aparecem descoladas de uma causa sistêmica que atravessa todo o globo. São problemas sem raiz ou com um universo apresentado tão polissêmico de raízes que ficamos perdidos no meio de tantas soluções apresentadas. O que não iremos abandonar neste trabalho é que o problema da desigualdade e de todas as consequências oriundas têm base no modo de produção capitalista e na lei do valor só sendo possível destituí-la através da interrupção desta lei e, consequentemente, do modo de produção capitalista. Ou seja, discordando radicalmente de Piketty, nem em um possível mundo mágico onde redistribuíssemos a renda de uma forma mais equitativa entre os habitantes do mundo, nem assim, resolveríamos o problema da humanidade que ainda estaria sendo submetida a lei do valor e as imposições dominantes do capital.

Mas, como já dito, Piketty chega a números interessantes para analisarmos a desigualdade. Em uma análise sobre o ano de 2010 em países ricos ele faz a certeira análise:

O fato de a renda nacional ser da ordem de 30.000 euros anuais por habitante (o que equivale a 2.500 euros por mês) nos países ricos nos anos 2010 não significa, claro, que todos disponham

do mesmo montante. Como acontece com todas as médias, essa renda média esconde enormes disparidades: na prática, muitas pessoas têm uma renda líquida bem inferior a 2.500 euros por mês, enquanto outras têm renda dezenas de vezes superior. A disparidade da renda resulta, em parte, da desigualdade da renda do trabalho e, em parte, da desigualdade ainda mais forte da renda do capital, que decorre da extrema concentração da riqueza. A renda nacional média significa apenas que, se pudéssemos distribuir para cada indivíduo de um determinado país o mesmo montante sem alterar o nível total da produção e da renda nacional, essa renda seria de 2.500 euros por mês. (Piketty, 2014, p. 56)

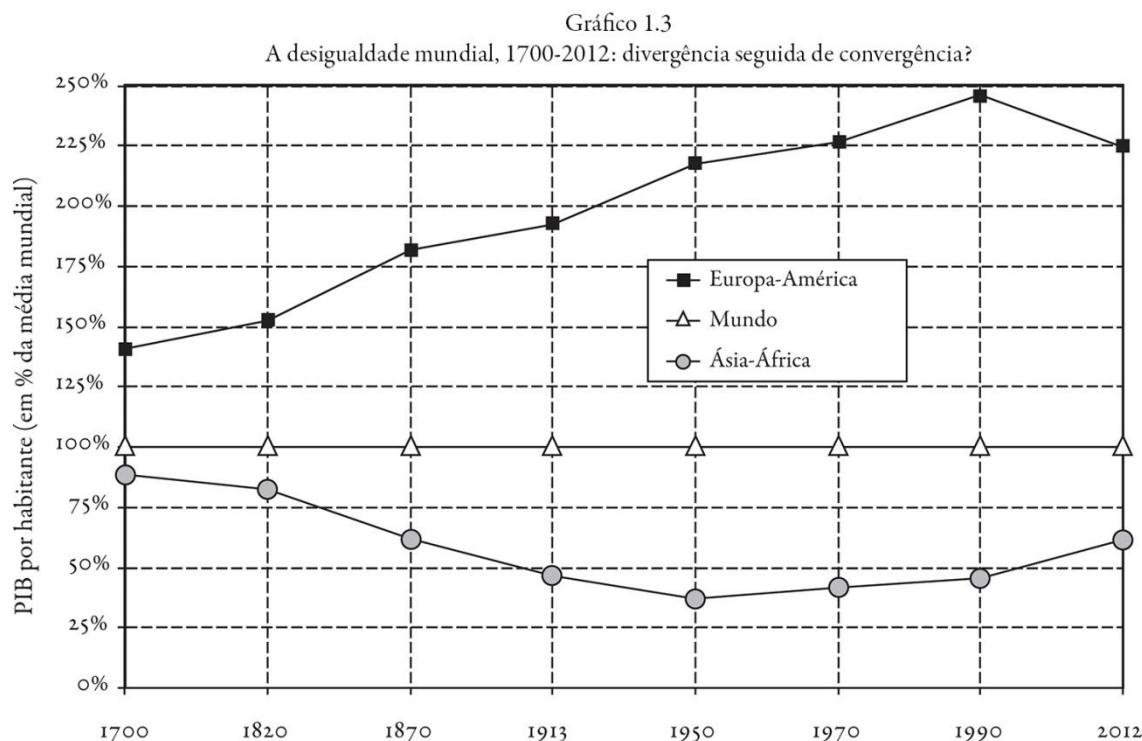
O autor está preocupado em estabelecer parâmetros médios para conduzir a sua análise, o que de fato é imprescindível a ele e ao seu objeto, mas o fato de apresentar que, cada indivíduo destes países ricos proverem de uma renda média de 2.500 euros por mês já nos dá uma belíssima confirmação da disparidade social ao redor do globo, pois o valor apresentado seria considerado extremamente alto para o padrão de renda de milhares de habitantes de “classe média” de inúmeros países.

Mas o autor vai além e apresenta uma possível renda média caso chegássemos a uma distribuição igualitária de tudo o que é produzido no mundo. Ele diz,

a população mundial se aproximava dos sete bilhões de habitantes em 2012, e o PIB ficou um pouco acima dos 70 trilhões de euros, o que significa que o PIB por habitante se situava exatamente nos 10.000 euros. Se subtraímos 10% dessa cifra a título de depreciação do capital e a dividirmos por doze, constatamos que a quantia equivale a uma renda média mensal de 760 euros por habitante, o que talvez fale por si. Ou seja, se a produção mundial e a renda fossem repartidas de forma perfeitamente igualitária, cada habitante do planeta disporia de uma renda da ordem de 760 euros por mês. (Piketty, 2014, p. 72)

Neste caso, os habitantes da zona do euro já sentiriam um desconforto com essa divisão e, talvez até o próprio Piketty não gostaria tanto dessa equiparação plena o que seria uma tamanha afronta a meritocracia por ele defendida. Enfim, um valor relativamente baixo já nos aponta para o objeto central desse trabalho. É obviamente a vultuosa superpopulação relativa a principal responsável por puxar a média pra baixo e, por conta disso, merecerá a nossa atenção principal.

Ao apresentar outro gráfico (abaixo) sobre a desigualdade mundial e uma possível tendência a uma convergência e diminuição desta desigualdade no globo, o próprio autor sinaliza algumas incongruências que derrubam essa “tendência” ressaltando que ao analisar as desigualdades regionais estas continuam a alavancar as discrepâncias. Estados Unidos no bloco Europa/América e China no bloco Ásia e África acabam tornando-se países que interferem em uma análise mais minuciosa e comprometem essa tendência apresentada.



Fonte: Piketty (2014).

Diz Piketty:

A América é igualmente dividida em dois conjuntos bem distintos de países, ainda mais desiguais do que o centro e a periferia europeia: o bloco Estados Unidos / Canadá, com 350 milhões de habitantes e 40.000 euros de PIB por habitante, e a América Latina, com 600 milhões de habitantes e 10.000 euros de PIB por habitante, exatamente a média mundial.

A África Subsaariana, com 900 milhões de habitantes e um PIB de apenas 1.800 bilhões de euros (1,8 trilhão, menor do que o PIB da França, de 2.000 bilhões ou 2 trilhões de euros), é a zona econômica mais pobre do mundo, com 2.000 euros de PIB por habitante. A Índia está um pouco acima disso, e o Norte da África, bem acima, ao passo que a China está melhor ainda: com 8.000 euros de PIB por habitante, a China de 2012 não se encontra muito distante da média mundial.

Para resumir, a desigualdade mundial contrasta países cuja renda média por habitante é da ordem de 150-250 euros por mês (África Subsaariana e Índia) com países onde a renda média por habitante alcança um patamar entre 2.500- 3.000 euros por mês (Europa Ocidental, América do Norte, Japão) — ou seja, onde as pessoas ganham vinte vezes mais. A média global, que corresponde aproximadamente ao nível da China, situa-se em torno de 600-800 euros mensais. (Piketty, 2014, p.67-68)

Portanto, uma ideia de redução da desigualdade no nível global, apesar do gráfico apresentar essa tendência é algo que só pode ser observado em uma faixa mediana de países e, que no percurso do tempo/espaço a desigualdade e a exponenciação de uma pobreza cada vez mais aguda é sintomática, visível e crescente, tal como previsto na lei geral da acumulação.

Mike Davies no excelente trabalho “Planeta Favela” demonstra com riqueza de detalhes o que significa, por exemplo, o que são – na realidade “nua e crua” – as zonas mais pobres do mundo. Ao pesquisar o crescimento exponencial das favelas o autor crava uma previsão assertiva sobre onde deságuam os caminhos da desigualdade. Ele diz: “Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração” (Davis, 2006, p. 29).

Davis relata que em uma reunião operacional da ONU em 2002 realizada em Nairóbi adotou-se a definição de “favela” como, “caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança na posse de moradia” (Davis, 2006, p. 33). O autor em sua análise caracteriza a definição como restrita às características físicas e legais não levando em conta outros aspectos sociais que caracterizam esses espaços. Ainda assim, mesmo com essa definição restrita, “os pesquisadores da ONU estimam que havia pelo menos 921 milhões de favelados em 2001 e mais de 1 bilhão em 2005” (Davis, 2006, p. 34).

E para contrastarmos essa visão um tanto quanto fragmentada de Piketty quando pensa a desigualdade, Davis alerta que a partir dos anos 1970 a estimativa da população favelada nos países chamados “desenvolvidos” alcançaram 6% da população urbana, mas que o percentual dessa população nos países “menos desenvolvidos”, em sua área urbana, é de 78,2%. E, para além disso, o autor nos dá um panorama geral ainda mais realístico sobre a

representatividade da desigualdade – obviamente caso aceitemos o fato de que estes espaços são condizentes a esse fenômeno.

De acordo com o UN-Habitat, os maiores percentuais de favelados do mundo estão na Etiópia (espantosos 99,4%) da população urbana. Tchade (também 99,4%), Afeganistão (98,5%) e Nepal (92%) (...) No entanto, é provável que a população urbana mais pobre esteja em Luanda, Maputo (Moçambique), Kinshasa e Cochabamba (Bolívia), onde dois terços ou mais dos moradores ganham menos que o custo da nutrição mínima necessária por dia. Em Luanda, onde um quarto das famílias tem um consumo per capita de 75 centavos de dólar por dia, a mortalidade infantil (crianças com menos de 5 anos) foi de horrendos 320 a cada 1000 em 1993 - a mais alta do mundo. (Davis, 2006, p. 35).

E essa desgraça constatada por Mike Davis caminha de mãos dadas a prosperidade apresentada por Piketty no gráfico a seguir:

TABELA 2.5
*O crescimento da produção por habitante desde a Revolução Industrial
(Taxa de crescimento anual média)*

Período	Produção mundial por habitante	Europa	América	África	Ásia
0-1700	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1700-2012	0,8%	1,0%	1,1%	0,5%	0,7%
1700-1820	0,1%	0,1%	0,4%	0,0%	0,0%
1820-1913	0,9%	1,0%	1,5%	0,4%	0,2%
1913-2012	1,6%	1,9%	1,5%	1,1%	2,0%
1913-1950	0,9%	0,9%	1,4%	0,9%	0,2%
1950-1970	2,8%	3,8%	1,9%	2,1%	3,5%
1970-1990	1,3%	1,9%	1,6%	0,3%	2,1%
1990-2012	2,1%	1,9%	1,5%	1,4%	3,8%
1950-1980	2,5%	3,4%	2,0%	1,8%	3,2%
1980-2012	1,7%	1,8%	1,3%	0,8%	3,1%

Fonte: Piketty (2014).

Em sequência o autor relata que:

O ponto que me parece mais importante e mais significativo do que os detalhes das projeções de crescimento (como vimos antes, resumir o crescimento de longo prazo de um país a um único indicador é, em grande parte, uma ilusão estatística), e

sobre o qual se deve agora insistir, é que um ritmo de crescimento da produção por habitante da ordem de 1% ao ano é, na realidade, muito rápido, mais ainda do que se imagina normalmente. Ao olharmos para essa questão, devemos tratá-la ainda em termos das implicações para as diferentes gerações. Em trinta anos, um crescimento de 1% ao ano corresponde a um crescimento acumulado de mais de 35%; já 1,5% ao ano corresponde a um crescimento acumulado de mais de 50% no mesmo período (Piketty, 2014, p. 99)

E complementa:

Na prática, isso implica transformações consideráveis nos modos de vida e nos empregos. De fato, o crescimento da produção por habitante foi de, no máximo, 1-1,5% por ano ao longo dos últimos trinta anos na Europa, na América do Norte e no Japão. Ainda assim, nossas vidas foram transformadas radicalmente: no início dos anos 1980 não existiam nem a internet nem os telefones celulares, os transportes aéreos eram inacessíveis para um grande número de pessoas, a maioria das tecnologias de ponta da medicina disponíveis hoje ainda não existia, e apenas uma minoria tinha acesso ao ensino superior. Na área das comunicações, dos transportes, da saúde e da educação, as mudanças foram profundas. Essas transformações também afetaram a fundo a estrutura dos empregos: quando a produção por habitante cresce 35-50% no espaço de trinta anos, isso significa que uma fração substancial da produção realizada hoje — entre um quarto e um terço — não existia há trinta anos, e, portanto, entre um quarto e um terço das carreiras e das tarefas realizadas hoje não existiam há trinta anos (Piketty, 2014, p. 99)

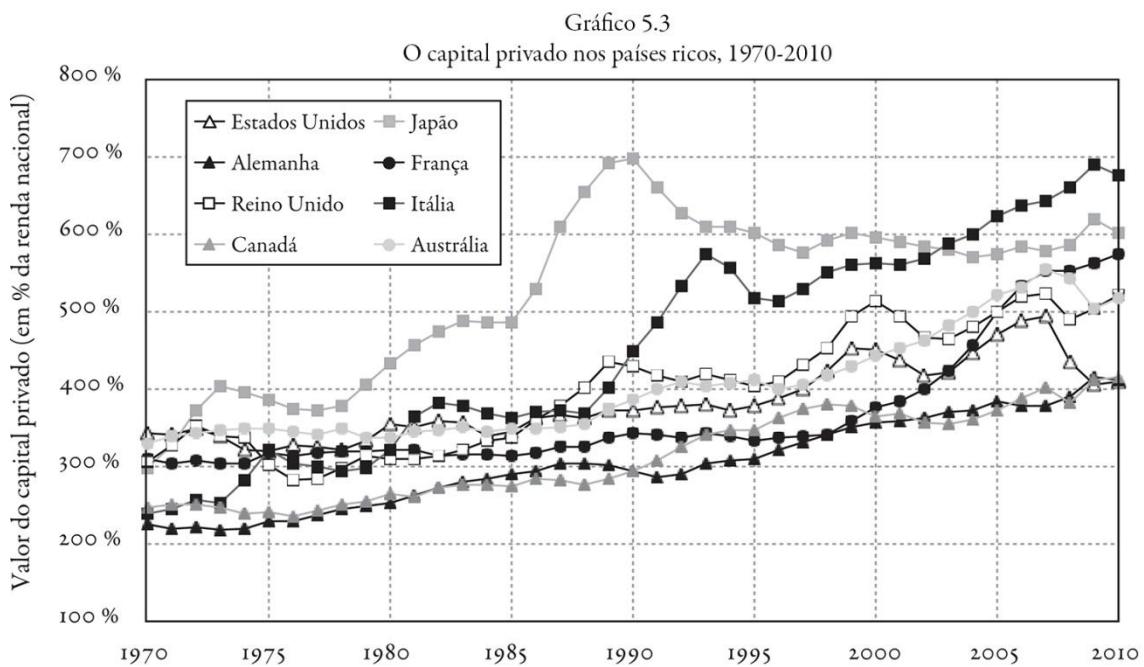
Apesar dos fatos serem irrefutáveis e de que os progressos científicos e tecnológicos vieram na esteira do crescimento, não é verdade que este trouxe de forma unívoca aos nossos tempos a beleza de um mundo melhor com mais empregos, carreiras, saúde, educação, informação e tantas outras coisas, tal como aparece nas linhas do autor. Na esteira de todas as transformações também carregamos traços significativos de retrocessos, principalmente no chamado mundo do trabalho. É necessário rememorar o que Marx apresenta nos *Grundrisse* quando comenta sobre a tecnologia e Harvey quando fala sobre as máquinas (vide páginas anteriores). No nobre autor francês falta a crítica e a dialética. Não podemos apenas nos ater ao lado dos frutos do “mar” de avanços que somos submetidos sem estarmos atentos a barbárie que persiste e avança em nosso cotidiano que não deixam de ser a face oculta do capital e desse próprio “avanço” advindo deste. Decerto que Piketty também não é simplista a esse ponto já que reconhece que o crescimento também traz consigo “novas formas de desigualdade”, mas é exatamente o adjetivo “novas” é que derruba o

elemento comum que pertence ao modo de produção capitalista que, em momento nenhum, aparecem na argumentação e explanação do autor. Após esse entendimento equivocado Piketty conclui que

o risco de frustração e desilusão é grande, uma vez que as esperanças estão depositadas em uma ordem social mais justa, em especial desde o Iluminismo. Sem dúvida, o crescimento econômico é incapaz de satisfazer essas esperanças democráticas e meritocráticas, que devem se apoiar na existência de instituições específicas, e não apenas nas forças do progresso tecnológico e do mercado. (Piketty, 2014, p. 100)

Em acordo com o autor, é inegável que instituições específicas sejam fundamentais para regular o avanço avassalador do capital não só sobre o trabalho, mas também à vida humana. Entretanto também é inegável que essas mesmas instituições – em sua grande parte atrelada a figura do Estado – são também mitigadoras do próprio sistema e possuem funcionalidade para o modo de produção capitalista. Portanto, depositar as “esperanças” em “instituições específicas” formam um estatuto teórico e uma robustez acadêmica que escamoteiam uma visão romântica de um filme clichê onde “no fim o bem vence o mal e espanta o temporal”. Infelizmente a realidade não nos apresenta nenhum sinal de *happy-endings* no horizonte.

Mas toda história possui vários lados – ou a perspectiva daqueles que estão inseridos de modo diferente na dinâmica das classes sociais – e a derrota de muitos sempre escamoteia a vitória de alguns. Piketty é muito feliz em sua análise em trazer à tona os rumos de solidificação da lei geral. Em outro gráfico ele demonstra o percentual representado pelo capital privado no total da renda nacional entre 1970 e 2010.



Fonte: Piketty (2014).

O salto acrobático da riqueza privada dialoga diretamente com à Lei Geral e, principalmente, com os conceitos de concentração e centralização do capital, evidenciando dinâmicas estruturais do sistema que perpetuam desigualdades.

Piketty demonstra que, ao longo dos últimos séculos, especialmente desde os anos 1970, houve um aumento expressivo da concentração de riqueza privada nos países ricos. Ele observa que o capital privado – composto por ativos financeiros, imóveis e outros bens – passou de cerca de 200-300% da renda nacional no início do século XX para mais de 600% no início do século XXI. Na análise do gráfico dos 40 anos que vai de 1970 a 2010, onde o capitalismo e os países capitalistas experimentaram inúmeras crises, a Lei geral da acumulação continua a pleno vapor e, se por um lado Piketty demonstra com destreza os caminhos da concentração, por outro a produção massiva de barbárie continua um tanto quanto escondida. É exatamente isso que apontam os números de Piketty e, portanto, devemos nos questionar se no alto dessas pirâmides onde o capital olha o mundo de cima para baixo alguém se preocupa de fato com crises e se os espólios destas possam continuar sendo empurrados ladeira abaixo.

Continuamos com a análise de Piketty e sua contribuição para a ratificação de Marx no que tange a Lei Geral. O autor aborda o caso emblemático da crise japonesa de 1990 e diz:

Nesse caso, a bolha mais espetacular do período 1970-2010 foi, sem dúvida, a japonesa de 1990. Durante os anos 1980, o valor do patrimônio privado passou de cerca de quatro anos da renda nacional no início da década para mais ou menos sete anos ao final. Entretanto, esse inchaço desmedido e extremamente rápido era em parte artificial: o valor do capital privado sofreu uma queda abrupta no início dos anos 1990 e depois se estabilizou em torno de seis anos da renda nacional a partir de meados da década. (Piketty, 2014, p. 170)

E continua a sua análise certeira sobre uma das principais crises já do século XXI, a americana.

O estouro da bolha da internet em 2000-2001, que conduziu a uma redução particularmente marcante da relação capital / renda nos Estados Unidos e no Reino Unido (bem menos intensa, todavia, do que a ocorrida no Japão dez anos antes). Salientaremos, da mesma forma, que o boom imobiliário e do mercado de ações dos anos 2000 continuou até 2007 e foi seguido por uma queda brusca durante a recessão de 2008-2009. Em dois anos, a riqueza privada americana passou de cinco para quatro anos da renda nacional, uma correção equivalente à que ocorreu no Japão em 1991-1992. (Piketty, 2014, p. 171)

E conclui:

O ponto importante sobre o qual queremos insistir é que, para além das variações erráticas e imprevisíveis dos preços dos ativos no curto prazo, cuja amplitude parece ter aumentado nas últimas décadas (veremos que isso pode ter relação com o aumento da razão capital / renda potencial), há uma tendência de longo prazo no conjunto dos países ricos entre as décadas de 1970 e 2010 (ver o Gráfico 5.3). No início da década de 1970, o valor total da riqueza privada — subtraídas as dívidas — era de entre dois e 3,5 anos da renda nacional em todos os países ricos de todos os continentes. (Piketty, 2014, p. 171)

E já que estamos falando sobre concentração de riqueza privada, permito-me aqui roubar – e aqui tem toda uma licença poética que será revelada em breve – o discurso de Vautrin do qual Piketty se utiliza para sustentar que o trabalho em nossos tempos possui maiores potencialidades frente à herança – o que de fato é demonstrado através de números pelo autor. Em um excelente resumo da passagem que queremos aprofundar Piketty aborda o que considera “o momento mais sombrio do romance”. Vamos a tal momento:

Aquele em que as alternativas sociais e morais enfrentadas por Rastignac se exprimem de modo mais nítido e cru, é, sem dúvida, o discurso que escuta de Vautrin, no meio da narrativa de Balzac. Também residente da miserável pensão Vauquer, Vautrin é um indivíduo atormentado, sujeito de boa conversa e sedutor, que esconde o passado sombrio de prisioneiro como

um Edmond Dantès de *O conde de Monte-Cristo*, ou um Jean Valjean de *Os miseráveis*. No entanto, ao contrário desses dois personagens, no geral virtuosos, Vautrin é profundamente mau e cínico. Ele tenta convencer Rastignac a cometer um assassinato e se apropriar de uma grande fortuna. Antes disso, faz-lhe um discurso preciso e assustador sobre os diferentes destinos e vidas oferecidos a um homem jovem como Rastignac na sociedade francesa da época. Em resumo, Vautrin explica para Rastignac que o sucesso social adquirido pelo estudo, pelo mérito e pelo trabalho é uma ilusão. Ele desvela um quadro detalhado das várias carreiras possíveis caso decida estudar, por exemplo, o direito ou a medicina, domínios nos quais reina a lógica da competência profissional, e não a fortuna hereditária. Em particular, Vautrin mostra claramente a Rastignac os níveis anuais de renda que ele poderia esperar caso seguisse esses rumos. A conclusão é inexorável: mesmo que possua o diploma de direito mais cobiçado e merecido entre todos os jovens de Paris, mesmo que faça carreira jurídica das mais brilhantes, o que exigirá muitas concessões, ele terá de se contentar com rendas medíocres e precisará renunciar à esperança de se tornar verdadeiramente rico. (Piketty, 2014, p.234-235)

Piketty é cético de que o discurso de Vautrin ainda ecoe em nosso século pois, para o autor, o trabalho e os estudos se tornaram caminhos com potencial para uma vida próspera. Em passagem do texto, logo em sequência ao famoso discurso, ele comenta:

De fato, veremos que o discurso de Vautrin deixou de ser verdadeiro nas sociedades europeias ao longo do século XX, ao menos temporariamente. Durante as décadas do pós-guerra, a herança se reduziu a quase nada em comparação com o passado, e pela primeira vez na história do trabalho os estudos se tornaram o caminho mais seguro para alcançar o topo da distribuição de renda. Neste início de século XXI, ainda que todo tipo de desigualdade tenha ressurgido e que inúmeras certezas em matéria de progresso social e democrático tenham sido abaladas, a impressão difundida e dominante continua a ser que o mundo sofreu mudanças radicais desde o discurso de Vautrin. (Piketty, 2014, p. 237)

Cá do Brasil e, mais precisamente, morador de grande parte da minha vida na zona norte carioca eu seria mais reticente em relação a essa “mudança radical” do mundo e diria que o discurso de Vautrin, guardada as mudanças no palavreado ainda são comuns e – para o espanto de Piketty – de grande aceitação em lugares onde a desigualdade reina por parte de um grupo considerável de jovens que não enxergam, nem na educação e nem no trabalho, um caminho para a prosperidade. Roubar, traficar ou estudar? Eis a questão!

A análise do autor apesar de ser minuciosa em diversos pontos, perde a perspectiva de totalidade e desconecta a desigualdade da África da opulência dos Estados Unidos, das potências europeias ou até mesmo da China. Se a lei do valor atravessa todo o globo atualmente, as conexões precisam ser realizadas e a pobreza de um não pode ser descolada da riqueza de outro. O acesso à educação e ao trabalho na França, no Reino Unido, nos Estados Unidos, no Japão não pode ser comparado ao Brasil, ao Mali ou ao Haiti. Em países apontados pelo próprio autor onde a renda média é 4 vezes menor, portanto, o discurso de Vautrin ainda é extremamente sedutor. A riqueza de poucos explica a pobreza de muitos e, no fetiche da nossa sociedade, o sonho é se tornar rico, trabalhar pouco e se divertir mais e daí ficamos nesse ciclo perpétuo do ser autômato chamado capital e sua intrínseca lei do valor. Qual a saída? Se é desigual basta distribuir, tornar mais igual, regular, fazer com que as pessoas se sintam confortáveis, seguras, que estudem, se formem, adquiram profissão, trabalhem e ganhem um merecido salário, tenham acesso à saúde, à diversão e até a uma vida confortável quando a velhice chegar. Ou seja, é o artigo 6º da Constituição federal de 1988 do Brasil que mais se assemelha aquela máxima de final de filme em que diz que “todos foram felizes para sempre” do que propriamente com a realidade apresentada.

Entretanto, acreditando na justiça social dentro da sociabilidade do capital, Piketty continua a esmiuçar a sua análise e a contribuir com dados sobre a realidade. Um primeiro ponto no qual o autor apresenta de forma tácita é que a desigualdade do capital é extremamente mais densa do que a desigualdade que também acontece no mundo do trabalho.

Apenas para destacar uma primeira ordem de grandeza, a participação dos 10% dos indivíduos que recebem as rendas do trabalho mais elevadas costuma ser de 25-30% do total das rendas do trabalho, enquanto a participação dos 10% dos indivíduos que detêm o patrimônio mais alto é sempre superior a 50% do total da riqueza, chegando às vezes a 90% em algumas sociedades. Talvez ainda mais marcante, os 50% mais mal pagos recebem uma parte considerável do total das rendas do trabalho (geralmente entre um quarto e um terço, mais ou menos tanto quanto os 10% mais bem pagos), enquanto os 50% mais pobres em patrimônio não possuem nada — ou quase nada (sempre menos de 10% do patrimônio total e em geral menos de 5%, ou dez vezes menos do que os 10% mais ricos). A desigualdade em relação ao trabalho é com frequência mais suave, moderada e razoável (ao menos até onde a desigualdade

puder ser considerada razoável — veremos que essa questão não deve ser exagerada). Já a desigualdade do capital é sempre extrema. (Piketty, 2014, p. 239)

Essa belíssima passagem de Piketty que atesta tantas passagens de Marx, em especial a ideia de concentração, já nos revela uma paisagem a ser aprofundada com mais calma e fôlego. Quem são os que não estão nesses números? Veja bem, o autor fala de 50% de trabalhadores mal pagos, fala de 50% de detentores de patrimônios que não possuem quase nada²⁰ e de uma concentração da riqueza tanto no que concerne aos trabalhadores quanto no que concerne aos donos do capital. E quem não está em nenhum dos dois lados?

Mas continuamos a seguir o autor e os seus interessantes próximos gráficos que acentuam a perspectiva da continuidade do aprofundamento da desigualdade, seja ela no tocante a renda do trabalho ou da propriedade do capital

TABELA 7.1
A desigualdade total da renda do trabalho no tempo e no espaço

Distribuição dos diferentes grupos no total da renda do trabalho	Desigualdade baixa (≈ países escandinavos, anos 1970-80)	Desigualdade média (≈ Europa 2010)	Desigualdade acentuada (≈ Estados Unidos 2010)	Desigualdade muito acentuada (≈ Estados Unidos 2030?)
Os 10% mais ricos (“classes superiores”)	20%	25%	35%	45%
o 1% mais rico (“classes dominantes”)	5%	7%	12%	17%
os 9% seguintes (“classes abastadas”)	15%	18%	23%	28%
Os 40% do meio (“classes médias”)	45%	45%	40%	35%
Os 50% mais pobres (“classes populares”)	35%	30%	25%	20%
Coeficiente de Gini correspondente (indicador sintético de desigualdade)	0,19	0,26	0,36	0,46

TABELA 7.2
A desigualdade da propriedade do capital no tempo e no espaço

Distribuição dos diferentes grupos no total do capital	Desigualdade suave (nunca observada; sociedade ideal?)	Desigualdade média (≈ países escandinavos, anos 1970-80)	Desigualdade média -acentuada (≈ Europa 2010)	Desigualdade acentuada (≈ Estados Unidos 2010)	Desigualdade muito acentuada (≈ Europa 1910)
Os 10% mais ricos (“classes superiores”)	30%	50%	60%	70%	90%
o 1% mais rico (“classes dominantes”)	10%	20%	25%	35%	50%
os 9% seguintes (“classes abastadas”)	20%	30%	35%	35%	40%
Os 40% do meio (“classes médias”)	45%	40%	35%	25%	5%
Os 50% mais pobres (“classes populares”)	25%	10%	5%	5%	5%
Coeficiente de Gini correspondente (indicador sintético de desigualdade)	0,33	0,58	0,67	0,73	0,85

²⁰ Piketty identifica patrimônio como capital, ou seja, existe em tese uma boa parte de um capital que é desprezível e que não dá “frutos”. Não entrarei aqui no mérito da análise do autor sobre o conceito.

TABELA 7.3
Desigualdade total da renda (trabalho e capital) no tempo e no espaço

Distribuição dos diferentes grupos na renda total	Desigualdade suave (≈ países escandinavos, anos 1970-80)	Desigualdade média (≈ Europa 2010)	Desigualdade acentuada (≈ Estados Unidos 2010; Europa 1910)	Desigualdade muito acentuada (≈ Estados Unidos 2030?)
Os 10% mais ricos (“classes superiores”)	2,5%	3,5%	5,0%	6,0%
o 1% mais rico (“classes dominantes”)	7%	1,0%	2,0%	2,5%
os 9% seguintes (“classes abastadas”)	1,8%	2,5%	3,0%	3,5%
Os 40% do meio (“classes médias”)	4,5%	4,0%	3,0%	2,5%
Os 50% mais pobres (“classes populares”)	3,0%	2,5%	2,0%	1,5%
Coefficiente de Gini correspondente (indicador sintético de desigualdade)	0,26	0,36	0,49	0,58

Fonte: Piketty (2014).

O movimento que Piketty faz para diferenciar a desigualdade é importante para observarmos que, inclusive na parte do trabalho, a tendência à concentração também acontece, o que é um importante dado para pensarmos na complexidade da luta de classesposta na atualidade. As classes sociais continuam sendo base da estrutura da sociedade capitalista, entretanto o espraiamento da desigualdade e da concentração penetrará entre os poros da própria classe trabalhadora. O mundo invertido do capital - e não o de *Stranger things*²¹ - é muito mais bizarro e complexo do que fora no próprio século XIX onde Marx se deparou com potencialidades ímpares no que concerne a luta de classes. A continuidade, a expansão global e a mercantilização até da safra de soja do ano de 2598 concretizam um poder avassalador do capital sobre a humanidade e o que Piketty nos oferece são dados concretos desse percurso histórico e anti-humanista da entidade regente onde o próprio autor em um breve ato falho afirma que “dessa forma, é possível fazer comparações rigorosas e objetivas no tempo e no espaço sem negar as complexidades específicas de cada sociedade e, em particular, o **caráter fundamentalmente contínuo da desigualdade social**²².” (Piketty, 2014, p. 247)

Veja bem, contínuo! É isso. E é exatamente por ter esse caráter que o próprio autor se vê convencido em demonstrar tal continuidade para além da casa dos décimos que ele se utiliza nos três gráficos acima e esmiúça o avanço

²¹ Na popular série da Netflix um mundo invertido – paralelo ao mundo real – é o destaque das cenas de horror. Assim como acontece no mundo paralelo onde D vira D’ tornando ainda mais descartável os seres humanos montando assim também um espetacular documentário de horror por todos os lados nos quatro cantos do planeta.

²² Grifos meus

da desigualdade e da concentração de renda na casa dos centésimos e até mesmo na casa dos milésimos em gráficos posteriores. Piketty está diante do movimento do capital (esse poder sombrio e sem alma apenas dotado de sede pela valorização do valor), mas ainda assim enxerga no próprio ente representativo do poder – o Estado – uma possibilidade de reversão desse poder. Obviamente não podemos criticar Piketty, por isso, quando olhamos para o lado e vemos à “esquerda” olhos de esperança em um partido que se diz dos trabalhadores e que não carrega e nem nunca carregou ideias de transformações radicais, mas por ser portador do combate à fome e à miséria, ainda assim, devemos ter um mínimo de respeito.

Veja, o problema não está necessariamente no partido, mas na crença de que o Estado é um caminho para a redução da desigualdade. E aqui retornamos mais uma vez ao lugar comum do final feliz. Estamos assistindo assim, em tempo real, mais uma esperança tola em terras tupiniquins em um futuro melhor com um governo de “esquerda”, apesar dessa mesma esperança já ter deixado bem claro a sua profunda aceitação do movimento antropofágico do capital e no cumprimento apenas parcial de realizar a mitigação da pobreza. Onde estaremos daqui a 10, 12 ou 14 anos no “caráter fundamentalmente contínuo da desigualdade social”? O que tento salientar aqui é precisamente que Piketty não é muito distante do que está presente no seio das esquerdas mundo afora, estou falando da utópica tentativa de humanização do capital, o que é sem dúvidas um extremo contrassenso já que este não possui humanidade!

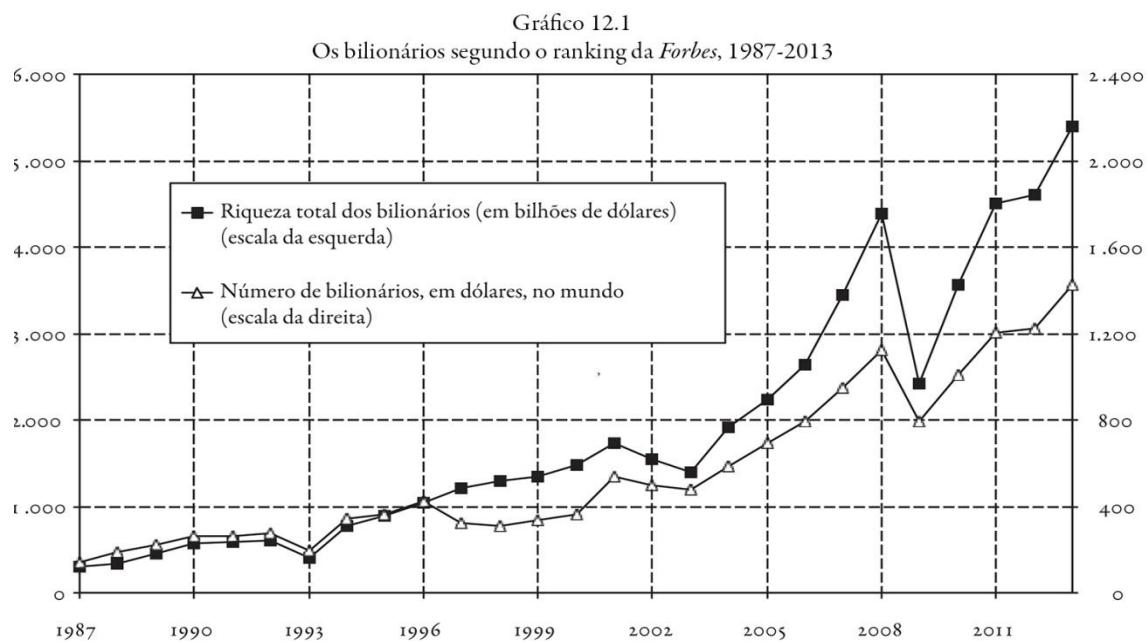
Ainda assim o autor antes da sua tendência ao feitiço de resolução da desigualdade via Estado continua a apresentar sólidos números que nos remetem à tendência – essa sim verdadeira – de concentração extrema no curso da história e seu consequente aprofundamento da desigualdade. Ao desmistificar modelos econômicos que defendem que existe um retorno médio ao capital à despeito do seu tamanho, Piketty demonstra que essa afirmativa é falha e diz que

é altamente possível que os patrimônios maiores tenham retornos mais elevados. Podemos imaginar várias razões para isso. A mais evidente é que existem mais meios para empregar os intermediários financeiros e outros gestores de patrimônio quando se possuem 10 milhões de euros do que quando se possuem 100.000 euros. (...) De fato, veremos que as maiores

fortunas mundiais (incluindo as herdadas) progrediram em média a taxas elevadíssimas ao longo das últimas décadas (da ordem de 6-7% ao ano) — rendimentos bem mais altos do que a progressão média dos patrimônios.

Logo percebemos que tal mecanismo pode levar automaticamente a uma diferença radical na distribuição do capital. Se o patrimônio do décimo superior ou do centésimo superior da hierarquia mundial do capital avançam mais rápido do que o dos décimos inferiores, a desigualdade da riqueza tende a se ampliar sem limites. Esse processo pode tomar proporções inéditas dentro de uma nova economia global. (Piketty, 2014, p.419-420)

Ou seja, a tendência está dada. O curso do capital aponta para o aprofundamento da desigualdade, para o aprofundamento da concentração e precisamos apresentar quais são essas “proporções inéditas” também na “parte de baixo” já que Piketty o fez tão bem em relação a riqueza principalmente nos gráficos e tabela abaixo:



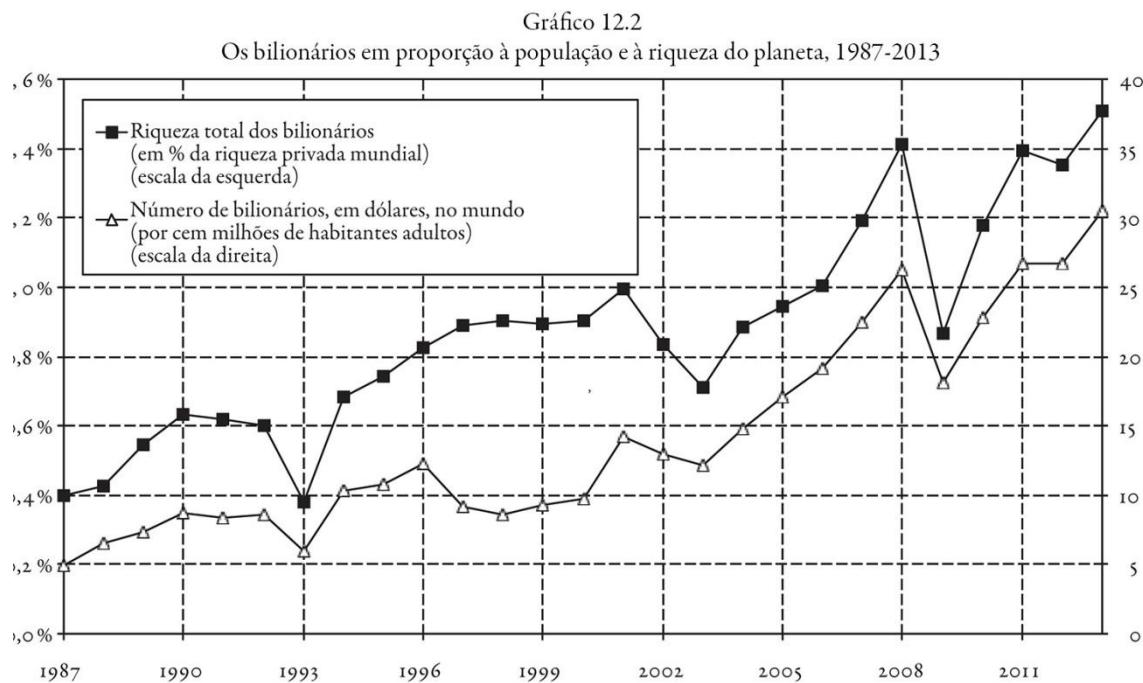


TABELA 12.1
A taxa de crescimento das maiores riquezas mundiais, 1987-2013

	Taxa de crescimento real média anual (descontada a inflação)
Os cem milionésimos mais ricos (cerca de 30 pessoas adultas em 3 bilhões nos anos 1980, 45 pessoas em 4,5 bilhões nos anos 2010)	6,8%
Os vinte milionésimos mais ricos (cerca de 150 pessoas adultas em 3 bilhões nos anos 1980, 225 pessoas em 4,5 bilhões nos anos 2010)	6,4%
Riqueza média mundial por habitante (adulto)	2,1%
Renda média mundial por habitante (adulto)	1,4%
População adulta mundial	1,9%
PIB mundial	3,3%

Fonte: Piketty (2014).

O que vai acontecer caso essa trajetória continue? Piketty nos oferece respostas interessantes e é importante salientar novamente sua conclusão da qual temos discordância. Diz ele que

por exemplo, se o milésimo superior se beneficia de um crescimento de seu patrimônio de 6% ao ano, enquanto a

progressão do patrimônio médio é de apenas 2% ao ano, isso significa que ao fim de trinta anos sua participação no capital do planeta terá mais do que triplicado. O milésimo superior possuirá mais de 60% da riqueza mundial, o que é muito difícil de conceber no contexto das instituições políticas atuais, a não ser que imaginemos um sistema repressivo particularmente eficaz ou então um aparelho de persuasão muito potente, ou os dois ao mesmo tempo. E, ainda que esse grupo se beneficie de um crescimento de patrimônio de apenas 4% ao ano, sua parcela, mesmo assim, quase dobrará de tamanho, passando para cerca de 40% da riqueza mundial no intervalo de trinta anos. Mais uma vez, isso implicaria que essa força divergente no topo da hierarquia se sobreporia claramente às forças de redução do atraso entre países pobres e ricos e de convergência no contexto mundial, de modo que a parcela do décimo e do centésimo superiores aumentaria sensivelmente, com grandes redistribuições das classes médias e médias altas mundiais para os muito ricos. E é provável que um empobrecimento das classes médias suscite violentas reações políticas. Obviamente, é impossível ter certeza hoje de que esse cenário está próximo de se concretizar, mas é importante perceber que a desigualdade $r > g$, amplificada pela desigualdade do retorno do capital em função do nível inicial da fortuna, tem boas chances de conduzir a dinâmica mundial de acumulação e distribuição dos patrimônios para caminhos perigosos e espirais de desigualdade totalmente fora de controle. Como veremos, somente um imposto progressivo sobre o capital cobrado no mundo todo (ou, ao menos, nas zonas econômicas regionais importantes o suficiente, como a Europa ou a América do Norte) teria condições de contrapor uma dinâmica como essa. (Piketty, 2014, p. 428)

O imposto progressivo para Piketty está para o capital assim como o Homem de Ferro está para Thanos²³: ambos existem em um universo muito particular e, concretamente não podem existir de modo universal na dinâmica do capital. Alguém precisa pagar a conta e sustentar o *modus operandi* automático do capital que só se movimenta para a valorização do valor. A lei do valor ainda está em vigência na sociedade e, não é através do Estado e de um imposto que realize uma mitigação dos problemas operados por ela, que conseguiremos interromper com a produção da desigualdade que lhe é imanente. Para tal é necessário derrubar a lei “não natural” sob a qual a humanidade está se deteriorando e não tentar empurrar esse problema para as próximas gerações.

²³ Homem de Ferro e Thanos fazem parte de uma sequência de filmes da Marvel sobre super-heróis e vilões onde os referidos personagens são os protagonistas que lutam entre si.

Outro fator que o autor também não se debruça é que talvez algumas “convergências” – para se utilizar de um conceito por ele empregado – que atuam para a diminuição da desigualdade sejam características vis e perversas presentes no obscurantismo dos porões desta sociedade, das pessoas que, por perderem o seu valor mercantil – sua força de trabalho – tornam-se descartáveis²⁴ para a continuidade do modo de produção e que, pela fragilidade de sua condição social e humana estão mais elegíveis e expostos até mesmo ao descarte final: a morte. E é exatamente aqui que estão os supérfluos para este sistema.

Essa imensa massa amontoada por todo o globo que cresce visivelmente, mas ainda assim é negligenciada de forma sensível pela dificuldade de encontrarmos números e indicadores que demonstrem o que está diante dos nossos olhos, também possui uma tendência à estabilização de seus números por conta de todas as intempéries vividas pelo seu lugar no mundo. Convergência Piketty! Quando um usuário de crack em alguma cracolândia de São Paulo morre por overdose temos uma convergência! Sim, essa pessoa não mais atuará em estatísticas não favoráveis a diminuição da desigualdade. Assim como aqueles que morrem no deserto entre os Estados Unidos e o México ou daqueles que morrem afogados tentando entrar na Itália ou na Espanha para fugir da barbárie de seus países de origem ou ainda na estatística apresentada em página anterior sobre a mortalidade infantil em Luanda em 1993 de 320 a cada 1000 crianças com menos de 5 anos.

Não é incomum ao modo de produção capitalista de tempos em tempos realizar um imenso descarte e até mesmo destruição de mercadorias. Para a sorte do capital a mercadoria atrelada ao humano inclusive se decompõe até de forma mais rápida do que outras mercadorias produzidas. O que seriam essas crianças Luandenses mortas antes de completarem 5 anos que não mais um número estatístico comprobatório do avanço da desigualdade e de outros problemas sociais nos dias de hoje? Seria uma afronta dizer que para essa sociabilidade e esse modo de produção adotado essas mortes são um

²⁴ É importante salientar aqui que essa tendência a descartabilidade é dialética e ainda determinada importância no controle cada vez maior da classe trabalhadora tal como proposto por Marx no seu conceito de exército industrial de reserva.

importante mecanismo de convergência para redução das desigualdades futuras? Esse apreço pela descartabilidade se expressa inclusive nos números, sequer contados ou dificilmente encontrados, de mortes desses que são considerados descartáveis: imigrantes, pessoas em situação de rua, refugiados, aqueles que são vítimas da fome, desnutrição, aqueles que não são alcançados pelas políticas de saúde, políticas de assistência, dentre tantas outras. E esse é um outro lado que a obra do autor francês não alcança.

Mas precisamos, antes de entrar pela seara dos números sobre essa imensa massa supérflua, nos voltar para o entendimento de questões que continuam a estruturar essa sociedade. Algumas ausências conceituais em Piketty também nos chamam bastante atenção. Em nenhum momento de sua excelente obra o autor coloca em xeque e como problema, por exemplo, a questão da mais-valia – talvez pela velhice desse conceito – ou também a questão por trás desse conceito que é a continuidade da exploração do trabalho. E isso não é e não pode ser excluído de nenhuma obra que se propõe a discutir e debater desigualdade porque, no cerne do modo de produção capitalista, isso é central! Mas talvez o “desgaste” desses conceitos, seu deterioramento ao longo dos tempos, indique uma maturidade de outros problemas apresentados também por Marx: o fetichismo e a alienação. Portanto, devemos retornar a sua obra para pensar como e o que poderia acontecer em nossa sociedade e sociabilidade caso tal feitiço se aprofundasse simultaneamente aos processos que levam a concentração de riquezas de um lado e aprofundamento da pobreza de outro.

Sabe a desgraça humana dos supérfluos? Elas aparecem, causam comoção e desaparecem em velocidades cada vez maiores. Ora sobrepostas por outras tragédias, ora relegadas a segundo plano por alguma propaganda ou algum outro tipo de problema. Se um dia o espectro do comunismo rondou a Europa podemos dizer que hoje, quase que 200 anos depois, o espectro da barbárie – que já se apresentava à época na Europa – ronda toda humanidade e estamos enfeitiçados, dispersos e desconectados – apesar do 5G e das revoluções tecnológicas. Coisificamo-nos!

2.3 – O anacronismo da barbárie: Aparentemente nada mudou!

No século XIX Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e Marx no livro 1 do Capital descrevem com muita precisão – recuperando inclusive documentos da época que, a despeito dos avanços e do desenvolvimento das forças produtivas, estas caminhavam e motivavam a propagação de um caos humanitário no seu entorno.

A mercadoria força de trabalho – força motriz da valorização do valor no modo de produção capitalista – tratada como tal (como coisa) era levada a sua máxima exaustão para atingir a finalidade produtiva. As mulas carregadoras de tal mercadoria – com sua especificidade humana – são vistas como meio, onde sua única e exclusiva importância reside na tal mercadoria que carrega em suas entranhas. Para a “sorte” deste modo de produção – e, também, de um “trabalho árduo” de destituição e/ou separação dos trabalhadores dos meios de produção ao longo de um processo histórico que disponibilizou a “força de trabalho livre” – a tal mercadoria especial nunca apresentou nenhuma possibilidade de escassez, ao contrário, sua abundância sempre foi um traço marcante durante a história até aqui contada. Portanto, se levarmos ao máximo da abstração os componentes envolvidos na equação produtiva, tal mercadoria em abundância para uso, a torna uma coisa não tão especial assim e, o “zelo” a maioria dos seus “donos” historicamente na vigência do modo de produção capitalista apresente para nós verdadeiras histórias de barbárie que veremos na sequência.

Visto que as análises de Engels e Marx estavam no seu tempo histórico – no que podemos dizer – em uma fase intermediária²⁵ deste modo de produção, tais “problemas” humanitários vistos ao redor do desenvolvimento das forças produtivas poderiam ser corrigidos ao longo de sua história contrariando assim os seus críticos iniciais – a tal promessa da doutrina liberal-burguesa de esperar o bolo crescer para depois começar a dividir e todos viverem felizes para sempre. Entretanto, passados quase 200 anos da crítica dos autores ao modo de produção, e as denúncias de que sob a égide do capital continuaríamos na pré-história da humanidade, os problemas humanitários vivenciados nesta fase e

²⁵ Se considerarmos o mercantilismo como uma fase inicial

denunciados por estes são extremamente semelhantes à primeira vista, aos da contemporaneidade, além de produzirmos novas expressões de horrores como em um verdadeiro *upgrade* hediondo da barbárie. Utilizaremos outros dois autores – Robert Kurz e Mike Davis – para apresentarmos tais emblemas da continuidade e aprofundamento dessas expressões, além de matérias jornalísticas atuais que nos remetem ao anacronismo diante da similitude aparente frente aos escritos de Engels e Marx.

De antemão é necessário indicar que a exposição à seguir dar-se-á de modo bastante aleatório, entretanto intencional, misturando anacronicamente tempos históricos bem distintos que, apesar da sua distância histórica, carregam consigo de forma transparente e cristalina a factibilidade da Lei geral da acumulação capitalista, principalmente no doravante daqueles que carregam o martírio de possuírem apenas força de trabalho ou nem isso. E uma outra indicação essencial: O tempo é crucial e nada anacrônico, ou seja, o capitalismo do final do século XX e do século XXI com todas as suas revoluções científicas e tecnológicas tornam a barbárie de nosso tempo ainda mais irracional. E abordaremos sobre esse *plus* de irracionalidade nos próximos capítulos.

Começamos por Engels em seu livro sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra que versa sobre o século XIX e a seguir, um paralelo com Mike Davis no livro *Planeta favela*, no avançar dos anos 2000.

É verdade que era um pobre camponês, que lavrava a terra com pouco cuidado e sem grande proveito; mas não era um proletário: tinha - como dizem os ingleses - um pé na sua terra pátria, possuía uma habitação e situava-se num escalão social acima do moderno operário inglês. Assim, os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda, participar com seus vizinhos de passatempos e distrações - jogos que contribuíam para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo. Em sua maioria, eram pessoas de complexão robusta, fisicamente em pouco ou nada diversas de seus vizinhos campônicos. Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas. É fácil adivinhar o caráter moral e intelectual dessa classe. Afastados das cidades, nelas praticamente não

entravam porque entregavam, mediante o pagamento de seu trabalho, o fio e o tecido a agentes itinerantes - de modo que, velhos moradores das proximidades das cidades, nunca haviam ido a elas, até o momento em que as máquinas os despojaram de seu ganha-pão, obrigando-os a procurar trabalho na cidade.

Sentiam-se à vontade em sua quieta existência vegetativa e, sem a revolução industrial, jamais teriam abandonado essa existência, decerto cômoda e romântica, mas indigna de um ser humano. De fato, não eram verdadeiramente seres humanos: eram máquinas de trabalho a serviço dos poucos aristocratas que até então haviam dirigido a história; a revolução industrial apenas levou tudo isso às suas consequências extremas, completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma - mas, precisamente por isso, incitando-os a pensar e a exigir uma condição humana. Se na França foi a política, na Inglaterra foi a revolução industrial e o movimento global da sociedade burguesa que submergiram no vórtice da história as últimas classes até então mergulhadas na apatia em face dos interesses gerais da humanidade. (Engels, 2010, p. 46-47)

Nessa primeira passagem de Engels podemos observar críticas direcionadas tanto à sociedade anterior a revolução industrial quanto uma crítica aguda ao que estava surgindo e por vir. Para além, o autor ainda esboça e apresenta que, no bojo das consequências extremas que transformariam os trabalhadores em máquinas também surgia ali uma oportunidade histórica de luta. Apesar de tal característica possuir uma centralidade vital no desenrolar histórico continuaremos nossa análise principalmente calcados na apresentação das consequências extremas que Engels nos apresenta na introdução do seu livro. Consequências estas que derrubam prognósticos românticos de urbanistas que enxergavam potencial e aurora das grandes cidades e que eclodem no século XXI com o que Davis (2006) nos apresenta em Planeta Favela:

Assim, as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como foram previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração. Na verdade, o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós-modernas podem mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Huyuk, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos. (Davis, 2006, p. 29)

Quantos seres humanos desumanizados, vilipendiados de toda dignidade e prontos para a morte não invejariam hoje aquele pobre camponês submetido

ao aristocrata tal como na citação anterior de Engels? Mas é óbvio que não se trata aqui de saudosismo romântico, ainda assim a pergunta deve nos causar certo incômodo. Como uma condição de vida tão pobre – em todos os sentidos imaginados para a palavra pobreza – faz parte de um tempo histórico com um salto de desenvolvimento da capacidade produtiva humana que faz o século XIX parecer com um filme de dinossauros?

E é justamente com o grandioso desenvolvimento das forças produtivas que essa saga começa a ser trilhada – onde precisamos ressaltar novamente que o problema não reside em tal desenvolvimento e sim na forma em que tal é apropriado. Vejamos a saga:

Com essas invenções, desde então aperfeiçoadas, ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários (Engels, 2010, p. 50)

E o autor continua,

apesar disso, a classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonha-se de revelar aos olhos do mundo a **chaga da Inglaterra**; não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe a ela, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria. Daí o ar irônico que os ingleses cultos - e apenas eles, ou seja, a classe média, como são conhecidos no continente - assumem quando se começa a falar da situação dos operários; daí a completa ignorância, por parte da classe média, sobre tudo o que concerne aos operários; daí as colossais tolices que pronuncia essa classe, dentro e fora do parlamento, quando se discute a condição do proletariado; daí a indiferença soridente com que vive num terreno minado, que pode desmoronar a qualquer momento e cujo desmoronamento é tão certo quanto uma lei matemática ou mecânica; daí o fato inacreditável de os ingleses não possuírem até agora uma obra exaustiva sobre a situação de seus operários - embora se saiba que há anos a estudem e andem à sua volta. Mas é igualmente daí que provém a profunda cólera de toda a classe operária, de Glasgow a

Londres, contra os ricos que a exploram sistematicamente e que em seguida a abandonam à própria sorte, cólera que em breve - quase o podemos calcular - deverá explodir numa revolução diante da qual a primeira Revolução Francesa e 1794 serão uma brincadeira de crianças. (Engels, 2010, p. 61-62)

São muitos os momentos anacrônicos dessas passagens de Engels em destaque ao constante e regular ataque a segurança do trabalho e as colossais tolices quando se discute a condição da classe trabalhadora. Não é distante da nossa realidade continuarmos assistindo a episódios de ataques a direitos – duramente conquistados através da continuidade histórica da luta de classes – e não é distante de nós os discursos sugestivos de que a situação de miséria e várias outras consequências de um não-sucesso individual são frutos de causas diversas nunca direcionadas ao cerne do modo de produção. Temos que investir em educação, diz o primeiro. Temos que alimentar o povo, diz o segundo. Tolices em profusão a gente continua vendo por aqui, já diz um determinado slogan apresentado de outra forma.

É interessante ainda ressaltar que, ao contrário das partes que nos remetem ao anacronismo, Engels apostava em uma “virada” revolucionária a partir do que ele apresenta como grande personagem histórico: o proletariado. Entretanto, apesar da continuidade da luta de classes, tal análise não dimensionou o tamanho do seu “opositor” e nem as suas “armas” (literais e não literais), e, em nosso tempo histórico, devemos ser bem céticos em relação ao futuro desta virada. Mas isso devemos guardar também para os capítulos posteriores.

Continuamos com o desenvolvimento inglês em Engels e um desenvolvimento dois séculos à frente em Davis.

Na medida em que a indústria e o comércio se desenvolvem mais perfeitamente nas grandes cidades do modo mais completo, é exatamente nelas que emergem, de forma mais nítida e clara, as consequências de um tal desenvolvimento sobre o proletariado. Nas grandes cidades, a centralização da propriedade atingiu o mais alto grau; nelas, os costumes e as condições dos “bons e velhos tempos” foram radicalmente destruídos; nelas, chegou-se ao ponto em que a expressão *Old Merry England* já não evoca nada, porque nem sequer pela recordação e pela lembrança dos avós, esta velha Inglaterra se reconhece. Nelas só existe uma classe rica e uma classe pobre, desaparecendo dia-a-dia a pequena burguesia. Esta, que outrora fora a classe mais estável, tornou-se agora a mais instável: constituem-na poucos vestígios de um tempo passado

e uma quantidade de pessoas aspirantes à fortuna, perfeitos capitães da indústria e especuladores, dos quais um em cada cem enriquece, enquanto os outros 99 fracassam e, mais da metade desses 99 só vivem de falências. (Engels, 2010, p. 65-66)

Em sua coletânea de histórias intitulada *Adjusted Lives* (Vidas ajustadas), o escritor nigeriano Fidelis Balogun descreve a chegada do Plano de Ajuste Estrutural (PAE) do FMI, em meados da década de 1980, como equivalente a uma grande catástrofe natural, a destruir para sempre a antiga alma de Lagos e "reescravizar" os nigerianos urbanos. "A lógica fatídica desse plano econômico parecia ser que, para devolver a vida à economia moribunda, primeiro todo o suco tinha de ser espremido da maioria desprivilegiada dos cidadãos. A classe média logo desapareceu e os montes de lixo dos poucos cada vez mais ricos tornaram-se a mesa da multiplicada população dos abjetamente pobres". O lamento de Balogun sobre "privatizar a todo o vapor e ficar mais faminto a cada dia" assim como sua enumeração das consequências malévolas dos PAEs soariam instantaneamente familiares não só aos sobreviventes dos outros trinta PAEs africanos como também a centenas de milhões de asiáticos e latino-americanos. Os anos 1980, em que o FMI e o Banco Mundial usaram a alavancagem da dívida para reestruturar a economia da maior parte do Terceiro Mundo, foi a época em que as favelas tornaram-se o futuro implacável não somente dos migrantes rurais pobres como também de milhões de habitantes urbanos tradicionais, desalojados ou atirados à miséria pela violência do "ajuste". (Davis, 2006, p. 156-157)

É exatamente como na música que descreve que vê o futuro repetir o passado em um museu de grandes novidades²⁶. Engels e Davis separados por quase 200 anos descrevem a mesma coisa: desenvolvimento, sucesso de poucos e miséria generalizada. A *Old Merry England* e a alma de Lagos foram possuídas como em um filme de terror por um "monstro sem face, sem classe e anti-humanista". Possuídos pela lógica da valorização do valor a qualquer custo, a fúria do desenvolvimento sob esta lógica faz com que sentimentos saudosistas de um passado precário e não desenvolvido irrompam nos indivíduos que experimentam os "dois tempos".

E continua Engels falando sobre esse maravilhoso desenvolvimento das cidades inglesas e suas consequências extremas à vida humana:

O que é verdadeiro para Londres, também é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em toda as partes, indiferença bárbara e

²⁶ Cazuza, O tempo não pára (1988).

grosseiro egoísmo de um lado, e de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despudorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato deste mundo enlouquecido ainda continuar funcionando.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado neste turbilhão caótico ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, quer dizer, se a burguesia lhe faz o favor de se enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho, e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (Engels, 2010, p. 68-69).

Aqui preciso abrir um parêntese pessoal porque a passagem me remete imediatamente a realidade do Rio de Janeiro onde vivi boa parte de minha vida. Guerra social, miséria indescritível, estado de sítio de forma despudorada, aberta e televisionada! Foram alguns episódios de guerra urbana vivenciados ao longo de parte da minha trajetória profissional no Hospital Estadual Getúlio Vargas (no Rio de Janeiro) localizado bem abaixo do “famoso” Complexo de favelas da Penha. Corpos empilhados em carros, mortes banais silenciadas por laudos médicos simplórios, pessoas abandonadas e sem destino institucional apodrecendo na unidade até chegar ao encontro de alguma bactéria hospitalar ou infecção para cumprir o seu papel terminal. Mortes silenciosas que não chocam pela sua invisibilidade. Entretanto, a pergunta de Engels para quem assiste a tudo isso continua sendo a mesma: como esse mundo enlouquecido continua funcionando?

E a loucura continua atravessando o túnel do tempo:

Por ocasião de uma necropsia, realizada em 14 de Novembro de 1843 pelo senhor Carter, legista do Surrey, no cadáver de Ann Galway, mulher de 45 anos, os jornais descreveram a casa da falecida nos seguintes termos: morava no n.º 3, White Lion Court, Bermondsey Street, Londres, com o marido e o filho de 19 anos, em um pequeno quarto onde não havia cama ou qualquer outro móvel. Jazia morta ao lado do filho, sobre um monte de penas, espalhadas sobre o corpo quase nu, porque não havia lençóis e nem cobertores. As penas estavam de tal modo aderidas à sua pele que o médico só pôde observar o

cadáver depois que o lavaram - e encontrou-o descarnado e todo marcado por picadas de insetos. Parte do piso do quarto estava escavado e esse buraco servia de latrina à família. (Engels, 2010, p. 73)

Enquanto isso em 2022:

Uma pessoa em situação de rua morreu por suspeita de hipotermia na madrugada gelada na capital paulista neste sábado (20/08/2022) O corpo de Adriano Paulino, de 47 anos, foi encontrado por volta das 9h na Rua Carneiro da Cunha, na Saúde, bairro de classe média da Zona Sul da capital. Ele já havia passado algumas vezes por abrigos da prefeitura, mas estava na rua quando morreu, segundo informações do [padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo](#). O caso foi encaminhado para o 16ºDP, na Vila Clementino²⁷ (G1, 2022)

Se os dois casos já são da ordem do emblemático da insanidade desta sociabilidade que ainda se julga “civilizada”, o segundo ainda traz na sua veiculação da matéria uma “defesa” do “Estado protetor” que possui 62% de vagas para “acolher” a população em situação de rua. Não quero aqui entrar nas particularidades brasileiras e nem muito menos locais da política de assistência social voltada para esses supérfluos. Mas é muito simbólico que 38% seja um número razoável para exposição à sorte.

Para variar vamos inverter a ordem e começar com um relato de Mike Davis sobre os refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente (PDI's) para depois voltarmos a Inglaterra de Engels.

Frequentemente, refugiados internacionais e pessoas deslocadas internamente (PDI's) costumam ser ainda mais maltratados do que os despejados urbanos - e alguns dos imensos campos de refugiados do Terceiro Mundo transformaram-se por conta própria em cidades periféricas. Assim, Gaza, considerada por alguns como a maior favela do mundo, é em essência uma aglomeração urbanizada de campos de refugiados (750 mil refugiados) com dois terços da população sobrevivendo com menos de 2 dólares por dia. Dadaad, junto a fronteira queniana, abriga 125 mil somalis, assim como Goma, no Zaire, durante meados da década de 1990, era um refúgio lamentável para estimados 700 mil ruandenses, muitos dos quais morreram de cólera devido as péssimas condições sanitárias. A periferia desértica de Cartum inclui quatro campos enormes (Mayo Farms, Jebel Aulia, Dar el Salaam e Wad al-Bashir) que abrigam 400 mil vítimas da seca, da fome e da

²⁷Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/08/20/homem-morre-por-suspeita-de-hipotermia-apos-noite-gelada-prefeitura-de-sp-tem-vagas-para-62percent-de-pessoas-em-situacao-de-rua.html>

guerra civil. Mais 1,5 milhão de pessoas desalojadas internamente, principalmente do sul do país, vivem em séries de grandes assentamentos de invasores em torno da metrópole sudanesa.

Do mesmo modo, centenas de milhares de vítimas da guerra e refugiados que voltaram do Irã e do Paquistão instalam-se sem água nem saneamento em dezenas de favelas nas encostas acima de Cabul. "No distrito de Karte Ariana" noticiou o Washington Post em agosto de 2002, "centenas de famílias que fugiram do combate entre o Talibã e as forças de oposição no norte rural do Afeganistão espremem-se agora num labirinto de favelas verticais sem cozinhas nem banheiros, dormindo quinze ou vinte pessoas em cada cabana". Há anos a chuva é pouca e muitos poços deixaram de funcionar, as crianças dessas favelas sofrem de constantes inflamações de garganta e de várias doenças devido à água contaminada. A expectativa de vida é uma das mais baixas do mundo. (Davis, 2006, p. 56-57)

E segue Engels:

Essa é a velha Manchester – e, relendo a descrição que apresentei, devo confessar que, longe de ser exagerada, é muito débil para evidenciar a imundície, a degradação e o desconforto dessa área que abriga, pelo menos, entre 20 e 30 mil habitantes e cuja estrutura urbana é um desafio a qualquer princípio de ventilação, salubridade e higiene. E pensar que tais bairros estão no coração da segunda cidade da Inglaterra, no coração da primeira cidade industrial do Mundo. Basta vir até aqui para saber de quão pouco espaço para mover-se, de quão pequena quantidade de ar — e que ar! — para respirar necessitam os homens e em que tão baixo nível de civilidade eles podem sobreviver quando obrigados pela necessidade.

É verdade que se trata da cidade velha — e essa é a argumentação das pessoas daqui, quando lhe mencionamos o estado espantoso deste inferno sobre a terra. Mas esse argumento nada significa, porque tudo o que nos horroriza e nos indigna é de origem recente e data da época industrial. As poucas centenas de casas próprias da velha Manchester foram abandonadas há muito por seus primitivos habitantes; foi a indústria que fez com que fossem ocupadas pela massa de operários que hoje moram nelas; foi a indústria que cobriu de construções cada espaço livre entre as velhas casas, a fim de abrigar aí as massas que compelia a abandonar os campos e a Irlanda; foi a indústria apenas que permitiu aos proprietários desses estabulos alugá-los a altos preços, como se fossem habitações humanas, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os apenas a eles, os proprietários; foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém-liberado da servidão, pudesse ser utilizado novamente como puro e simples instrumento, como coisa, a ponto de ter de se deixar encerrar em cômodos que ninguém habitaria e que ele, dada a sua pobreza, é obrigado a manter em ruínas. Tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão. É verdade que a estrutura original desse bairro era

ruim, que pouca coisa de bom se poderia fazer nele – mas, quando surgiram as novas construções, houve qualquer iniciativa, dos proprietários dos terrenos ou da administração pública, no sentido de melhorá-lo? Ao contrário, onde ainda havia uma passagem supérflua, ela foi substituída por uma edificação; o valor da terra tornou-se mais alto com o desenvolvimento industrial e quanto mais subia, mais freneticamente se construía, sem a menor preocupação com a saúde e o conforto dos moradores, com o único objetivo de obter o maior lucro possível e com base no princípio de que, por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar outro menos ruim. (Engels, 2010, p. 95 e 96)

Se estivéssemos escrevendo um material literário e não nos apegássemos aos detalhes numéricos e da ordem das datas poderíamos com tranquilidade misturar as duas passagens e criar um sentido válido para estas. São textos que carregam muitas semelhanças e, que facilmente passariam desapercebidos se lançados à esmo. Entretanto estamos nitidamente confrontando um capitalismo em seu “berço esplêndido” com outro capitalismo com toda a sua opulência globalizada. Se antes Engels se abismava com a miséria dos 20 e 30 mil habitantes de Manchester, hoje os 125 mil Somalis em Dadaab e os 750 mil refugiados de que fala Davis nos dão a clareza de que tal exportação ao longo da história carrega na verdade uma expansão desse “inferno na terra” em sua protoforma identificado pelo autor inglês. Mas, para além da exportação da pobreza em larga escala para confins do planeta onde os “olhos civilizatórios” não conseguem enxergar, o saldo histórico da lei geral também continua visível e em franco aumento até mesmo no centro da opulência do capital.

Segundo dados da ONU o Reino Unido, por exemplo, possuía em 2019 – antes da pandemia da COVID 19 – 14 milhões de pessoas vivendo na pobreza²⁸. Em levantamento de 2019²⁹ também no Reino Unido apontava que 320.000 pessoas viviam em situação de rua e, na capital Londres tal “fenômeno” era ainda mais intenso. Para além da tendência de aumento desses números a matéria também aponta para a constatação do aumento do número de mortes dessas pessoas – o que contribui significativamente para ajustar a balança.

²⁸ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1673471>

²⁹ Disponível em: [https://apureguria.com/europa/inglaterra/morador-de-rua-na-
inglaterra/](https://apureguria.com/europa/inglaterra/morador-de-rua-na-inglaterra/)

Infelizmente ainda não temos pesquisas – ou são desconhecidas – sobre o quanto a vida dessa população em situação de rua afeta a média de estimativa de vida. O que quero deixar explícito aqui é que apesar de tentar varrer para debaixo do tapete um amontoado significativo de supérfluos, o espraiamento destes continua visível também na parte de cima do “tapete”. Forças de trabalho em decomposição preenchem hoje um espaço significativo do globo em escalas determinadas por “n” variáveis com suas generalidades, particularidades e singularidades, entretanto todas estas vinculadas a raiz da dinâmica do modo de produção capitalista e a sede ininterrupta do capital pela valorização do valor.

E dando continuidade nesse entrelaçamento entre os autores, ao falar sobre especulação imobiliária e sobre a miséria, o próprio Mike Davis faz o apontamento que essa lógica já estava presente no “ancestral século XIX”. E, após citar os casos ingleses e de Nápoles ao fim do século XIX ele aborda essa prática no chamado “terceiro mundo” e diz:

os mesmos lucros obscenos e paradoxais ainda são extraídos da pobreza urbana. Durante gerações, as elites proprietárias da terra rural no Terceiro mundo foram se transformando em proprietários urbanos de favelas. A posse da terra por “proprietários ausentes” escrevem Hans-Dieter Evers e Rudiger Kroff, é na verdade, um fenômeno principalmente urbano (...). Em seu pioneiro estudo comparativo, os dois pesquisadores alemães descobriram que, em média, 53% da terra de dezesseis cidades do Sudeste Asiático pertencia a 5% dos grandes proprietários de imóveis, contra 17% da terra nas mãos de 5% dos maiores proprietários nas cidades alemãs. Na verdade, quase metade de Manila, segundo Erhard Berner, pertence a um punhado de famílias.

Ao mesmo tempo, na Índia, estimados três quartos do espaço das cidades pertencem a 6% das famílias urbanas e apenas 91 pessoas controlam a maioria de todos os terrenos vagos de Mumbai. (Davis, 2006, p. 96-97)

Da Inglaterra para o mundo. Engels ficaria abismado como o seu livro e suas denúncias atravessaram a linha do tempo e chegaram em lugares tão distantes do imaginário à época. Mas o nosso *tour* pela barbárie no berço do capitalismo deve continuar. Engels relata que

é fácil compreender que tanto a quantidade como a qualidade da alimentação dependem do salário e que, entre os operários mais mal pagos é enorme, em especial entre aqueles que têm uma família numerosa, a fome impera, mesmo em períodos nos quais há empregos. Principalmente em Londres, onde a concorrência entre os operários cresce na proporção direta do

crescimento da população, essa categoria – que encontramos em todas as cidades – é imensa. Por isso aí se recorre a todos os expedientes: cascas de batatas, restos de legumes, vegetais apodrecidos, tudo serve como alimento, recolhe-se tudo que pode conter um só átomo de substância comestível. Acontece com frequência que, acabando o salário semanal antes do fim de semana, nos últimos dias a família careça de alimentação ou tenha apenas o estritamente necessário para não morrer de fome. É claro que semelhante modo de vida só pode originar toda sorte de doenças; quando as enfermidades chegam, quando o homem – cujo trabalho sustenta a família e cuja atividade física exige mais alimentação e, por conseguinte, é o primeiro a adoecer — quando esse homem adoece, é então que começa a grande miséria. E é então que se manifesta, agora de forma mais aguda, a brutalidade com a qual a sociedade abandona seus membros justamente quando mais precisam da sua ajuda.

À guisa de conclusão, resumamos os fatos.

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; estes operários nada possuem e vivem do seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana. A sociedade, inteiramente atomizada, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes a necessidade de prover suas necessidades e as de suas famílias, mas não lhes oferece os meios para que o façam de modo eficaz e permanente. (...) A classe operária das grandes cidades oferece-nos, assim, uma escala de diferentes condições de vida: no melhor dos casos, uma existência momentaneamente suportável – para um trabalho duro, um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável (do ponto de vista do operário, é evidente, isso é bom e tolerável); no pior dos casos, a miséria extrema – que pode ir da falta de teto à morte pela fome; mas a média está muito mais próxima do pior que do melhor dos casos.

E essa escala não se compõe de categorias fixas que nos permitiriam dizer que esta fração da classe operária vive bem, aquela mal, enquanto as coisas permanecem como estão; ao contrário: se, no conjunto, alguns setores específicos gozam de vantagens sobre outros, a situação dos operários no interior de cada segmento é tão instável que qualquer trabalhador pode ter de percorrer todos os degraus da escala, do modesto à privação, com o risco da morte pela fome – de resto, quase todos os operários ingleses têm algo a dizer sobre notáveis mudanças do acaso. (Engels, 2010, p. 115-116)

Se pegarmos frase a frase, por exemplo, o primeiro parágrafo dessa exposição de Engels podemos ver com nitidez que estamos tão presos a uma

lógica do capital quanto os personagens de Caverna do Dragão³⁰ estão presos no inferno junto com Mestre dos magos, Uni, Tiamate e Vingador. Vejamos:

“Quantidade e qualidade da alimentação dependem do salário”, 1843 e 2025. “Entre os operários mais mal pagos é enorme, em especial entre aqueles que têm uma família numerosa, a fome impera, mesmo em períodos nos quais há empregos”, 1843 e 2025. “Essa categoria – que encontramos em todas as cidades (a dos famintos) – é imensa”, 1843 e 2025. “Por isso aí se recorre a todos os expedientes: cascas de batatas, restos de legumes, vegetais apodrecidos, tudo serve como alimento, recolhe-se tudo que pode conter um só átomo de substância comestível”, 1843 e 2025. Me lembro aqui inclusive do excelente documentário *A ilha das flores* (1989)³¹ – estarrecedor! “Acontece com frequência que, acabando o salário semanal antes do fim de semana, nos últimos dias a família careça de alimentação ou tenha apenas o estritamente necessário para não morrer de fome”, 1843 e 2025. “É claro que semelhante modo de vida só pode originar toda sorte de doenças”, 1843 e 2025. “Quando as enfermidades chegam, quando o homem³² – cujo trabalho sustenta a família e cuja atividade física exige mais alimentação e, por conseguinte, é o primeiro a adoecer – quando esse homem adoece, é então que começa a grande miséria”, 1843 e 2025. “E é então que se manifesta, agora de forma mais aguda, a brutalidade

³⁰ Caverna do dragão é um desenho animado dos anos 1980 advindo de uma história supostamente produzida por jogadores de RPG que não teve produzido à televisão nenhum “fim” para a saga dos 6 adolescentes perdidos e presos em um mundo imaginário após entrarem em uma montanha russa que os leva para essa outra dimensão. Conta-se sobre a história que o final nunca fora produzido pois, na verdade, seu conteúdo era profundamente dramático e sombrio tornando-se inadequado ao público infanto juvenil que acompanhava o desenho. Todos os personagens estariam mortos em um acidente no brinquedo do parque de diversões e suas almas presas em um inferno com diversas criaturas que os faziam entender e dar esperanças de que existia uma “saída” daquele lugar negando-lhes à verdade cruel. Por algumas vezes utilizarei a alegoria deste desenho para tentar demonstrar o quanto à lógica do capital está para a humanidade tal como essas criaturas infernais estavam para os personagens “presos” na Caverna do dragão.

³¹ Em uma determinada cena do documentário crianças disputam restos de comida jogadas em um grande lixão à céu aberto.

³² E poderíamos ainda atentar para o fato de que no Brasil, dentre as famílias mais pobres, há um número expressivo de mulheres como chefes de família em comparação às famílias com maior renda, e na assistência social, há famílias que já estão sendo assistidas por três gerações.

com a qual a sociedade abandona seus membros justamente quando mais precisam da sua ajuda”, 1843 e 2025!

O que não nos causa mais espanto - caso a exposição de tal anacronismo esteja fazendo sentido - é que, se pudéssemos viajar no tempo e visitar o mundo dois séculos à frente em 2225, e este permaneça sob a égide do modo de produção capitalista, encontraremos tal cerne e estrutura hedionda à vida humana de milhares ainda intocável. A produção de barbárie portanto é uma condição *sine qua non* que é impossível de ser erradicada sob essa lógica de valorização do valor. Iniciativas de solidariedade, combate à fome, ensinar a pescar, transferências de renda, políticas sociais, Estado de bem-estar e outras quinhentas artimanhas e tentativas de frear as consequências da lei geral não só não tiveram êxito ao longo da história como viram estas se multiplicarem no seu curso. Mas de antemão, não estamos aqui para atacar e nem questionar uma série de conquistas da classe trabalhadora às duras penas e muita luta para frear essa locomotiva desenfreada que se tornou o movimento do capital, mas sim deixar claro novamente – penso que se faz necessário ainda hoje – que apenas a dissolução deste modo de produção é passível de pôr fim a Lei geral e suas bárbaras consequências à humanidade.

E falando em Lei geral precisamos também retornar a Marx porque sem dúvidas ele também apresenta com riquezas de detalhes o tratamento “carinhoso” à classe trabalhadora dispensada por aqueles que contribuem diretamente com sua sobrevivência lhes dando os meios para garantir a reprodução da tal mercadoria especial entranhada nos seus corpos. Torna-se necessário recuperar novamente ideias básicas para o entendimento dessa relação entre classes. Diz Marx:

Vemos que, abstraindo de limites extremamente elásticos, a natureza da própria troca de mercadorias não impõe barreira alguma à jornada de trabalho e, portanto, nenhuma limitação ao mais-trabalho. O capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. E

assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora. (Marx, 2012, p. 394)

Vejamos agora como Marx recupera alguns momentos dessa relação entre classes e se esta relação não carrega consigo traços de violência, exploração sem limites, desapego à vida, entre outras características que qualquer ética simplória abominaria. Comecemos por alguns trechos onde o autor recupera a utilização de força de trabalho em crianças.

O sr. Broughton, *countrymagistrate* [magistrado municipal], declarou, como presidente de uma assembleia ocorrida na Câmara Municipal de Nottingham, em 14 de janeiro de 1860, que entre a população ocupada com a fabricação de rendas reina um grau de sofrimento e privação inéditos no restante do mundo civilizado [...]. Crianças entre 9 e 10 anos de idade são arrancadas de suas camas imundas às 2, 3, 4 horas da manhã e forçadas a trabalhar, para sua mera subsistência, até as 10, 11, 12 horas da noite, enquanto seus membros se atrofiam, seus corpos definharam, suas faces desbotam e sua essência humana se enrijece inteiramente num torpor pétreo, cuja mera visão já é algo terrível. Não nos surpreende que o sr. Mallett e outros fabricantes se manifestem em protesto contra qualquer discussão sobre esse assunto [...]. O sistema, tal como o reverendo Montagu Valpy o descreveu, é de ilimitada escravidão, e escravidão em sentido social, físico, moral e intelectual [...]. O que se deve pensar de uma cidade que realiza uma assembleia pública para peticionar que a jornada de trabalho para os homens deve ser limitada a 18 horas? [...] Protestamos contra os plantadores de algodão da Virgínia e da Carolina. Mas seria seu mercado de escravos, com todos os horrores dos açoitamentos e da barganha pela carne humana, mais detestável do que essa lenta imolação de seres humanos que ocorre para que se fabriquem véus e colarinhos em benefício dos capitalistas?" (Marx, 2012, p. 404)

Em outro trecho sensacional – no qual iremos nos apoiar para exemplificar estes momentos – Marx recupera um relato literal de uma criança sobre seu trabalho:

Wilhelm Wood, de 9 anos de idade, “tinha 7 anos e 10 meses quando começou a trabalhar”. Desde o começo, ele “ranmoulds” (carregava as mercadorias já moldadas para a sala de secagem e voltava trazendo os moldes vazios). Chega ao trabalho todos os dias às 6 horas da manhã e o deixa por volta das 9 da noite. “Trabalho até as 9 horas da noite todos os dias da semana. Assim foi, por exemplo, durante as últimas 7 ou 8 semanas.” Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de 7 anos! (Marx, 2012, p. 405)

E sobre o processo de produção envolvendo as crianças ainda relata que, em determinados ramos, estes funcionavam ininterruptamente.

Como sistema, esse processo de produção de 24 horas existe, ainda hoje, em muitos ramos industriais britânicos que eram até agora “livres”, como altos-fornos, forjas, oficinas de laminagem e outras manufaturas metalúrgicas da Inglaterra, País de Gales e Escócia. Aqui, além das 24 horas dos 6 dias úteis da semana, o processo de trabalho compreende também, em muitos casos, as 24 horas do domingo. Os trabalhadores consistem em adultos e crianças de ambos os性os. A idade das crianças e jovens percorre todos os estágios intermediários desde 8 (em alguns casos, desde 6) até 18 anos. Em alguns ramos, meninas e mulheres trabalham também no turno da noite com o pessoal masculino (Marx, 2012, p. 419)

Entretanto é óbvio que estamos tratando de um período muito rudimentar da história do capitalismo – apesar da revolução industrial à época já ter completado mais de 150 anos – e, a luta de classes, obviamente, conseguiu às duras penas frear esse ímpeto voraz do capital aos corpos infantis. São inúmeros os documentos, legislações e iniciativas que vão de encontro a essa prática considerada abominável. Mas, ainda assim, ultrapassando novamente a barreira do tempo espaço encontramos tais cenários – e, sem perplexidades, em maiores proporções. Vejamos fragmentos de uma reportagem do ano de 2022³³:

Dia Mundial contra o trabalho infantil: Cada vez mais menores trabalham na África:

Crianças-soldado, mineiros, vendedores ambulantes e trabalhadores de plantações de cacau - após anos de declínio do trabalho infantil, a pandemia de Covid-19 empurrou muitas crianças africanas para o trabalho.

A capital dos Camarões, Yaounde, está repleta de jovens vendedores. A maioria deles são crianças entre os 7 e 14 anos de idade, e podem ser encontrados nos grandes cruzamentos e mercados - muitas vezes trabalhando até altas horas da noite.

Falta proteção às crianças:

Segundo a UNICEF, o crescimento populacional, as crises recorrentes, a pobreza extrema e as medidas de proteção social inadequadas fizerem com que, nos últimos quatro anos, mais 17 milhões de meninas e rapazes tenham se envolvido no trabalho infantil na África subsaariana. Os países africanos são o lar da maioria dos 160 milhões de crianças trabalhadoras do mundo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que mais de 72 milhões de crianças na África subsaariana - quase uma em cada cinco - são afetadas pelo trabalho infantil.

³³ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/dia-mundial-contra-o-trabalho-infantil-cada-vez-mais-menores-trabalham-em-%C3%A1frica/a-62107796>.

Penas severas para os pais:

Como parte dos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas", todos os 193 estados membros se comprometeram a tomar medidas eficazes para eliminar o trabalho forçado, a escravatura moderna, o tráfico humano e as piores formas de trabalho infantil - incluindo as crianças-soldado - até 2025. Mas os controles para impedir o emprego de menores são raros, de acordo com a organização dos direitos da criança Plan International. "É nossa responsabilidade como pais cuidar dos nossos filhos, e não dos nossos filhos cuidar de nós", disse Lucy Yunana, uma ativista dos direitos das crianças na Nigéria. Yunana apela ao Governo para que reprema a ameaça do trabalho infantil com penas mais severas. Ela disse que qualquer criança apanhada a vender ou a mendigar deveria ser retirada desta situação, e os pais que permitem que as suas filhas trabalhem como empregadas domésticas responsabilizados, ao ponto de pagarem multas.

Além do aumento exorbitante dos números – *habemos* globalização – outra característica que não podemos deixar de relatar que estabelece uma grande diferença das passagens de Marx é que, ao contrário do autor supracitado, não encontramos na matéria nenhuma crítica ao modo de produção vigente. Tudo parece associado a coisas mais “comuns e diretas”, tais como, uma pandemia vinda de uma chaga divina contra a terra – também sem associação alguma ao MPC; há países que não conseguem pôr em prática leis triviais e nem tampouco fiscalizar práticas como estas em seu território – obviamente uma característica que também não está associada ao MPC generalizado no globo; ou ao fenômeno mais comum de todos: a culpa é da mãe, e essas crianças, infelizmente, são filhas de uma mãe não zelosa. Brincadeiras e ironias à parte, essa ruptura de associações dos mais diversos problemas humanos vivenciados na contemporaneidade à lógica do modo de produção capitalista faz com que uma série de soluções mágicas sejam colocadas à disposição e apresentadas como verdadeiros caminhos para extinção de determinados problemas – como no caso do trabalho infantil. Entretanto, à despeito dos números que descem e sobem, aqui e acolá, tal erradicação é improvável ao extremo na vigência de um modo de produção que não se importa com o carregador de força de trabalho – também conhecido até o momento presente como ser humano e nem tampouco com a idade deste ser.

Vejamos uma outra passagem qualquer de um tempo histórico qualquer:

Frequentemente, as crianças estavam tão cansadas que não podiam manter seus olhos abertos durante o trabalho; na

verdade, nós mesmos quase não o conseguimos.” “Tenho 13 anos [...]. Durante o inverno passado, trabalhamos até as 9 horas da noite e, no inverno anterior, até as 10 da noite. No último inverno, quase todas as noites eu costumava gritar de dor em meus pés machucados”. [...] “Quando meu filho tinha 7 anos de idade, eu costumava carregá-lo nas costas para toda parte, atravessando a neve, e ele costumava trabalhar 16 horas por dia! [...] Frequentemente eu tinha de ajoelhar-me para alimentá-lo, enquanto ele permanecia junto à máquina, pois não lhe era permitido abandoná-la ou pará-la”. (...) Em muitos casos, porém, o sobretrabalho além desse limite é, para usar a expressão do relatório, “realmente aterrador”. “Nenhuma mente humana”, diz esse documento, “pode conceber a quantidade de trabalho que, segundo testemunhos, é realizada por crianças de 9 a 12 anos, sem chegar à inevitável conclusão de que não se pode mais permitir esse abuso de poder dos pais e dos empregadores.”³⁴

Após os relatos da matéria jornalística do ano de 2022 poderíamos cravar a qual tempo histórico pertence os relatos acima?

Mas parece óbvio que essas situações extremas aconteçam em países periféricos com péssimas administrações e/ou dotados de precários recursos para o combate a esses crimes. Vejamos matéria de uma revista no país citado abaixo:

Com passos inseguros, Angel Oliveras caminha pela plantação. Os arbustos de pimenta atingem apenas o queixo da criança de quatro anos. Angel não se perdeu no caminho para o jardim de infância – ele está a trabalhar. Juntamente com a mãe, o cinco réis de gente colhem pimentas por um salário de fome. E não num país do Terceiro Mundo, mas nos EUA [...] As pistas de produtos obtidos desta forma levaram, entre outros, ao fabricante de sopas Campbell, ao grupo de lojas Sears e às empresas alimentares H.J. Heinz e Newman's Own do ator de *Hollywood* Paul Newman [...] A cada cinco dias morre uma criança trabalhadora nos EUA, de acordo com estatísticas oficiais. Cerca de 200 000 menores sofrem acidentes de trabalho todos os anos [...] Por exemplo, Alexis Jaimes, de 14 anos, foi mortalmente esmagado por uma máquina num estaleiro de construção no Texas. Joshua Henderson, de 15 anos, que trabalhava numa lavagem de automóveis no Colorado, foi fatalmente eletrocutado. Diana Sifuentes cortou o polegar e dedos com o seu facão quando cortava árvores de Natal em forma num viveiro de árvores. ‘Tens de te apressar com o teu trabalho se quiseres ganhar bom dinheiro’, disse a jovem de 16 anos. As suas lesões graves foram enfaixadas sem ir ao médico – o caso, como muitos outros, nem sequer aparece nas estatísticas. (Foster in Kurz, 2009, p. 499).

³⁴ A citação não foi revelada para finalidade de instigar um questionamento sobre ela.

Vamos voltar a Marx e falar sobre outro assunto que não verse sobre o apelativo mundo das criancinhas que certamente comovem até os mais conservadores. Vamos tratar agora sobre saúde do trabalhador (estes sim, figuras aptas à tratamentos hediondos sem tanta comoção alheia) – à época de Marx em alguns setores de produção.

Como classe, os oleiros, homens e mulheres, representam [...] uma população degenerada, tanto física como moralmente. Eles são, em regra, raquíticos, mal constituídos e apresentam com frequência uma má-formação dos pulmões. Envelhecem prematuramente e têm vida curta; fleumáticos e anêmicos, denunciam a fraqueza de sua constituição com pertinazes ataques de dispepsia, problemas hepáticos e renais e reumatismo. Mas sofrem, sobretudo, de doenças pulmonares, como pneumonia, tuberculose, bronquite e asma. Um tipo de asma lhes é peculiar, sendo conhecida como 'asma de oleiro' ou 'tísica de oleiro'. A escrofúlose, que atinge as amígdalas, os ossos ou outras partes do corpo, acomete mais de dois terços dos oleiros. A degeneração das populações deste distrito só não é maior graças ao recrutamento constante de trabalhadores nos distritos rurais adjacentes e a sua miscigenação com raças mais saudáveis. (Marx, 2012, p. 406)

Em outra passagem Marx recupera uma matéria jornalística de Londres:

Nas últimas semanas de junho de 1863, todos os jornais londrinos trouxeram um parágrafo com a "sensacional" manchete: "*Death from simple Overwork*" (morte por simples sobretrabalho). Tratava-se da morte da modista Mary Anne Walkley, de 20 anos de idade, empregada numa manufatura de modas deveras respeitável, fornecedora da Corte e explorada por uma senhora com o agradável nome de Elise. A velha história, muitas vezes contada, foi agora redescoberta e nos diz que essas moças cumprem uma jornada de, em média 161/2 horas e, durante a *season*, chegam frequentemente a trabalhar 30 horas ininterruptas, quando sua evanescente "força de trabalho" costuma ser reanimada com a oferta eventual de xerez, vinho do Porto ou café. E estava-se justamente no ponto alto da *season*. Era necessário concluir, num piscar de olhos, os vestidos luxuosos das nobres damas para o baile em honra da recém-importada Princesa de Gales. Mary Anne Walkley trabalhara 261/2 sem interrupção, juntamente com outras 60 moças, divididas em dois grupos de 30, cada grupo num quarto cujo tamanho mal chegava para conter 1/3 do ar necessário, enquanto à noite partilhavam, duas a duas, uma cama num dos buracos sufocantes onde tábuas de madeira serviam como divisórias de cada quarto de dormir. E essa era uma das melhores casas de moda de Londres. Mary Anne Walkley adoeceu na sexta-feira e morreu no domingo, sem que, para a surpresa da sra. Elise, tivesse terminado a última peça. O médico, sr. Keys, chamado tarde demais ao leito de morte, testemunhou perante o *Coroner's Jury*, com áridas palavras: "Mary Anne Walkley morreu devido às longas horas de trabalho

numa oficina superlotada e por dormir num cubículo demasiadamente estreito e mal ventilado. (...) Nossos “escravos brancos”, clamou o Morning Star, órgão dos livre-cambistas Cobden e Bright, “nossos escravos brancos são conduzidos ao túmulo pelo trabalho e definharam e morrem sem canto nem glória”. (Marx, 2012, p. 417)

Apesar desses horrores vivenciados à época de Marx, no que concerne ao campo de saúde do trabalhador, houve inúmeras conquistas e avanços ao longo dos anos. É inegável também todo o avanço da medicina que proporciona a humanidade um ganho no tocante a expectativa de vida e tratamento de inúmeras doenças, inclusive relacionadas à problemas referentes ao mundo do trabalho³⁵. Entretanto, a despeito desses maravilhosos avanços humanitários, a máquina incessante e insaciável pela valorização do valor continua operando rigorosamente. E o saldo da ininterruptão do MPC nos proporciona a continuidade – e aprofundamento bárbaro – da vilipendiação à vida humana, ainda mais quando se trata da vida de um trabalhador (aquele que carrega a dor de ser o carregador da mercadoria especial força de trabalho, que por sua vez é a única mercadoria infinita e abundante no planeta). Para corroborar com o que está sendo dito, em matéria do ano de 2021 a ONU e a OIT fizeram uma estimativa que a cada ano 2 milhões de pessoas morrem de causas relacionadas ao trabalho³⁶. Aqui novamente não posso deixar de avisar ao autor francês Thomas Piketty sobre esse dado fantástico que deve ser considerado para uma convergência de diminuição da desigualdade.

E não só de mortes diretas deveríamos mencionar quando falamos sobre saúde do trabalhador. Estes também são levados por inúmeras características – pelas quais não vou adentrar e traçar aqui – a acidentes que levam a hospitalização e morte de, talvez, mais alguns milhões. Vejamos uma passagem de Marx novamente recuperando materiais jornalísticos da época,

Reynolds's Paper, [21] jan. 1866. Toda semana o mesmo jornal traz, entre as “sensational headings” [manchetes sensacionais]: “Fearfuland fatal accidents” [acidentes temíveis e fatais], “Appalling tragedies” [tragédias terríveis] etc., toda uma lista de novas catástrofes ferroviárias. Sobre isso, comenta um trabalhador da North Staffordlinie: “Qualquer um sabe as

³⁵ É importante ressaltar que esta parte do texto não contém ironia.

³⁶ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/16-9-2021-omsoit-quase-2-milhoes-pessoas-morrem-por-causas-relacionadas-ao-trabalho-cada>

consequências que se podem obter se a atenção do maquinista e do foguista se desvia um instante de sua tarefa. E como poderia ser diferente, dado o prolongamento desmedido do trabalho, no clima mais rigoroso, sem pausa e períodos de descanso? Tomemos como exemplo, como ocorre diariamente, o seguinte caso. Na última segunda-feira, um foguista começou seu dia de trabalho muito cedo e o terminou após 14 horas e 50 minutos. Antes que ele tivesse tempo de ao menos tomar seu chá, foi chamado novamente ao trabalho. Assim, teve de trabalhar ininterruptamente por 29 horas e 15 minutos. No restante da semana, seu horário de trabalho foi o seguinte: na quarta-feira, 15 horas e 35 minutos; na sexta-feira, 14 horas; no sábado, 14 horas e 10 minutos; total da semana: 88 horas e 30 minutos. E agora imaginem sua surpresa quando recebeu apenas por 6 jornadas de trabalho. O homem era um novato e perguntou o que se entendia por uma jornada de trabalho. Resposta: 13 horas, portanto, 78 horas por semana. E quanto ao pagamento dessas 10 horas e 30 minutos adicionais? Depois de uma longa contenda, ele recebeu um bônus de 10 pence" (menos de 10 Silbergroschen [tostões de prata]), Reynolds's Paper, 4 fev. 1866. (Marx, 2012. p. 415)

Será mesmo que alguma coisa mudou nesse sentido? Ou será que sem muito esforço podemos nos lembrar de matérias atuais que versam sobre o assunto?

E para terminar uma síntese do que vimos até então,

O que é uma jornada de trabalho? Quão longo é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo a jornada de trabalho pode ser prolongada além do tempo de trabalho necessário à reprodução da própria força de trabalho? A essas questões, como vimos, o capital responde: a jornada de trabalho contém 24 horas inteiras, deduzidas as poucas horas de repouso sem as quais a força de trabalho ficaria absolutamente incapacitada de realizar novamente seu serviço. Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabatismo – é pura futilidade! Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam

abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de repouso absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. Não é a manutenção normal da força de trabalho que determina os limites da jornada de trabalho, mas, ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. Ele atinge esse objetivo por meio do encurtamento da duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que obtém uma maior produtividade da terra roubando dela sua fertilidade. Assim, a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida. Mas o valor da força de trabalho inclui o valor das mercadorias requeridas para a reprodução do trabalhador ou para a procriação da classe trabalhadora. Assim, se o prolongamento antinatural [naturwidrige] da força de trabalho, que o capital tem necessariamente por objetivo em seu impulso desmedido de autovalorização, encurta o tempo de vida do trabalhador singular e, com isso, a duração de sua força de trabalho, torna-se necessária uma substituição mais rápida dos trabalhadores que foram desgastados e, portanto, a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho, do mesmo modo como a parte do valor a ser diariamente reproduzida de uma máquina é tanto maior quanto mais rapidamente ela se desgaste. Uma jornada de trabalho normal parece, assim, ser do próprio interesse do capital. (Marx, 2012, p. 427-428)

Chegamos aqui a pontos importantes e fundamentais de análise: a dinâmica do capital em relação ao trabalho continua sendo uma relação que não reconhece o último como algo com “vida”, mas sim como uma mercadoria especial, uma coisa, cuja qual continua também sendo a única fonte de extração de mais-valor. Isso continua intacto e precisa ser relembrado a todo o momento. O segundo ponto importante para nós é que a lei geral opera à pleno vapor e agora movida a 5G! Além de uma exportação massiva para os continentes periféricos que assistem um tenebroso show dos horrores, a miséria não

abandona seus “criadores” e continua também em plena expansão nos nobres países europeus berços da maravilhosa civilização moderna. França, Inglaterra, Alemanha e outras “potências” mundiais possuem elevados dados estatísticos comprobatórios dessa pobreza e um número considerável de supérfluos. E sobre o país mais opulento do globo, tão conhecido pela sua indústria cinematográfica, também produz em larga escala miséria suficiente que se assemelha a filmes de horror e produções distópicas. Assim como a China que – apesar de tentar esconder – possui grandiosos números relativos à pobreza advinda do mesmo modo de produção – à despeito daquelas que erroneamente acreditam que lá está em vigência um outro modo de produção que não o do capital. A lei geral é imparável em seu avanço territorial, pois assim como o capital precisou por sua lógica globalizar-se, suas consequências também se globalizam! E é justamente nesse avanço que ela produz ainda mais tragédias humanas.

Robert Kurz em seu livro *A guerra de ordenamento mundial* trata com riqueza de detalhes as situações por todo o globo dos refugiados. Sejam eles refugiados econômicos, de guerra, da fome, do desenvolvimento ou de catástrofes (denominações elencadas pelo autor), todas estas estão associadas ao movimento ininterrupto do capital. E Kurz define que tal movimento

se trata de grandes fluxos humanos transfronteiriços e mesmo transcontinentais, que procuram a salvação na fuga para o exterior, para mais uma vez depararem em todo o lado apenas com o mesmo terror da economia. Na sua dimensão global, a massa destes movimentos de fuga ultrapassa de longe os grandes surtos migratórios do século XIX (sobretudo da Europa para as duas Américas, e do Leste europeu, rumo ao Ocidente), que já na altura tinham sido causados por um estádio ainda incipiente da mesma história dos desafos capitalistas. (Kurz, 2010, p. 106)

O que Marx descrevera no capítulo 24 do livro 1 do capital também continua a acontecer em larga escala ganhando novos desenhos. Se lá foi fruto de uma tomada do campo para uma concentração massiva de mercadorias especiais a serem utilizadas pela revolução industrial ou utilização desse mesmo “campo tomado” para fins de produção agrícola em larga escala, aqui adquire contornos com os mais diversificados motivos que empilham refugiados em todos os cantos do planeta. As migrações são de todas as ordens: internas, entre fronteiras e até entre continentes. Apesar da variabilidade de sua motivação devemos em todas estas dar o crédito germinal ao modo de produção que rege

o globo e não podemos nos esquecer de suas origens vinculadas ao roubo da terra através do uso do poder e da força – que ainda são encontradas como consequências de fluxos migratórios ainda na contemporaneidade. Aqui uma passagem de Marx para exemplificar o fato:

Como exemplo dos métodos dominantes no século XIX, bastam aqui os “clareamentos” realizados por ordem da duquesa de Sutherland. Essa pessoa, instruída em matérias econômicas, decidiu, logo ao assumir o governo, aplicar um remédio econômico radical, transformando em pastagens de ovelhas o condado inteiro, cuja população já fora reduzida a 15 mil em consequência de processos de tipo semelhante. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar. Desse modo, a duquesa se apropriou de 794 mil acres de terras que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela designou cerca de 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Até então, esses 6 mil acres haviam permanecido ermos, e seus proprietários não haviam obtido renda nenhuma com eles. Movida por seu nobre sentimento, a duquesa chegou ao ponto de arrendar o acre de terra por 2 xelins e 6 pence às pessoas do clã que por séculos haviam vertido seu sangue pela família Sutherland. Toda a terra roubada ao clã foi dividida em 29 grandes arrendamentos, destinados à criação de ovelhas; cada arrendamento era habitado por uma só família, em sua maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já haviam sido substituídos por 131 mil ovelhas. A parte dos aborígenes jogada na orla marítima procurou viver da pesca. Tornaram-se anfíbios, vivendo, como diz um escritor inglês, metade sobre a terra, metade na água e, no fim das contas, apenas metade em ambas. Mas os bravos gaélicos deviam pagar ainda mais caro por sua idolatria romântica de montanheses pelos “grandes homens” do clã. O cheiro de peixe subiu ao nariz dos grandes homens. Estes farejaram algo lucrativo nesse assunto e arrendaram a orla marítima aos grandes comerciantes de peixes de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez. (Marx, 2012, p. 977-978)

As consequências desse movimento sem fim e em expansão por todo o planeta promovem um expoente a mais no saldo aterrorizante da lei geral. Pois, como o próprio Kurz já nos indica, apesar da busca pela sobrevivência – na maioria dos casos – os sobreviventes (literalmente) encontram novas fases de suas vidas descartáveis e miseráveis. O autor nos leva para dentro desse microuniverso e nos deparamos com vários cenários de tragédia e importantes

reflexões sobre o que ainda está por vir. Em uma das suas importantes reflexões ele apresenta uma ruptura muito importante com as migrações “cultivadas” no início do capitalismo e diz:

Se, na sua história passada de ascensão e imposição, o capitalismo era insaciável na sua avidez de carne humana, que procurava descobrir nos mais recônditos recantos do mundo para a incorporar a si como “trabalho”, agora assemelha-se a um canceroso sem apetite, atormentado e submerso pelo seu antigo objeto do desejo, que já não consegue engolir nem digerir, e que lhe instila temor e repulsa (Kurz, 2010, p. 107)

O que Kurz nos diz é que apesar dessa imensa massa continuar a se movimentar por conta da própria dinâmica do Modo de produção, seja na crise dos países de onde saem, ou seja pela miragem de um mundo melhor nos países para onde vão, o sistema como um todo já não possui mais a ânsia de sua jovialidade de outrora em consumir a mercadoria especial força de trabalho. Essas mercadorias, portanto, são supérfluas ao capital em níveis extremos na atualidade. Ora, a quantidade de supérfluos em todos os tempos do capital sempre fora significativa e importante, pois estas preenchem um importante fator para o modo de produção. Lembremos Marx quando ele nos diz que

a produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança com rapidez ainda maior do que a – já acelerada com o progresso da acumulação –revolução técnica do processo de produção e a correspondente redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante. Se os meios de produção, crescendo em volume e eficiência, tornam-se meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é novamente modificada pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social. (Marx, 2012, p. 863-864)

Mas, apesar de continuar com a necessidade umbilical de uma superpopulação relativa – que mais do que nunca pressiona a combalida classe trabalhadora que resta no globo – essa “produção” em uma escala inimaginável

até para uma supermáquina de contar coloca a necessidade envergonhada do capital de respostas sobre o que fazer com essa “humanidade em excesso”. E aqui todas as possibilidades de respostas estarão presentes! Desde ações de fato solidárias com a dor alheia até as ações que beiram a “realidade” das ficções científicas hollywoodianas. A consolidação da descartabilidade da mercadoria força de trabalho em milhões de habitantes do globo fazem destes objetos algo sem valor na dinâmica do capital. Mas o simples fato de serem seres sem valor não os destitui da sua animalidade em busca da sobrevivência e tal fato impõe a dita civilização “ações” para manutenção dessa sobrevida.

Mas neste sistema maravilhoso construído, manutenção de qualquer coisa – seja de um robô na indústria ou de uma criança em um campo de refugiados – exige dispêndio de recursos e, isso tem um preço e, obviamente, outras consequências. Vamos observar essa passagem de Kurz:

Há algo de terrivelmente miserável e ao mesmo tempo banalmente realista no fato de as massas humanas, que chegam em vagas sucessivas, serem encaradas como uma ameaça fundamental e repelidas administrativamente. Medos irracionais dos “estranhos” que desembarcam, vindos da crise mundial produzida por nós próprios, misturam-se aqui com interesses concorrenenciais perfeitamente banais (por exemplo, quanto aos mercados de trabalho) e com motivos de “segurança interna”, no que diz respeito à formação de guetos, conflitos de rua, criminalidade massificada, etc. Tal como no passado das potências da expansão nacional-imperial, neste contexto afirma-se mais ou menos difusamente um interesse comum concorrencial e de dominação chauvinista de trabalhadores assalariados e de beneficiários da assistência social, de direções de grandes empresas e da classe política ocidental, contra as massas do Leste e do Sul do globo, que, no entanto, nas condições atuais, já não visa a assimilação, mas precisamente a exclusão. Este caráter defensivo assassino é evidente no discurso ideológico e cultural. Até mesmo no caso dos radicais de direita e neonazis mais ordinários, já não se fala do “espaço vital no Leste”, de “zonas de influência” nacionais, de anexações coloniais ou paracoloniais, etc. Estas imaginações, outrora eficazes de uma autoafirmação nacional expansionista, converteram-se, a bem dizer, no seu contrário, numa ideologia de fecho e exclusão, por exemplo, em palavras de ordem como “a Alemanha para os Alemães”, “a Áustria para os Austríacos”, “a França para os Franceses”, etc., ou “a Alemanha em primeiro lugar” (“a Áustria, França, etc. em primeiro lugar”). (Kurz, 2010, p. 108)

Precisamos nos lembrar de que não só de solidariedade caminha a humanidade e de que esta característica está cada dia mais ameaçada. Na

filosofia do cangaceiro da “farinha pouca, meu pirão primeiro” nossa dita civilização caminha a passos largos em uma verdadeira viagem de retorno ao Estado Hobbesiano da luta de todos contra todos e do salve-se quem puder. E podemos vislumbrar isso em discursos em qualquer lugar do mundo e não estamos dando a devida importância para algo que está no senso comum, mas que apresenta um importante tracejado de incompatibilidade da continuidade do sistema que nos conforma com a manutenção de todos os seres humanos neste lugar chamado Terra.

Não à toa hoje a discussão não está mais em cima do muro. Inúmeras fronteiras são repletas de controle, muros e protegidas para não entrada desses seres desgraçados. Se outrora um muro apenas era repleto de significados de atraso e incoerência para com a “liberdade” dos seres humanos, hoje os muros, arames farpados, drones, exércitos e patrulhas de fronteira representam hipocritamente a defesa da democracia e de uma tal soberania nacional. Sobre tal argumentação Kurz fala que

é inconcebível a desfaçatez com que o discurso ocidental se pode excitar, mesmo mais de uma década após a queda do “Muro de Berlim”, derramando litros de lágrimas de crocodilo sobre essa “fronteira desumana”, ao mesmo tempo que não tem vergonha de pedir um “muro e arame farpado” contra os “indesejados”. Aí, de repente, já não se trata de um “muro da vergonha”, mas de um “baluarte democrático” contra os humilhados e ofendidos do sistema mundial capitalista. (Kurz, 2010, p. 114)

O que estava em jogo à época nunca foi de fato uma luta para a “liberdade” daqueles seres humanos aprisionados pelos países que se diziam socialistas, mas sim uma disputa e uma necessidade de caminhos abertos para a expansão ininterrupta da valorização do valor em todo o território. Não quero aqui em hipótese nenhuma entrar pela seara política de discussão dos regimes políticos particulares que se formataram à época. O que nos é crucial é registrarmos que, para além das “maravilhosas” intenções ocidentais sempre se escamoteia a tara compulsiva do capital que, por sua vez, não está nem aí para moral, bons costumes ou valores abstratos de justiça, igualdade, liberdade ou democracia. Seu objetivo é e sempre foi apenas um! Mas as consequências de continuar o processo ininterrupto tomam hoje proporções planetárias. Não se trata mais da miséria dos expulsos dos campos no Reino “Unido”; da miséria da

fome por questões de forças produtivas incapazes de alimentar o mundo; da miséria da escassez; a miséria de hoje está intrinsecamente relacionada à parca necessidade que o capital possui em consumir a mercadoria força de trabalho. Todas as suas revoluções – da primeira à quarta – promoveram o saldo catastrófico de um contingente inimaginável de supérfluos. O pauperismo – última camada da superpopulação relativa – é hoje global e, seu crescimento consegue, mesmo diante de inúmeros episódios de violências, fome, precárias condições de saúde e até de doenças dizimadoras tais como a AIDS, o cólera e a mais recente Covid19, alargar sua base em ritmo e proporções avassaladoras. Ainda assim essas consequências avassaladoras à humanidade são levadas a todo o momento para outro plano, no debate ideopolítico, sempre muito distante do seu atrelamento ao modo de produção.

Mas, o que fazer diante da barbárie? São tantas as explicações e soluções mágicas que distraem até o mais atento dos espectadores escandalizados com a tragédia do mundo diante dos olhos. Inebriados e angustiados com a dor do outro não são poucos os movimentos de solidariedade diante do terror humanitário. Ainda assim, até mesmo estes movimentos e ações carregam consigo a marca do capital! Porque se por um lado ainda existam ações solidárias, por outro estas ações entregam algo “além” da mera solidariedade e apreço para com a dor alheia. Kurz nos explica sobre isso que

foi no jogo de ação e reação entre o fracasso no mercado mundial, os subsequentes colapsos econômicos, guerras civis e economia de saque, intervenção militar ocidental, regimes de ocupação e objetivização das respectivas regiões em teatros de intervenção de “organizações de ajuda humanitária” ocidentais que os anos 90 do século passado produziram essa economia secundária duplamente perversa: por um lado, no local, a dependência total da presença dos “ajudantes”, administradores, militares e outros ocidentais e do seu consumo substitui-se a uma reprodução econômica própria; por outro lado, esta perversa “ajuda” desenvolve um interesse econômico próprio, não em último lugar nutrido pela crise econômica que grassa no próprio Ocidente. (Kurz, 2010, p. 121)

Kurz nos mostra que o circuito D – M – D’ é estimulado até na contenção da tragédia de expulsar Força de trabalho da sua esfera produtiva. Crises, que são identificadas como um problema do sistema, mas que também devem ser compreendidas como uma parte que, contraditoriamente, dialeticamente,

funcionam como “soluções” para sua continuidade – à despeito da falta de tranquilidade como essa se dá.

Precisaremos agora entrar na história da conformação dessa crise estrutural e do seu desemprego de mesma alcunha e para tanto é necessário entrarmos no aprofundamento teórico de sua causa, identificar o momento histórico e retratar como o aparente lado oposto do capital – o trabalho – é parte constitutiva do aprofundamento da barbárie.

3. DA CRISE DO CAPITAL AO FEITIÇO DO TRABALHO: Configurações de um mundo sem saída

Algumas lacunas propositalmente deixadas no capítulo anterior precisam ser exploradas para darmos sequência a explicitação do mal-estar civilizatório insolvente dentro do modo de produção vigente no globo que conformam a lei geram e ampliam drasticamente a barbárie. Lacunas estas que apontam principalmente para uma crise estrutural sem retorno e a impossibilidade de realização do valor-de-uso da mercadoria especial força de trabalho pelo ser autômato capital em sua fase senil³⁷.

3.1 – Desmedidas do capital e progressões da Lei geral

Apesar de já termos explorado as principais categorias da equação sem fim (D-M-D') e variadas nuances que ocorrem na sua dinâmica, torna-se necessário expor com maior precisão a causa do desastre anunciado de um modo de produzir onde pouco interessa os miseráveis valores de uso do que é produzido. Não obstante disso, mas já em linhas distantes daqui, não de modo despretensioso havia comentado que essa característica do valor de uso estava para o capital assim como o capitalismo está para com as ideias de democracia, liberdade, justiça, igualdade etc. Isto é, no grandioso universo fantástico das mercadorias, a face oposta – o valor de troca – é sem dúvida o mote da dinâmica automática do capital, pois o D' é alcançado exatamente por essa faceta. É o valor de troca das mercadorias que carregam nas suas entranhas o processo de valorização do valor extraído do processo de produção da já comentada mercadoria especial força de trabalho que, não por acaso ou mera factibilidade, entra nesse mesmo processo de produção para conseguir materializar o seu

³⁷ “Para Beinstein, o capitalismo senil é o avanço irresistível da decrepitude, é um fenômeno de envelhecimento avançado do sistema, que aplica todo seu complexo instrumental anticrise acumulado, numa longa história bissecular, mas que a despeito disso, não consegue impedir o agravamento de suas doenças, sua decadência (é *um corpo moribundo que ainda luta por sobreviver...*)” (Beinstein in Blank, 2011, p. 41)

valor de troca (salário) para adquirir dinheiro para trocar por todas as mercadorias que o seu particular mundo livre possa permitir.

Os argumentos expostos acima podem ser questionados por leitores que, ao observarem a forma mercadoria, ressaltam a importância ineliminável do valor de uso em sua composição. Contudo, é preciso distinguir sua presença física de sua função social. Embora o valor de uso seja uma condição material indispensável para qualquer mercadoria, ele perde sua centralidade na dinâmica capitalista, que é regida pelo valor de troca. Essa aparente contradição – a presença necessária versus a irrelevância funcional – já era apontada por Marx quando interpreta o valor - em contraposição à Economia política clássica – como a generalização da troca e sua expansão por todos os poros da sociedade. A finalidade de toda a produção de mercadorias é para a troca que é para o outro, o que já determina um processo de alienação no sentido que todos produzem não para si, mas para a troca de mercadorias. E Marx ressalta,

a troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras. A partir de então, as coisas que são mercadorias no estrangeiro também se tornam mercadorias na vida interna da comunidade. Sua relação quantitativa de troca é, a princípio, inteiramente acidental. Elas são permutáveis por meio do ato volitivo de seus possuidores de aliená-las mutuamente. Ao mesmo tempo, a necessidade de objetos de uso estrangeiros se consolida paulatinamente. A constante repetição da troca transforma-a num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca. Desse momento em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso se aparta de seu valor de troca. Por outro lado, a relação quantitativa, na qual elas são trocadas, torna-se dependente de sua própria produção. O costume as fixa como grandezas de valor. (Marx, 2012, p. 223)

Quando toda a parte “útil” vai sendo apagada para reluzir e materializar a sua troca, o mesmo movimento realizado na aparência se materializa também na sua produção. O que isso quer dizer: o trabalho humano – substrato comum de todas as mercadorias e que possibilita a estas uma comensurabilidade – e o seu valor-de-uso que é a única fonte possível de valorização do valor também é apagado para a sua forma possível mensurável, uma média, uma transformação do que lhe é único e possui uma qualidade para algo mais abstrato que possibilite

assim um meio para quantificá-lo e preparar as mercadorias para a troca. É o que nos diz Marx quando fala que

se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiaideiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (Marx, 2012, p. 160)

Grespan (2011) complementando a ideia nos mostra em síntese que

o valor, enquanto o “comum” às mercadorias trocadas, é determinado ao se abstrair realmente do valor de uso delas. Mas como se determina, nesse caso, o próprio valor? A “abstração” justamente significa que se se prescindir do valor de uso no corpo das mercadorias, então nelas se mantêm ainda uma propriedade, a de produtos do trabalho; mas não produtos de trabalho concreto, pois este resulta no valor de uso no corpo das mercadorias, do qual é preciso “prescindir”, e sim produtos de trabalho em geral. (Grespan, 2012, p. 51)

Todo esse movimento que prepara todas as mercadorias para o grandioso circuito capitalista de generalização da troca faz com que a única substância em comum a todas elas – o trabalho – seja levado ele também a uma abstração passível de mensurá-lo, quantificá-lo. O trabalho abstrato por sua vez devolve as mercadorias a tal “objetividade fantasmagórica” que lhe permite agora ser “valor”. Ou seja, “se antes a finalidade da troca era o consumo individual dos produtores, “finalidade que repousa fora da circulação”, agora o objetivo da circulação da produção imediata é a “valorização do valor”, ou seja, a formação do capital” (Grespan, 2011, p. 107). Está posto, portanto, o feitiço do capital à humanidade.

Ao explicar sobre o fetichismo do capital, o mesmo autor, ancorado em Marx afirma que

a subjetividade do capital significa que a relação entre as coisas não é mais simples meio para atender as necessidades humanas, e sim para aumentar o valor e a quantidade das coisas produzidas, para atender as necessidades do capital, às quais as humanas são submetidas e até sacrificadas. Tornando-se finalidade da produção em geral, ele pretende apropriar-se de

todos os meios materiais e sociais para alcançá-la. E na medida que o consegue, apresenta-se de fato como o organizador das relações entre os homens, como um poder que escapa às suas vontades e consciências individuais – daí “sujeito automático” – impondo-se a sua atividade enquanto objetivo maior, cuja autoridade deriva justamente desse caráter transcendental de que se reveste para eles. Tal fetiche se caracteriza não mais simplesmente pela aparência da vida que confere a coisas inanimadas, mas pela força que exerce sobre as vidas humanas reais ao converter-se em seu objetivo supremo, força criada pela transfiguração das próprias relações sociais, que configura um ídolo “vampiresco” para o qual todos os sacrifícios serão sempre insuficientes. (Grespan, 2011, p. 109-110)

Neste momento já temos elementos suficientes para entender as raízes fincadas de uma crise insolucionável deste modo de produção – a não ser apenas pela sua abolição. A causa de sua crise pertence ao seu próprio modo de “ser”, sua própria forma que o conduz para um objetivo inatingível já que ao fim de um ciclo onde D se tornará D’, de forma imediata terás novamente que atingir outro patamar, outro “D” e isso até a hora de sua morte. O capital, portanto, assume com a valorização do valor um compromisso de casamento e fidelidade eterna sem traições, reviravoltas ou diminuição do seu “amor”. Poderíamos até concluir essa saga secular dando novas complementações ao verdadeiro significado do amor e atribuindo a frase “Amar é...” sua complementação capitalista: “...transformar D em D”.

E não por acaso esse amor está associado a figura do Dinheiro. Pois, “devido à sua homogeneidade qualitativa, o dinheiro é ilimitado e tem em sua natureza a capacidade de se acumular indefinidamente até o infinito” (Grespan, 2011, p. 112). Marx explicará que “a circulação do dinheiro como capital é um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido.” (Marx, 2011, p. 296).

Com subsídios na obra de Marx, Grespan apresenta então uma importante explicação sobre essa *desmedida* do capital, o que nos será essencial para entendermos a crise. Diz ele:

O primeiro significado de *desmedida*, específica do movimento de acumulação do capital, portanto, vem da infinitude deste movimento, ou seja, de que seu início e fim são qualitativamente idênticos e de que sua diferença quantitativa é constantemente suprimida e reposta. Não há, por princípio, uma referência externa ao capital para determinar a magnitude de sua

acumulação. Ele tem essencialmente em si a sua medida – na grandeza de valor que ele atinge ao final de cada circuito e da qual pode partir, adquirindo um certo volume de força de trabalho e meios de produção para o circuito seguinte. É claro que Marx considera também os obstáculos e condições existentes para a acumulação. Mas lhe interessa enfatizar que da natureza do capital surge o impulso para a superação destes obstáculos, impulso, assim, inerente e necessário àquela natureza. No processo de efetivação dessa tendência, entretanto, a dinâmica do capital ganha um aspecto mais complexo, com o desenvolvimento de novas formas de criação da mais-valia que enriquecem o conteúdo da autovalorização. (Grespan, 2011, p. 114)

E aqui temos a principal reviravolta. Como temos um sistema sempre para a frente, automático, destituído de implicações éticas e voltado exclusivamente a questão quantitativa do fim de uma equação, estes meios de produção que usam o trabalho serão constantemente revolucionados para se tornarem cada vez mais automáticos e independentes do próprio trabalho humano. A subsunção formal que permite a extração de mais-valia absoluta será cada vez mais substituída – ou melhor, colocada em segundo plano – pela mais-valia relativa que, ao defrontar o trabalhador assalariado com o gigantesco autômato na qual foi transformado os meios de produção nada mais resta que a sua completa subordinação, ou para continuarmos nas categorias marxianas, sua subsunção real.

Já não é tanto o trabalho que surge como algo incluído no processo de produção, mas sim o homem que se comporta como vigilante e regulador do próprio processo de produção. [...] O trabalhador vem colocar-se a par do processo de produção, em vez de ser seu agente principal. Nessa mutação, não é nem o trabalho imediato efetuado pelo próprio homem, nem o seu tempo de trabalho, mas a apropriação da sua própria força produtiva geral, a sua compreensão e a sua dominação da natureza por via da sua existência enquanto corpo social – numa palavra é o desenvolvimento do indivíduo social que surge como o grande pilar fundamental da produção e da riqueza (Marx apud Jappe, 2006, p. 115).

Uma vez que a produção de riqueza social está condicionada à apropriação da força de trabalho, como uma mercadoria qualquer, o capital cria meios de extrair o máximo de produtividade do trabalhador. E Marx nos atenta para dois fatores importantes sobre essa força produtiva criada.

A força produtiva social do trabalho se desenvolve gratuitamente sempre que os trabalhadores se encontram sob determinadas condições, e é o capital que os coloca sob essas condições. Pelo

fato de a força produtiva social do trabalho não custar nada ao capital e, por outro lado, não ser desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente. (Marx, 2011, p. 507)

E conclui que,

no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrenáí do capital. Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. (Marx, 2011, p. 876)

Beluzzo explica sobre isso que

a existência do capital, como forma histórica de riqueza social, exige, de maneira radical e avassaladora, que se torne indiferente o caráter útil de cada trabalho, para que reste como determinação essencial apenas o trabalho como valor de uso para o capital (...). É nesse sentido que, sob o regime capitalista de produção, não é o trabalho que usa os meios de produção, mas são os meios de produção que usam o trabalho. (Beluzzo in Pereira, 2013, p. 29)

Aqui já podemos estabelecer um sinal de alerta para algo que desenvolveremos mais a frente sobre a questão do trabalho e a “positividade”³⁸ acerca dessa categoria. Sob a égide desse sistema é um equívoco o entendimento que existe uma oposição entre capital e trabalho. Há sim uma diferença entre os interesses dos trabalhadores e os interesses do capital, mas ambos atuam em prol e para o funcionamento do ser automático tornando-se

³⁸ Me refiro aqui ao estranho fato de inúmeros trabalhadores diante das gigantescas massas de supérfluos ainda elaborarem incontáveis estratégias e táticas para empurrar estas massas para este lugar, que por sua vez, já demonstra com extrema transparência de que não necessita mais destas. Retornarei ao fato no último capítulo dessa Tese.

categorias complementares, mesmo sob uma relação de subordinação. Ou seja, existem contradições, mas nunca oposição completa.

Seguindo para a explicação sobre uma das principais contradições devemos entender que, ao mesmo tempo em que a lógica do capital produz um caminhar inevitável para o desenvolvimento das forças produtivas, com a finalidade de poupar força de trabalho, “ao construir essa “poupança”, constrói também sua ruína, uma vez que paulatinamente esvazia sua própria substância. “Abstrai” o fundamento de sua própria existência: o trabalho” (Pereira, 2013, p. 34). Ou seja, esse mesmo movimento do capital que efetiva a subsunção do trabalho ao capital e que aponta sempre para frente em um alucinante aperfeiçoamento das condições técnicas e institucionais estabelece uma contradição com seu próprio movimento ao sabotar a única pedra filosofal que cumpre a função de valorizar o valor e permitir a continuidade do seu processo D-M-D’.

Grespan nos explica a contradição do capital da seguinte forma:

Ele inclui em si o trabalho como momento – capital variável – e o exclui como totalidade potencial, como possibilidade da própria “substância” do valor tornar-se *sujeito* por si mesma. De outro modo, o capital não seria o *sujeito*; não denominaria as condições da sua autovalorização; não estabeleceria o fetiche pelo qual a substância impotente adquire, pela força dele, capacidade de se elevar a uma dimensão imensa. (Grespan, 2011, p. 123)

Tal contradição possui dois resultados opostos em sua configuração. O primeiro é que ao se auto mensurar o capital “revoluciona” e expande sua capacidade produtiva e, simultaneamente no polo oposto encontra a desmedida de realizar tal caminho pela sua perda de referência em si quando elimina a substância da valorização do valor. E aqui reside o fundamento da crise.

Explicado os fundamentos advindos do seu modo de produção, Marx ao percorrer os ciclos do capital e desmistificar o capital em sua totalidade adentrando nos caminhos da circulação nos mostrará que é exatamente nesta que a tendência à crise encontrará a sua possibilidade formal. Apesar da raiz da crise estar na produção, em sua totalidade o capital precisará de outros capitais para além da esfera produtiva. Em todos os seus ciclos e fases qualquer deslize

em seu funcionamento normal pode acarretar na materialização da crise. Grespan citando Marx demonstra que

o circuito do capital só se realiza normalmente enquanto suas diferentes fases passam uma à outra sem interrupção. Se o capital se detiver na primeira fase, D-M, o capital-dinheiro se paralisa como tesouro; se for na fase de produção, os meios de produção ficam sem função, de um lado, enquanto a força de trabalho, de outro, permanece desocupada; se for na última fase, M'-D', então as mercadorias não vendidas se amontoam, obstruindo o fluxo da circulação. (Marx apud Grespan, p. 140)

E devemos mensurar ainda que em toda a extensa lista de capitais incluídas em “apenas” um circuito D-M-D’, todos percorrem o mesmo objetivo e, portanto, esperam obter ao final do ciclo sua devida parte acrescida e esperada de acordo com seu investimento. Qualquer problema nessa distribuição também acarreta problemas no funcionamento “normal” em sua totalidade e assim conduzem-no à crise.

Mas o que – se bem explicado até aqui – torna-se um dos fios-condutores e estopins que explodem à dinamite da crise estrutural do capital é a necessidade ininterrupta de competição. Ao se tornar sujeito e subordinar toda a humanidade ao seu funcionamento, o capital faz de todos meros meios para alcance dos seus fins. Sua dinâmica não só realiza tal subordinação como também penetra em todos os seus agentes que se digladiarão na luta. Luta de classes? Não só. A luta vai se dar em praticamente todas as esferas da sociedade. Entretanto, para continuarmos conduzindo nossa explicação à crise estrutural e a consequente massa de supérfluos criada, devemos principalmente nos atentar para a questão da concorrência entre capitais; da sua necessidade de busca por lucros extraordinários; das revoluções e crescentes composições orgânicas do capital e de sua concentração e centralização.

Marx explica nos *Grundrisse* que a concorrência não pode ser entendida enquanto uma das causas do *modus operandi* do capital e sim a consequência da qual os capitalistas não têm escapatória. Tornam-se assim – por vezes pensando que sabem – **simples** executores do automatismo que se tornou o “ser” e – na maioria das vezes sem saber – não conseguem perceber que são **apenas** mais uma engrenagem de algo que nenhum deles possui mais nenhum domínio ou controle.

Em linhas gerais, a concorrência impulsiona a busca incessante pelo novo, promovendo transformações profundas em todos os aspectos da sociedade onde se manifesta a necessidade imperativa da mutação D-D'. Essas transformações, por sua vez, encontram seu ponto de avanço na poupança ou no barateamento da força de trabalho. Para ilustrar os "caminhos do vencedor", podemos imaginar um capital que, ao implementar uma transformação em seu setor, obtém um lucro extraordinário, alcançando o topo da montanha competitiva. Ao aumentar sua produtividade e reduzir custos, esse capital consegue oferecer mais por menos, eliminando ou enfraquecendo seus concorrentes. O aumento no número de "colaboradores", por outro lado, mascara o fato de que um grupo significativo foi eliminado justamente pela redução da concorrência. Não satisfeito, esse grande capital, agora fortalecido por seu poder econômico, começa a expandir sua atuação para outros setores, replicando o mesmo movimento de concentração e eliminação da concorrência.

Mas esse movimento só é possível para o capital se, e somente se, ele exercer a contradição fundamental de aumentar a sua composição orgânica investindo em capital constante que potencialize cada vez mais sua parte variável. O lucro extraordinário obtido no primeiro momento camufla a tendência global da queda do mesmo lucro – figura advinda da mais-valia na qual Marx se refere como forma mística ou transfigurada da mais-valia – exatamente pela redução da parte variável promovida pela transformação que o fez alçar à um novo patamar na concorrência. Aqui entra a lei imanente do capital: uma necessidade interna que rege seu funcionamento como se fosse uma força externa. Essa lei obriga os próprios capitalistas, pela dinâmica da concorrência, a perseguirem constantemente o "novo ponto" alcançado por seus adversários – aquele que permitiu ao concorrente obter o lucro extraordinário e ascender na competição. Assim, o capital não apenas se expande e se transforma, mas também se submete a uma lógica inexorável que parece estar fora de seu controle, mas que na verdade é parte essencial de sua própria natureza.

Tais fatores fazem com que uma importante análise de Marx e central para nosso trabalho apareça agora de forma desmistificada. Marx nos diz que

a queda tendencial da taxa de lucro está ligada a um aumento tendencial na taxa do mais-valor, ou seja, no grau de exploração do trabalho. (...) A taxa de lucro não cai porque o trabalho se

torna mais improdutivo, mas porque se torna mais produtivo. Ambas as coisas, aumento da taxa do mais-valor e queda da taxa de lucro, são apenas formas particulares nas quais se expressa capitalisticamente a produtividade do trabalho (Marx, 2016, p. 239)

Tal fator ao longo da história resulta no crescente desenvolvimento das forças produtivas principalmente através de revoluções e inovações tecnológicas impetradas ao capital constante fazendo com que a parte variável tenha maior grau de exploração devido ao seu potencial produtivo. Além disso, esse grau de desenvolvimento das forças produtivas permite também o “fazer mais com menos”, isto é, a não necessidade de utilização de um vultuoso contingente descartável para as necessidades do ser automático.

Com esse movimento Grespan nos apresenta a outra explicação sobre a *desmedida* do capital.

Medida pela taxa de mais-valia, a valorização do capital é crescente; enquanto que, ao mesmo tempo, medida pela taxa de lucro, ela é decrescente. É justamente essa oposição entre duas medidas que define a desmedida: a incapacidade do próprio capital em avaliar univocamente seu processo de constituição, reprodução e acumulação; ou ainda, a perda de referência do capital a si mesmo na determinação do seu devir, de sua autodeterminação. (Grespan, 2011, p. 188).

O capital enquanto um sujeito automático precisa presidir o conjunto das relações econômicas e assim se constituir enquanto totalidade e para isso estabelece com a fonte de valorização do valor uma relação de subordinação. Marx explica que o capital se desenvolve a tal ponto de constituir-se ao longo do tempo enquanto uma força totalizante.

Como totalidade, esse próprio sistema orgânico mesmo tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento na totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade, ou em extrair dela os órgãos que ainda lhe faltam. É assim que devém uma totalidade historicamente. O vir a ser tal totalidade constitui um movimento de seu processo, de seu desenvolvimento. (Marx, 2011, p. 217)

Ou seja, como nos explica Grespan quando fala que a própria passagem da Cooperação à Manufatura e à Grande Indústria não se trata em Marx de uma digressão narrativa e sim

da demonstração de como as condições efetivas da subsunção formal do trabalho ao capital têm em si mesmas a capacidade de se desenvolver em condições efetivas da subsunção real, porque levam ao domínio do próprio processo de trabalho pelo

capital e à sua fetichização enquanto fator de produção. Esta passagem, portanto, está inserida na lógica da conversão histórica em totalidade, em que o capital “subordina a si todos os elementos da sociedade. Analogamente ocorre com a submissão pelo capital das relações econômicas anteriores e exteriores a ele, num processo que avança de modo mais ou menos paralelo ao domínio do capital sobre o processo de trabalho e ao consequente aperfeiçoamento das condições técnicas e institucionais que compõem a base material da acumulação capitalista. (Grespan, 2011, p. 227)

Progresso? Pois bem, independente de todo o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas e de todos os maravilhosos ganhos para a humanidade advindo destes nebulosos “avanços” – se considerarmos a abstração de que estes são oriundos de uma necessidade imperiosa de um movimento automático, sempre pra frente e com a única finalidade de valorização do valor – devemos nos questionar para onde estamos sendo conduzidos por essa locomotiva sem freio que se chama capital quando este, ao adotar tais “revoluções”, altera e eleva principalmente a composição orgânica de seu funcionamento, ou seja, em uma tendência crescente de diminuição do capital variável; o que representa em linhas gerais a descartabilidade de uma massa considerável de mercadoria força de trabalho; e que por sua vez representa o fardo de quem possui tal mercadoria, de não conseguir materializá-la e levá-la à sua finalidade. Sendo assim não devemos nos esquecer, portanto, da irrefreabilidade da lei geral e de todas as consequências sociais advindas deste mesmo processo automático, principalmente àqueles que se tornam supérfluos para sua composição.

Abro um parêntese aqui para retornar as explicações de Piketty e ao exposto enquanto anacronismo da barbárie. Se na essência do movimento do capital explicamos que existe um DNA de crise que corre em suas veias podemos desde já refutar as propostas de “consertar” as consequências do seu movimento através de uma mera tarefa redistributivista e ainda elucidar que o anacronismo possui em si uma explicação – apesar de requerer também um precioso detalhamento no que diz respeito ao tempo histórico. A crise humanitária relatada por Engels no século XIX é extremamente diferente da crise humanitária que vivemos hoje refletida no imenso contingente de forças de trabalho (mercadorias) supérfluas que insistem em sobreviver em um mundo que não mais as atura em sua essência automatizada.

O nosso ponto de chegada – o excruciente século XXI – carrega a marca de um sujeito automático que não se incomoda mais em escancarar suas medidas de contenção de sua própria desmedida. E uma das consequências mais vis à humanidade é a imensa massa descartável de força de trabalho não mais necessária dentro da totalidade do circuito do capital, ou melhor, razoavelmente necessária na sua função de pressão social, subconsumo e mercantilização da tragédia humanitária.

As revoluções tecnológicas do capitalismo tardio³⁹ - que não levam o capital imediatamente para o seu fim de linha – apresentam à humanidade avanços significativos das suas forças produtivas aliadas a cambaleante e declinante necessidade de incluir indivíduos para trabalhar em quaisquer de suas etapas. Ainda assim, com a manutenção básica de sua fórmula, se vê constrangido e acuado em permanecer utilizando força de trabalho por todos os lados para manutenção da subsunção real dos indivíduos aos trâmites do capital. Enquanto escrevo essas linhas estamos novamente sendo atacados enquanto classe trabalhadora em nossos já poucos e precários “mercados de trabalho” pela inteligência artificial, que nos é vendida como a mais nova potência da humanidade, mas que carrega consigo uma essência destrutiva que levará a mais uma supérfluotização de inúmeros contingentes da mercadoria força de trabalho.

Na esteira desse processo a Lei geral continua alargando a sua base de supérfluos e estreitando sua ponta. Piketty com muita assertividade já nos apresentou essa verdade em suas digressões e Marx também já havia apresentado as tendências de concentração e centralização. Em todos os poros dessa sociedade regida por uma entidade automática, desprovida de humanidade e elevada à divindade inquestionável até pelos que o são reconhecidamente infortunados por esta, a concorrência se torna brutal, seja ela

³⁹ O capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção, mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas transformadas em forças de destruição. Em termos absolutos, na era do capitalismo tardio vem ocorrendo uma expansão mais rápida nas forças produtivas do que em qualquer outra época (...) No entanto o resultado é lastimável. (Mandell in Blank, 2011, p. 38)

por sobrevivência, manutenção de uma determinada razoabilidade de vida, manutenção de um status mais privilegiado ou manutenção de estar na ponta de uma pirâmide com seu cume cada vez mais estreito. São jogos vorazes diários em um estado hobbesiano escamoteado e escondido pelo espetáculo high tech produzido pela segunda natureza⁴⁰.

Presos na incongruência dessa “caverna do dragão” sem fim provocadas pelo espetáculo desta segunda natureza continuamos vivendo no delírio e ousadia de saídas miraculosas que também expandem a lógica de perpetuação do modo de produção. Vívidos por implorarem por parte resquícios da obra mais fantasmagórica do capital – o dinheiro – seja de que forma ele estiver petrificado – salário, esmola, benefício ou qualquer coisa afim – tudo segue na lógica de mercantilização da vida em todos seus seguimentos alimentando e retroalimentando a mesma lógica que acarreta seus principais obstáculos. Na reza indiscriminada em ter trabalho para ter dinheiro; na luta para conquistar um algo a mais; na peleja para conseguir benefícios do Estado ou na via Crúcis de encontrar solidariedades salvadoras; todas as saídas de uma forma ou de outra se deparam em algum momento com o sujeito automático e sua forma globalizante dentro da fórmula D-M-D’.

Qual a diferença substancial para interrupção do processo que acarreta tanto na crise estrutural do capital pela sanha de valorização do valor quanto na crise humanitária que assola o globo? Kurz (2005) em determinado momento de sua explicação sobre a crise do capital nos aponta que nessa dinâmica autodestrutiva constituída, a vitória absoluta deve coincidir historicamente com seu limite absoluto. Diz ele:

Se a causa última da crise reside no fato de o desenvolvimento das forças produtivas, forçado pela concorrência, tornar o trabalho supérfluo, e assim fazer desaparecer a substância do capital, também é evidente que o nível sempre mais elevado das forças produtivas leva a crise a dimensões cada vez maiores. E então, também é concebível que o capital atinja um limite interno absoluto, um nível de desenvolvimento em que não será

⁴⁰ Apesar de Marx no Capital não utilizar exatamente essas palavras, ele explora essa ideia no capítulo que versa sobre a transformação de dinheiro em capital quando aborda o fetichismo da mercadoria e as relações sociais reificadas e naturalizadas. Francisco de Oliveira (2003) em sua obra “Crítica à razão dualista” também nos apresenta a ideia de uma segunda natureza produzida pelo capital quando este transforma elementos históricos e sociais em algo que parece natural e inevitável.

possível reabsorver força de trabalho humana suficiente para pôr em marcha novamente a acumulação de capital como fim em si. (Kurz, 2005)⁴¹

Essa abolição do capital por si mesmo – já apresentada por Marx –, o acirramento completo das suas desmedidas que apontam para seu “limite absoluto” está longe de ser encarado e pensado como uma nova etapa de uma humanidade mais evoluída e sim o contrário dessa tendência. O potencial destrutivo e bárbaro que nos é apresentado simultaneamente aos progressos e maravilhas advindas das forças produtivas, e assim por elas amenizados, nos apresentam a real possibilidade e tendência de esgotamento civilizatório e da própria humanidade.

Blank se apropriando de Jappe explica que

as forças científicas, o *general intellect*, só pertencem a humanidade inteira no plano material, pois no plano da organização social, a produção permanece sob a influência dominante do valor, e a reprodução de cada um passa por despender a sua força de trabalho. (Jappe in Blank, 2011, p. 38).

Pereira (2013), complementando a ideia acima, nos diz que o fato desse grandioso desenvolvimento das forças produtivas propiciar a humanidade através deste *general intellect* uma melhor qualidade de vida e maior liberdade, sob a lógica do capital impetrar a essa mesma humanidade o inverso disso. A autora nos diz que

os homens ao ficarem sem trabalho e, portanto, sem serem explorados e atormentados, mais atormentados e desgraçados ficam, pois não podem ao menos comer para satisfazer suas necessidades elementares. Ser explorado pelo trabalho torna-se, então, absurdamente, um luxo para poucos e privilegiados e a desumanização advinda desta lógica produtiva segue seu curso implacável. (Pereira, 2013, p. 59).

E aqui devemos atentamente guardar essas ideias para trabalharmos a forma principal que nos é apresentada como “solução” para a crise humanitária dos supérfluos: trabalho! O *quid pro quo* é um atestado da falta de compreensão mundial do problema e continua por todos os cantos gerando falsas ilusões e alucinações de que existem mecanismos para alocação de **supérfluos** na dinâmica de um modo de produção que atingiu um estágio de completa ausência de necessidade de incluir a todos em sua totalidade. E, veja bem, isso não seria

⁴¹ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2000/marx/05.htm>

ruim se pudéssemos, por exemplo, – ao contrário da lógica redistributiva de Piketty – trabalhar bem menos redistribuindo para todos a carga de trabalho e ter acesso inclusive a coisas para além das necessidades básicas de uma vida digna. Saindo do campo da imaginação temporária, o que nos entregam a todo o momento é que a principal alternativa para todos em sociedade é “mais trabalho”, apesar da dinâmica constitutiva, principalmente em seu setor produtivo, mas também em todos os seus outros setores, apresentar exatamente o seu inverso. Não é mais necessário tanto trabalho assim devido a todos os avanços tecnológicos e científicos. A verdade é essa! Poderíamos trabalhar menos, viver mais, sambar mais, se preocupar menos em alucinadamente correr atrás para sobreviver.

O próprio Marx apresenta essa ideia quando fala que

dadas a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parcela de tempo disponível para a livre atividade intelectual e social dos indivíduos quanto mais equitativamente o trabalho for distribuído entre todos os membros capazes da sociedade e quanto menos uma camada social puder esquivar-se da necessidade natural do trabalho, lançando-a sobre os ombros de outra camada. O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. (Marx, 2011, p. 733)

Mas conclui com a ressalva que “na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho.” (Marx, 2011, p. 734)

Sendo assim, aqui já temos elementos suficientes para o entendimento que a crise está no próprio “Ser automático” que é disfuncional a si mesmo. Podemos inclusive apontar que a crise estrutural que para muitos autores é deflagrada na crise da década de 70 do século XX é apenas a “determinação do seu devir”. Ou seja, tal crise estrutural já faz parte da constituição do capital desde a sua concepção por conta de suas características desmedidas. Logo, a crise no capitalismo está aqui apresentada para debruçarmos agora brevemente no aspecto histórico desse degringolar e os rebatimentos para o trabalho.

3.2 - O degringolar do capital na história e seus rebatimentos no trabalho

Inicialmente é imperativo elucidar de que não temos a pretensão de realizar um estudo da crise do capital e todos os seus percursos históricos. Trata-se da necessidade de elucidar que toda a trajetória do Ser automático que se transformou o capital desemboca na mega expansão da consequência bárbara advinda da lei geral de sua acumulação e a supérfluotização dos seres humanos. Portanto, importa agora, em linhas gerais, apresentar parte dessa história de crises episódicas advindas do próprio movimento desmedido do capital.

Se conseguimos até então explicar a causa e como se dá a constituição do movimento do “Ser automático” e suas necessidades fisiológicas, podemos ser contundentes na afirmação de que, por exemplo, as duas guerras mundiais são consequências oriundas deste sistema e de seu movimento. Estes episódios de “crises” agudas ao longo da história no período capitalista trata-se da materialização da possibilidade de crise que esse sistema carrega em seu DNA. E, obviamente, não podemos deixar de lembrar que no entre guerras o sistema também vivenciou uma das suas maiores crises econômicas conhecida como a Grande depressão no ano de 1929. Entre crises e catástrofes o capitalismo viu surgir seu opositor com quem bizarramente se aliou para pôr fim a Segunda Guerra contra uma expressão mais pura de si mesma. Nazismo e fascismo são duas das expressões mais puras da representatividade do movimento do ser automático. É a tentativa ferrenha de se colocar no topo e controlar a grande massa. Nada mais capitalista do que isso!

Ao final da segunda guerra, nas ruínas de uma Europa arrasada surge o truque talvez mais surpreendente da história do capitalismo. O *Welfare-State* Keynesiano implementado nas conhecidas três décadas de ouro do capitalismo, apesar de extremamente pontual e geograficamente localizado, conseguiu disfarçar todo o ônus da barbárie do Ser automático. Pleno emprego, expansão dos direitos políticos, expansão dos direitos sociais e trabalhistas formaram um verdadeiro show de benesses⁴² e atenção a todos humanos daquele espaço

⁴² Obviamente não se trata aqui de uma leitura unilateral da conquista de direitos já que sabemos de toda a luta histórica por detrás dessas conquistas. Entretanto, preferimos por optar pelo seu outro “lado” do binômio que é o da concessão e utilizar uma palavra

geograficamente localizado que permitiram durante um breve momento histórico apresentar o capitalismo como algo que poderia ser associado a fins humanitários. A lei geral da acumulação parecia enfim ter acabado com a expansão da miséria no seu outro vértice. Mera ilusão digna dos mais ilustres mágicos da história; de Houdini a David Cooperfield! Sendo assim, o canto da Sereia do capital, mesmo que em uma circunscrição muito pequena no Globo, estava prestes a ser concretizada. Os 30 anos dourados impregnaram de esperança vários cantos do mundo e da classe trabalhadora agora farta de direitos e vitórias. Mas de quem é essa vitória na história desta sociedade? Capital e trabalho não são inimigos mortais, são complementares e funcionários de um mesmo Senhor. Apesar de uma relação de amor e ódio; de repulsas e aproximações convergências e divergências, o capital não existe sem o trabalho e o trabalho por sua vez na sua luta diária por sobrevivência e conquistas foi enfeitiçado por essa sociedade infestada por mercadorias reluzentes que lhe cegam os olhos.

Nessa luta entre capital e trabalho – sem o reconhecimento de uma retroalimentação entre ambos – a compreensão de que em um determinado momento essa luta poderia culminar em uma sociedade diferente da do capital foi sendo diluída em um universo de direitos e benesses. Seja através do Estado ou através do trabalho, o que foi conquistado em nada tocou a raiz do seu funcionamento. Mas não só isso, seu funcionamento continuou na sua sanha de valorização do valor e na direção sempre para frente.

Além dessa inclinação para um modelo econômico com forte participação do Estado e “preocupado” com o bem-estar social, o outro mote do capital para continuar sendo o modo de produção e reprodução da vida em sociedade era de que seu opositor socialista era um grande perigo e ameaça à falsa liberdade e democracia ocidental. O presidente americano em campanha política em 1960 apresentava da seguinte forma o que estava em jogo à época e o quanto era importante a defesa do capitalismo. Dizia ele:

O inimigo é o próprio sistema comunista – implacável, insaciável e incessante em sua corrida mundial (...) Não é uma luta por supremacia de armas apenas. É também uma luta pela

até mais fetichista (benesse) para retratar com mais fidedignidade o tempo histórico falado.

supremacia entre duas ideologias conflitantes: a liberdade sob Deus versus a tirania brutal e ateia (Walker in Hobsbawm, 2012, p. 229)

Entretanto, apesar da propagação do “medo” do comunismo, fortemente ressaltado à época, o “inimigo” protagonizado pelo socialismo real da União Soviética atendia todos os requisitos do funcionamento do capital. Não houve de fato nenhuma eliminação de qualquer categoria fundamental. Kurz (1993) demonstra isso com maestria ao afirmar que salário, preço, lucro e, o princípio básico do trabalho abstrato – este último levado ao seu extremo – estavam todos presentes no que o autor chamava de economia de comando presente nos países “socialistas” e, principalmente, na União Soviética.

Logo, Hobsbawm explica o colapso do socialismo não como algo relativo ao seu confronto contra o opositor capitalista, mas exatamente por essa subordinação aos ditames do capital. Ele nos fala que

não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação entre seus próprios defeitos econômicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão da economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante economia capitalista mundial. (...) Pois, entrincheirada por trás de cortinas de ferro, mesmo a ineficiente e frouxa economia de comando por planejamento centralizado era viável – talvez cedendo aos poucos, mas de nenhum modo passível de desabar de uma hora para outra. Foi a interação da economia do tipo soviético com a economia mundial capitalista, a partir da década de 1960, que tornou o socialismo vulnerável. Quando os líderes socialistas da década de 1970 preferiram explorar os recursos recém-disponíveis do mercado mundial (preços de petróleo, empréstimos fáceis, etc.), em vez de enfrentar o difícil problema de reformar seu sistema econômico, cavaram suas próprias covas. (Hobsbawm, 2012, p. 247-248)

Mas, o saldo da Guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética formou uma espécie de terceira guerra mundial e tal fato, associado as grandes revoluções científicas e tecnológicas advindas das duas grandes guerras foram, sem sombra de dúvidas, um gigantesco impulsionador das próprias forças produtivas das quais comentávamos no item anterior e, fundamental, para a sanha do Ser automático em sua sede de valorização do valor de forma desmedida. Essas transformações apresentaram à humanidade um admirável mundo novo repleto de novidades, benefícios, satisfações, facilidades e mercadorias. Mais consumo, mais empregos, mais saúde, mais segurança etc.

É o boom do progresso, dos avanços tecnológicos e científicos que prometiam colocar a humanidade em uma nova era. Entretanto, existiam indícios mesmo nesse maravilhoso mundo novo de que algo ali não era passível de ser sustentado por muito mais tempo. Hobsbawm cita o período dourado e seu reluzir embaçado da seguinte forma:

Durante os anos 50, sobretudo nos países “desenvolvidos” cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores a Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o *slogan* “Você nunca esteve tão bem”, uma afirmação sem dúvida correta. Contudo, só depois que passou o grande *boom*, nos perturbados anos 70, à espera dos traumáticos anos 80, os observadores – sobretudo, para início de conversa, os economistas – começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: “os trinta anos gloriosos” dos franceses (*les trente glorieuses*), a Era de Ouro de um quarto de século dos anglo-americanos. O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise. (Hobsbawm, 2012, p. 253)

Sob a égide do “Ser automático” não existe desenvolvimento e progresso sem sua contrapartida – imediata ou futura – de sofrimento e barbárie à humanidade. Mas sem dúvidas o acesso a um vultuoso universo de mercadorias e novidades conseguiram cegar boa parte dessa mesma humanidade ao tracejar dos pontos que ligam o capital e suas unidades com preço ao espólio humano.

Com a inserção massiva de tecnologia no pós-guerra à produção já apresentava durante as décadas de ouro a tendência de aumento da composição orgânica do capital com significante redução do seu componente variável. Entretanto, o *boom* econômico era de tal forma que ao contrário do que se imagina, havia uma demanda crescente por trabalhadores e o desemprego parecia inexistir, principalmente na Europa. Tornava-se quase uma anedota a previsão Marxiana de que o devir histórico seria de ruínas. Hobsbawm apresenta da seguinte forma a visão da época:

Todos os problemas que perseguiam o capitalismo em sua era da catástrofe pareceram dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a – era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos – sua inteligente administração macroeconômica. Desemprego em massa? Onde se poderia

encontrá-lo no mundo desenvolvido na década de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3%? Só na América do Norte ele ainda não fora eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o “De pé, ó vítimas da fome!” da “Internationale” para trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça e mesmo da terrível velhice dos pobres? Suas rendas cresciam ano a ano, quase automaticamente. Não continuariam crescendo para sempre? A gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles, tornava antigos luxos itens de consumo diário. E isso aumentava a cada ano. Que mais, em termos materiais, podia a humanidade querer, a não ser estender os benefícios já desfrutados pelos povos favorecidos de alguns países aos infelizes habitantes de outras partes do mundo, reconhecidamente ainda a maioria da humanidade, que não haviam entrado no “desenvolvimento” e na “modernização”? (Hobsbawm, 2012, p. 262-263)

Ou seja, a situação da classe trabalhadora da Inglaterra descrita por Engels no século XIX e a Era das catástrofes do período das grandes guerras pareciam, enfim, episódios históricos do passado e que, o “verdadeiro” espírito do capitalismo estava agora sim nascendo.

Mas, seguindo em sua direção sempre para a frente, mesmo possibilitando pequenas conquistas de direitos e melhorias de condições de vida, o vir a ser do capital estava prestes a sair do obscurantismo dos 30 anos de uma pequena farsa geograficamente localizada.

O advento do que diversos autores deram a nomenclatura de neoliberalismo pôs fim as ideias de Estado de bem-estar social implementando transformações significativas principalmente nas políticas econômicas e sociais da época (final da década de 1970 e início da década de 1980). Apesar de tratar-se claramente como um momento próprio da dinâmica histórica do Capital e de sua dominação abstrata – algo que vamos elaborar logo em sequência –, essa mudança de paradigma começa a tomar forma sob os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos⁴³.

⁴³ É importante ressaltar que o “laboratório” do ideário neoliberal foi executado de forma pioneira no Chile do ditador Augusto Pinochet.

Havia chegado a hora em que a dinâmica do sistema não permitiria mais subterfúgios à sua essência, pois sua crise já entregava indícios significativos de incompatibilidade entre capital e humanidade. Sendo assim foi necessária a retirada da máscara do Estado e seu imediato retorno a sua finalidade precípua que era, foi e sempre será a de proteção à dinâmica desmedida do capital. É necessário aqui nessas linhas curtas sobre esse período histórico que não se entenda neoliberalismo como a falácia do Estado mínimo. Ao contrário, um Estado amplo – aqui tomamos por base de conhecimento sobre o conceito de Estado os estudos do autor Alyson Mascaro⁴⁴ – para realizar todas as tarefas claramente duras no seu aspecto antissocial e de ataque sistemático às conquistas realizadas à duras penas pelos trabalhadores.

Ao longo de uma trajetória que inicia no fim da década de 1970 e continua seu aprofundamento até os dias atuais assistimos diariamente a uma série quase que infinita de características tais como: ataques aos sindicatos;

⁴⁴ Alysson Mascaro, em sua obra *Estado e Forma Política* (2013), aborda o conceito de Estado a partir de uma perspectiva marxista, destacando sua ligação estrutural com o capitalismo. Para ele, o Estado não é apenas um conjunto de instituições ou um árbitro neutro entre interesses sociais, mas uma forma política derivada da lógica da mercadoria e das contradições do modo de produção capitalista. Mascaro defende que compreender o Estado exige uma abordagem histórica e estrutural, considerando sua posição na totalidade social e sua autonomia relativa. Em momentos de crise, o Estado assume o papel de "salvador" do sistema, reforçando sua função exploratória e contraditória. Em um dos momentos de sua obra Mascaro faz a seguinte reflexão: "Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo. Nas relações de produção capitalistas se dá uma organização social que em termos históricos é muito insigne, separando os produtores diretos dos meios de produção, estabelecendo uma rede necessária de trabalho assalariado. A troca de mercadorias é a chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados.

Devido à circulação mercantil e à posterior estruturação de toda a sociedade sobre parâmetros de troca, exsurge o Estado como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho. Este terceiro não é um adendo nem um complemento, mas parte necessária da própria reprodução capitalista." (Mascaro, 2013, p. 19-20)

desregulamentações e flexibilizações trabalhistas; redução de benefícios sociais; mudanças na proteção social; aprofundamento de desigualdades e, principalmente, precarização do trabalho.

Mas, no âmago da história do capital, o que acontecia era que o seu destino sempre para frente e a configuração orgânica do seu modo de ser, reduzia cada vez mais sua parte variável e executava a expansão de sua parte constante potencializando assim a perda da sua *pedra filosofal* criadora de mais-valor. Suas revoluções microeletrônicas, tecnológicas e científicas possibilitaram em vários ramos da produção; circulação e distribuição uma expansão sem igual da possibilidade de reduzir o número de trabalhadores em vários setores da economia.

Já vimos que este percurso é o mesmo que implementa a própria crise estrutural do capital, entretanto o que devemos pensar agora é na crise do trabalho através do desemprego estrutural, e como essa implementa e inscreve nossa sociedade em um caminho sem fim para a expansão de sermos supérfluos em relação a sua própria dinâmica.

Aqui não entraremos no mérito de trabalho produtivo improdutivo ou o setor em que este se encontra. Dos tiktokers aos engenheiros de produção todos são vistos como peças em um imenso tabuleiro que propagam a totalidade do vir a ser nesta sociedade. Ainda que no universo da esperança e com um avanço significativo de novos espaços dentro do mundo do trabalho é inegável que não é mais possível deixar de assistir o colapso e o mundo daqueles que não possuem mais nenhuma funcionalidade dentro deste universo que nos é apresentado como gigantesco e infinito. E por isso precisamente que se torna fundamental a crítica desse lugar insólito chamado trabalho.

3.3 – Um feitiço chamado trabalho

A crise do trabalho imbricada da crise estrutural do capital precisa ser encarada com uma maior maturidade pela esquerda tradicional. Ou seja, precisamos entender de uma vez por todas que, da mesma forma que fazemos uma crítica tão ampla ao *modus operandi* dessa sociedade, precisamos também

fazer a crítica daquilo que se tornou tão caro para algo que se tornou obsoleto com o tempo: a luta de classes não se coloca mais em nosso horizonte no real. Uma classe trabalhadora e uma classe burguesa são obsoletas até em seu nome. A pulverização dessas ideias circunscritas no século XIX não mais encontram factibilidade em uma sociedade globalizada diversa e tomada por configurações muito mais complexas do que se possa determinar em duas categorias.

E é justamente tal análise que sucede o depósito de esperança de tomada das rédeas do processo de produção e transformação do mundo via a tal classe trabalhadora, sendo esta, com o desenvolvimento histórico do capitalismo cada vez mais minguada, enfraquecida, dilapidada e em imersão profunda em um verdadeiro estado hobbesiano na luta pela sobrevivência no que resta do mercado de trabalho com seus outros “entes” da classe trabalhadora que estão, seja em patamares acima em melhor colocação nesse mercado, seja nos patamares abaixo com aqueles que lutam para entrar. Se hoje ainda continuássemos a falar de luta de classes deveríamos nos atentar mais para essa luta intraclasse pela sobrevivência e/ou continuidade no estreito mercado de trabalho mundial – luta essa que ocorre também na parte de cima da pirâmide pelos resquícios de fatias de mais-valia – do que precisamente de uma luta de classes com potenciais de transformação.

Scholz (2008) em determinado momento do seu ensaio *O ser-se supérfluo e a “angústia da classe média”* utilizando-se de análises de Robert Kurz nos diz que:

O antagonismo das classes já não é para ele a referência central da sociedade, constituída pela classe operária produtora, por um lado, e pelos capitalistas que retiram a mais-valia com o poder de disposição sobre os meios de produção, por outro. A atual cisão entre ricos e pobres já não pode explicar-se por este antagonismo. Pelo contrário, as posições sociais tornam-se hoje precárias nos domínios derivados da produção, circulação e distribuição que, pelos critérios jurídicos ainda são irregulares e inseguros. Nesse quadro se inscrevem desempregados de longa duração, trabalhadores com salários de miséria por vias do outsourcing (também nos centros), beneficiários dos apoios sociais, até aos vendedores ambulantes, coletores de lixo etc.

Simultaneamente o “capital” hoje se tornou mais anônimo e assumiu uma figura mais socializada na forma das sociedades anônimas, aparelhos estatais, infraestrutura, etc.: O capital não

é um grupo de proprietários jurídicos, mas o princípio comum que determina a vida e a ação de todos os membros da sociedade, não só exteriormente, como também na sua própria subjetividade. (Scholz, 2008, p. 11)

E, também neste ensaio, Roswitha Scholz demonstra acordo com Kurz quando este afirma que a luta de classes, ao tentar ir de encontro ao fetichismo, é a forma de movimento do próprio fetichismo e se assemelha ao auto movimento do capital. Ou seja, tal como já vimos em Grespan, capital e trabalho apesar de seus antagonismos apresentam também nuances de convergência e, sobretudo, são complementares. Sendo assim não podemos estabelecer uma classe que vive do trabalho como uma classe antagonista ao movimento do capital e sim o seu contrário. Com isso, para além de uma crítica radical do capital, precisamos realizar uma crítica radical do trabalho e da sua funcionalidade para continuidade desta dinâmica societária.

Um autor que cumpre esse papel é Moishe Postone. Logo na introdução de sua obra *Tempo, Trabalho e dominação social*, Postone (2014) nos diz:

Conceituo o capitalismo em termos de uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa forma de interdependência se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupo), que também gera uma dinâmica histórica contínua. (Postone, 2014, p. 18)

Tal como Roswitha, o autor praticamente extirpa a ideia de que neste sistema de dominação impessoal o entendimento da luta de classes como a clássica saída pela esquerda precisa de, ao menos, um ponto de interrogação, isto é, se não é ela própria um subterfúgio dessa própria dominação criada pela fantasia de uma classe trabalhadora revolucionária.

Por exemplo, a ideia de Scholz (2008) de apresentar as classes médias que ainda sustentam os seus postos de trabalho como defensores de suas posições diante de um quadro bárbaro de supérfluos dessa dinâmica põe um fim - ou um substancial distanciamento - na coletivização de uma luta com objetivos comuns. Ao contrário, na medida em que as revoluções tecnológicas e científicas

espalhadas por todos os cantos apresentam um ponto de interrogação na permanência de uma gama de trabalhadores em seus postos de trabalho, a tendência crescente dessa massa de empregados, utilizando ainda um termo da autora, é de enxergar nos extratos mais baixos da população, tanto no exército de reserva de desempregados quanto também em uma população supérflua, como adversários na disputa cruel de manutenção de um determinado grau de qualidade de vida.

A autora complementa da seguinte forma:

O caráter explosivo dos medos da exclusão e da sua presença midiática resulta precisamente do fato de que uma ampla classe média fragmentada e pluralizada se sente hoje ameaçada pela ruína: As classes médias sentem-se abaladas porque estão em xeque os seus colarinhos brancos. Mesmo os quadros dirigentes já não estão a salvo do desemprego. Cortes nos seguros de reforma e de doença, contribuições crescentes e serviços mínimos tornam inseguros amplos circuitos da classe média. (Scholz, 2008, p. 15)

A ameaça da ruína está precisamente na constatação destes “próximos supérfluos da fila” de que a sua mercadoria especial, mesmo que diplomada, qualificada, pós-graduada, polivalente e assentada nas características ideais do trabalhador perfeito, já não encontram em seu horizonte nenhuma garantia de conseguir vendê-la. O impacto objetivo e subjetivo desta realidade já começa a reverberar em variados cantos do globo, tanto no centro quanto em suas periferias e o “ressentimento” dessas classes aos que estão abaixo dela tornam-se cada vez mais presentes no cotidiano.

E o que está por trás desse ressentimento, ódio, ameaça de ruína e o vir a ser supérfluo? O que se torna o fundamento social central disso tudo? O trabalho no capitalismo torna-se a fonte de toda a riqueza – e consequentemente a sua falta o leva ao sentido oposto. Portanto, torna-se fundamental tornar o trabalho como principal objeto de crítica e retirá-lo de um eixo que o transforma exatamente no oposto do que ele é. Ou seja, a categoria trabalho – historicamente específica e fundamento central da sociedade capitalista – é precisamente o eixo central de sustentação do capital e, consequentemente, degradação da humanidade.

Postone ao apresentar essa ideia nos diz que

interpretar a análise de Marx como uma crítica historicamente específica do trabalho no capitalismo leva a uma compreensão da sociedade capitalista muito diferente das interpretações marxistas tradicionais. Sugere, por exemplo, que as relações sociais e formas de dominação que caracterizam o capitalismo, na análise de Marx, não podem ser suficientemente compreendidas em termos de relações de classe, enraizadas em relações de propriedade e mediadas pelo mercado. Pelo contrário, sua análise da mercadoria e do capital - ou seja, as formas quase objetivas de mediação social constituídas pelo trabalho no capitalismo — deve ser entendida como das relações sociais fundamentais dessa sociedade. Essas formas sociais impessoais e abstratas não apenas velam o que tradicionalmente tem sido considerado como relações sociais “reais” da sociedade capitalista, ou seja, as relações de classe; elas são as relações reais da sociedade capitalista, estruturam sua trajetória dinâmica e sua forma de produção. (Postone, 2014, p. 20)

O que o autor tenta demonstrar é que nessa configuração de sociedade não tem o lado do “vilão capital” – aquele ser malvado sem escrúpulos e sedento de ira e fúria tomando tudo a seu bel prazer – e o “herói trabalho” que luta bravamente mesmo sendo constantemente oprimido, violentado, abusado e humilhado pelo seu algoz. É justamente nessa relação de unidade e antagonismo de ambos que reside todos os saldos negativos que podemos constatar nas consequências sociais drásticas do curso desta sociedade.

Kurz não por acaso fala em colapso da modernização e que, apesar de sair vitorioso na luta do “bem” contra o “mal” – quando o capitalismo enfim não precisa mais se importar com o avanço do socialismo – que essa vitória não convence! No cerne deste não convencimento está que, com a profunda modernização da sociedade e do desenvolvimento das forças produtivas, já não precisamos de tanto trabalho assim e de tanta gente trabalhando. Um dreno implantado na única fonte de valorização do valor que leva diretamente a crise estrutural do próprio sistema.

O autor explica que o socialismo era baseado na mesma lógica do capital – produção de mais-valia e circuito D-M-D` - sendo que o não estímulo a concorrência torna-se “um tiro no pé” por ser esta uma das características centrais da produção. Enquanto o capitalismo, ainda hoje, insiste em falar de possibilidades de novos mercados e expansão da utilização da força de trabalho, o socialismo por sua vez também se utilizava dessa mesma lógica, como diz Kurz, em sentido invertido.

A mesma ignorância pode ser encontrada em grandes setores da esquerda, apenas com sinal invertido. As ideias de uma “colonização” capitalista do Leste estão claramente orientadas no antigo paradigma esquerdista da “exploração neocolonialista” dos Sul; em ambos os casos conjura-se como motivo fundamental a absorção de “mão de obra barata” pelo “vampiro” capital. Mas essas ideias tinham seu fundamento real na história de imposição pré-fordista do capital, há muito tempo passada. Mão de obra barata como meio principal da acumulação, trabalho forçado e de escravos em produções pouco dispendiosas, na exploração de matérias primas (mineração, plantações) ou em gigantescos projetos infra-estruturais, tais como a construção de ferrovias e represas, faziam parte (particularmente na União Soviética) das forças impulsoras históricas do capital, isto é, de sua “acumulação primitiva”. Quem refere essas forças e esses motivos sem cerimônias ao atual sistema global está vivendo ideologicamente no passado e deixa de ver os potenciais entremes nascidos da penetração das ciências e o nível resultante da produtividade. (Kurz, 1992, p. 166)

Postone ao deslocar a crítica para a categoria “trabalho” ressalta exatamente o que Kurz tenta demonstrar. A tentativa não exitosa do socialismo é justamente pelo fato – sem querer reduzir as inúmeras variáveis que levam a derrocada do socialismo – deste sistema realizar uma tentativa de transformação do modo de distribuição e manter intacta as características do modo de produção baseado no trabalho proletário. No socialismo é essa classe trabalhadora, produtora de mercadorias que, cumprindo as mesmas funções finalísticas do mesmo *modus operandi* no eixo da produção que, desimpedida das relações capitalistas, teria as condições de emancipação geral e poderia enfim exercer seu potencial de classe universal. E é exatamente o contrário que acontece.

Postone ao buscar novas interpretações na teoria crítica de Marx nos fala que,

a teoria crítica de Marx tenta demonstrar que o trabalho no capitalismo desempenha um papel historicamente único na mediação das relações sociais, e elucidar as consequências dessa forma de mediação. Seu interesse no trabalho no capitalismo não quer dizer que o processo material de produção seja mais importante que outras esferas da vida social. Pelo contrário, sua análise da especificidade do trabalho indica que a produção no capitalismo não é um processo puramente técnico; está indissociavelmente relacionada às relações sociais básicas da sociedade e é por elas modelada. Esta última, então, não pode ser entendida apenas com relação ao mercado e à propriedade privada. Essa interpretação da teoria de Marx oferece uma base para uma crítica da forma de produção e da forma de riqueza (ou seja, valor) que caracteriza o capitalismo,

sem simplesmente colocar em questão a sua apropriação privada. Ela caracteriza o capitalismo em termos de uma forma abstrata de dominação associada à natureza peculiar do trabalho naquela sociedade e coloca nessa forma de dominação a base social central do “crescimento incontrolado” e do caráter crescentemente fragmentado do trabalho e até mesmo da existência individual nessa sociedade. Sugere também que a classe trabalhadora é parte constitutiva do capitalismo e não a corporificação da sua negação. (Postone, 2014, p. 31-32)

E, em sarcasmo sutil, o autor ainda apresenta o óbvio de que a superação do capitalismo envolveria não só a transformação da distribuição e sim do modo de produção. Ou seja, esqueçamos o imbróglio da apropriação privada e de melhores formas de distribuição do que é produzido. A verdadeira crítica a sociedade mega produtora de supérfluos deve se voltar exatamente a sua raiz com necessidade insana de produção de valor, pois é exatamente neste cerne que se encontra a fundação desta sociedade tal como ela é.

Retirando trecho dos *Grundrisse*, Postone identifica o momento exato desta fundação e segue na análise:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, e o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção baseada no valor”. O título e o trecho citado dessa seção dos *Grundrisse* indicam que, para Marx, a categoria do valor expressa as relações básicas de produção do capitalismo - as relações sociais que caracterizam o capitalismo como modo de vida social - bem como o fato de a produção no capitalismo se basear no valor. Em outras palavras, valor, na análise de Marx, constitui a “fundação da produção burguesa”. (Postone, 2014, p. 40)

Para completar a ideia também podemos utilizar a brilhante explanação de Kurz sobre “valor” quando ele nos diz que

o valor é o negativo central da sociedade da mercadoria. Nele é “objetificado” o trabalho abstrato, à forma social fetichista dos produtos. A expressão de um produto “ter” um chamado valor, tem um significado duplo. Primeiro, enquanto são valores econômicos, extingue-se a qualidade sensível dos produtos, não passando eles de representantes materiais de trabalho abstrato indiscriminado, que apenas como tais podem ser transformados na forma de encarnação do dinheiro. Em segundo lugar, porém, revela-se na forma valor abstrata dos produtos, que se expressa pelo preço em dinheiro, o absurdo social de que o processo vivo da apropriação da natureza pelo homem e das relações sociais por elas medidas assumem a forma de propriedades de objetos mortos. A atividade viva dos homens é absorvida, por assim

dizer, por seus próprios produtos, que por esse mecanismo absurdo são promovidas a quase-sujeitos da sociedade, enquanto os homens, seus criadores, são degradados a meros acessórios. No automovimento do dinheiro termina essa inversão. (Kurz, 1992, p. 241)

Esse aspecto central leva Postone a constatação de que a partir dessa fundação o desenvolvimento que segue nessa esteira transforma todos seus elementos em ferramentas para sua finalidade e que tentativas de “ajustes de problemas” através de mecanismos melhores na distribuição não alcançariam êxito para uma efetiva resolução desses problemas. E aqui podemos tranquilamente elaborar inúmeros pontos de interrogação sobre os limites de tudo que é pensado hoje em prol das populações supérfluas e, de quebra, mandar um salve para Thomas Piketty.

Mas ainda assim é necessária uma melhor compreensão desse desenvolvimento principalmente do que é e do que acontece com o trabalho. Postone recupera duas passagens dos *Grundrisse* que nos leva para algumas conclusões. Vamos a elas:

No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que — sua poderosa efetividade —, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia [...]. A riqueza efetiva se manifesta antes - e isso o revela a grande indústria - na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona. (Marx, citado por Postone, 2014, p. 41)

O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. [...] Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social — em suma, o indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado

por meio da própria grande indústria. (Marx, citado por Postone, 2014, p. 41-42)

O autor conclui a partir dessas passagens que

para Marx, superar o capitalismo envolve abolir o valor como forma social de riqueza, o que, por sua vez, resulta na superação do modo determinado de produção desenvolvido sob o capitalismo. Ele afirma explicitamente que a abolição do valor significaria que o tempo de trabalho deixaria de servir como a medida de riqueza e que a produção de riqueza deixaria de ser efetuada primariamente pelo trabalho humano imediato no processo de produção: “tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso” (Postone, 2014, p. 43)

Na contramão desse processo, todas as tentativas, lutas e conquistas históricas que buscaram a valorização do trabalho e o conjunto de proteções para a classe que vive da troca do trabalho vivo por trabalho objetivado continuaram a estimular e perpetuar suas próprias correntes e prisões. É óbvio, entretanto, que tais movimentos tensionaram – e tensionam – a disputa feroz pela riqueza miserável produzida, mas torna-se fundamental questionar se esse caminho ainda pode ser considerado antissistêmico. E é justamente nessa linha de análise que seguimos o autor em sua crítica ao que ele chama de marxismo tradicional e sua crença infundada na valorização (do valor de troca!) da classe trabalhadora e em mecanismos melhores da distribuição da riqueza miserável produzida.

Postone afirma quanto a isso que

este último, como já observado, concentra sua crítica apenas no modo de distribuição e trata o modo de produção industrial como um desenvolvimento técnico que se torna incompatível com o capitalismo. Mas, aqui fica claro que Marx não viu a contradição do capitalismo como sendo entre produção industrial e valor, ou seja, entre a produção industrial e as relações sociais capitalistas. Pelo contrário, ele via a primeira como sendo moldada pelo último: produção industrial é o “modo de produção baseado no valor. (Postone, 2014, p. 43)

E é justamente por isso que o trabalho dentro desse modo de produção baseado no valor não deve e nem pode ser positivado e elencado como elemento trans histórico, tal como a classe que o carrega que não deve e nem pode ser identificada como a “revolucionária”. Tal entendimento equivocado, principalmente no eixo da categoria “trabalho” talvez seja um dos principais

motivos por uma série de ilusões que nos aprisionam do que já convacionei mencionar de caverna do dragão. Ou seja, o trabalho tal como ele se apresenta no capitalismo, assim como as categorias capital e mercadoria formam uma base abstrata e impessoal de dominação social.

Postone explica essa dominação da seguinte forma:

Uma marca central do capitalismo, é que as pessoas não controlam sua própria atividade produtiva ou o que produzem, mas são, em última análise, dominadas pelos resultados dessa atividade. Essa forma de dominação é expressa como oposição entre indivíduos e sociedade, constituída como uma estrutura abstrata. A análise de Marx dessa forma de dominação é uma tentativa de basear e explicar o que, nos seus primeiros textos, ele chamou de alienação. (Postone, 2014, p. 47)

Sobre isso o autor ainda explica que

propriedade privada não é a causa social, mas a consequência do trabalho alienado e que, portanto, a superação do capitalismo não deve ser concebida apenas em termos da abolição da propriedade privada, mas deve resultar na superação desse trabalho. (...) A teoria da alienação, sugerida pela teoria crítica madura de Marx, não se refere ao estranhamento do que existia antes como uma propriedade dos trabalhadores (e que, portanto, devia ser reclamado por eles); pelo contrário, ela se refere a um processo de constituição histórica dos poderes e conhecimento sociais que não pode ser entendido com referência aos poderes e habilidades do proletariado. Com a sua categoria do capital, Marx analisou como são constituídos esses poderes e conhecimento sociais em formas objetivadas que se tornam quase independentes dos indivíduos que os constituem, e que sobre eles exercem uma forma de dominação social abstrata. (Postone, 2014, p. 47)

E aqui temos uma das características centrais tanto para o entendimento da crise estrutural quanto da crise civilizatória – se é que devemos ainda entender o sistema capitalista como algo “civilizado”. Quando Postone ancorado em Marx crava que “poderes e conhecimentos sociais se tornam independentes dos indivíduos que os constituem” isso nos mostra o quanto as rédeas sobre o processo estão alheias à humanidade ao seu redor. Em tempos de expansão das I.A’s e das precárias tentativas de contenção dos saldos catastróficos destas ao combalido e raquítico mercado de trabalho mundial observamos que tal dominação social abstrata aponta para cenários onde massas enormes de supérfluos precisarão ser descartadas em larga escala para uma necessária contenção de gastos com tais empecilhos da engrenagem automática.

Obviamente é quase que inevitável diante de tantas tragédias e exemplos diários que nos levam a ratificação de que seres humanos são passíveis de descarte – e de que esse fato é interessante ao sistema em curso – de que saídas mágicas e resoluções para tais problemas comecem a ecoar e a se enveredar para níveis políticos, institucionais tanto à níveis locais quanto a níveis internacionais. Entretanto há de se questionar se de fato ainda existe algum tipo de controle sobre esse ser autômato destituído de nacionalidade, pessoalidade e humanidade. Sobre isso também devemos nos questionar se as ideias de exploração e dominação de classe ainda são válidas para compreensão dessa dinâmica histórica que destituiu os indivíduos do controle desse desenvolvimento.

Sobre o desenvolvimento do ser autômato Postone nos diz que

embora o capitalismo tenda a desenvolver forças produtivas poderosas cujo potencial torna cada vez mais obsoleta a organização de produção baseada no dispêndio de tempo de trabalho imediato, ele não é capaz de permitir a completa realização dessas forças. A única forma de riqueza que constitui capital é a que se baseia no dispêndio de tempo de trabalho imediato. Portanto, o valor, apesar da sua inadequação crescente como medida da riqueza material produzida, não é simplesmente suplantado por uma nova forma de riqueza. Pelo contrário, de acordo com Marx, ele continua sendo a precondição estrutural necessária da sociedade capitalista. (Postone, 2014, p. 51)

E se tem valor, obviamente tem trabalho também nessa centralidade. Postone recuperando Marx nos mostra que o autor

afirma de maneira explícita que o caráter imediatamente social do trabalho está no centro da sociedade capitalista. Ele considera que esse caráter diretamente social é central aos processos históricos que caracterizam o capitalismo, nos quais são desenvolvidos poderes e riqueza socialmente gerais, mas à custa dos indivíduos. (Postone, 2014, p. 66)

O autor defende que as características do trabalho possuem um caráter historicamente específico no capitalismo. Ou seja, um trabalho determinado por mercadoria, assim como ela, também terá um duplo caráter e mais do que isso, assim como a mercadoria ele se torna meio para um único fim. E na história desse desenvolvimento – através desse caráter diretamente social defendido por Marx e enfatizado por Postone – é precisamente o trabalho que deveria ser um

dos eixos centrais a ser abolido tal como ele é. E isso radicalmente nos leva a uma série de outros questionamentos.

O que devemos compreender de uma vez por todas nesse imbróglio criado entorno da categoria trabalho é profundamente enriquecido pela análise de Jappe quando ele de forma sucinta demonstra que

não só no plano lógico, mas também em relação ao trabalho, concreto e abstracto são expressões que remetem uma para outra. É, portanto extremamente importante sublinhar que a nossa crítica atinge o conceito de trabalho enquanto tal, e não somente o trabalho abstracto. Não se pode simplesmente opor entre si o trabalho abstracto e o trabalho concreto e, ainda menos se pode opô-los como se um fosse o mal e outro o bem. O conceito de trabalho concreto é ele mesmo uma abstracção, porque nele se separa no espaço e no tempo, certa forma de actividade do campo conjunto das actividades humanas: o consumo, o jogo e a diversão, o ritual, a participação nos assuntos colectivos, etc. Um homem da época pré-capitalista nunca teria tido a ideia de colocar no mesmo nível ontológico, enquanto trabalho humano, coisas tão diversas como a fabricação de um pão, a execução de uma peça musical, a condução de uma campanha militar, a descoberta de uma figura geométrica e a preparação de uma refeição. (Jappe in Pereira, 2013, p. 56)

E é aqui precisamente que adentramos na necessária crítica ao trabalho que Postone introduz quando apresenta o caráter imediatamente social produtor de riquezas a custas dos indivíduos. É no duplo caráter do trabalho e mais precisamente na sua face abstrata em que este deixa de ter a enorme significância histórica atribuída ao "trabalho", pois passa a ser reconhecido como aquele cerceado do capitalismo sem o obscurecimento do seu papel específico dentro da dinâmica deste sistema.

A análise trans-histórica do trabalho que o põe como atividade dos seres humanos em mediação com a natureza apaga a sua real face histórica onde ele cumpre o papel mais fundamental e vital do sistema: o de valorização do valor. Na deturpação da especificidade do trabalho historicamente determinado perde-se a ideia central de que é precisamente o "trabalho" que precisa ser abolido, pois é preservado uma ficção ideológica para o nosso tempo de que é uma atividade que medeia as interações entre homem e natureza.

Postone ao realizar a análise de Marx quanto a especificidade do trabalho no capitalismo nos diz que

a análise de Marx da especificidade do trabalho no capitalismo também gera uma abordagem da relação entre forma e conteúdo sociais diametralmente opostas à associada a uma crítica do ponto de vista do “trabalho”. Já vimos que a noção de “trabalho” implica uma concepção de mistificação segundo a qual não existe relação intrínseca entre o “conteúdo” social e sua forma mistificada. Mas, na análise de Marx, formas de mistificação (do que ele chamou de “fetiche”) são definitivamente relacionadas de maneira intrínseca com seu “conteúdo” - são tratadas como formas necessárias de aparência de uma “essência” que expressam e ocultam.

(...) A relação necessária entre forma e conteúdo' sociais na crítica de Marx indica que é contrário à sua análise conceber a superação do capitalismo - sua verdadeira desmistificação — de uma maneira que não envolva uma transformação do “conteúdo” que necessariamente aparece de forma mistificada. A análise implica que superar o valor e as relações sociais abstratas que lhe são associadas é inseparável da superação do trabalho que cria o valor. (Postone, 2014, p. 82-83)

A insistência da crítica de Postone ao “trabalho” ganha maiores contornos quando se desloca para a categoria da esperança chamada “classe trabalhadora”. Pois, apesar de já vivenciarmos há algum tempo na contemporaneidade uma complexidade e estratificação impeditiva de delineações que identificam fulanos e ciclano como classe trabalhadora, burguesia, exército de reserva, desalentados, *lumpem* ou qualquer coisa do gênero – tal como já abordamos com algumas passagens de Roswita Scholz e Robert Kurz –, ainda existe uma certa mística advinda da *époque* socialista que mantém a ideia de luta de classes como única força vital capaz de derrotar o grande inimigo capital.

Dentro dessa mística a dominação social é entendida como uma dominação de classe; torna-se necessário pôr fim a exploração do trabalho; abolir a propriedade privada; regular a vida social e estabelecer um planejamento racional e, o mais fundamental: a classe trabalhadora se realizar como classe universal; e assim, seríamos felizes para sempre. Essa crítica, que Postone identificará como tradicional e que já comentamos, está ancorada e delineada muito mais nos aspectos da distribuição da riqueza do que necessariamente ao modo de produção, estabelece um jogo de heróis e vilões, mocinhos e bandidos. Retorna a crítica para a infantil luta do bem contra o mal que aponta caminhos para um final feliz. Entretanto, no desenrolar da história que parece caminhar para uma tragédia – isso para aqueles que ainda não consideram o momento

atual como barbárie – é imperativa a necessidade de outras tentativas de compreensão que não romantizem a ideia sobre o trabalho.

Seguindo sua crítica o autor comenta que

o aspecto normativo da crítica tradicional está intrinsecamente relacionado com sua dimensão histórica. A noção de que os ideais da sociedade moderna representam um momento não capitalista daquela sociedade corre paralela à ideia de que existe uma contradição estrutural entre o modo proletário de produzir, como um momento não capitalista da sociedade moderna, o mercado e a propriedade privada. Esta adota o “trabalho” como o ponto de vista da sua crítica e não tem a concepção da especificidade histórica da riqueza e do trabalho no capitalismo. Portanto, ela implica que a mesma forma de riqueza, que no capitalismo é expropriada por uma classe de proprietários privados, seria apropriada coletivamente e regulada conscientemente no socialismo. Pelo mesmo motivo, ela sugere que o modo de produção no socialismo será essencialmente o mesmo que o do capitalismo; o proletariado e seu trabalho se realizarão no socialismo. A ideia de que o modo de produção é intrinsecamente independente do capitalismo implica uma compreensão linear unidimensional do progresso técnico - “o progresso do trabalho” - que, por sua vez, é identificado com o progresso social. Esse entendimento difere consideravelmente da posição de Marx, segundo a qual o modo industrial de produção determinado pelo capital aumentou enormemente a capacidade produtiva da humanidade, mas de uma forma alienada; portanto, essa capacidade aumentada também domina os indivíduos que trabalham e é destruidora da natureza. (Postone, 2014, p. 88)

Tal como Postone, identificamos que não se trata de uma dominação de classe, mas sim uma dominação abstrata proveniente do próprio trabalho e de sua simbiose orgânica com o capital. Sendo assim, mesmo libertos dos grilhões do mercado e da propriedade privada, uma vez mantidos os moldes de produção, ainda sim, tal dominação ainda perseverará, ao contrário dos que acreditam nas crenças da crítica tradicional. E, tal como Piketty, essas crenças buscam as soluções dos problemas oriundos do modo de produção na esfera da distribuição! Isto é, distribuindo melhor todos poderiam se tornar meros operários realizados em contraposição a ideia de Marx de que com a superação histórica do modo de produção todos os meros operários poderiam vir a se tornar seres humanos completos.

Sobre isso Postone atribui o seguinte:

O resultado é uma crítica da distribuição desigual de riqueza e poder e da falta de reconhecimento social dado à significância

única do trabalho humano direto como elemento de produção — em vez de uma crítica daquele trabalho e de uma análise da possibilidade histórica de ele ser abolido. Mas isso é compreensível: no processo de formação e consolidação das classes trabalhadoras e de suas organizações, a questão da sua autoabolição e do trabalho que executam dificilmente seria um problema fundamental. A noção da autorrealização do proletariado, com base na afirmação do “trabalho” como fonte de riqueza social, era adequada à imediação daquele contexto histórico, como o era a crítica associada ao mercado livre e da propriedade privada. Mas essa noção foi projetada no futuro como determinação do socialismo; mas ela implica a existência desenvolvida do capital, e não da sua abolição. Para Marx, a abolição do capital é precondição necessária da dignidade do trabalho, pois só então se poderiam generalizar socialmente outra estrutura de trabalho social, outra relação de trabalho e recreação, e outras formas de trabalho individual. A posição tradicional atribui dignidade ao trabalho fragmentado e alienado. Pode-se dar que essa dignidade, que está no centro dos movimentos operários clássicos, tenha sido importante para a autoestima dos operários e um fator poderoso de democratização e humanização das sociedades capitalistas industrializadas. Mas a ironia dessa posição é ela postular a perpetuação desse trabalho e da forma de crescimento intrinsecamente associada a ele como necessária à existência humana. (Postone, 2014, p. 91)

Apesar de aqui estarmos imbuídos na tentativa de “negativar” o trabalho, a classe trabalhadora e a luta de classes, tal crítica está associada a totalidade na qual se configura o sujeito automático e, na qual o “trabalho” é parte fundamental constitutiva. O sistema de dominação no capitalismo — abstrato e impessoal — nos leva a necessidade de encarar a sua crítica de modo que tenhamos que evitar a personificação do problema em indivíduos, grupos, classes, estruturas etc. Pois neste sistema estamos subsumidos à produção social que aparece para nós como uma fatalidade, mas que foi constituída pelo trabalho social que deve, portanto, deixar de ser compreendido apenas como objeto de dominação e exploração, mas também ele próprio como base da própria dominação. Postone nos diz sobre isso que

embora o capitalismo seja, evidentemente, uma sociedade de classes, dominação de classe não é, de acordo com Marx, o terreno último de dominação social nessa sociedade, mas se torna, ela própria, uma função de uma forma superior “abstrata” de dominação. (Postone, 2014, p. 150)

O grande problema de todo esse imbróglio no entendimento equivocado que “positiva” o trabalho e faz com que através de um sistema de mediações estabeleça a classe trabalhadora como o sujeito histórico capaz de salvar a

humanidade dos grilhões do capital esteja no ocultamento da funcionalidade do trabalho à lógica do capital.

Um exemplo perfeito desse ocultamento do capital pode ser encontrado de maneira brilhante no capítulo 48 do livro 3 do capital onde Marx faz a análise do que ele apresenta como fórmula trinitária. Neste capítulo ele nos diz que

em capital-lucro, ou, melhor ainda, capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário – essa trindade econômica que conecta os componentes do valor e da riqueza em geral com suas fontes –, está consumada a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, o amálgama imediato das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social: o mundo encantado, distorcido e de ponta cabeça, em que monsieur *Le Capital* e madame *La Terre* vagueiam suas fantasmagorias como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, como meras coisas. (Marx, 2017, p. 892)

Assim como o valor e o capital se escondem atrás de outras categorias a dominação impessoal e abstrata do capitalismo se esconde atrás da luta de classes que continua o seu movimento eterno em busca de condições mais dignas e justas para o “trabalho” em busca de uma emancipação que nunca virá por esse caminho. E, por isso, a alegoria da *caverna do dragão* se faz presente mais do que nunca. Assim continuamos nossa fábula servindo ao mesmo propósito junto a *monsieur Le Capital* e *madame La Terre*. A luta de classes é mais um capítulo da perpetuação da referida fantasmagoria que nos assombra.

Uma pausa nos argumentos teóricos para um mergulho na barbárie dos supérfluos: O que é pensado para os problemas oriundos da expansão épica da superpopulação relativa em tempos de crise estrutural do capital? Maior proteção à classe trabalhadora, políticas sociais, filantropia etc. – para não adentramos aqui no lado do encarceramento, extermínio e outras soluções de ordem “negativa”, também recorrentemente adotadas para lidar com tal expansão. Todas essas respostas continuam a exercer suas contribuições históricas no nível da aparência enquanto obviamente a essência e a raiz causal desses fenômenos permanece intacta e preservada. Ainda assim discute-se a plenos pulmões de que mais Estado, mais políticas, mais serviços e mais ações se faz necessários para “transformar” essa realidade – o que veremos ao fim do quarto capítulo. Mas, além disso, tais discursos onipresentes também chegam a

um denominador comum para a transformação: trabalho. Ou seja, o *quid pro quo* está assim formatado.

Na plena expansão do retrocesso do mundo do trabalho assistimos a súplica pela expansão do que não existe e a tentativa esdrúxula de criações de todos os tipos de versões precarizadas, seja aquelas que remontam lógicas escravistas ou aquelas já categorizadas como uberizadas. Na esteira desse processo assistimos ao que diversos autores reconhecem como “flexibilizações do trabalho” e que estão invariavelmente associadas a diferentes formas de precarização.

Vasopollo nos diz que

a nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade. O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias só aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não ocupação. (Vasopollo in Antunes, 2009, p. 234)

E para aqueles que ainda sustentam algum tipo de defesa a esse crescimento exponencial nesse mundo do trabalho flexibilizado o autor adverte:

A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. Com o pós-fordismo e a mundialização econômico-produtiva, o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas, também porque os países industrializados deslocaram suas produções para além dos limites nacionais e, sobretudo, vêm investindo em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo, assim, custos fundamentalmente mais baixos e aumentando a competitividade (...). A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores

desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser alugados por algumas poucas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana. (Vasapollo in Antunes, 2009, p. 235)

Enquanto o mundo caminha a passos largos para aumentar em larga escala os desempregados e os precarizados, tal como apresentado por diversos autores que versam sobre a temática, é importante ressaltar que ainda assim há entre eles um certo anseio para um retorno à uma fábula apresentada nos tempos áureos do fordismo (“o sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada”). E é exatamente aqui que a crítica retorna para o lugar comum de defesa do “trabalho” e das “mil” alternativas de contorno dos problemas no campo da distribuição e para um retorno impossível.

Em inúmeras formas precarizadas assistimos uma expansão do que é facilmente reconhecido como atividades *self-made*. Kurz nos fala que,

essa ideologia do sucesso *self-made*, reativada incessantemente na economia de mercadorias e degenerada há muito tempo, no Ocidente, a uma pose histérica, encontra em toda a sua ingenuidade novos adeptos no Leste. A crença na própria força de se impor e de ter sucesso, que em nosso país apenas pode ser inspirada a muito custo, mediante psicoginástica e psicofármacos, está de volta no otimismo individual oriental, sobretudo de certos jovens e infernais pais de família, que têm menos motivos para tê-la. A esperança obstinada de poder impor-se contra os próximos universalmente concorrentes, mediante disposição ao trabalho, conhecimentos e empurrões, não é apenas animicamente perversa (que se queixem disto os moralistas profissionais das igrejas, que eles próprios contribuem para apoiar o sistema), mas também completamente ilusória do ponto de vista sócio-econômico, porque o sistema produtor de mercadorias, em seu atual nível de desenvolvimento, tem que produzir perdedores em massa. (Kurz, 1992, p. 147)

Mais do que nunca se torna urgente o polo oposto da defesa do trabalho. Quando Postone começa a sua crítica aguda e a maiores explicações sobre a dimensão do trabalho abstrato constituidor do valor ele novamente retoma a análise da categoria pelo seu duplo caráter e explica que

a distinção feita por Marx entre o trabalho concreto e útil que produz valores de uso, e o trabalho humano abstrato, que constitui valor, não se refere a dois tipos diferentes, mas a dois

aspectos do mesmo trabalho em uma sociedade determinada por mercadorias (Postone, 2014, p. 169)

O trabalho humano abstrato, que constitui valor e é base do fetiche da mercadoria, forma entre essas categorias uma interdependência social desenvolvida em sua plenitude exatamente quando a força de trabalho se tornou ela própria uma mercadoria. Esse trabalho só existe no capitalismo. Sendo assim,

uma sociedade em que a mercadoria é a forma geral do produto e, portanto, valor é a forma geral de riqueza, caracteriza-se por uma forma única de interdependência social – as pessoas não consomem o que produzem, mas produzem e trocam mercadorias para adquirirem outras mercadorias (...) Isso quer dizer que o trabalho se torna um meio peculiar de aquisição de bens em uma sociedade determinada por mercadorias: a especificidade do trabalho dos produtores é abstraída dos produtos que adquirem com seu trabalho. Não existe relação intrínseca entre a natureza específica do trabalho despendido e a natureza específica do produto adquirido por meio daquele trabalho. (Postone, 2014, p. 175)

Apesar de já termos consolidado a crítica ao processo de produção do capital tanto ancorado nos escritos de Marx quanto em outros autores, a crítica ao trabalho abstrato de Moishe Postone, sem perder os fios da totalidade, concluem uma seara fundamental para abolir de vez uma tentativa equivocada de erguer uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária através do que conhecemos por trabalho. Por essa via também não há saídas! Postone explica ainda que

o que torna geral o trabalho no capitalismo não é simplesmente o truismo de ele ser o denominador comum de todos os vários tipos específicos de trabalho; pelo contrário, é a função social do trabalho que o torna geral. Como atividade socialmente mediadora, o trabalho é abstraído da especificidade do seu produto e, portanto, da especificidade de sua própria forma concreta. Na análise de Marx, a categoria de trabalho abstrato exprime esse processo social real de abstração; ele não se baseia simplesmente em um processo conceitual de abstração. Como prática que constitui uma mediação social, o trabalho é trabalho em geral. (Postone, 2014, p. 178)

Assim como Grespan explica a desmedida quando analisa a categoria de capital, Postone também analisa o trabalho abstrato de uma certa forma como desmedida. E é exatamente essa desmedida que, em simbiose com o capital, faz do trabalho abstrato também um caminho inequívoco para uma dominação abstrata. Pois, a objetivação do trabalho abstrato não está na beleza e fruição

do valor de uso, mas apenas na de valor. Ou seja, a crítica marxiana contida na explanação sobre as categorias de capital, mais valor, trabalho abstrato e mercadoria não podem ser reduzidas a uma solução de final de filme feliz com base em uma vitória no terreno da luta de classes. E é isso que Postone tenta fundamentar e onde temos acordo.

Temos acordo também com a análise de Pereira (2013) que busca demonstrar em sua Tese que a pobreza e sua expansão estão intrinsecamente relacionadas entre a forma e o conteúdo do valor e na sociabilidade capitalista. A autora comenta que

o trabalho, conteúdo do valor, reduz tudo à unidade, a um dispêndio do trabalho que todos os homens têm em comum, de tal maneira que, paradoxalmente, somente é social se for esvaziado de toda e qualquer determinação social. Podemos depreender que somente é social o processo automático e incontrolável de transformação do trabalho em dinheiro. A partir dessa compreensão verificamos que a subordinação da utilidade dos produtos, que passa a ser uma dimensão puramente privada, à sua capacidade de serem trocados, que por sua vez passa a ser sua dimensão social, só pode conduzir a resultados catastróficos. (Pereira, 2013, p. 30)

Diante dessas abordagens passemos agora para a explicação de como essa dominação começa a se espalhar através da “desmedida” também do trabalho abstrato. Como mediação social essa forma acaba saindo do controle dos indivíduos na teia das relações sociais. Estabelece-se assim um sistema objetivo que vai de encontro aos próprios indivíduos e, principalmente, contra eles e faz com que estes se tornem subordinados, pois determina tanto os objetivos quanto os meios das atividades humanas.

E assim Postone explica que

o sistema constituído pelo trabalho abstrato corporifica uma nova forma de dominação social que exerce uma forma de compulsão social cujo caráter objetivo é historicamente novo. A determinação inicial dessa compulsão social abstrata é serem os indivíduos compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver. Essa compulsão exercida não é função da dominação social direta, como se dá, por exemplo, com o trabalho escravo ou servil; ela é, pelo contrário, função das estruturas sociais “abstratas” e “objetivas” e representa uma forma de dominação abstrata e impessoal. Fundamentalmente, essa forma de dominação não é baseada em nenhuma pessoa, classe ou instituição, seu local básico são as formas sociais estruturantes difusas da sociedade capitalista que são constituídas por formas determinadas de prática social. A

sociedade, como o Outro quase independente, abstrato e universal que se coloca em oposição aos indivíduos e exerce sobre eles uma compulsão impessoal, é constituída como estrutura alienada pelo duplo caráter do trabalho no capitalismo. A categoria de valor, como categoria básica das relações capitalistas de produção, é também a determinação inicial das estruturas sociais alienadas. As relações sociais capitalistas e estruturas alienadas são idênticas (Postone, 2014, p. 186)

Aqui o autor começa a nos entregar que a alienação não reside somente no fato da expropriação, das relações de propriedade e exploração de classe. O trabalho alienado tem a sua raiz na sua própria constituição dupla e assim torna-se por ele mesmo a origem de uma estrutura que o domina. Diferente de outras sociedades onde a dominação de fato era diretamente conduzida por uma posição de classe agora a dominação é intrínseca ao próprio trabalho. Isto é, a dominação aqui está em outro patamar: não se trata apenas de exploração e apropriação de mais-valor, mas sim de profundo ocultamento da dominação abstrata constituída pela própria forma do trabalho no capitalismo.

Sobre isso o autor nos dá novas pistas.

A estrutura de dominação abstrata constituída pelo trabalho que age como uma atividade socialmente mediadora não parece ser socialmente constituída, pelo contrário, ela aparece em forma naturalizada. Sua especificidade social e histórica é velada por vários fatores. A forma de necessidade social exercida existe na ausência de qualquer dominação social direta pessoal. Dado que a compulsão exercida é impessoal e “objetiva”, ela não parece, de forma alguma, ser social, mas “natural”. (...) Essa estrutura faz com que as necessidades próprias, e não a ameaça de força ou qualquer outra sanção social, pareçam ser a fonte dessa necessidade. Essa naturalização da dominação abstrata é reforçada pela superposição de dois tipos muito diferentes de necessidade associados ao trabalho social. O trabalho de alguma forma é uma precondição necessária - uma necessidade social “natural” - da existência social humana como tal. Essa necessidade pode ocultar a especificidade do trabalho produtor de mercadorias - que, apesar de não se consumir o que se produz, o trabalho é ainda assim o meio social necessário para obtenção de produtos a serem consumidos. Esta última necessidade é uma necessidade social historicamente determinada. Dado que o papel mediador social específico desempenhado pelo trabalho produtor de mercadorias é velado, e esse trabalho aparece como trabalho per se, esses dois tipos de necessidades se combinam na forma de uma aparente necessidade trans-histórica: é preciso trabalhar para sobreviver. Portanto, uma forma de necessidade social específica do capitalismo aparece como a “ordem natural das coisas”. (Postone, 2014, p. 188)

O que salta aos olhos nessa assimetria do que se busca e a realidade não é nem, portanto, o fato pela busca insana pelo trabalho, mas pelo feitiço quase que inculcado onde este aparece como única saída. Retomando Postone, o autor comenta sobre isso falando que

a “essência” social do capitalismo é uma função historicamente específica do trabalho como meio de relações sociais. Ainda assim, na estrutura do modo de apresentação de Marx - que já é imanente às formas categoriais e parte da mercadoria para examinar a fonte do seu valor - a categoria de trabalho abstrato parece ser uma expressão do trabalho per se, do trabalho concreto em geral. A “essência” historicamente específica do capitalismo aparece na análise imanente como uma essência fisiológica, ontológica, uma forma comum a todas as sociedades: “trabalho”. A categoria de trabalho abstrato apresentada por Marx é assim uma determinação inicial do que ele explica com sua noção de fetiche: dado que as relações subjacentes do capitalismo são mediadas pelo trabalho, e, portanto, objetivadas, elas parecem não ser historicamente específicas e sociais, mas formas trans-históricamente válidas e ontologicamente fundamentadas. A aparência do caráter de mediação do trabalho no capitalismo como trabalho fisiológico é o núcleo fundamental do fetiche do capitalismo. (Postone, 2014, p. 198).

Enfeitiçados, todos seguimos a mesma lógica, consciente ou inconscientemente. Em tempos de revoluções incessantes no mundo do trabalho, principalmente pelos sucessivos avanços tecnológicos, ao invés de tentarmos equacionar os problemas deste lugar, no mínimo em reduções significativas das jornadas de trabalho, que pouco se alteraram do século XIX para o século XXI – e não estou aqui apresentando tal proposta como outra solução miraculosa – buscamos insanamente o oposto na tentativa de transformar o ser humano em um robô proletário nas 24 horas do seu dia. A dinâmica de vida de todo ser humano da Terra circula dentro da orientação da dominação social estabelecida. A tal objetividade fantasmagórica conquista a subjetividade, as mercadorias ganham traços de humanidade, a humanidade por sua vez faz o caminho inverso, tanto uma quanto outra se tornam meio e assim a dominação social é concluída com sucesso.

Em determinado momento Marx definirá a produção no capitalismo como produção pela produção. Postone nos explica que não se trata mais de “um meio para um fim substantivo, mas um meio para um fim que é ele próprio um meio, um momento em uma cadeia sem fim de expansão. Produção no capitalismo se

torna um meio para um meio." (Postone, 2014, p. 210). Se entendermos a totalidade de nossa sociedade dentro dessa "cadeia sem fim de expansão" podemos ter a ideia de que tal dominação torna-se muito mais complexa do que uma dominação de classe e podemos começar a solidificar o entendimento sobre o conceito/alegoria de caverna do dragão da qual eu venho falando.

Postone de forma detalhada continua a explicação dessa transformação da humanidade em mero meio desprovido de certa "relevância":

Apesar de o processo de instrumentalização ser logicamente implicado pelo duplo caráter do trabalho no capitalismo, esse processo é grandemente intensificado pela transformação dos humanos em meios. Como elaborarei adiante, o primeiro estágio dessa transformação é a mercantilização do trabalho em si como força de trabalho (o que Marx chama de "subsunção formal do trabalho sob o capital"), que não transforma necessariamente a forma material da produção. O segundo estágio é quando o processo de produção de mais-valor molda o processo de trabalho à sua imagem (a "subsunção real do trabalho sob o capital"). Com a subsunção real, o objetivo da produção capitalista — que é na verdade um meio - molda o meio material de sua realização. A relação entre a forma material da produção e seu objetivo (valor) não é mais contingente. Pelo contrário, o trabalho abstrato começa a quantificar e moldar o trabalho concreto à sua imagem, a dominação abstrata do valor começa a se materializar no processo de trabalho em si. Um marco da subsunção real, de acordo com Marx, é que, apesar das aparências, as matérias-primas reais do processo de produção não são os materiais físicos que são transformados em produtos materiais, mas os trabalhadores cujo tempo de trabalho objetivado constitui o sangue vital da totalidade. Com a subsunção real, essa determinação do processo de valorização se materializa: a pessoa, literalmente, se torna um meio. (Postone, 2014, p. 211)

Entre a "relevância" de ser o sangue vital e a determinada "irrelevância" de ser apenas meio a tal classe que carrega a dor de possuir em si a mercadoria especial assistiu no desenrolar histórico a aceleração sem fim da produção pela produção; de um meio para outro meio. Com isso os níveis crescentes de produtividade, as mudanças na organização do trabalho e a maior aplicação da ciência à produção advinda do avanço tecnológico estabelecem cada vez mais a crescente redução significativa do capital variável frente a parte constante. O *quid pro quo* estabelecido com esse "progresso" e a redução significativa da necessidade da utilização da força de trabalho como meio cumpre os dois caminhos da crise. A primeira conhecida como crise estrutural do capital e a

segunda – não menos importante – que é a sua crise humanitária. Ambas se retroalimentam e são imparáveis sob a égide da dominação abstrata.

4. A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA DA HUMANIDADE SUPÉRFIU: Da camuflagem dos números à realidade da barbárie

A despeito do que apresentamos como anacronismo da barbárie, no primeiro capítulo [item 2.3] desta tese, precisamos agora a partir do desvelar da lógica sempre para a frente do capital de sair da aparência atemporal para entrar na essência sincrônica do tempo da barbárie proveniente de um sistema em fim de linha. Para isso mergulharemos agora em um universo de dados e análises acerca dos resultados do “progresso” do capital e da tendência apresentada por Marx como lei geral da acumulação capitalista.

Algumas sinalizações prévias precisam ser de antemão esclarecidas para que não venha a prejudicar a leitura desta parte do trabalho. Vamos a elas:

Primeiramente é fundamental explicar que toda a busca acerca de dados relevantes para essa análise chega a “lugares comuns” de organizações internacionais que obtém estes através de coletas retiradas de dados oficiais fornecidos pelos países. Sendo assim não há uma precisão absoluta sobre esses números, mas ainda assim são extremamente válidos para o objetivo deste trabalho porque se aproximam sim da realidade por mais variada que seja a coleta destes.

A segunda explicação importante é que no nível da aparência entraremos em um mundo de contradições que, se analisadas levando em consideração o que foi apresentado até aqui nos capítulos anteriores e também nas análises diante dos números, poderemos assim avaliar a essência dos fatos que nos levam a consequência imperativa de que a tendência - pela qual categorizei como supérfluotização - em referência ao aumento significativo dos supérfluos em todo o mundo decorrente do “progresso” contínuo do movimento do capital nos leva a um único caminho que é a expansão da barbárie.

Terceiro é importante salientar que utilizaremos também variadas fontes jornalísticas que, infelizmente algumas vezes, não sinalizam as fontes para obtenção dos dados, mas que são consideráveis se tratando de informações e números que precisam ser debatidos e analisados.

E por último, mas não menos importante, é fundamental mencionar uma farta ausência de números relativos a um importante “eixo” de análise no número de supérfluos pela não contabilidade na maior parte do globo do número de pessoas em situação de rua. Os dados obtidos sobre a quantidade de pessoas atualmente em situação de rua aparecem, por exemplo, em países como os do G20 – mesmo assim de forma limitada – e, em nível global, não existe nenhuma sistematização nem de estimativas nos últimos 10 anos!⁴⁵

Sendo assim, a seguir, nos debruçaremos em inúmeros dados sobre pobreza, extrema pobreza, fome, desemprego, migrações, campos de refugiados, pessoas em situação de rua, entre outros dados que tangenciam e perpassam a tendência da lei geral da acumulação capitalista.

4.1 – Subterfúgios numéricos/estatísticos para maquiagem do mundo decadente

Uma letra de música nos apresenta a ideia de que o progresso é lento, gradual e preguiçoso quando nos fala que “assim caminha a humanidade, com passos de formiga e sem vontade”⁴⁶. Iniciaremos a análise desse capítulo por dados relativos à pobreza extrema⁴⁷ e seu “progresso”:

⁴⁵ Na busca de indicadores relacionados a população em situação de rua no mundo apenas uma estimativa de 2014 é encontrada em um relatório da Comissão das Nações Unidas para Direitos Humanos. Nesta estimava-se que 100 milhões de pessoas encontravam-se em situação de rua. Entretanto, na busca por algum tipo de indicador global, mesmo que excluindo países que não possuem esses dados, nenhuma agência internacional apresenta números relacionados a essa população supérflua.

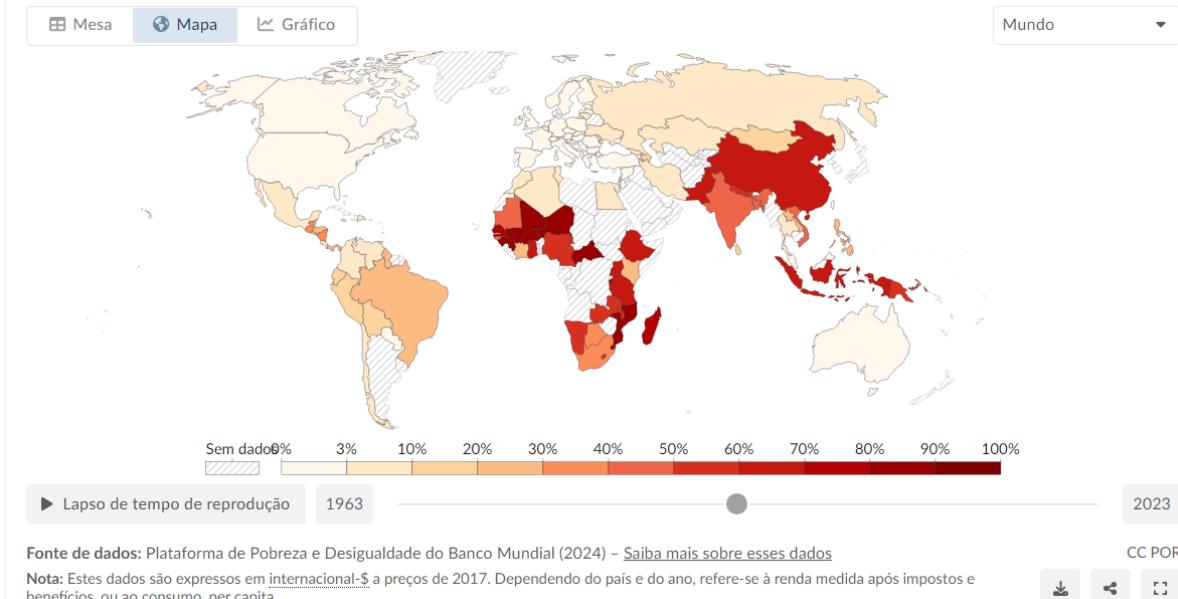
⁴⁶ Santos, L. Assim caminha a humanidade (1994).

⁴⁷ A escolha do gráfico a seguir no ano de 1992 se deve ao fato pelo maior número de países com dados e um “auge” da extrema pobreza em diversas regiões do globo. A partir dos anos subsequentes a tendência global foi de redução da extrema pobreza segundo os dados. Os 4 gráficos a seguir estão disponibilizados em: [Poverty Data Explorer - Our World in Data](#). No link ainda é possível conferir o desenvolvimento do indicador do ano de 1963 até 2023.

Percentagem da população que vive em situação de pobreza extrema, 1992

A pobreza extrema é definida como viver abaixo da Linha Internacional de Pobreza de US\$ 2,15 por dia. Esses dados são ajustados pela inflação e por diferenças no custo de vida entre os países.

Our World
in Data



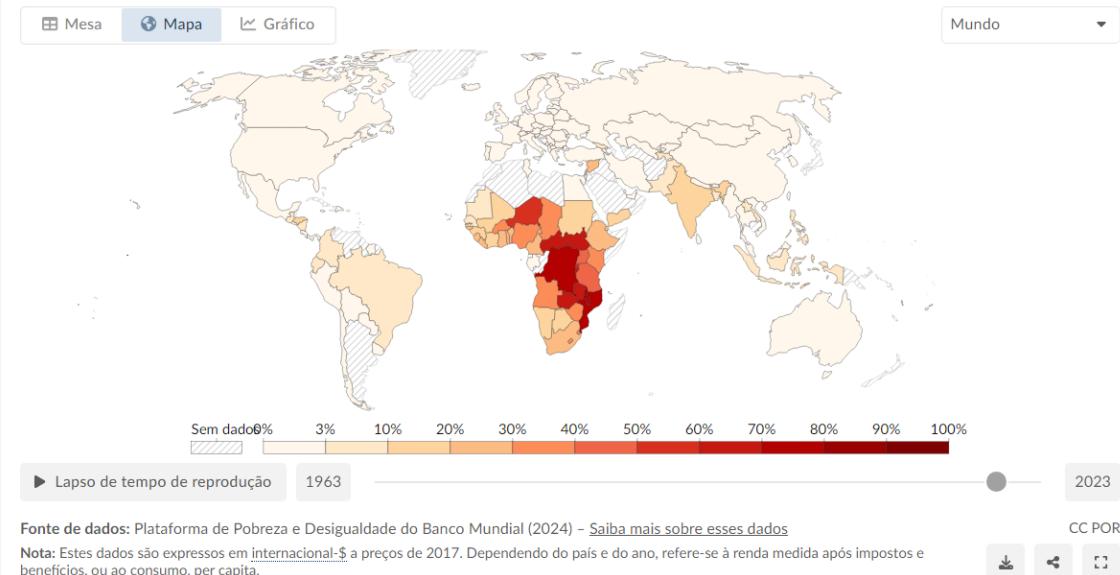
Fonte: Our World in Data (2024)

Os dados apresentados no ano de 1992 apontavam que 36,6% da população global viviam em uma situação de extrema pobreza, e, além disso, podemos verificar no gráfico que um número considerável de países do sul global – principalmente no continente Africano – ainda não possuíam dados acerca do indicador.

Percentagem da população que vive em situação de pobreza extrema, 2019

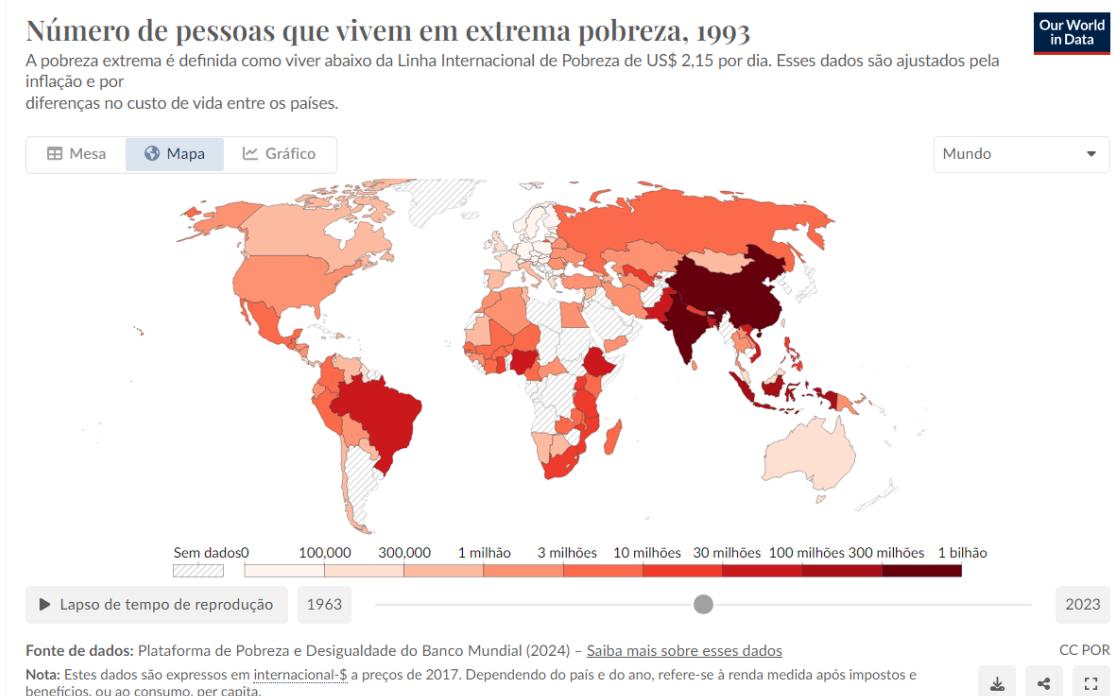
A pobreza extrema é definida como viver abaixo da Linha Internacional de Pobreza de US\$ 2,15 por dia. Esses dados são ajustados pela inflação e por diferenças no custo de vida entre os países.

Our World
in Data



Fonte: *Our World in Data* (2024)

Em 2019 os números globais acerca da extrema pobreza já apresentavam significativa queda para 8,8% da população mundial vivendo nesta situação. Um fato interessante – e ao mesmo tempo questionável – é que a China que no ano de 1992 (gráfico anterior) tinha mais de 65% de sua população vivendo em extrema pobreza consegue já em um pouco mais de dez anos “zerar” esse indicador. Obviamente, tratando-se do país mais populoso do mundo, tal impacto possui grande relevância para o indicador global. Ou seja, as 682 milhões de pessoas em situação de pobreza no mundo em 2019 são menos do que as 754 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema apenas na China no ano de 1992. Dessa forma já nos adiantamos para visualizar um pouco melhor esse indicador para seus números absolutos visto que a porcentagem em determinados momentos deturpa uma visão mais totalizante do problema.



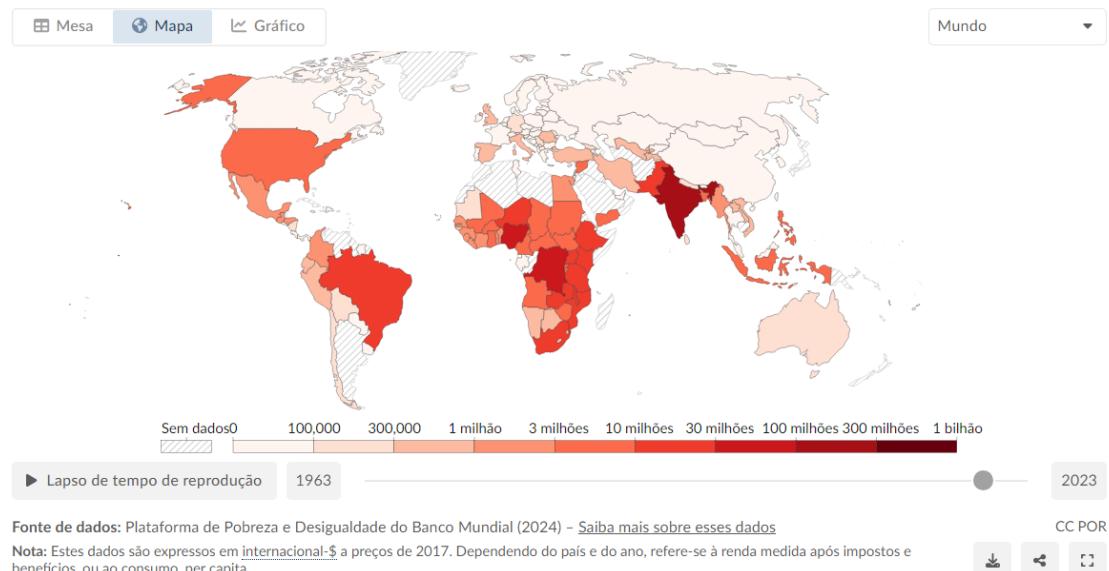
Fonte: *Our World in Data* (2024)

Os números absolutos apresentados no gráfico em 1993 quando a população mundial era de 5,5 bilhões de pessoas mostravam que 2 bilhões desta estavam na configuração de extrema pobreza. Apenas China e Índia somavam 1,2 bilhões de pessoas em extrema pobreza.

Número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, 2019

A pobreza extrema é definida como viver abaixo da Linha Internacional de Pobreza de US\$ 2,15 por dia. Esses dados são ajustados pela inflação e por diferenças no custo de vida entre os países.

Our World
in Data



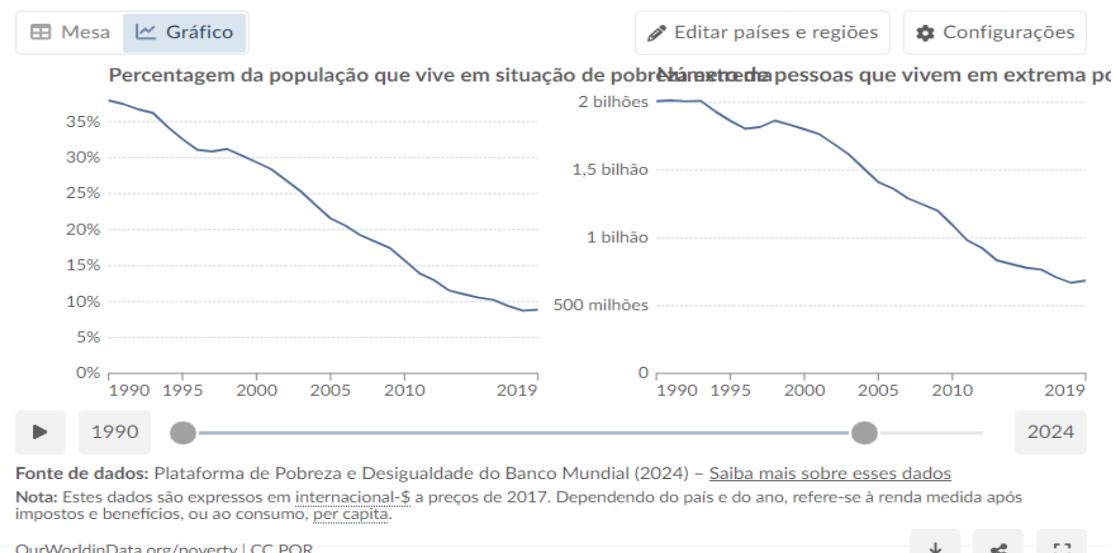
Fonte: *Our World in Data* (2024)

Quando chegamos em 2019 esses números absolutos diminuem consideravelmente para 683,6 milhões de pessoas em extrema pobreza ainda mais se considerarmos que neste intervalo de tempo a população mundial teve um aumento de 5,5 bilhões para 7,75 bilhões. Ou seja, mesmo diante de um aumento populacional maior do que 2 bilhões de pessoas houve uma redução da extrema pobreza em aproximadamente 1,3 bilhões.

A percentagem e o número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema,

Our World in Data

A pobreza extrema é definida como viver abaixo da Linha Internacional de Pobreza de US\$ 2,15 por dia. Esses dados são ajustados para inflação e diferenças no custo de vida entre países.



Fonte de dados: Plataforma de Pobreza e Desigualdade do Banco Mundial (2024) – [Saiba mais sobre esses dados](#)

Nota: Estes dados são expressos em internacional-\$ a preços de 2017. Dependendo do país e do ano, refere-se à renda medida após impostos e benefícios, ou ao consumo, per capita.

OurWorldinData.org/poverty | CC POR

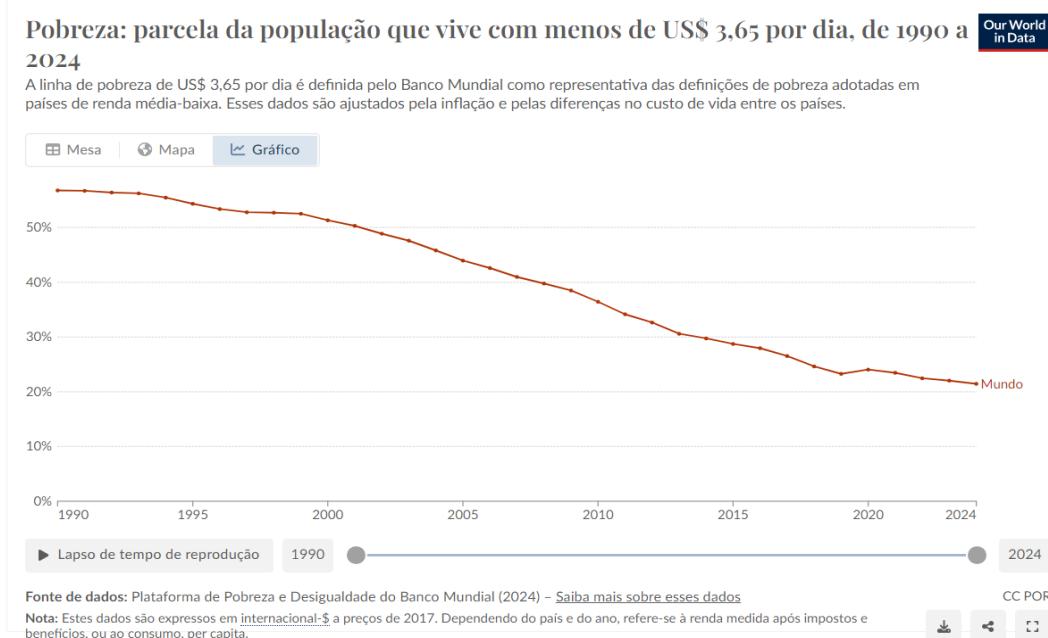
Fonte: *Our World in Data* (2024)⁴⁸

A comparação dos gráficos 1 e 2 e dos gráficos 3 e 4 nos dão a mesma aparência de uma tendência crescente de redução da extrema pobreza em diversas partes do globo. Já o gráfico 5 nos apresenta que os números mundiais do início da década de 90 uma população em extrema pobreza de mais de 2 bilhões de pessoas (aproximadamente 37%) consegue em um curto espaço de tempo reduzi-la para “módicos” 685 milhões (inferior a 9%) já em 2019.

Mas não param por aí, os dados que aparentemente colocam um paradoxo entre a tendência da lei geral da acumulação capitalista apresentada por Marx e os números do Banco Mundial – e de diversos bancos de dados – também revelam uma crescente da renda média e consumo médio da população mundial além de um aumento significativo da renda diária dos 10% mais pobres. Entretanto, para desgosto de Piketty, tal aumento também fora presenciado na renda dos 10% mais ricos e, apesar da curvatura de crescimento também aparentar uma semelhança entre elas, o número real dos mais pobres sai de 1.06 dólares em 1990 para 2.34 dólares em 2024 enquanto dos mais ricos sai de 33.10 dólares para 48.40 dólares no mesmo período.

⁴⁸ Gráfico disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/the-share-and-number-of-people-living-in-extreme-poverty>

Considerando a elevação para US\$ 3,65 por dia, para definir a linha de pobreza, o Banco Mundial verificou a seguinte tendência global, entre 1990 e 2024⁴⁹:



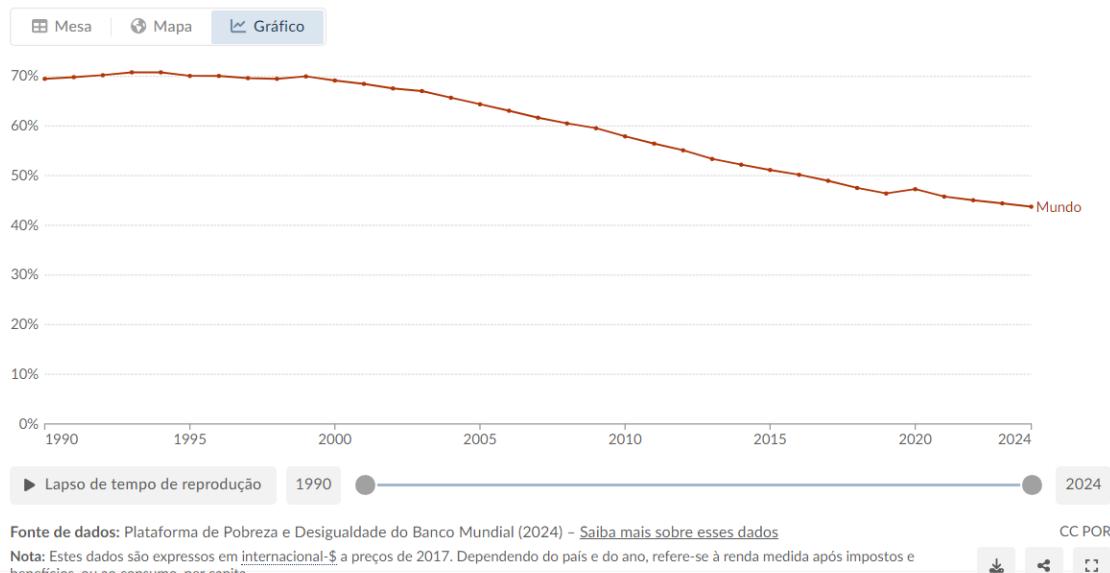
Fonte: *Our World in Data* (2024)

E, considerando a elevação para US\$ 6,85 por dia, para definir a linha de pobreza, o Banco Mundial verificou a seguinte tendência global, entre 1990 e 2024:

⁴⁹ Seguindo a mesma lógica dos quatro primeiros gráficos apresentados anteriormente e disponíveis em [Poverty Data Explorer - Our World in Data](#) para conferência das outras faixas de valor dos 3 gráficos a seguir é necessário apenas alterar o campo indexado como linha de pobreza.

Pobreza: parcela da população que vive com menos de US\$ 6,85 por dia, de 1990 a 2024

A linha de pobreza de US\$ 6,85 por dia é definida pelo Banco Mundial como representativa das definições de pobreza adotadas em países de renda média-alta. Esses dados são ajustados pela inflação e pelas diferenças no custo de vida entre os países.

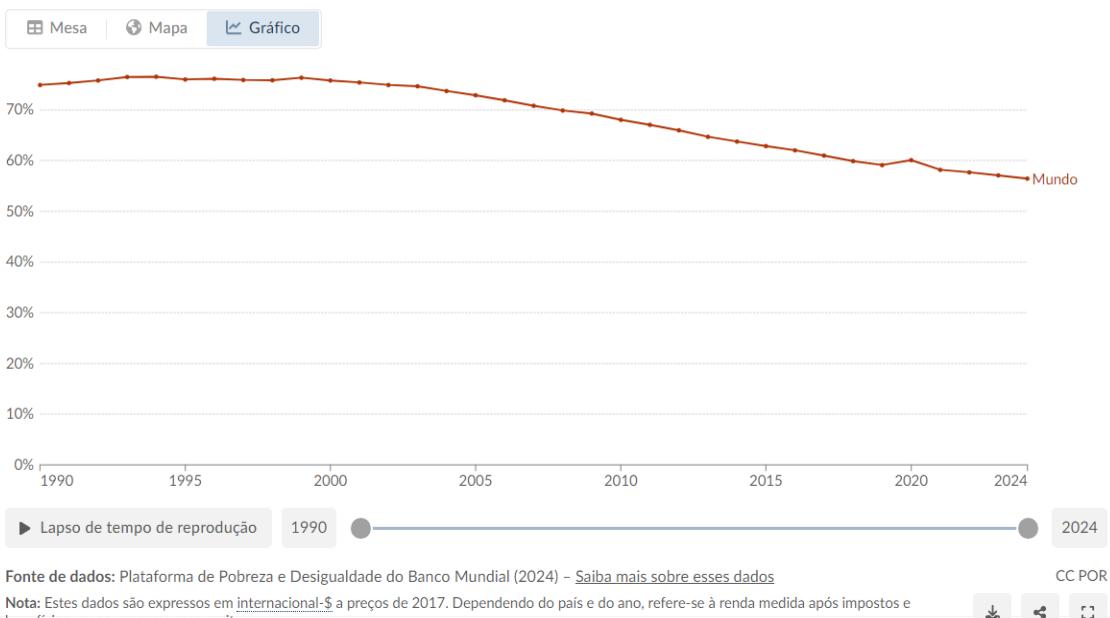


Fonte: *Our World in Data* (2024)

E, por fim, com a elevação para US\$ 10,00 por dia, para definir a linha de pobreza, o Banco Mundial verificou a seguinte tendência global, entre 1990 e 2024

Pobreza: parcela da população que vive com menos de US\$ 10 por dia, de 1990 a 2024

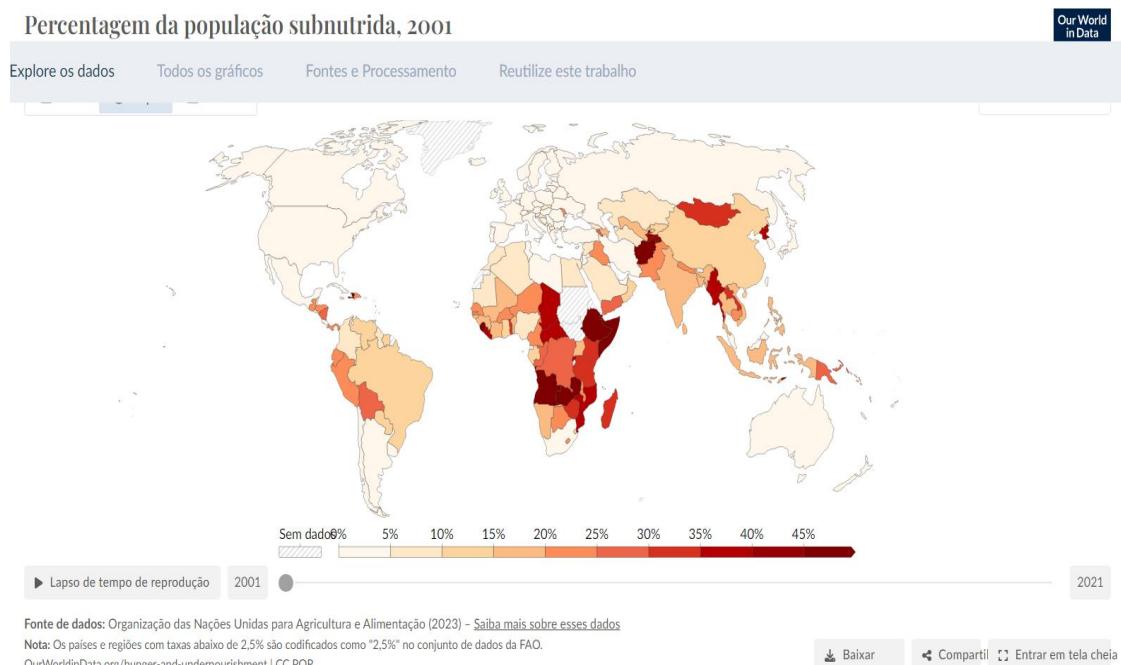
Esses dados são ajustados pela inflação e pelas diferenças no custo de vida entre os países.



Fonte: *Our World in Data* (2024)

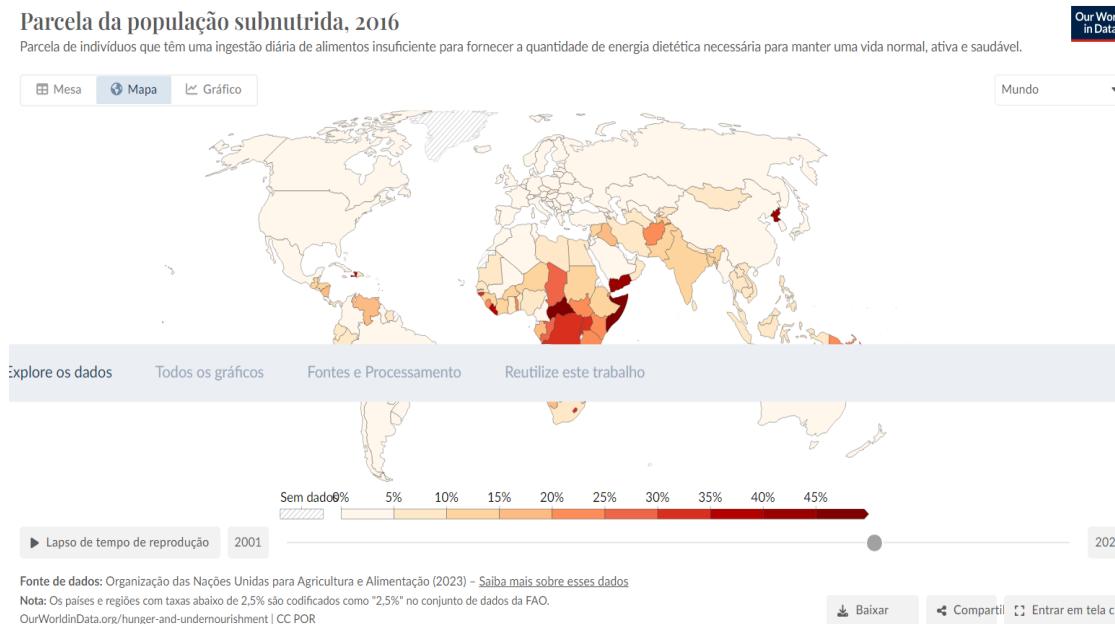
Novamente os dados nos apresentam uma “excelente” tendência à redução da pobreza. 21% das pessoas no mundo possuem uma renda inferior a 3,65 dólares por dia enquanto esse percentual ultrapassava os 50% da população mundial no início da década de 1990. De forma semelhante na faixa de renda inferior a 6,85 dólares por dia os resultados rumo a uma tendência à redução dessa pobreza são significantes e saem da casa dos 70% e se aproximam aos 40 pontos percentuais. Quando aumentamos a faixa para 10 dólares ao dia, apesar dos números ainda apresentarem mais de 56% da população mundial com tal renda ainda hoje, podemos observar que também houve um avanço de 20 pontos percentuais quando comparados com alguns anos da década de 1990.

E com esses avanços um outro indicador relacionado também apresenta significativa melhoria. Nos gráficos abaixo podemos ver a redução da população subnutrida no mundo:



Fonte: *Our World in Data* (2024)⁵⁰

⁵⁰ Os gráficos referentes a parcela da população subnutrida estão disponíveis em: [Share of the population that is undernourished, 2001](#)



Fonte: *Our World in Data* (2024)

Todos esses dados relativos a pobreza, extrema pobreza e população subnutrida nos apontam para uma conclusão **aparentemente taxativa** de que estamos avançando significativamente para redução destas expressões da questão social. Ainda que a tendência à desigualdade também continue avançando, principalmente se nos atentarmos a concentração de riqueza, a pobreza medida pela renda também está diminuindo ano a ano. Logo, poderíamos concluir que a lei geral da acumulação capitalista e sua tendência ao aprofundamento exponencial da pobreza estaria errada e, portanto, poderia sim o capitalismo apresentar saídas para algumas de suas principais consequências bárbaras. E, vejamos, os dados apresentados acima ainda estão em um período histórico analisado como uma crise estrutural do sistema e com inegáveis consequências sociais. Entretanto, isso só aconteceria caso não estivéssemos fundamentados teoricamente para refutar tal aparência.

O economista australiano Martin Ravallion (2016) referência central do Banco mundial acerca dos estudos sobre pobreza e políticas contra a pobreza destaca em seu artigo *“Os mais pobres do mundo estão sendo deixados para trás?”* o que costumeiramente tornou-se um clássico nas análises sobre o assunto: o “progresso” é inegável e houve redução do número absoluto da pobreza e extrema pobreza. Entretanto, tal avanço não reflete de fato uma melhoria significativa nas condições de vida e que é necessário políticas sociais

que avancem nesse sentido. Complementando sua análise o autor ainda faz a crítica de que apesar dos avanços também é possível observar um crescimento da desigualdade. Ele nos diz que

o modesto aumento no consumo médio dos pobres veio com o aumento da desigualdade (especificamente, uma variação crescente normalizada pela diferença média da pobreza), deixando espaço para apenas um pequeno ganho no nível de vida dos mais pobres. A maior parte do progresso do mundo em desenvolvimento contra a pobreza tem sido na redução do número de pessoas que vivem perto do piso de consumo, em vez de aumentar o nível desse piso. Nesse sentido, pode-se dizer que os mais pobres foram deixados para trás. (Ravallion, 2016, p. 24)

É aqui que, propositalmente, deixarei uma síntese para a resolução definitiva do problema, isto se e, somente se, nos reduzirmos às agências internacionais, seus pesquisadores e representantes: mais dinheiro e mais políticas⁵¹.

Tais ideias são extremamente comuns em variados encontros ao redor do mundo com diversos tratados, objetivos, metas e promessas. Um dos últimos fora protagonizado na cidade do Rio de Janeiro no encontro do G20 realizado entre os dias 16 e 18 de novembro de 2024. Em sua declaração final o grupo de países se comprometeu a continuar em uma “Aliança Global contra a fome e a pobreza”⁵².

Diante de tantos nortes e possibilidades que se apresentam através de nobres pesquisadores, agências internacionais e líderes dispostos poderíamos continuar imbuídos do slogan de outrora do ex-presidente americano Barack Obama e sair as ruas gritando “Yes, we can”, mas continuando nossa tese, que provavelmente seria refutada pelos esperançosos acima, podemos aqui adotar, por exemplo, vários renomados autores de uma vanguarda profissional do

⁵¹ Se o percurso teórico desenvolvido até aqui estiver bem sustentado podemos facilmente remeter essa lógica de mais políticas, mais dinheiro à um paralelo de mais trabalho estabelecendo um paradoxo sem fim. Porque apesar de inegavelmente as políticas voltadas a contenção da pobreza e extrema pobreza além dos benefícios monetários aos sujeitos supérfluos possuírem uma importância fundamental para a manutenção da simples sobrevivência dessas massas, o próprio desenvolvimento e expansão dessa lógica arregimentam o aprofundamento daquilo que tentam mitigar.

⁵² Disponível em: www.gov.br/planalto/noticias/2024/11/declaracao-final-do-g20-exalta-combate-a-fome-taxacao-de-super-ricos-e-mudancas-na-governanca-global

Serviço Social que, ancorados em uma teoria um pouco mais crítica do que a adotada por pesquisadores do Banco Mundial, nos advertem sobre mitos e fetiches da assistência social. Mitos e fetiches estes que inclusive são armadilhas até para profissionais que atuam diante destes cenários e que possuem uma perspectiva crítica sobre o mesmo.

Retomemos Netto no prefácio de “*O Mito da Assistência Social*” organizado por Mota (2010) quando ele alerta para o fato de que o mito que poderia estar se criando, inclusive entre os profissionais, e de que o tratamento da política de assistência social seria uma alternativa corretora da “questão social”. Ele ressalta:

Mito que, ademais de inteiramente funcional à orientação contemporânea do grande capital em escala planetária (é só recordar nessa altura o “empenho” das agências ditas multilaterais no “combate à pobreza”, o interesse em fomentar a “equidade” e coisas que tais), pode, em determinadas conjunturas políticas nacionais, estabelecer as bases para um novo clientelismo, com todas as implicações eleitorais daí derivadas. (Netto in Mota, 2010, p. 10-11)

Nesse sentido a feitiçaria dos números obtidos na redução da extrema pobreza, subnutrição e fome ganham novos traços que trazem à tona a essência do que está por trás dessas nobres ações. Ou seja, a despeito dos números apresentados até aqui, o que queremos dizer é que a redução da pobreza extrema e da fome, frequentemente apresentada como um triunfo do sistema econômico global também são alvos de críticas que revelam sua essência contraditória. Embora os indicadores mostrem avanços significativos, como a diminuição do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza extrema, esses resultados muitas vezes mascaram as contradições estruturais típicas do neoliberalismo⁵³.

A redução da pobreza extrema é frequentemente resultado de intervenções paliativas, como programas de transferência de renda ou ajuda humanitária promovidos por instituições internacionais. Essas medidas aliviam

⁵³ Pierre Dardot e Christian Laval destacam que o neoliberalismo não é apenas uma política econômica, mas uma "racionalidade" que organiza tanto as ações dos governantes quanto a conduta dos governados, promovendo a concorrência como norma universal. Para eles, essa lógica transforma as relações sociais em relações de mercado e legitima desigualdades crescentes ao naturalizá-las como inevitáveis no funcionamento do sistema (Dardot; Laval, 2016).

temporariamente os sintomas mais visíveis da pobreza sem atacar suas causas estruturais, como a exploração dos recursos naturais e humanos dos países periféricos por corporações transnacionais ou a dependência econômica imposta por dívidas externas. Assim, o que se apresenta como uma solução é, na verdade, uma gestão das consequências mais brutais do sistema neoliberal – uma espécie de "gestão da barbárie" que busca conter crises sociais sem desafiar as bases do modelo econômico.

Essas análises convergem para mostrar que os avanços nos indicadores globais coexistem com uma tendência dialética ao aumento da pobreza relativa. Embora menos pessoas vivam abaixo da linha internacional de pobreza extrema, muitas permanecem em condições vulneráveis logo acima dela. Além disso, crises econômicas ou ambientais podem rapidamente reverter esses "ganhos" obtidos. Essa dinâmica evidencia que as soluções encontradas são insuficientes para superar os problemas globais; ao contrário, elas perpetuam um ciclo vicioso que oculta a raiz da desigualdade e das expressões da questão social.

Portanto, a redução da pobreza extrema e da fome deve ser entendida dentro desse contexto contraditório. Enquanto os avanços são reais em termos absolutos (pelo menos por algum tempo), eles ocultam uma essência que atesta a tendência da Lei geral da acumulação capitalista. A gestão da barbárie emerge como uma estratégia para conter crises sociais sem desafiar as bases do sistema econômico global, reforçando desigualdades estruturais e criando condições para o aumento futuro da pobreza relativa.

Mas vamos continuar avaliando outros indicadores globais para analisarmos a contradição e o dilema aparente que estamos apresentando. Vamos agora a outro importante indicador: o trabalho.

Indicadores e ferramentas de dados



Fonte: OIT (2024)⁵⁴

17 Labour force participation rate and unemployment rate

Labour force (LF) participation rate and unemployment rate by sex (percent)

Taux d'activité et taux de chômage

Taux d'activité et taux de chômage par sexe (pourcentage)

Region, country or area ⁵ Région, pays ou zone ⁵	Year Année	Male and Female Hommes et femmes		Male Hommes		Female Femmes	
		LF particip.	Unemployment rate Taux de Chômage	LF particip.	Unemployment rate Taux de Chômage	LF particip.	Unemployment rate Taux de Chômage
		Taux d'activité	Taux de Chômage	Taux d'activité	Taux de Chômage	Taux d'activité	Taux de Chômage
Total, all countries or areas	*2005	62.9	6.3	76.1	6.2	49.8	6.5
Total, tous pays ou zones	*2010	62.0	6.3	75.3	6.3	48.9	6.4
	*2015	60.7	6.0	73.9	6.0	47.6	6.1
	*2023	59.7	5.8	72.4	5.7	47.2	5.8

Fonte: Sistema de recuperação de dados da ONU (2024)⁵⁵

Indicador 8.3.1, Série : Proporção de emprego informal, por setor e sexo - 13º ICLS (%) SL_ISV_JFEM											
Desagregado por		Atividade	Idade	Sexo	Vá para Metadados			Pesquisar nesta tabela...			Selecionar anos para ocultar
País	Idade	2000	2001	2002	2003	2004	2008	2012	2016	2020	2022
México	15+	-	-	65.96 ^{Fn,C}	66.18 ^{Fn,C}	65.92 ^{Fn,C}	58.79 ^{Fn,C}	60.34 ^{Fn,C}	58.09 ^{Fn,C}	55.67 ^{Fn,C}	56.64 ^{Fn,C}
Mundo	15+	-	-	-	-	62.15 ^N	59.66 ^N	58.84 ^N	58.25 ^N	58.22 ^N	57.83 ^N

Fonte: ONU (2024)⁵⁶

⁵⁴ Os números obtidos na ilustração foram acessados em outubro de 2024. Entretanto, eles são recorrentemente atualizados no site de dados e estatísticas da OIT disponível em: [Dados e estatísticas | Organização Internacional do Trabalho](#)

⁵⁵ O indicador sobre a taxa de participação da força de trabalho e taxa de desemprego mundial está disponível em: [SYB67_329_202411_Labour_Force_and_Unemployment.pdf](#)

⁵⁶ O México no indicador apresentado aparece somente por estar logo acima do indicador mundial e não possui relevância para análise pretendida. O indicador encontra-se disponível em: [ODS](#)

De acordo com os dados da OIT quando analisamos os números globais sobre o desemprego e a informalidade podemos observar que estamos progredindo apesar da preocupação permanente com diversos obstáculos de complexas resoluções.

Quando a ONU⁵⁷ estabelece em sua meta 8 o trabalho decente e o crescimento econômico ela reconhece que o desemprego global atingiu uma baixa histórica chegando aos 5%, mas que a informalidade de mais de 2 bilhões de pessoas, a dificuldade de progredir nos números em relação aos jovens e as mulheres, o baixo crescimento econômico global e a tendência crescente de que, ela ONU chama por, **“declínios substanciais nos direitos trabalhistas”** continuam a afirmar que assim caminha a humanidade: com passos de formiga e sem vontade. Mas caminha! Diriam os otimistas!

Ou seja: se a gente busca os indicadores econômicos de pobreza, extrema pobreza, trabalho e desemprego poderíamos – se inebriados e enfeitiçados apenas pelos números – com tranquilidade continuar refutando a lei geral, a ideia de crise estrutural, desemprego estrutural e afirmar que, apesar da não resolução plena dessas expressões da questão social teríamos sim, em uma visão global, uma tendência de estabilização destes “problemas” e até redução, se atentarmos principalmente para a questão da pobreza. E em relação ao trabalho – apesar de informal, adoecedor físico e mental, com menos direitos e com a tendência de aprisionamento da força de trabalho por cada vez mais anos devido ao excelente progresso que estendeu a nossa expectativa de vida – também precisamos encontrar a felicidade já que menos pessoas estão no precário “mundo inferior” a este “maravilhoso mundo” que faz a economia do capital girar.

Entretanto iremos aqui desafiar os números dessa aparente estabilidade e redução da pobreza tentando demonstrar que nem tudo é o que parece ser. É óbvio que à época de Marx no capitalismo do século XIX – e como pudemos demonstrar através de passagens de Engels – a expressividade da lei geral da acumulação capitalista e todos seus impactos na conformação da “base” eram

⁵⁷ Podemos conferir a breve análise da ONU sobre os números relativos ao trabalho e crescimento econômico global em [— Indicadores dos ODS](#)

mais evidentes e “visíveis”, mas não é da aparência que se explica a essência que conforma a Lei geral. Ainda assim devemos ainda considerar que estávamos falando de uma população menor, uma expectativa de vida menor e sobretudo de um sistema de produção incomparável com o atual estágio do capitalismo. Números absolutos e percentuais acabam variando tendo em vista as dimensões do século XIX e as do século XXI.

A lógica da necessidade do capital em sua essência de seguir sempre em frente ininterruptamente produzindo sempre mais, em menor tempo e com uma tentativa alucinante de preencher todos os espaços do globo são um dos principais eixos explicativos para o feitiço que esses números trazem. Em determinado momento quando, tanto Postone (2014) quanto Grespan (2011) recuperando Marx, nos lembram que a criação de riqueza não significa criação de valor deve também nos levar a compreensão de que, se parte desse mundo aparente de riquezas construídas seja revertida em uma fina camada para escamotear toda a pobreza acumulada na esteira dos mais de 200 anos de capitalismo, a lei do valor e a crise estrutural deste sistema não permitirá que essas aparências enganem a humanidade por muito tempo.

Entretanto, os números que reduzem a pobreza por um lado, reduzem o desemprego pelo outro lado e até – mesmo com um exorbitante número – demonstram uma lentíssima redução da informalidade, mas ainda sim redução, nos apresentam uma certa magia que enfeitiça até as poderosas inteligências artificiais que acreditam em fim da pobreza, redução do desemprego global e capitalismo humanizado⁵⁸. Como explicar nesse aparente cenário enigmático e contraditório que a Lei geral continua à pleno vapor e vivemos em uma sociedade em fim de linha?

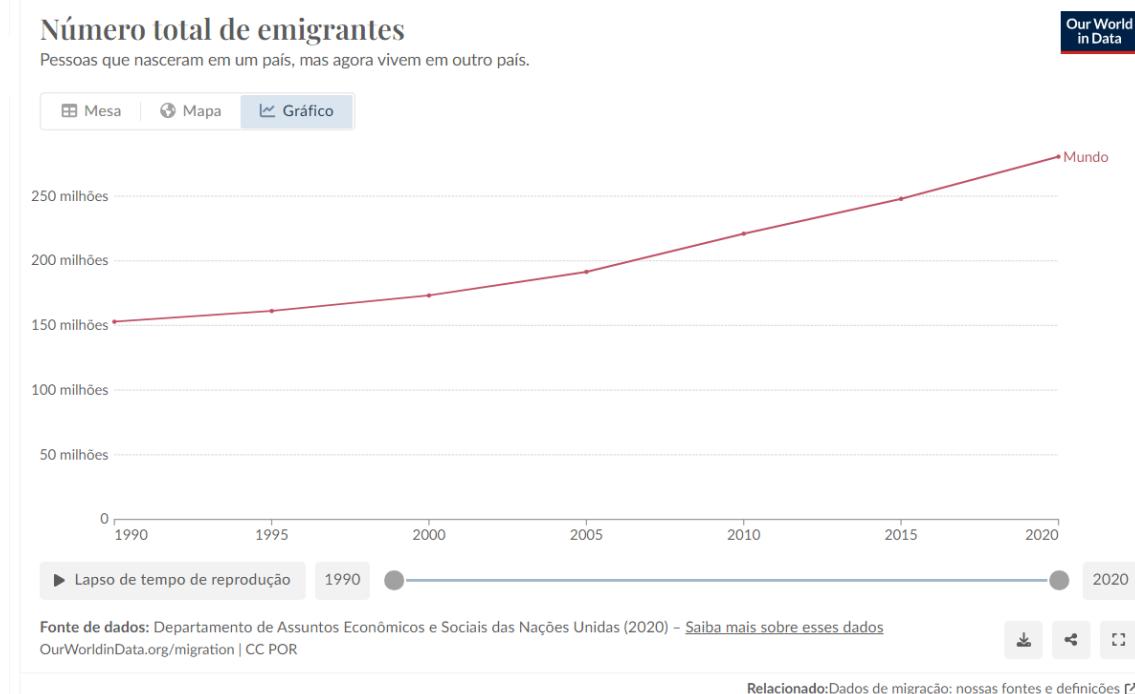
4.2 – Retirando a maquiagem do mundo decadente: a globalização da barbárie

Seria muito simplório se utilizássemos a necessidade contemporânea do capital em começar a espalhar guerras por todos os cantos do planeta e explicar

⁵⁸ Sim! Eu conversei com elas (as inteligências artificiais)!

que isso nada mais é que uma medida contra arrestante para sua crise estrutural para tentar reativar sua necessidade patológica de crescimento sempre para frente. Destruir em massa para logo após ter a necessidade de reparar, construir e para isso produzir em massa, faz parte da lógica insana desse ente maldito, além das cifras muito interessantes movimentadas por uma das indústrias mais lucrativas do sistema. Mas, apesar de explorarmos esse atual momento nos dados que iremos analisar a seguir, não iremos nos debruçar sobre as configurações políticas que sustentam essa necessidade imperiosa de um sistema em fim de linha.

Vamos começar aqui a apresentar os números de parte de uma população, que se não é em toda a sua configuração supérflua, certamente em um grande percentual se apresenta extremamente supérflua ao capitalismo contemporâneo – e isso é muito importante destacar e veremos o porquê. Estamos aqui falando sobre a grande massa de apátridas, imigrantes e refugiados. Aos números:



Fonte: *Our World in Data* (2024)⁵⁹

4

International migrants and refugees

International migrant stock (number and percentage) and refugees and others of concern to UNHCR

Migrants internationaux et réfugiés

Stock de migrants internationaux (nombre et pourcentage) et réfugiés et autres personnes relevant de la compétence du HCR

Region, country or area Région, pays ou zone	Year Année	International Migrant Stock (mid-year) Stock de migrants internationaux (milieu de l'année)			Refugees and others of concern to UNHCR (mid-year) Réfugiés et autres personnes relevant de la compétence du HCR (milieu de l'année)			
		% of total pop. % de la pop. totale			Asylum seekers Demandeurs d'asile			
		Total Total	MF HF	M H	F	Refugees ^a Réfugiés ^b	Other ^{c,d} Autres ^{c,d}	
Total, all countries or areas Total, tous pays ou zones	2005	191 446 828	2.9	3.0	2.9
	2010	220 983 187	3.2	3.2	3.1
	2015	247 958 644	3.4	3.4	3.3	15 097 633	2 343 919	40 518 150
	2020	280 598 105	3.6	3.7	3.5	20 677 233	4 177 842	58 976 407 ^{1,2}
	2023	30 510 633	6 081 121	75 562 061
								110 826 287

Fonte: Sistema de recuperação de dados da ONU (2024)⁶⁰

A despeito dos números que atestam um avanço na contenção de expressões da questão social tais como desemprego, pobreza e extrema pobreza, não é necessário ser uma pessoa tão crítica para perceber que tem algo errado neste desenrolar do “progresso da humanidade”. O gráfico e os números acima que avançam até o ano de 2020 – ou seja, não estamos ainda com números que adentram em larga escala a crise pandêmica e nem a escalada das guerras no pós-pandemia – apresentam uma inconteste tendência de crescimento da população migrante no globo.

Obviamente devemos entender que os fluxos migratórios são de ordem multifatorial e tal população é assim heterogênea. Entretanto as raízes dos fluxos migratórios residem basicamente em: causas socioeconômicas, profunda desigualdade, desemprego, subdesenvolvimento etc.; causas políticas, guerras, conflitos armados, instabilidade política, perseguições, violações aos direitos humanos etc.; e causas ambientais, eventos climáticos extremos, degradação ambiental e desastres climáticos. A esse ponto não devemos mais ter dúvidas

⁵⁹ Indicador disponível em: [Explorador de dados de migração, refugiados e requerentes de asilo - Our World in Data](https://ourworldindata.org/asylum-seekers-and-refugees)

⁶⁰ Indicador sobre migrantes e refugiados disponível em: [SYB67_327_202411_International_Migrants_and_Refugees.pdf](https://syb67_327_202411_International_Migrants_and_Refugees.pdf)

de que todos esses fatores são “alimentados” pela necessidade imparável do movimento sempre para a frente de valorização do valor.

Se na análise de Marx quando da protoforma do sistema capitalista foi extremamente importante os cercamentos dos campos para que acontecesse uma migração forçada que produzisse um aumento significativo da força de trabalho disponível ao capital, acarretando não só nos variados processos de urbanização mas também na conformação do outrora exército industrial de reserva, hoje, na dinâmica instituída de um sistema moribundo que causa crise por todos os lados, faz com que os fluxos migratórios se intensifiquem apenas pela simples necessidade de sobrevivência perante os múltiplos eventos que surgem decorrentes do próprio movimento do capital.

Da pandemia da Covid-19 às múltiplas guerras do pós-pandemia (Rússia x Ucrânia, Israel x Palestina, Síria, Líbano, entre tantas outras guerras civis que movimentam intensamente uma das principais indústrias de valorização do valor) a intensificação dos fluxos migratórios ao redor do planeta tornou-se insustentável para a maioria dos países de destino dessas populações. Os motivos, apesar de serem diversos, camuflam um cerne estrutural presente em todos os Estados-nação ao redor do mundo: a crise estrutural que já não permite a esse Estado “dar conta” de todas as suas consequências políticas, econômicas e sociais ainda precisa ocupar-se com suas consequências “externas” que empurram essas massas supérfluas aos seus territórios.

Sobre isso Arbia (2015) nos diz que

a desertificação provocada pelo capital nas periferias tem acirrado conflitos internos, provocando um tsunami humano de refugiados que se espalha por todo mundo.

(...) O processo de “periferização dos centros” agudiza o problema no interior dos Estados centrais. Incapazes de oferecer soluções estruturais – pelos limites do próprio capital em colapso – revelam suas falências nas ações paliativas inócuas. De uma parte, ampliam a coerção, restringindo a circulação das populações sobrantes; por outra, são estruturalmente incapazes de assumir a reprodução dessas populações sem se desviarem das ações prioritárias para o capital em crise – como a alimentação do capital financeiro. (Arbia, 2015, p. 151)

E Kurz complementa,

mesmo sem catástrofes diretas que obriguem à fuga, a escandalosa disparidade de riqueza no mundo degradado pelo capitalismo faz com que as pessoas se desloquem: “Salários mais elevados têm o efeito de um íman – não obstante todas as diferenças culturais, linguísticas e geográficas. Assim, operários mexicanos ganham, nos EUA, 276 dólares por semana, ao passo que no seu país de origem recebem apenas 31 dólares. Operários indonésios devem dar-se por satisfeitos com 0,28 dólares por dia no seu país de origem, ao passo que na vizinha Malásia o seu salário atinge 2 dólares diários” (Handelsblatt, 2.3.2000). Até mesmo no que toca aos salários de miséria existe uma disparidade, tanto global como regional, que conduz fatalmente a migrações em massa. Se acrescentarmos ainda aos que trabalham oficialmente no estrangeiro os ilegais, os movimentos migratórios internos e os refugiados de catástrofes diversas, neste momento mais de 10 por cento da humanidade anda de um lado para o outro, para se salvar das consequências do terror económico e dos processos dele derivados. (Kurz, 2003, p. 107)

Na tabela abaixo podemos conferir os 20 países que mais recebem populações imigrantes, com destaque óbvio para os Estados Unidos com um número total que ultrapassa os 50 milhões de pessoas. Vamos a tabela:

Top 20 países com o maior número de imigrantes no total

O [Estados Unidos](#) tem, de longe, o maior número de imigrantes do mundo com mais de 50 milhões. Isto é quase 4 vezes mais do que [Alemanha](#) que tem o segundo maior número de imigrantes, com 13 milhões.

NOME DO PAÍS	NÚMERO TOTAL DE IMIGRANTES	PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DO PAÍS
EUA	50,661,149	15.4%
Alemanha	13,132,146	15.7%
Arábia Saudita	13,122,338	38.3%
Rússia	11,640,559	8.0%
França	9,589,322	14.1%
Reino Unido	9,552,110	14.1%
Emirados Árabes Unidos	8,587,256	87.9%
Canadá	7,960,657	21.3%
Austrália	7,549,270	30.0%
Espanha	7,231,195	15.2%
Itália	6,273,722	10.4%
Turquia	5,876,829	7.0%
Índia	5,154,737	0.4%
Ucrânia	4,964,293	11.3%
África do Sul	4,224,256	7.2%
Cazaquistão	3,705,556	20.0%
Tailândia	3,635,085	5.2%
Malásia	3,430,380	10.7%
Jordânia	3,346,703	33.1%
Paquistão	3,257,978	1.5%

Fonte: Moverdb.com⁶¹

Ou seja, não é difícil entender a preocupação sobre o vertiginoso crescimento destes fluxos por parte dos países “receptores”. Se temos uma crise estrutural no sistema que, por sua vez estabelece uma dinâmica de desemprego estrutural somado a uma estrutura de profunda precarização da força de trabalho existente, os fluxos migratórios sejam quais forem e para qualquer lugar, intensificam as consequências e ainda estabelecem outros fatores. Destes fatores é importante destacar um que ganha cada vez mais relevância tanto nos discursos políticos quanto na própria sociabilidade: movimentos anti-imigração.

Se atentarmos aos números acima podemos com nitidez entender o porquê de os Estados Unidos aderirem tão bem aos discursos anti-imigração inflamados dos Republicanos através de seu líder-mor e uma grande aceitação de boa parte da população. Na Europa não é diferente e o crescimento do anti-imigacionismo também se faz presente em diversos países.

Em matéria publicada em 2024⁶² foi apresentado que em diversos países europeus, já se fala abertamente de fechamentos de fronteiras, restrições a vistos, permissões de residência e até deportações. Com o crescimento da xenofobia os partidos de extrema-direita ganham mais força e vão expandindo seus territórios em regiões até então de baixa aceitação tais como alguns países nórdicos e a Holanda. Arbia sobre tal expansão reflete que

em seu calvário rumo à barbárie, aturdidos por um pressentimento surdo da dissolução da única forma de vida que conhecem, os homens vêm aderindo a particularismos de todo o tipo, desde o recrudescimento dos movimentos xenófobos ao acirramento dos conflitos étnicos, geracionais e de gênero. A retração dos mercados de trabalho – imposta pela irreversível revolução técnico-industrial do último terço do séc. passado, que explodiu as faixas do desemprego estrutural – confrontou os indivíduos com a impossibilidade de manter suas próprias autorreproduções dentro dos padrões estabelecidos pelo capital. Fortalecidas pela expansão de uma ideologia irracionalista, as saídas particularistas ganham corpo extensivo, aumentando seu número de adeptos na mesma proporção em que produzem

⁶¹ Disponível em: [Qual é o país com mais imigrantes? Top 20 revelado em 2024](#)

⁶² Disponível em: [Sentimento anti-imigração cresce em toda a Europa - conheça o contexto em diversos países - Euro Dicas](#)

soluções cada vez mais violentas e unilaterais. (Arbia, 2015, p. 152)

Mas, se já apresentamos corretamente o movimento do capital e suas tendências, tais sentimentos e acontecimentos na superfície servem exatamente para cristalizar e comprovar que é essa dinâmica global que explica a irrefreabilidade dos fatos, isso porque o capitalismo construiu uma materialidade tal, que se expressa em uma totalidade concreta, em nível global.

A reprodução ampliada do capitalismo significou também reprodução em nível planetário, na configuração de uma totalidade concreta articulada materialmente às forças produtivas sob o domínio do capital, com a objetivação de instâncias em um plano global: “Mercado Mundial”, “Divisão internacional do trabalho” são instituições objetivamente relacionadas a esse processo histórico. (Eiras, 2024, p. 192)

Ou seja, apesar da criação aparente de velhos e novos problemas e da apresentação por diversas representações políticas nacionais e internacionais de saídas e alternativas variadas para a solução ou até mitigação do imbróglio, a verdade é que não é mais possível diante da crise estrutural do sistema, varrer a “sujeira” para debaixo do tapete.

O medo do imigrante não pode mais ser encarado apenas pelo prisma do outsider não adaptado a determinada cultura ou até mesmo ao receio de ser este imigrante uma pessoa perigosa – como, por exemplo, os muçulmanos em território estadunidense ou europeu. O “medo” está, principalmente, destes indivíduos entrarem na disputa cada vez mais feroz por um lugar ao sol no afunilado mercado de trabalho, seja ele o formal ou informal. É esse sentimento que paira no ar e não é muito falado.

Quando abordamos Scholz (2008), era exatamente isso que pretendíamos deixar bem evidente. O fato de uma crise estrutural no capitalismo implementar uma necessidade insana em todos os indivíduos pela “proteção” do que ainda resta do seu padrão de vida de outrora está na disputa das prateleiras que ainda não caíram do *shopping* do trabalho. E se em um determinado território do globo a questão do padrão de vida é rebaixado a simples sobrevivência, a busca por um novo lugar será sobre aqueles que ainda tiverem uma brecha para a tentativa de uma “vida melhor” e que, perpassa, em linhas gerais, pela miragem em adentrar no mercado de trabalho. Veja, nesse terreno hostil e nesse estágio do capitalismo também é extremamente improvável a

“união” desses grupos em disputa em prol de um objetivo em comum. Aqui jaz a esperança da “classe para si” e é instituído novamente um Estado Hobbesiano.

Kurz já alertava para essa tendência de “migração da miséria” e sua consequente disputa pelos últimos postos de trabalho,

pois, de um modo exatamente inverso à diminuição da ânsia do capital por explorar a força de trabalho tornada pouco rentável dessas populações, que deixaram de poder ser a “mão-de-obra” da acumulação, a massa dos milhares de milhões de “supérfluos” desenvolve, por seu lado, a ânsia pela migração da miséria, rumo aos centros capitalistas onde essa miséria é causada. (...) Este paradoxo de uma relação global, em que a maior parte do mundo se torna economicamente “supérflua”, ficando, ainda assim, amarrada à forma do moderno sistema produtor de mercadorias (e também à própria forma de sujeito), remete antigas economias nacionais para o estatuto de pedintes e vagabundos institucionais, a quem não se dá o direito de viver nem de morrer. (Kurz, 2003, p. 105)

Simultaneamente ao intenso fluxo migratório e o espalhamento desses supérfluos no mundo, outro grupo populacional supérfluo vem tomando conta dos noticiários e da atenção global para seu constante e “ameaçador” aumento exponencial: a população em situação de rua.

Nenhuma das agências internacionais ainda trabalham com indicadores desse grupo populacional para avaliarmos essa tendência. Apesar disso alguns dos principais países já conseguem números dessa tendência. Em matéria publicada no Brasil uma estimativa dessa população dentro do bloco do G20 é reveladora de uma escalada contrastante aos números de reduções de extrema pobreza. Vamos à análise dessa matéria importante sobre a população em situação de rua no globo⁶³.

Em todos os países listados (Estados Unidos, Alemanha, França, África do Sul, Canadá, Brasil etc.) segue uma análise imperativa que aponta para a tendência da lei geral que insistimos em defender. Aumento da pobreza global, aumento do desemprego e aumento dos custos de vida são a base estruturante de insolvência do problema que, obviamente, levam a outras variadas consequências e, dentre elas, a questão da falta de moradia é a principal. Ainda

⁶³ Disponível em: [Governo Federal - Participa + Brasil - Pesquisa de Dados da População em situação de Rua dentro do bloco do G20](http://Governo%20Federal%20-%20Participa%20%2B%20Brasil%20-%20Pesquisa%20de%20Dados%20da%20Popula%25C3%25A7%20em%20situa%25C3%25A7%20de%20Rua%20dentro%20do%20bloco%20do%20G20)

assim é extremamente importante sinalizar que as questões de saúde e, dentro dela, a questão de saúde mental – pouco mencionada na matéria – também é um sinalizador da extrema complexidade efetivada pelo movimento ininterrupto do capital.

É importante ressaltar ainda que essas duas expressões da questão social, que se complexificam no desenrolar da crise estrutural do capital, possuem entre si interseções onde, muitos refugiados, buscando fugir de péssimas condições de sobrevivência em seus países de origem, tornam-se pessoas em situação de rua aonde chegam. Entretanto, refugiados somam-se a pessoas em situação de rua do próprio território e, portanto, não são a “causa” principal do aumento, além do fato de que o contingente populacional dos campos de refugiados⁶⁴ no mundo **não** são contabilizados para estatísticas de pessoas em situação de rua no Globo.

Ainda na análise da matéria apresentada é relevante a sinalização de que diversos países já criaram legislações específicas e políticas públicas que tentam arduamente – e sem sucesso – o contingenciamento do aumento dessa população. São inúmeras iniciativas que tangenciam as questões de pobreza, falta de moradia, desemprego, saúde, saúde mental, na tentativa quase que desesperada de frear a irrefreável exponenciação da barbárie. E, lembrando que, estamos falando da barbárie que reside sob olhar atento das câmeras de *Iphones 327 super X plus* de uma população que ainda não se deu conta de que estamos em fim de linha. Um exemplo muito significativo deste retrato a ser escondido dessas lentes, e que acontece com certa frequência em grandes eventos ao redor do mundo, aconteceu em Paris⁶⁵ em meio aos jogos olímpicos de 2024. Segundo dados estatísticos e projeções a capital francesa hoje possui

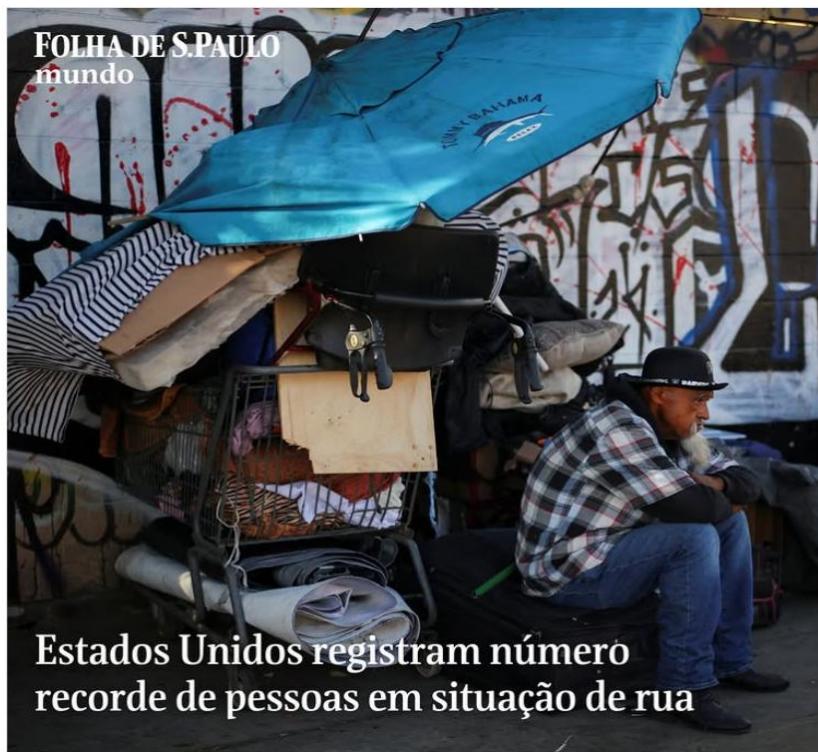
⁶⁴ Os países com os maiores números de refugiados e que possuem verdadeiros conglomerados habitando em campos de concentração podem ser vistos na matéria da revista Exame disponível em: [Os 13 maiores campos de refugiados do mundo | Exame](#)

⁶⁵ Em matéria publicada no referido site de notícias um pouco antes das Olímpiadas podemos ver exatamente o cenário que estamos tentando demonstrar. Disponível em: https://q1.globo.com/mundo/olimpiadas/paris-2024/noticia/2024/07/11/prefeitura-de-paris-esta-tirando-imigrantes-sem-teto-das-ruas-e-os-levando-para-outras-cidades-antes-das-olimpiadas-diz-jornal.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias

algo entorno de 100.000 pessoas em situação de rua. Ou seja, não estamos falando de pessoas em situação de rua na África subsaariana e nem em Níger que nem possuem estatísticas oficiais sobre o assunto – assim como também não possuem muitas câmeras de iphone que possam se horrorizar diante da fotografia de sua realidade – estamos falando de um problema sério que é a necessidade do uso do *photoshop* para que o turista possa tirar tranquilamente a sua foto perfeita com o *Louvre* ou a Torre *Eiffel*.

Ou seja, sinais do esgotamento civilizatório já não são apenas um sintoma observado nas periferias do capital – onde as câmeras não alcançam – e já são bem visíveis nos principais centros urbanos do planeta e, apesar de mobilizações públicas e privadas, demonstram claramente uma tendência de aumento independente dos esforços de mitigação do problema.

Em outra matéria veiculada pela Folha de São Paulo podemos ver uma imagem – já que estamos falando muito de fotografia – e outro importante número que chacoalha com a tendência apresentada pelos indicadores globais de redução da pobreza. Vamos a imagem e o briefing da matéria publicada pela Folha de São Paulo:



Fonte: folha.com/mundo - Daniel Cole - 9.dez.24/Reuters

O número de pessoas que vivem nas ruas atingiu um novo recorde nos Estados Unidos neste ano, segundo um relatório do governo americano divulgado na sexta-feira (27). Com a inflação persistente e os altos preços dos imóveis, o país estima que 771.480 pessoas viviam em situação de rua em janeiro de 2024, um número 18% maior do que o identificado em 2023. Isso representa cerca de 23 a cada 10 mil pessoas no país, que abriga a maior economia do mundo. Os dados compõem uma análise anual levantada pelo Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD) (Folha de São Paulo, 2024)⁶⁶.

A matéria em si com os números apresentados se transforma em mais do mesmo no universo global. Todos os países do G20 conforme apresentamos se deparam com a realidade de um aumento da população em situação de rua. Na matéria sobre os números do G20 os Estados Unidos se tornam um exemplo fidedigno dessa realidade quando em apenas dois anos observa um salto ornamental de aproximadamente mais 200 mil pessoas em situação de rua. Seria isso um indicador de aumento da pobreza? Talvez não, se considerarmos a bela fotografia tirada poderíamos nos questionar se de fato uma pessoa pobre conseguiria ser possuidora de uma grande quantidade de mercadorias que vai de uma vestimenta completa até um excelente guarda-sol, cobertores, colchão, malas entre outros itens. No Brasil, por exemplo, tal fotografia também pode ser encontrada em grandes metrópoles e até em cidades menores, como Juiz de Fora em Minas Gerais, onde a ostentação de um grande universo de mercadorias passa até pelos smartphones – símbolos da contemporaneidade capitalista.

Além de um vasto hall de mercadorias acessíveis até aos miseráveis, boa parte dos governos que se deparam com o crescimento ininterrupto de seres supérfluos como as pessoas em situação de rua adotam medidas de mitigação do “problema” e, em alguns casos, como o brasileiro, possuem programas de transferência de renda⁶⁷. O reconhecido e aclamado case de sucesso do Brasil

⁶⁶ Disponível em: [Folha de S.Paulo | O número de pessoas que vivem nas ruas atingiu um novo recorde nos Estados Unidos neste ano, segundo um relatório do governo americano... | Instagram](https://www.instagram.com/p/CPmXzXzDfzU/)

⁶⁷ Sobre programas de transferência de renda compartilhamos da ideia de Pereira (2013) quando ela nos diz que “a lógica presente nestes programas é a do mercado, considerando não só o já bastante por si mesmo, processo autômato do capital, mas também e fruto dele sua orientação a partir de renda e não de “indicadores sociais. Além disso, por serem desmercadorizáveis, estão associados às necessidades sociais básicas que compõe o universo da assistência, não se propondo, assim, a combater a

– o programa Bolsa Família – atende hoje cerca de 300 mil pessoas em situação de rua com um valor mensal de R\$600,00 por mês, o que em condições normais de temperatura e pressão do mercado financeiro nacional e global equivalem a uma mediana de U\$\$100,00 dólares o que representaria assim uma média diária de mais de 3 dólares por dia e, portanto, segundo as organizações internacionais e seus números, bem acima dos U\$\$2,15 que representam o patamar da extrema pobreza. Se considerarmos que toda e qualquer pessoa no território brasileiro está apta a receber essa quantia mensal logo podemos concluir que erradicaremos, se não já erradicamos, a extrema pobreza em nosso país! Só que não é bem assim.

Um último exemplo interessante para voltarmos para uma causa central de nossa análise é um exemplo particular que acontece em uma das mais opulentes economias do Globo e que condensa uma série de características do que é feita a contemporaneidade de um sistema em fim de linha que produz barbárie e mercadorias demasiadamente. No Japão, em 2007, um documentário realizado no país expôs o que viria a ser chamado de *cyber refugiados*.

A pesquisadora Mariana Roncato, que estuda os *cyber refugiados*, explica:

Os "refugiados em cyber cafés", ou os *cyber-refugiados*, são pessoas que não têm moradia e literalmente vivem em *lan houses* que funcionam 24 horas. Ou seja, são pessoas "sem teto", mas que não necessariamente dormem na rua. Eles e elas passam a noite na cadeira disponibilizada na *lan house*, dormem/se acomodam como podem nela e, no dia seguinte, saem para trabalhar. (Roncato, 2018)

A mesma pesquisadora relata que em 2018 apenas na capital Tóquio já eram contabilizadas mais de 4 mil pessoas nessa condição. Muitos deles fazem

pobreza relativa ou a desigualdade social. Além disso, não se configuram como programas de redistributividade, mas de distributividade, visto que os recursos à eles destinados são provenientes de transferência e cancelamento de outras despesas de políticas sociais compensatórias existentes. Estes fatos permitem afirmar que os programas contra a pobreza têm na América Latina um objetivo claro, além daquele já afirmado de assegurar o processo de valorização do capital: configurar uma clientela política em substituição ao apoio popular baseado num pacto social amplo, impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais. Tais programas são, dessa forma, uma tentativa de evitar o problema de se dirigir para uma economia desregulamentada de livre-mercado, sem com isso provocar processos políticos contrários que coloquem em risco ou até mesmo anulem o projeto. Nenhuma novidade. O Estado agindo no atendimento das demandas do capital e seu movimento insano. (Pereira, 2013, p. 143)

parte de um grande contingente de trabalhadores informais e que não possuem condições de manter sequer um aluguel e, sendo assim, buscam essas alternativas viáveis dentro de suas rendas. A pergunta diante desse paraíso particular japonês de 3m² para as estatísticas e indicadores dos quais já apresentamos aqui são: fazem parte de uma pobreza extrema? Supostamente não, pois devem receber mais do que o patamar estabelecido. São pessoas em situação de rua? Provavelmente também não já que “moram” nos *cybers* cafés pagando suas diárias. E uma última que nem necessitamos de perguntas para a obtenção de respostas. São trabalhadores e estão empregados sem entrar nos pormenores das características destes trabalhos e de suas miseráveis condições de vida.

Pessoas em situação de rua espalhadas por todos os cantos do globo, refugiados obliterados dos seus países pelas mais variadas circunstâncias e seres supérfluos à dinâmica do capital não só configuram o retrato contemporâneo da Lei Geral como apontam para a expansão da barbárie acarretada pela própria impossibilidade de controle de um sistema automático irrefreável e desmedido em si que, mesmo com variados indícios de destruição provocados pelo seu auto movimento, não pode devido sua própria natureza, interromper a si mesmo.

Sendo assim estamos diante de um contraste que devemos analisar e explicar o porquê da nossa opção teórica por Marx e não a feitiçaria dos números de redução da pobreza, desemprego, fome etc. Vamos adentrar agora em um ponto central da análise que não só consegue deturpar os números que apontam para uma série de melhorias como implementam na subjetividade dos indivíduos que existe uma saída para suas condições literalmente miseráveis. Iniciaremos uma síntese sobre o mundo do trabalho⁶⁸ em tempos de crise estrutural e da

⁶⁸ É de suma importância destacar que nos itens subsequentes utilizarei o conceito de “mundo do trabalho” de autores como Ricardo Antunes e Tiago Cavalcanti – os quais irei mencionar com mais frequência. Entretanto, conforme apresentado até aqui – em especial nos capítulos anteriores – a base crítica da tese segue autores como Moishe Postone, Robert Kurz e Jorge Grespan que oferecem uma crítica do trabalho no capitalismo como uma categoria central de dominação social sendo que a superação do capital implica também a superação do trabalho enquanto categoria estruturante. Utilizar o conceito de mundo do trabalho e recuperar diversas passagens da obra de Antunes e Cavalcanti serão fundamentais nesse momento para apresentar um retrato empírico e histórico da contemporaneidade além de divagar sobre transformações

inevitabilidade da Lei geral que os organismos internacionais, pesquisadores e até alguns nobres profissionais que atuam com uma imensa massa de supérfluos ao redor do planeta insistem acreditar em alternativas dentro dessa mesma estrutura de sociedade.

4.3 – Supérfluos rumo à *caverna do dragão*

Como já deixamos claro a partir da argumentação teórica até aqui descrita, o movimento do capital precisa ser ininterrupto, sempre para a frente e na tentativa máxima de valorização do valor que possui em sua fórmula originária uma única substância para a realização desse processo. Entretanto, no seu desenrolar e com o seu progresso científico e tecnológico adequado para tal finalidade, obstáculos vão sendo ultrapassados principalmente em relação ao espaço/tempo e a *pedra filosofal* da valorização do valor é constantemente reduzida de sua composição orgânica. A equação de produzir mais, em menos tempo e com redução da sua parte variável obviamente eleva a produtividade do sistema e assim cria-se uma abundância generalizada de mercadorias de todos os tipos, ou seja, cria-se riqueza em larga escala e a valorização do valor tende à redução impactando no que Marx analisou como a tendência da queda da taxa média de lucro. A parte da força de trabalho não mais necessária na esfera produtiva é relegada principalmente as outras etapas do ciclo do capital e, também nestas, sofrem os impactos do vultuoso progresso técnico-científico na tentativa ininterrupta de o sistema de produção de mercadorias “fazer mais com menos” para alcançar lucros maiores. Tal percurso na atualidade materializa-se no boom dos serviços, terceirizações, empregos precarizados, uberizações e todos os tipos de aberrações trabalhistas que remontam quadros inclusive de escravidão. E aqui sem sublimações de “trabalhos análogos”, “trabalhos semelhantes” vistos em algumas publicações, principalmente oficiais. Esse é o atual momento do famigerado Mundo do trabalho que faz a “classe” apesar de

recentes que versam sobre precarização, uberização, formas extremas de exploração, trabalho compulsório, trabalho escravo e sub-humanidades presentes nas configurações de trabalho de nosso tempo.

ser extremamente heterogênea e multifacetada ser dividida em dois grandes blocos que utilizaremos para explicitar ideias: os supérfluos e os pré-supérfluos.

Supérfluos e pré-supérfluos são os que emolduram o que já convencionei apresentar como “caverna do dragão”. Um ambiente hostil, com inúmeros obstáculos desde os mais simples até aqueles que colocam em risco à própria sobrevivência e que, principalmente, apresentam uma ideia central de que é impossível uma saída para uma vida melhor. Ou seja, a caverna do dragão nada mais é do que uma alegoria ao mundo do trabalho na contemporaneidade. Dito isto, recuperaremos aqui através da contribuição de autores que versam sobre a configuração do mundo do trabalho que nos permitirá entender não só a inevitabilidade da Lei Geral quanto ao seu aprofundamento hediondo e bárbaro no atual momento histórico do capitalismo causando uma hipertrofia abismal no contingente de supérfluos.

O primeiro autor que nos oferece boas pistas para chegarmos em nosso objetivo é Tiago Cavalcanti (2021) em seu livro *Sub-humanos. O capitalismo e a metamorfose da escravidão*.

Desde o início do seu livro Cavalcanti ao abordar os preceitos da escravidão nos dá indícios de que alguns elementos permanecem presentes na contemporaneidade e, grifos meus, se continuarmos assentados na argumentação teórica proposta até aqui com autores como Marx, Postone e Grespan, poderemos ver com riqueza de detalhes que tal metamorfose sobretudo adquire sob a forma da alcunha trabalho uma das mais perversas transgressões à humanidade dos indivíduos que, sem nenhuma saída se submetem a todo tipo de espoliação que se possa imaginar, até mesmo a própria morte.

Moses Finley fazendo referência a obra Aristotélica *A política* diz que “o escravo é uma propriedade peculiar, uma propriedade com alma” (Finley in Cavalcanti, 2021 p. 26). Cavalcanti utiliza essa passagem para logo em seguida apresentar a ideia de que a lógica da escravidão continua atual. Ele complementa,

dessa forma, olhando para trás, permito-me afirmar que o escravismo sempre representou o trato do semelhante de maneira desumana, reduzindo-o à condição de coisa, de

mercadoria ou algo fungível. Essa característica ínsita é o ponto de convergência que permite identificá-lo independentemente do espaço, do tempo, e dos demais elementos variáveis concernentes a aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, jurídicos etc. Com efeito, ao contrário do que muitos pensam, a escravidão não diz respeito ao aprisionamento, à restrição da liberdade física de locomoção, mas se refere, desde o surgimento, à apropriação do homem pelo homem.

Essa equiparação aos objetos, às coisas, é, portanto, a essência histórica da escravidão. (Cavalcanti, 2021, p. 26)

A força de trabalho – única mercadoria capaz de realizar a valorização do valor – ao ser contratualmente cedida faz com que seu possuidor não tenha mais o domínio de si em um determinado período. Apesar de ser uma nova forma de sujeição e de submissão levando a uma ressignificação da exploração o sujeito deixa de existir para si. Ele é para o outro, que é, por sua vez, para o capital.

Quando analisamos os escravos e até mesmos os servos do período feudal podemos perceber que estes grupos tinham por características essa sujeição ao outro, seja o proprietário, ou seja o senhor. O mais interessante da modernidade é que até mesmo a figura do “outro” adquire sua própria sujeição ao ser automático desprovido de alma.

Cavalcanti ao explicar essa ressignificação da exploração apresenta a seguinte síntese:

Voltando os olhos para a nova morfologia mercadológica do trabalho livre, é preciso conferir especial atenção à mencionada condição para não se fazer enganar e conseguir perceber a reprodução de antigos padrões de exploração, agora metamorfoseados. Nessa forma de exploração, a apropriação deixa de ocorrer sobre homens – escravos e servos – e passa a incidir sobre a força de trabalho: “Para o capital o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é”. E por isso diz Marx, que “o capital se apropria não do trabalhador, mas de seu trabalho – e não diretamente, mas por meio de troca”. Assim, o antigo mercado de escravos tornou-se o moderno mercado de trabalho. (Cavalcanti, 2021, p. 44)

Liberdade garantida e contrato firmado entre partes prometiam ser à humanidade um dos aspectos primordiais do que se convencionou chamar de modernidade. Do slogan da revolução francesa às metas globais de desenvolvimento das Organizações das Nações Unidas o fenômeno das *fake news* demonstram não ser algo relativamente novo. O contrato era cilada, a liberdade não era assim tão livre, o trabalho não compensa e, em muitos casos,

não possui nada de “decente”. O sujeito automático regente da modernidade implementa uma sociabilidade aprisionadora de todos em prol do seu eterno auto movimento.

A falsa liberdade para aceitar ou não entregar a mercadoria força de trabalho aos ditames do capital torna-se uma escolha forçada cada vez mais parametrada na ideia de viver, sobreviver ou morrer. Sem a necessidade de violência explícita o capital consegue incutir no trabalhador de que esse processo em nada é algo atroz, mas sim normal nesta sociedade.

Assim como já demonstrado em partes quando recuperamos Moishe Postone na sua obra *Tempo, trabalho e dominação social*, Cavalcanti também apresenta a ideia de dominação através do trabalho. Ele diz:

As coerções inerentes ao trabalho subordinado e postas por modalidades várias, não são assentidas pela intimidação do chicote, mas por uma mentira firmada na ideia de trabalho livre, construída de maneira consciente para dar sustentação ao processo de acumulação do capital. Uma fantasia fraudulenta, uma ilusão ardil.

A falta de liberdade e as coerções inerentes ao trabalho sob o jugo do capital já foram interiorizadas e inconscientemente anuídas pelo trabalhador. À semelhança do processo de domesticação pelo qual o animal se adapta ao homem e ao cativeiro, o adestramento do trabalhador pelo capital se perfaz em uma seleção artificial (de uns em detimentos de outros) que atravessa gerações e é capaz de determinar características comportamentais dóceis. É um processo consciente e programado de alienação às coerções do sistema de produção. (Cavalcanti, 2021, p. 50)

Mais à frente quando mostrarmos o apreço das populações descartáveis e supérfluas ao sistema poderemos perceber tal dominação, que em nada questiona esse lugar colocado em um pedestal de verdadeira adoração independente de seu retorno, qualidade ou qualquer outra característica que lhe possa parecer minimamente vil.

Um dos grandes saltos para a intensificação da domesticação, dominação e verdadeira manipulação dos trabalhadores aconteceu exatamente na segunda metade do século XX no bojo do capitalismo tardio. Neste período ocorre uma expansão do fetichismo tanto no sentido da ocultação da centralidade do trabalho social quanto na exploração deste mesmo trabalho. Cavalcanti explica que

se, na época de Marx, o proletariado não tinha acesso, no plano do consumo, aos produtos-mercadorias da grande indústria capitalista, porquanto no início do capitalismo industrial não havia uma sociedade de consumo de massa, no capitalismo tardio o trabalhador passou a ter acesso a uma imensa coleção de produtos-mercadorias que buscam satisfazer novas necessidades diárias da vida metropolitana. E foi exatamente essa disseminação da forma-mercadoria, com seu fetichismo impregnando a vida social que fez obnubilar a consciência de classe e, com isso, ocultar a dimensão incisiva da exploração capitalista.

A serviço da produção, o trabalhador vende sua força de trabalho e, com ela, seu corpo, sua mente e sua alma. O capital se apropria do corpo do empregado, pois não é possível desassociar do ser humano sua força de trabalho; captura sua mente, seu conhecimento e sua subjetividade; e lhe toma a alma ao limitar, além da liberdade, também a essência de seu ser. A exploração do trabalho pelo capital é em si uma violência com contornos sádicos, porque é estabelecida em uma relação em que a parte violentada se conforma com a situação. (Cavalcanti, 2021, p. 56-57)

Qual o saldo dessa história? Mais riquezas sem valor em um infinito de mercadorias produzidas, com a necessidade de realização destas por um número significativo de uma força de trabalho combalida e imbuída de tentar fazer com que a maior parte dessas mercadorias chegue ao seu destino final: o consumo. Algumas falsas impressões vão sendo criadas nesse decorrer.

Apesar de um universo cada vez maior de mercadorias servirem para, por exemplo, atender a finalidades humanas e assim reduzir em si a pobreza multidimensional criada pelo próprio sistema produtor de mercadorias, torna-se inviável por outro lado a melhoria da qualidade de vida dos desafortunados de valor relegados ao universo dos supérfluos. Outrossim é possível, em dosagem de escalas, manter uma parcela dessa população supérflua viva

A imensa produtividade que permite alguns “avanços” que atendem as necessidades humanas é a mesma que propaga e atende aos anseios do ser automático e para isso acontecer além de promover uma expulsão gigantesca da parte variável da composição orgânica, precisa simultaneamente também promover um profundo grau de submissão da humanidade aos seus anseios e isso em todas as fases e ciclos do capital descritos por Marx no livro 2. Com isso, o mundo do trabalho experencia cada vez mais, e em um ritmo cada vez maior, um processo sem fim de precarizações. É fundamental nos atentarmos ainda que a parte dita supérflua – expulsa de todo e qualquer ciclo na totalidade do

círculo – continua a cumprir um valioso papel na pressão exercida aos seus pares que precisam se submeter a qualquer coisa para continuarem com sua mercadoria força de trabalho minimamente ativa. Em síntese: quanto mais produtivo o sistema se torna, mais precário fica o mundo do trabalho e assim se aprofunda a Lei geral com ampliação da desigualdade e exponenciação da pobreza. A falta de “apetite” do capital em consumir a sua mercadoria força de trabalho – agora globalizada – nos levam para um sombrio futuro de incertezas onde

pouco a pouco, sob a nuvem negra da progressiva crise mundial do sistema produtor de mercadorias, vão-se desenhando os contornos de uma maior diferenciação relativamente às zonas do apartheid global, que se tornam normas para o imperialismo democrático da exclusão. Cada uma destas zonas, por sua vez, é em si diferenciada em ganhadores e perdedores, em subzonas de uma riqueza relativa e de pobreza relativa ou absoluta. Em todo o lado está a relação de capital globalizada e em todo o lado está o apartheid, mas em relações graduadas de crise e exclusão. (Kurz, 2003, p. 124)

No curso da história muito se fala dos sistemas produtivos que são característicos de cada fase – o fordismo, o taylorismo, o toyotismo – entretanto, o mais importante de se observar nessa trajetória é a própria lógica interna do capital que se depara com a necessidade de superar obstáculos provocados pelo seu próprio movimento que induzem a tendência da queda da taxa média de lucro apresentada por Marx e colocam para este sistema uma crise insolvente e, portanto, estrutural. Mas como o show tem que continuar todas as ferramentas são utilizadas: mais desenvolvimento tecnológico, mais ciência, mais reestruturações produtivas, mais flexibilidades, mais mercadorias, mais velocidade, mais, mais, mais, em um complexo sem fim onde claramente podemos nos atentar para o quanto desmedido é esse processo ininterrupto – tão bem descrito por Grespan (2011) – que desemboca em um sem fim de consequências para o único vetor impossível de ser desprendido desse plexo, apesar deste mesmo movimento em seu desenvolvimento surreal de suas capacidades produtivas necessitar cada vez menos, menos e menos desse elemento. A força de trabalho presente em todos os ciclos do capital poderia ser poupada em larga escala do seu martírio, sofrimento e adoecimento provocados pela sua utilização em reduções drásticas de jornadas de trabalho em função do

próprio desenvolvimento. Entretanto, é justamente o inverso que ocorre em função da lei do valor e do aprofundamento da crise estrutural.

As consequências da crise estrutural para o mundo do trabalho no desenrolar histórico implementam inúmeras mudanças organizacionais e todas estas apontam para recrudescimentos, intensificações e precarizações das mais diversas nuances. Sob a égide do toyotismo, da acumulação flexível e da reestruturação produtiva o capital submete e subjuga o trabalho, os trabalhadores e até mesmo os supérfluos à sua lógica destrutiva e desumana.

Cavalcanti recupera passagem sobre os primeiros processos de mudanças implementadas na fábrica da Toyota nas palavras do próprio dono Taiichi Ohno

em 1947, organizamos as máquinas em linha paralela ou em forma de L e tentamos fazer com que um operador operasse em três ou quatro máquinas ao longo da rota de processamento. Encontramos, porém, uma forte resistência por parte dos trabalhadores da produção, embora não tenha havido aumento de trabalho ou das horas trabalhadas. Nossos artífices não gostaram do arranjo que exigia que eles passassem a funcionar como operadores de múltiplas habilidades. Eles não gostaram de mudar de “um operador de máquina” para um sistema de “um operador, muitas máquinas em processos diferentes (Ohno citado por Cavalcanti, 2021, p. 68)

Obviamente que de 1947 até os dias atuais tivemos inúmeros aprimoramentos no *modus operandi* do toyotismo. Entretanto, assim como em relação aos modelos anteriores – que também vigoram na contemporaneidade com seus aprimoramentos –, todos esses cumprem a sua completa obediência a desmedida do capital. E temos pleno acordo com Cavalcanti quando ele conclui sobre o assunto e fala:

O desenvolvimento de novas tecnologias – inteligência artificial, automação, robótica – possibilitou ao capital intensificar o ritmo de atividades e, com isso, elevar a produtividade de seus empregados. Novos métodos de gerenciamento e vigilância foram aperfeiçoados, com o intuito de melhor aproveitar a força de trabalho: celular, internet, câmeras, microfones, GPS, tudo a serviço do capital, que demanda e avalia o trabalhador em tempo integral, deixando em permanente estado de ansiedade.

Tudo nos leva a concluir que a automação e o progresso tecnológico não cumpriram seu papel social: não reduziram as jornadas, não eliminaram o trabalho insalubre, não substituíram o esforço físico estafante. Ao contrário, a competição intercapitalista pelo desenvolvimento de novas tecnologias visa

apenas ao lucro, em detrimento do bem-estar das pessoas e da satisfação das necessidades fundamentais da comunidade global. (Cavalcanti, 2021, p. 68)

E no galopar da crise estrutural e seu filho pródigo, o desemprego estrutural, chegamos ao quadro demonstrado pela OIT que apresenta para nós tanto a aparência de um sistema que contém a sua crise e consegue reduzir o desemprego global em 5% quanto a sua essência que aponta que sua população empregada ultrapassando os 2 bilhões de pessoas exercendo atividades informais, além de um vertiginoso e crescente ataque a todos os direitos trabalhistas em todas as partes do globo. E assim, a meta número 8 da ONU com a alcunha falaciosa sobre trabalho decente encontra na realidade dos fatos apenas o que o capital consegue entregar em sua fase rastejante.

Antunes sobre isso nos diz que

tem sido uma tendência frequente a redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da Indústria verticalizada. Esse proletariado se desenvolveu intensamente na vigência do binômio taylorismo/fordismo e vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, o desenvolvimento da *lean production*, a expansão ocidental do toyotismo e das formas de horizontalização do capital produtivo, a flexibilização e desconcentração (e muitas vezes desterritorialização) do espaço físico produtivo. Ou ainda motivado pela introdução da máquina informatizada, com a telemática (que permite relações diretas entre empresas muito distantes, por meio do vínculo possibilitado pelo computador, bem como a introdução de novas formas de ‘trabalho doméstico’), dentre tantos elementos causais da redução do proletariado estável.

Há, por outro lado, um enorme incremento do *novo proletariado fabril e de serviços*, que se traduz pelo impressionante crescimento, em escala mundial, do que a vertente crítica tem denominado *trabalho precarizado* (a que, exatamente por esse traço de precarização, me referi em *Adeus ao trabalho? Como o novo subproletariado*). São os “terceirizados”, subcontratados, *part time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que proliferam em inúmeras partes do mundo.

Inicialmente, décadas atrás, esses postos de trabalho eram prioritariamente preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiter* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão, entre tantos outros exemplos. Mas hoje sua expansão atinge também os *trabalhadores remanescentes da era da especialização taylorista-fordista*, cujas atividades vêm desaparecendo cada vez mais, atingindo diretamente os trabalhadores dos países centrais que, com a desestruturação crescente do *Welfare State* e o crescimento do *desemprego estrutural* e da crise do capital,

são obrigados a buscar alternativas de trabalho em condições muito adversas, quando comparadas àquelas existentes no período anterior. Essa processualidade atinge também, ainda que de modo diferenciado, os *países subordinados de industrialização intermediária*, como Brasil, México, Coreia, entre tantos outros que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas anteriores, começaram a presenciar mais recentemente significativos processos de *desindustrialização* e *desproletarização*, tendo como consequência a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc. (Antunes, 2009, p. 104-105)

Mas o aprofundamento dessa crise estrutural e suas consequências ainda precisa de maiores detalhes sobre a perversidade estabelecida para com aqueles que vivem da venda da sua mercadoria especial. No desenrolar da crise estrutural e de suas necessárias artimanhas para desviar de seus obstáculos em prol de seu objetivo único, temos no seu outro âmbito (o político) também uma série de mudanças que se enquadram no mesmo sentido daquelas do âmbito econômico – e precisam ser entendidas quanto totalidade. A passagem do keynesianismo para o neoliberalismo – principalmente nos países centrais já que o modelo keynesiano não fora minimamente conhecido pelos países do sul global – representam o “cair das máscaras” do tal capitalismo mais humanizado. São extremamente conhecidos o sem fim de ações promovidas politicamente contrárias a classe trabalhadora em um retrocesso contínuo e duradouro – que perdura até os dias em que eu for apresentar essa tese e em nosso futuro próximo –, sem previsão de término, apesar de países signatários da ONU estarem imbuídos para a instituição de um trabalho decente.

Tantas forças confluindo para sustentar uma única trajetória – de desemprego estrutural, precarização e erosão de direitos – não apenas incidem sobre a leitura objetiva da realidade. A violência exercida pelo capital sobre a subjetividade, via subsunção real do trabalho, alcança tal magnitude que hoje nos vemos próximos de esgotar qualquer esperança de transformação histórica. Frente a esse domínio total e processo de domesticação humana operado por esse ente abstrato, a resistência parece esfacelar-se. Quem crendo em forças demoníacas ou na encarnação do mal, não hesitaria em atribuir tais nomes a essa figura sem rosto do ser autômato.

Cavalcanti ao falar sobre um aspecto trivial do que se espera de um trabalhador atualmente comenta que

o comprometimento absoluto aos princípios, aos valores e às diretrizes empresariais é norma inconteste no mercado de trabalho. “Vestir a camisa” da empresa é condição inequívoca de acesso e permanência no emprego.

(...) Essa captura da subjetividade do trabalhador produz uma intensificação autoimposta do ritmo de trabalho: já não se faz necessário exigir melhor desempenho e maior produtividade, pois o próprio trabalhador, assombrado pelo desemprego e informalidade, se encarrega de exaurir suas forças, suas possibilidades, suas capacidades para atingir e, quiçá, exceder as metas que lhe cabem. (Cavalcanti, 2021, p. 71)

A necessidade de submissão imposta pelo domínio e todas as características que fazem do trabalho a única saída para uma vida menos pior levam algumas características a ganharem tamanha força que a crítica ao trabalho sob os ditames do capital ecoa em toda a sociedade como perjúrio e afronta diante de outro importante Deus a ser adorado. E não só perante os antigos opositores patronais, mas diante dos próprios semelhantes.

A ideia de sacrifício é introjetada pelo próprio trabalhador como o caminho para o sucesso – que hoje em dia cada vez mais é a própria e simples permanência na mesmíssima condição de trabalhador com o mesmíssimo salário. Ou seja, o trabalho adquire Santidade devido ao fato de cumprir seu papel fundamental para o que poderíamos facilmente alegorizar como o demônio conjurado do inferno. Tal retrato e alegoria inclusive se faz presente no Manifesto do Partido Comunista quando Engels e Marx relatam que

as relações de produção e de circulação burguesas, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna – que, como por encanto, criou os meios de produção e de circulação tão espetaculares – mais parecem o feiticeiro que não consegue controlar os poderes infernais que invocou. (Engels e Marx, 2008, p. 17)

Nunca na história se trabalhou tanto para um sem-fim produtivo estabelecido. A intensificação, o ritmo acelerado, a imposição de metas e a inculcação autoimposta pelos próprios trabalhadores culminam em diversos indicadores que demonstram o quão adoecedor se tornou este mundo. Cavalcanti complementa:

Grande parte da intensificação do trabalho não decorre apenas da imposição da máquina, da organização ou da pressão do

padrão, mas também é autoimposta. Faço lembrar que a disponibilização para o trabalho extraordinário não remunerado e a realização de cursos fora do horário de trabalho decorrem, em grande medida, do afã individual do trabalhador por manter seu emprego. Trata-se de um individualismo que deve ser creditado à realidade excludente e cheia de adversidades que permeia esses trabalhadores e os obriga a se submeter às novas regras do jogo para manter seus empregos. (Cavalcanti, 2021, p. 79)

Não são poucos os estudos, matérias e relatos sobre um verdadeiro tsunami de doenças sócio-ocupacionais, principalmente de natureza psiquiátrica e, em alguns casos resultando inclusive em óbito.

Em matéria⁶⁹ veiculada pela OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde) estimativas conjuntas realizadas entre OMS (Organização Mundial de Saúde) e OIT apontam para um montante de 12 bilhões de dias de trabalho perdidos em virtude de problemas de depressão e ansiedade. E em sequência a mesma matéria apresenta os custos desse impacto a economia global chegando na casa do trilhão de dólares. É interessante observar que a matéria apresenta dados quantitativos somente entorno dos dias perdidos para o mundo do trabalho e o seu custo para a economia global. Em nenhum momento é cogitada a relação destes números a crise estrutural do capital, ao desemprego estrutural e as inúmeras precarizações da vida acarretada pela precarização do trabalho subsumido ao capital. Ao invés disso a matéria prefere a simples indexação do “problema” ansiedade/depressão à pandemia de Covid-19.

Apesar destas ausências de uma crítica mais radical, também não podemos deixar de enfatizar e dar créditos a inúmeras iniciativas das organizações internacionais na tentativa hercúlea de não só apresentar dados – que nos remetem a crise estrutural – como de tentar propor (e conseguir) acordos com os países signatários em um grande leque de alternativas para melhorias nos mais variados aspectos, desde o já comentado trabalho decente – apesar do péssimo nome atribuído ao objetivo global – até o Plano de ação integral de saúde mental de 2013 a 2030⁷⁰. Bonitas palavras, excelentes

⁶⁹ Disponível em [OMS e OIT fazem chamado para novas medidas de enfrentamento das questões de saúde mental no trabalho - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde](https://www.who.int/mental_health/training/mental_health_at_work_en.pdf)

⁷⁰ Disponível em [Comprehensive mental health action plan 2013–2030](https://www.who.int/mental_health/training/mental_health_at_work_en.pdf)

propostas e grandes planejamentos. Todos eles devidamente atropelados pelo único planejamento ininterrupto bissecular.

Voltando ao mundo do trabalho e outros números apresentados por Cavalcanti podemos seguir nessa mesma direção da análise. Ele fala:

Os trabalhadores são substituíveis e descartáveis, e essas características podem ser traduzidas em números: em todo o mundo, mais de 2,78 milhões de trabalhadores morrem todos os anos em decorrência de acidentes de trabalhos ou doenças ocupacionais, o equivalente a uma morte a cada 11 segundos. Só no Brasil, de acordo com o Observatório Digital de Segurança e Saúde do Trabalho um trabalhador morre, vítima de acidente de trabalho, a cada 3 horas e 43 minutos: entre 2012 e 2018 foram registrados 16.455 falecimentos em razão de algum acidente ou doença derivados do trabalho. (Cavalcanti, 2021, p. 73)

Entretanto esses números são a ponta do iceberg do verdadeiro mundo do trabalho no capitalismo. Além dos países signatários que não possuem monitoramento de alguns indicadores é extremamente fundamental sinalizar que estes dados normalmente são extraídos de trabalhadores formais! Dito isto poderíamos encerrar tal linha argumentativa por aqui e pedirmos à gentileza de interromperem o ser automático moedor de carne humana. Mas, seguimos com a análise e novos números apresentados por Cavalcanti,

a administração científica e todos os seus modelos de divisão do trabalho privilegiaram os fundamentos econômicos na composição de suas teorias e ignoraram análises humanas e sociais. Isso provocou danos não apenas à saúde física e mental dos trabalhadores, mas também a sociedade como um todo. Não é coincidência o fato de que a depressão e o suicídio sejam problemas críticos da modernidade: segundo a Organização Mundial da Saúde, calcula-se que a depressão afeta mais de 300 milhões de pessoas no mundo e que cerca de 800 mil pessoas cometem suicídio a cada ano. Nos Estados Unidos, mesmo antes da turbulência financeira de 2007-2008, a incidência de depressão já era dez vezes maior do que na década de 1960. Esses dados não podem ser explicados sem se compreender a voracidade do modo de produção capitalista, sua busca incessante pelo aumento dos lucros e o empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto. (Cavalcanti, 2021, p. 80)

Seguindo a análise do autor, não por acaso, o Japão berço do toyotismo é também o país “criador” do fenômeno conhecido por *karoshi* expressão definida como morte por excesso de trabalho. São inúmeras matérias jornalísticas encontradas abordando o assunto. Em uma delas veicula-se a

notícia que deu início a uma indignação nacional que culminou em aprovação de uma lei em 2018 tratando sobre reformas no estilo de trabalho⁷¹. A história conta sobre o suicídio de um trabalhador japonês que após investigações sobre sua morte foram observados que o mesmo realizou em um único mês mais de 100 horas extras além de sua jornada de trabalho. Apesar da indignação e da criação da lei os casos de karoshi no Japão continuam a acontecer até os dias atuais. Ainda na matéria, segundo informações de advogados relacionados a acidentes dessa natureza, em nenhum dos casos é observado ações sindicais frente ao problema, relatando uma profunda passividade e leniência com o patronato.

Aqui novamente é importante ressaltar que não se trata mais da aparência do anacronismo da barbárie. O desenvolvimento das forças produtivas atreladas à lógica do capital é a raiz deste problema enquanto no bojo do seu alvorecer a própria forma rudimentar das forças produtivas eram muitas das vezes as próprias causas. A relação assimétrica entre capital e trabalho ao longo do tempo e as metamorfoses advindas do processo histórico faz com que algumas doenças sejam contornadas e outras apareçam em virtude de toda a sordidez do sistema produtor de mercadorias.

Estamos diante do que alguns autores identificam como o sócio-metabolismo da barbárie. Giovanni Alves recuperando alguns outros autores vai explicar que a crise estrutural do capital será a base para tal conceito.

Ao dizermos sócio-metabolismo da barbárie, queremos indicar uma matriz analítico-crítica capaz de identificar o complexo societário ampliado de irracionalidades psicossociais as mais diversas, cuja principal saliência disruptiva são as múltiplas formas de precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho e do trabalho vivo. (Alves, 2004, p. 32)

O autor ainda explica que

é o que observamos com a obsolescência planejada de mercadorias, ou o que Mészáros observa como sendo a lei tendencial do decrescimento da taxa de utilização do valor de uso, com o crescimento, por exemplo, do lixo do “superconsumo”, o que exige cada vez mais políticas de reciclagem de lixo, tentando se evitar o cataclisma ecológico. Mas essa lei tendencial atinge também a mercadoria-mor do capitalismo moderno: a força de trabalho. O resultado humano-

⁷¹ Aspectos da lei são veiculadas na matéria disponível em: [Lei de Reforma do Estilo de Trabalho do Japão – Qual é o prazo de conformidade para sua organização? | Fisher Phillips - JDSupra](https://www.jdsupra.com.br/legislação/lei-de-reforma-do-estilo-de-trabalho-do-japao-qual-e-o-prazo-de-conformidade-para-sua-organizacao-fisher-phillips-jdsupra)

ecológico flagrante é o crescimento do desemprego massivo e da exclusão social, verdadeiros “lixos humanos” expelidos pelo sistema sócio-metabólico do capital. Além disso, é importante salientar o impacto da lógica da descartabilidade acelerada sobre a dimensão subjetiva pulsional das pessoas – a instrumentabilidade e fluidez das relações sociais como reflexo do mundo das mercadorias, o que é típico de uma sociedade do fetichismo das mercadorias. (Alves, 2004, p. 40)

Para além da complexidade da reificação e da alienação que confluem para a objetificação dos sujeitos e assistem o capital assumir a sociedade como o único sujeito de fato, o salto ornamental às avessas faz com que todos aqueles ex-sujeitos adquiram todas as características de uma mercadoria qualquer. A ideia de obsolescência programada instituída a um ser vivo ilumina toda a incongruência de que tal sociedade de fato seja atribuída a qualidade de civilização.

Sobre isso Antunes demonstra que,

nessa fase do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constrange ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica. Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturada pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, onde o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho. (Antunes, 2009, p. 131)

O domínio do capital na atualidade demonstra intensidade tão brutal que a possível discordância com o autor seja pelo fato deste não apenas ser enorme como, de fato, ser completa. É evidente que a vida fora do trabalho – quando o sujeito sai de sua forma mercadoria força de trabalho – continua a pleno vapor na sujeição aos outros ciclos do capital. E um dos principais estímulos dessa vida fora do trabalho é para que seja imediatamente iniciada a ideia do consumo. O tempo livre nada mais é do que a continuidade do domínio do capital sobre a outra parte da vida que também deve obediência ao único sujeito dessa dita civilização.

Em anteriores trabalhos acadêmicos (trabalho de conclusão de curso e dissertação de mestrado) ao abordar o quanto o Carnaval Carioca das escolas

de samba do Rio de Janeiro foram se transformando ao longo do tempo em um processo de completa mercantilização do que agora é reconhecidamente um espetáculo à venda que impulsiona inúmeras cifras, que inclusive, formatam a ideia do título da dissertação – Folias do carnaval, lucros do capital – eu já denunciava o quanto o tempo livre, até mesmo em um ambiente que em sua história era marcado exatamente por um estado quase que de uma realidade paralela, aonde existia um pequeno feixe de luz de uma verdadeira liberdade e que, ao longo do tempo, ao ser transformado em mercadoria, perdeu completamente esse traço. A ideia de tempo livre é quase uma utopia em uma sociedade que conseguiu transformar cada segundo da vida, de cada ser humano, em um propósito pró capital. Um outro aspecto também presente nesse tempo “não” livre tão presente na atualidade é aquela voltada para a sanha da qualificação. Todos são orientados a se qualificar para conseguirem seu “cantinho” no maravilhoso mundo do trabalho como se o problema central de não ter ainda seu espaço fosse do próprio indivíduo incapaz de falar 3 línguas, tabular planilhas de Excel ou estudar as novas tecnologias para se tornar um influencer ou até mesmo um guru investidor. Nesse mundo de possibilidades, as probabilidades do fracasso continuam aprofundando seus percentuais.

4.4 – Humanos em decomposição: O mundo invertido do capital

No início da apresentação dessa caverna do dragão apresentei dois grandes blocos desses sujeitos perdidos em um mundo sem saída: Os supérfluos e os pré-supérfluos. Em outra taxonomia para categorizar esses blocos, Cavalcanti apresenta sua ideia própria onde trabalha com os conceitos de Semi-livres: dirigentes, proletários e precários justamente para depois apresentar o próximo grau de sua escala que seriam os sub-humanos. Antunes, por sua vez, apresenta todos estes – com exceção de parte dos semi-livres dirigentes – como classe-que-vive-do-trabalho. Todas essas são de importante valia para a comprovação da inevitabilidade de aprofundamento da Lei geral assim como da exponenciação da barbárie em nossa sociedade.

Começo por Antunes e sua explicação pela utilização do conceito de classe-que-vive-do-trabalho onde ele diz que esta é a própria classe trabalhadora e que

hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. (...) a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento vivo do processo de valorização do capital.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então (...) além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho ao capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part in time, o novo proletariado dos MacDonald's, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada "economia informal", que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (Antunes, 2009, p. 102-103)

Ou seja, apesar de um prisma conceitual único - classe-que-vive-do-trabalho ou somente classe trabalhadora – o autor que é reconhecidamente um grande estudioso do mundo do trabalho, demonstra com clareza através de sua explicação o tamanho da complexidade e variadas nuances desta “classe”, e que certamente acrescentaria hoje outras variáveis já utilizadas em livros mais recentes do autor tais como os trabalhadores infoproletários e uberizados.

A complexidade da crise estrutural do capital reflete as metamorfoses e aprofundamentos dessa dinâmica contraditória. Mesmo com sua elevada capacidade produtiva e a apropriação crescente da maquinaria intelectual do trabalho, o capital reduz sua parte variável a um mero apêndice de sua parte constante. Contudo, a continuidade desse "apêndice" é indispensável para a valorização do valor. Assim, o sistema exige um grande contingente de trabalhadores assalariados para sustentar os ciclos necessários à materialização do D' em seu vasto universo de mercadorias.

Paradoxalmente, uma parte significativa dessa produção não encontra realização no mercado e precisa ser destruída, evidenciando o desperdício

inerente ao sistema. Nesse contexto, mesmo com o aumento do número de trabalhadores assalariados em determinados ciclos, observa-se uma redução relativa da força de trabalho no processo produtivo devido à alteração da composição orgânica do capital. Esse movimento alimenta a tendência à queda da taxa média de lucro, intensifica a concorrência intercapitalista e agrava as contradições internas do sistema.

Por fim, os piores efeitos desse processo recaem sobre aqueles que Ricardo Antunes deu a alcunha de "classe-que-vive-do-trabalho". Essa classe absorve os custos sociais e econômicos de um sistema incapaz de alcançar seus próprios objetivos sem gerar crises recorrentes e profundas.

O sistema do capital atingiu um nível de complexidade sem precedentes, criando um número aparentemente infinito de frentes produtivas e cadeias globais interdependentes. Por meio de sua lógica de expansão e acumulação – representada pela equação D-M-D' –, o capital fragmenta os processos produtivos, descola-os uns dos outros e os complexifica. Cada elemento, por mais simples que seja, como um parafuso em uma mercadoria, depende de uma rede global de distribuidores e fornecedores. Essa fragmentação resulta em uma espécie de "metaverso econômico", onde as interações entre as partes são tão intrincadas que nem mesmo a inteligência artificial seria capaz de reunir ou compreender plenamente essa totalidade. O sistema opera como uma "esteira automática", movendo-se autonomamente, sem controle direto, o que torna ainda mais difícil qualquer tentativa de resistência ou interrupção.

Nesse contexto, surge uma questão: como seria possível construir uma unidade capaz de se contrapor a esse sistema? A própria estrutura globalizada do capitalismo – com suas cadeias produtivas dispersas e interdependentes – enfraquece as possibilidades de organização coletiva. Cada "microcosmo" do trabalho está isolado em sua própria realidade, seja o trabalhador precarizado do McDonald's, o motorista uberizado ou o infoproletário das grandes plataformas digitais como a Meta. Essa fragmentação não é apenas geográfica, mas também social e econômica, criando barreiras para a formação de uma resistência unificada contra o capital.

Paradoxalmente, enquanto a complexidade do sistema dificulta qualquer tentativa de controle ou oposição unificada, ele próprio encontra formas triviais e

eficientes de consolidar seu domínio sobre esses microcosmos fragmentados. A precarização das relações trabalhistas – marcada pela flexibilização, pela ausência de direitos consolidados e pela dependência das plataformas digitais – facilita a domesticação desses trabalhadores. O sistema não apenas reduz os indivíduos a peças substituíveis em sua engrenagem global, mas também os torna mais vulneráveis às imposições do capital. Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo é extremamente eficaz em transformar essas relações precarizadas em instrumentos para perpetuar sua lógica desmedida.

Assim, vivemos em um paradoxo: enquanto o capitalismo se torna cada vez mais automatizado e hipercomplexo – criando redes globais intrincadas que dificultam tanto sua compreensão quanto sua contestação –, ele simplifica as formas de controle sobre os trabalhadores. A descentralização e a precarização das relações trabalhistas tornam os trabalhadores mais facilmente manipuláveis e menos propensos à organização coletiva. O resultado é um sistema que avança em direção à automação quase independente da acumulação enquanto reforça mecanismos de controle sobre aqueles que sustentam sua base produtiva.

A questão central que emerge desse cenário é: como romper com esse labirinto algorítmico? Como superar a fragmentação imposta pelo capital e construir uma unidade capaz de resistir? Enquanto essas perguntas permanecem abertas, o sistema segue avançando, consolidando suas contradições internas ao mesmo tempo em que transfere os custos sociais e econômicos para aqueles que vivem do trabalho.

De antemão é necessário apontar que não se trata de um discurso sobre fim da classe trabalhadora, fim do trabalho ou fim da história. Mas de um aparato real e complexo de domínio social em um grau de plenitude que, hoje, não encontra vias de enfrentamento no real, principalmente quando todos esses grupos precarizados, assalariados ou desumanizados ao extremo buscam saídas através de um punhado da quintessência de sua alienação transfigurado na mercadoria dinheiro.

Da mesma forma de Antunes, mas propondo uma separação categorial mais robusta, Cavalcanti coloca a classe trabalhadora em dois grandes ramos: os Semi-livres e os Sub-humanos. De antemão o autor já deixa claro, que sua

“taxonomia proposta, assim como qualquer outro tipo de classificação, por mais minuciosa e particularizada que seja, não atende de modo integral e perfeito toda a complexidade, variedade e transformações da classe trabalhadora”. (Cavalcanti, 2021, p. 87).

Como foi dito anteriormente, o autor faz a distinção daqueles que trabalham em 3 categorias de semi-livres: os dirigentes, os proletários e os precários. Tal ideia serve para retratar características mais ou menos intensas de trabalho, mais ou menos instáveis, mais ou menos protegidas, mais ou menos adoecedoras e que oferecem a esses semi-livres um maior ou menor potencial de consumo que por sua vez permitem maior ou menor qualidade de vida. Obviamente aqui pretendo ser sintético na forma de apresentar a ideia do autor que propõe essas camadas que, de fato, são bem adequadas à realidade da classe trabalhadora, e Cavalcanti também deixa explícito que independente de sua posição na esfera do trabalho todos estão “subsumidos e subalternos ao sócio-metabolismo do capital” (Cavalcanti, 2021, p. 88)

E, por fim, Cavalcanti apresenta a ideia central que nos será muito cara à análise aqui defendida, que é a categoria de sub-humanos na qual ele identifica como

Um recorte muito nítido assente na possibilidade ou impossibilidade de pertencimento e gozo de direitos. Os sub-humanos são os mendigos, os pedintes, os “ninguéns” que vagam pelas sombras; são os miseráveis, os desvalidos, os que nada têm; são os servos, os escravos, as crianças exploradas nas ruas, nas feiras, nos semáforos, nos prostíbulos. São o lumpemproletariado de Karl Marx, o lúmpen-precariado de Guy Standing, o lúmpen-cidadão de Boaventura de Souza Santos, uma subclasse ou uma subcategoria constituída por seres não ou menos humanos, que estão de todo excluídos do ambiente de pertencimento e gozo de direitos. (Cavalcanti, 2021, p. 93)

Torna-se necessário aqui apenas uma pequena divergência no esclarecimento do autor na utilização do termo exclusão que obscurece a totalidade do funcionamento do sócio-metabolismo da barbárie presente na totalidade.

Chegamos agora em um momento de explicar que tanto as análises de Antunes como as de Cavalcanti, ancoradas e bem fundamentadas em Marx são interessantes para buscarmos dentro dessa complexificação, cada vez maior da

classe trabalhadora, possibilidades concretas de “migrações” intensas no seu interior justamente motivadas pela crise estrutural e intensificação da Lei Geral. Ou seja, todas as metamorfoses do mundo do trabalho relegadas ao império do capital estabelecem linhas muito tênuas entre o “ser ou não ser” supérfluo, com alguma utilidade durante algum de seus ciclos para chegar em seu fim desmedido.

Antunes analisa tais mudanças na contemporaneidade de forma muito assertiva em texto para o *blog* da editora Boitempo⁷². Vejamos uma citação longa, porém necessária:

Pois bem, em pleno século XXI, na era da explosão das tecnologias digitais que poderiam reduzir expressivamente a jornada de trabalho, as empresas forjaram “novas” modalidades de trabalhos, com um condicionante inquestionável: a cabal recusa em cumprir a legislação do trabalho. Apresentando-se como “empresas prestadoras de serviços e de tecnologia”, com o estrito objetivo de obliterar a condição real de assalariamento, o trabalho uberizado deslanchou. Foi assim que as grandes plataformas digitais “redefiniram” a condição de assalariamento, milagrosamente convertido em empreendedorismo.

Um aparente paradoxo aflorou: em plena era dos algoritmos, IA, CHATGPT, Big Data etc., o capitalismo do século XXI vem recuperando formas pretéritas de exploração, expropriação e espoliação do trabalho que foram vigentes nos séculos XVIII e XIX. O crowdsourcing, por exemplo, tão cultuado hoje, é a variante digital e algorítmica do velho outsourcing, vigente durante parte da Revolução Industrial, em que homens, mulheres e crianças trabalhavam em suas casas ou em espaços fora das fábricas, desprovidos de qualquer legislação do trabalho. Nos defrontamos, então, atualmente, com um novo espectro rondando o mundo do trabalho: a epidemia da uberização.

Mas não parou aí o tamanho do problema. Um outro movimento tornou o trabalho ainda mais vulnerável: o advento da Indústria 4.0, que foi criada para potencializar a automação, digitalização, a internet das coisas (IoT) e a IA. Seu objetivo precípua: reduzir trabalho humano, introduzindo mais máquinas digitais, robôs, ChatGPT etc., que passaram a se esparramar nas novas cadeias produtivas de (mais)valor.

O que estamos vendo hoje, com a IA calibrada pelos capitais financeiros, já apresenta resultados catastróficos para a classe trabalhadora. Se sabemos que a tecnologia floresceu junto com o primeiro microcosmo familiar, é imperioso reconhecer que a tecnologia atual está sendo prioritariamente plasmada pelo sistema do capital, que só pensa naquilo: na sua valorização. O

⁷² Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/01/09/um-novo-espectro-ronda-o-mundo-o-trabalho-na-era-da-inteligencia-artificial/>

resto é pura balela. Ou alguém conhece uma grande corporação global que ampliou a IA, reduziu significativamente a jornada de trabalho e ainda aumentou substantivamente o salário dos trabalhadores/as? (Antunes, 2024)

O próprio crescimento ininterrupto do número de trabalhadores informais no mundo e a crescente desregulamentação e flexibilização em incontáveis ramos do mundo do trabalho já apresentam uma tendência muito nítida que, a expansão do capital rastejante, com sua taxa média de lucro decrescente, possuem como principal medida contra arrestante para redução desses impactos a transferência ininterrupta dos fardos para o lado mais fraco daquela velha relação contratual livre entre opostos. Mas isso não ocorrerá apenas sob a característica clássica de expulsão destes de todas as etapas de seus ciclos – que também continuará acontecendo em virtude de sua própria capacidade de desenvolvimento de suas forças produtivas –, mas também, contraditoriamente, em expansões gigantescas de uma gama de trabalhadores supérfluos em essência para a manutenção do automatismo. Apesar de parecer redundante, sob a insignia dessa barbárie instituída, criam-se mercadorias em fluxo incessante, riquezas fantasmagóricas e trabalhos perpetuamente reinventados em um complexo desmedido que esconde sob a aparente opulência e magnitude um empobrecimento sem tamanho que leva não a exclusão dessa massa putrefata, mas apenas ao seu desprezo, e certa irrelevância. Entretanto, apesar desse sentimento de indiferença do capital para essa população desprezível e até “matável”, ainda temos o conhecimento que parte dela é fundamental para uma continuidade de uma economia subterrânea⁷³ – que movimenta também alguns importantes nichos de valorização do valor da economia capitalista – e outra parte mais “clássica”, que também se faz importante para a continuidade da pressão aos que frequentam o fantástico mundo do trabalho dos pré-supérfluos.

⁷³ Apesar de não ser o foco do trabalho e enveredar para uma análise acerca dos inúmeros “trabalhadores informais” que atuam dentro de ramos ilegais da economia é inegável de que estes ramos também são de extrema importância para o capital, pois movimentam não só a economia direta em diversas frentes como também movimenta a indústria da guerra sem fim. Criadores e criaturas que se retroalimentam em um ciclo vicioso de pura barbárie.

Ou seja, os supérfluos, tal como disse Marx quando falava sobre a pressão àqueles que ainda estão no mundo do trabalho na atualidade, cumprem e exercem funções para além desta pressão, seja movimentando a lógica de um Estado provedor ou de uma caridade, seja movimentando uma máquina de extermínio ou uma máquina de tentativa de mitigação dessa situação. Em qualquer uma dessas circunstâncias o capital continua a se movimentar mesmo nos estratos mais baixos deste fundo de poço.

Pois sim, existe uma economia neste limbo do capital! Uma economia que recupera inclusive mercadorias que já cumpriram o seu percurso dentro da obsolescência programada e assim estabelecem uma nova funcionalidade destes seres supérfluos. Sendo assim, na miséria instituída criam-se novos mercados, novas mercadorias e novas alternativas para o capital percorrer a sua direção sempre para frente.

Vejamos exemplos para darmos concretude a essa ideia:

O crack e outras drogas baratas oriundas da indústria química e sem finalidade no circuito normal do capital fazem parte hoje de uma dinâmica que implementa em grandes cidades uma economia que gira nos estratos mais baixos da população. Supérfluos a dinâmica normal do capital faz nas cenas de uso destas drogas uma dinâmica inegável e inconteste de que uma economia está presente dentro daquele caos. E podemos afirmar que existe ali a dinâmica do próprio capital com todas as suas etapas fazendo assim valer o uso desses indivíduos descartáveis. Para citarmos mais dois exemplos emblemáticos e recentes dessa lógica basta uma rápida pesquisa sobre o uso do fentanil por pessoas em situação de rua nos Estados Unidos⁷⁴ e as drogas K e, especificamente, a K9 droga sintética que vem se popularizando nas cracolândias de São Paulo⁷⁵ - além de começar a se interiorizar no Brasil. Além

⁷⁴<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cne8k28gqdyo> - Fentanil: como nova onda de overdose assola Estados Unidos e mata quase 300 por dia. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0vyn1xye4o#:~:text=O%20uso%20do%20fentanil%20se,mortes%20por%20overdose%20em%20Washington>. A cidade dos Estados Unidos em estado de emergência após alta de 533% em mortes por fentanil.

⁷⁵Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/droga-usada-no-brasil-e-100-vezes-mais-potente-que-a-maconha-e-tem-efeito-zumbi/>

de cumprirem um papel de “extermínio indireto” dessa população supérflua – já que as duas drogas citadas possuem alto potencial de letalidade devido as suas composições químicas – também atuam para a dinâmica do capital mesmo sem esse “determinado” nicho de mercado não participar e frequentar os indicadores econômicos globais.

Mas essa situação também estabelece uma nova dinâmica para tentativa de contenção dessa barbárie. E assim se apresentam novas formas de mitigação deste caos que precisam operar na realidade, seja na forma de políticas públicas de assistência social, segurança pública ou saúde, seja em forma de dinâmicas privadas com milícias, grupos armados, trabalhadores da ilegalidade ou apenas justicieros com práticas de extermínio. Todos esses fatores implementam novos nichos de mercado e, sendo assim, funcionam ao capital da mesma forma que um nicho de mercado específico atua para a contenção de um vírus mortal. Para a sua dinâmica não existe preconceitos.

Obviamente diante destas tragédias que transbordam nesses substratos populacionais sempre surgem ideias mirabolantes para resolução de tamanha catástrofe. A principal saída dentro dessa sociedade e seque continua a reverberar é o trabalho! Mas, as interseções fluidas entre os trabalhadores de hoje (pré supérfluos) e os **não** trabalhadores de amanhã (supérfluos) é algo tão palatável em uma sociedade que adquiriu tamanha velocidade em suas revoluções anti-humanas que se torna, cada vez mais complexo, a defesa de discursos de meritocracia, esforço pessoal, qualificação e outros tantos voltados a questão para uma melhor “empregabilidade” – apesar destas defesas ainda serem utilizadas e disseminadas⁷⁶. A possibilidade do “fracasso” – que é quase

⁷⁶ Essa concepção da responsabilização individual é fortalecida pelo neoliberalismo na qual o desemprego e a pobreza são interpretados como infortúnios ou consequência da incapacidade individual. Com esse tipo de racionalidade, tira-se a responsabilidade do Estado pelas mazelas sociais, existindo todo o apelo à responsabilidade pessoal e à tomada de iniciativa individual nos casos em que indivíduos e famílias adentram no pauperismo. Dentro dessa racionalidade, o pobre, o desempregado, as pessoas que se encontram em situação de rua são considerados responsáveis pela sua condição, e a estas compete fazer o necessário para resolver o seu problema. O modelo da sociedade e o sistema capitalista, geralmente, não são questionados. As pessoas que estão nessas condições que precisam adaptar-se às exigências da sociedade bem como devem adquirir os recursos necessários para tornarem-se trabalhadores produtivos, autônomos e não precisarem mais de nenhuma ajuda. Esse pensamento liberal tem sido reproduzido e fortalecido enquanto visão dominante, que deixa obscura a verdadeira causa dessa situação tão desigual que acomete, principalmente, nas

o sinônimo de quem não consegue alguma forma de obter dinheiro através de qualquer atividade⁷⁷ – é de crescente probabilidade e pode “bater à porta” até daqueles que Cavalcanti intitulou de semi-livres dirigentes em sua relativa “estabilidade”. Isto porque outros fatores da instabilidade do sistema em sua crise estrutural já afetam até mesmo os territórios em si. Vamos a um exemplo aleatório concreto:

Se no início do século algumas famílias venezuelanas gozavam de relativa estabilidade em seu país, tais como militares, servidores públicos, professores entre outros profissionais com remunerações condizentes, hoje, parte deles encontra-se em situação de pobreza, extrema pobreza e partícipes de grupos facilmente caracterizados como supérfluos. Pacaraima na fronteira entre Brasil e Venezuela é um exemplo tácito. Mas alguns podem facilmente negar que tais problemas de “ordem política e econômica” de um determinado país não possam ser relacionados com uma crise generalizada de um sistema. Será que existe algum fio solto e desencapado pelos ciclos do capital em alguma parte do planeta dentro do século XXI? Mas vamos aceitar o argumento diante de figuras políticas controversas que destroem Estados-nações e releguem seus conterrâneos ao purgatório internacional destinados aos migrantes sem chão em sua pátria mãe não mais gentil. Vamos a outro exemplo:

Duas figuras políticas com interesses conflitantes resolvem estabelecer um conflito armado de grandes proporções e com durabilidade considerável. Inúmeras partes desses territórios tornam-se zonas de guerra e, portanto, inhabitáveis, dando consequência também a intensos fluxos migratórios que desembocam em perdas de estabilidades em empregos de outrora e condições de trabalho precário em outros países e/ou desemprego e usuário de alguma política de assistência social, ou até mesmo algum sistema de caridade. Será que tal linha tênue entre um dia ser um trabalhador estável e no outro acordar em outro país relegado ao precariado ou as fileiras dos supérfluos é fruto apenas

camadas mais pobres da população que é, mais uma vez, penalizada. Em crítica a esse pensamento, Menegat (2012) considera que, “a ideologia liberal do individualismo abstrato, que diz ser possível por meio do esforço individual alguém se subtrair a essas condições e prosperar não encontra mais evidências empíricas (Menegat, 2012, p. 26).

⁷⁷ E aqui a gente pode pegar o extenso universo do mundo do trabalho dissecado por Antunes em todas as nuances legais e ilegais que circundam este universo.

de uma falta de sorte de ter nascido em um dos países do conflito? Ou será que por trás desse conflito exista alguma lógica imanente a crise estrutural do capital e sua totalidade concreta?

E, para não nos delongarmos podemos citar rapidamente outros exemplos que “empurram” um grande contingente de migrantes para o esmo global e suas consequências do mundo do trabalho: Terremotos, tsunamis, alagamentos, queimadas, temperaturas extremas, ou seja, desastres climáticos que aumentam com frequência visível até mesmo para terraplanistas. Puro azar ou alguma relação? Será mesmo que na tal classe-que-vive-do-trabalho – e até mesmo alguns no “andar de cima” – tem alguém que esteja imune as consequências da ininterruptão do ser automático? Ainda assim é inegável que existam profundas diferenças na intensidade de impacto para cada “classe” que sofre com as intempéries do sistema.

O que pretendo deixar claro na linha argumentativa é que a própria ideia de estabilidade relacionada ao mundo do trabalho – que nunca de fato vigorou tanto tempo assim ao longo da história do sistema produtor de mercadorias – e que, obviamente, foi fruto de uma estafante e contínua luta dos que sofrem a dor de ser o motor deste próprio sistema, está em vias de completa e irrefutável aniquilação. É importante ressaltar que estamos tratando da noção de estabilidade no trabalho, e não simplesmente da existência ou ausência de trabalho, renda ou acesso ao consumo. Essa distinção nos permite compreender que, mesmo em contextos em que se observam reduções nas taxas de desemprego ou melhorias aparentes em indicadores econômicos, como o aumento da renda mínima ou do poder de compra, essas mudanças frequentemente mascaram o aprofundamento das contradições estruturais do capitalismo – particularmente a aplicação da Lei Geral – e suas consequências devastadoras para a humanidade. Em última instância, esses “progressos” aparentes ocultam um processo contínuo de precarização e barbárie.

Sendo assim, se pegarmos as inúmeras “classificações de Antunes sobre o “lugar” de inserção no mundo do trabalho ou se pegarmos a taxonomia apresentada por Cavalcanti na ideia dos semi-livres dirigentes, proletários e precarizados e indexarmos à questão da estabilidade/instabilidade incutidas a todos os sujeitos partícipes ou supérfluos nesta dinâmica poderemos ver que a

desigualdade ganha novos contornos mesmo entre “iguais”. E tal desigualdade entre iguais promovida pela própria crise estrutural do sistema, que leva a uma profunda e constante revolução do mundo do trabalho, em uma espiral de intensificações de precarizações, contraditoriamente – porque poderiam impulsionar uma luta ampla contrária ao próprio sistema – funcionam como uma medida contra arrestante que “ajuda” a dar continuidade a mais um sem fim de mudanças que ataque o que fora conquistado e ainda resta de pé no universo de direitos da “classe-que-vive-do-trabalho”.

Vou tentar esquematizar esse entendimento da seguinte forma: quanto maior o número de supérfluos para a movimentação da dinâmica do capital, maior será a condição deste arregimentar uma grande quantidade destes supérfluos em aceitar postos de trabalho com intensidades extremas e com retornos mínimos. Por sua vez, essa realidade possibilita que nos “andares de cima” vá se construindo alternativas de diminuição de direitos historicamente conquistados através do convencimento de que este grande contingente precarizado aceitaria de bom grado a realização deste “trabalho menos intenso” e, assim, escalonadamente, até o último estágio dessa classe. Ou seja, a ampliação de supérfluos tais como migrantes e pessoas em situação de rua são extremamente importantes para a contínua subjugação do capital ao trabalho, tornando o último refém de seus imperativos.

Seja o *lumpem* categorizado por Marx ou os Sub-humanos de Cavalcanti, a imensa massa supérflua em estado de putrefação adquire um status de fenômeno globalizado – tal como o capital – comprovando irrefutavelmente que o sentido de progresso humano nunca existiu na raiz do sistema. No mesmo sentido um cariz civilizatório também se faz ausente devido ao fato que tal massa – tanto no passado quanto no presente – apesar de aparentemente desprezível e supérflua, possui em suas entradas a essência que mantém o trabalho preso a dinâmica auto movente do capital.

Quando observamos indicadores que aparentam reduções na pobreza e extrema pobreza, mas ignoram sinais alarmantes que vão além da mera questão da rentabilidade – revelando outras dimensões de precarização como saúde, saúde mental, habitação e trabalho –, percebemos a continuidade de uma tendência histórica. Essa tendência consiste em tratar os “problemas”, “desvios”

ou "imperfeições" do sistema como questões passíveis de serem resolvidas por meio de projetos, programas, políticas de Estado, esforços da sociedade civil, ajudas humanitárias ou ações de instituições internacionais voltadas para o combate à fome, miséria e exploração infantil. Contudo, todas essas iniciativas acabam por mascarar a verdadeira raiz dessas questões: um sistema que permanece intacto, naturalizado e, paradoxalmente, sustentado até mesmo pelos movimentos que se indignam com suas consequências. Kurz também apresenta uma outra face ainda mais vil dessa lógica aparentemente mais "humana", ele diz:

Tal como nos países centrais do Ocidente há um certo tipo de suposta "assistência social" (cada vez mais "privatizada") que vive à custa dos orçamentos de Estado para importunar o exército de desempregados e o humilhar com "medidas" que frequentemente não passam de absurdas, assim um tipo semelhante de administração da crise global e pseudo-ajuda (igualmente cada vez mais "privatizada") vive à custa dos fundos das organizações internacionais, donativos, etc., para, nas moribundas zonas de ocupação da guerra ocidental de ordenamento mundial, erguer um maligno "regime de ajuda".

(...) A infâmia da sociedade mundial capitalista também se revela no facto de, não se limitando a administrar de cima para baixo os colapsos socioeconómicos por ela própria causados, convertendo as pessoas, por ela própria lançadas na miséria, em objetos da sua hipócrita "ajuda", ir ao ponto de ainda explorar essa mesma "ajuda" como um ramo de negócios próprio, transformando assim a própria crise em um objeto do mercado. O radicalismo ideológico do mercado, os vencedores da globalização e da privatização, os que lucraram com a guerra e as organizações de "ajuda" de todo o tipo formam uma aliança pouco sagrada que, sob muitos aspectos, produz uma espécie de administração colonial secundária que é ao mesmo tempo a expressão imediata do economismo totalitário, como processo que o leva ao absurdo: "Neste contexto, também causa alguma preocupação o facto de as próprias organizações de ajuda humanitária se contarem entre os que tiram proveito das economias de guerra civil. Há muito que a ajuda humanitária é considerada um íman de donativos e de publicidade. A grande predisposição para ajudar, que felizmente continua a existir entre a população, é cada vez mais aproveitada para alimentar um novo "negócio da ajuda" que prospera há vários anos com altas taxas de crescimento. Longe de toda a moral, a ajuda é negociada como mera mercadoria. (Kurz, 2003, p. 121)

Da mesma forma que acontece com os números da pobreza, a maquiagem dos números que refletem uma aparente diminuição do desemprego global – digna de novos produtos da indústria de cosméticos rejuvenescedores – deixa de informar (ou informa em outras pesquisas estanques) o quão

precarizado e desprotegido se torna o opulente mundo do trabalho cada vez mais inflado pelos serviços que transformam força de trabalho em qualquer coisa, desde um simpático influencer de jogos infanto-juvenis até o mais brutal matador de aluguel. E assim fico me indagando se os jovens “fogueteiros” (trabalhadores informais remunerados pelo tráfico de drogas) são contabilizados como “empregados” ou se aqueles que foram cooptados pelo trabalho sob dívida também são contabilizados pelas estatísticas. Ou seja, podemos, assim, ter reduções nestes números quando considerarmos qualquer coisa em troca de qualquer outra coisa, e por qualquer período dentro de um determinado lapso de tempo como trabalho. Porque é exatamente isso que está acontecendo e sendo retratado por autores que descrevem tão bem a complexificação do atual mundo do trabalho.

Para além desses indicadores que não demonstram em suas aparências a continuidade e exponenciação da Lei geral da acumulação, um outro indicador tão bem analisado por Piketty, já não obtém o sucesso de esconder as consequências advindas da essência do ser automático. Relatórios sobre a desigualdade global apontam tendências cada vez maiores de um aprofundamento. A OXFAM em uma de suas publicações⁷⁸ sobre a desigualdade apresenta a seguinte ideia – que segue basicamente as análises de Piketty.

Desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas. Durante o mesmo período, quase cinco bilhões de pessoas em todo o mundo ficaram mais pobres. Dificuldades e fome são uma realidade diária para muitas pessoas em todo o mundo. Nas taxas atuais, levará 230 anos para acabar com a pobreza, mas podemos ter nosso primeiro trilionário em uma década.

Uma imensa concentração do poder das grandes empresas e monopólios em nível global está exacerbando a desigualdade em toda a economia. Sete de cada dez das maiores empresas do mundo têm bilionários como CEOs ou principais acionistas. Ao pressionar os trabalhadores, evitar o pagamento de impostos, privatizar o Estado e contribuir para o colapso climático, essas empresas estão impulsionando a desigualdade e agindo a serviço da entrega de cada vez mais patrimônio a seus donos, já ricos. Para acabar com a desigualdade extrema, os governos terão que redistribuir de forma radical o poder dos

⁷⁸ Disponível em: [OXFAM Davos 2024 completo pt-BR.pdf](https://www.oxfam.org/pt/publications/2024/01/oxfam-davos-2024-completo-pt-br.pdf)

bilionários e das grandes empresas às pessoas comuns. (OXFAM, 2024, p. 4)

É óbvio que seguindo as ideias do autor francês, apesar de quase que anualmente constatarem o aumento ininterrupto da desigualdade e dos fossos que são estabelecidos entre o topo, meio e base da pirâmide social proposta pelas análises, ainda assim, por estarem baseadas no feitiço do enorme montante da riqueza produzida, acreditam que é possível não só chegar em um momento de fim da pobreza, como também alcançar reduções da desigualdade. Tanto um quanto o outro objetivo não são possíveis sob a lógica do sistema produtor de mercadorias. Cavalcanti demonstra isso quando diz que

a pobreza, compreendida no sentido multidimensional, como carência de direitos, oportunidades, informações e esperanças, é resultado da desigualdade produzida e reproduzida nos planos político, econômico, social e cultural. Processo imanente ao desenvolvimento do capital, é uma condição axiomática para a existência da sociedade capitalista que define formas de existência e modos de sociabilidade, sendo capaz de afetar, portanto, as condições de existência dos trabalhadores e seu estado de submissão e sujeição ao capital. (Cavalcanti, 2021, p.123-124)

Ao invés do que a OXFAM e Piketty ainda utopicamente sonham, o que se constrói de fato é um aprofundamento da desigualdade de tal ordem que podemos estabelecer “fossos” desiguais entre, por exemplo, trabalhadores extremamente precarizados tais como os “empreendedores” que trabalham diuturnamente para a UBER e uma pessoa em situação de rua ou até mesmo entre os trabalhadores inseridos na taxonomia proposta por Cavalcanti de dirigentes, proletários e precarizados. Desiguais ao extremo!

A ampliação da complexidade da desigualdade dentro de sub-grupos que estão completamente dominados pela lógica do capital faz com que, por mais desumano que se possa imaginar, um avanço ainda maior do capital em sua sanha de extrair ao máximo da mercadoria força de trabalho possa vir a ser cada dia mais bárbaro. E assim o faz, e devido tal ato vampiresco – tal como descrito por Marx – Cavalcanti é muito feliz no rebaixamento da condição das pessoas à sub-humanos e até mesmo de um retorno a ideia de escravidão pois como ele mesmo apresenta,

de forma semelhante aos escravos do mundo antigo, os trabalhadores sub-humanos não perdem apenas o controle sobre o seu trabalho, mas também – e sobretudo – o domínio e

a autoridade sobre sua pessoa. Se o trabalhador semi-livre perde parte de sua independência ao colocar sua força de trabalho à venda para o capital, o sub-humano é em si uma mercadoria, coloca-se por inteiro à venda e perde, com isso, sua condição de ser-humano. (Cavalcanti, 2021, p.124)

A desumanização promovida pelo avanço ininterrupto do capital ao trabalho e aos corpos daqueles que habitam a mercadoria a lhes ser extirpada é de tal ordem que se pegarmos os inúmeros exemplos de escravidão por dívida no Brasil contemporâneo⁷⁹ podemos facilmente constatar as palavras de Cavalcanti. Cotidianamente, em diversos territórios de pobreza e extrema pobreza, pessoas são colocadas em comboio para trabalharem em fazendas distantes e acabam descobrindo – tarde demais – que a oferta de trabalho acaba se transformando em uma dívida impagável e que para obter suas condições básicas para sobreviver deve trabalhar até a morte para o seu “contratante” à quem está “endividado” pela viagem, matérias de trabalho, alimentos, etc.

A escravidão – e, portanto, a desumanização – não é uma determinação natural; ela decorre de uma relação social. (...) Se no plano teórico, a escravidão está excluída da lógica estrutural do sistema capitalista, assente na relação de trabalho estabelecida entre empregado e empregador, na prática ela sobreviveu e se expandiu. Desde o alvorecer do capitalismo, o trabalho escravo, como instituição histórica pré-capitalista, foi ajustado e articulado em benefício do capital.

(...) Condenada ao desaparecimento porquanto instituição anacrônica ao capitalismo, a verdade é que a permanência e a expansão da denominada escravidão contemporânea contradizem a ideia de que o capitalismo, cedo ou tarde, tornaria mundial a relação capital-salário e suplantaria outros métodos de controle do trabalho, tais quais a servidão, e a escravidão. A realidade mostra que essas formas “pré-capitalistas” de exploração foram metamorfoseadas, reconfiguradas e ajustadas à produção de mercadorias em benefício do capital. A escravidão é, portanto, um resultado das tendências atuais do capitalismo mundial, que obriga o trabalhador a aceitar toda e qualquer forma de exploração para sobreviver. (Cavalcanti, 2021, p. 125-126)

A população em situação de rua e a população migrante são exemplos tácitos de seres supérfluos e sub-humanos, e, sendo assim, frequentemente são alvos fáceis para essas formas de trabalho. Mas, tais ocorrências, ao contrário do que muitos pensam, não são realizadas tão distantes assim e começam a se

⁷⁹ Brilhantemente retratadas na obra de Ricardo Rezende Figueira (2004), *Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*.

tornar cada vez mais comuns. Vamos aos exemplos: na copa do mundo do Qatar⁸⁰, seguindo o exemplo da copa do mundo no Brasil, na área de construção civil, diversos foram os casos de trabalhadores na dita “condição análoga de escravidão”. Tais relatos também apareceram em obras das Olímpiadas no Rio de Janeiro em 2016⁸¹, em obras nas Olímpiadas de Paris em 2024⁸², no PAC⁸³ brasileiro – Programa de aceleração do crescimento – e em festivais de música tais como o *Lollapalooza*⁸⁴ em São Paulo e o Rock in Rio⁸⁵ no Rio de Janeiro e, por fim, na moderna fábrica chinesa da BYD no Brasil⁸⁶. Somente parra ficarmos em exemplos amplamente noticiados e que demonstram um determinado avanço e normalidade em tal prática.

Para além destes exemplos mais impactantes que “chocam” os cidadãos de bem de todo o planeta, outras práticas mais distantes da visibilidade midiática continuam a pleno vapor em todos os lugares onde a miséria, pobreza e falta de condições mínimas de dignidade, empurram inúmeras massas desprezíveis a um sem-fim de atividades sub-humanas. Variadas estimativas acerca do mundo do trabalho – que levam a redução do desemprego nos gráficos e também da pobreza e extrema pobreza – apresentam o aumento do trabalho infantil (A estimativa mais recente da ONU⁸⁷ de 2021 aponta um universo que já

⁸⁰ Disponível em [Copa do Mundo: trabalho escravo na construção civil aproxima Qatar e Brasil - Repórter Brasil](#)

⁸¹ Disponível em [Operação encontra 11 pessoas em situação de trabalho escravo em obra olímpica - BBC News Brasil](#)

⁸² Disponível em [Exploração de trabalhadores estrangeiros ilegais mancha organização da Olimpíada de Paris | Mundo | G1](#)

⁸³ Disponível em [Fiscalização flagra trabalho escravo em obra do PAC - Repórter Brasil](#)

⁸⁴ Disponível em [Exclusivo: Festival Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo - Repórter Brasil](#)

⁸⁵ Disponível em [MPT afirma que 14 trabalhadores de uma empresa terceirizada foram resgatados em situação análoga à escravidão durante o Rock in Rio 2024 | Rio de Janeiro | G1](#)

⁸⁶ Disponível em: [Construção de fábrica da BYD no Brasil é suspensa: centenas de trabalhadores da China estavam em “condições análogas à escravidão”](#)

⁸⁷ Disponível em: [Trabalho infantil sobe pela primeira vez em 20 anos e atinge 160 milhões de crianças | As Nações Unidas no Brasil](#)

ultrapassava 160 milhões); O aumento da indústria do sexo⁸⁸ – que além das vultuosas cifras ao redor do Globo estimulando a valorização do valor de diversas formas e levando o Ser automático ao gozo e/ou a orgasmos múltiplos – também cerceado por inúmeras formas de trabalho que permeiam as questões relacionadas ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, entre outras; O aumento das jornadas de trabalho exaustivas presentes em diversos ramos em atividades remuneradas por produção (inúmeros casos destes aparecem com trabalhadores de lavouras, produções de vestuários e calçados e até mesmo nos “novos” trabalhadores por conta próprias com suas bicicletas, carros e motos); O aumento dos indícios de trabalhos degradantes e o aumento das práticas de servidão por dívidas.

Um maravilhoso mundo novo, combatido a plenos pulmões pelas letras das leis e combalido sob a plena razão de um movimento ininterrupto que não aceita restrições para continuar a buscar seu objetivo infinito e, portanto, desmedido. A lei geral que continua a se aprofundar e já demonstra com riqueza de detalhes toda a opulência da barbárie deste sociometabolismo nos oferece os números necessários para o seu desenvolvimento. Entretanto, submetidos e subjugados ao capital, supérfluos, pré-supérfluos, sub-humanos, semilivres e/ou a classe-que-vive-do-trabalho, e, entre estes, nós, assistentes sociais, continuamos, mesmo que em contradição, atuando juntos para a manutenção de nossas correntes.

4.5 - A Fratura no Mundo e sua supérfluotização

⁸⁸ O sociólogo Richard Poulin em entrevista concedida revela os seguintes dados e constatações acerca do ramo de atividade: “Ela [a indústria do sexo] constitui 5% do produto interno bruto da Holanda, 4,5% na Coreia do Sul, 3% no Japão e, em 1998, a prostituição representava de 2% a 14% do total das atividades econômicas da Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia”. (...) “Os indivíduos estrangeiros prostituídos situam-se no nível mais baixo da hierarquia prostitucional, são social e culturalmente isolados e exercem a prostituição nas piores condições possíveis, sendo ao mesmo tempo submetidas a diferentes formas de violência, tanto no cotidiano prostitucional quanto no transporte de um país para o outro”. Disponível em: [O caso de amor entre a prostituição internacional e o capitalismo. Entrevista especial com Richard Poulin - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](http://www.humanitas.unisinos.br/ihu/entrevistas/richard_poulin.html)

Em algumas passagens acima demonstramos que os números referentes à migração no globo e os números da população em situação de rua nas principais economias mundiais não param de crescer e se tornam o retrato mais fidedigno da incompatibilidade entre o sistema e a humanidade.

Diante de tal cenário – onde Kurz poderia com tranquilidade escrever a continuidade da *Guerra de ordenamento mundial* – o sistema rastejante do capital em sua fase agonizante já demonstra sinais explícitos de que nenhuma responsabilização pode ser tomada para “salvar” à humanidade do naufrágio já que quem precisa dos coletes salva-vidas é a entidade máxima que rege a sociedade: o capital

Após mais de dois séculos em seu percurso desmedido, antropofágico e autofágico, o capital apresenta hoje talvez a sua maior transparência em relação a sua essência do que em qualquer outro momento histórico. Apesar do brilhantismo de Marx ter revelado o enigma de praticamente uma esfinge à sua época, o poder e domínio desta entidade já estava enraizado dentro da relação amalgama entre capital e trabalho, além de sua profunda relação com a entidade guardiã do Estado, sempre presente nessa relação dialética. Entretanto ao chegar nesse momento translúcido onde é possível enxergar o seu corpo e sua alma completamente despidos de pudor para com os seres abjetos que lhe devem devoção, nem mesmo o Estado guardião e nem mesmo a utópica figura revolucionária imaginada no seio da classe trabalhadora poderão conter as consequências da sua desmedida ininterrupta. Ao contrário, o Estado cumprirá o seu papel diante do processo desmedido, assim como o trabalho continuará desempenhando sua função e a roda da destruição e barbárie avançarão por todos os lados.

Mas seria isso um discurso bíblico ou uma profecia de fim do mundo? Coisa nenhuma. O que queremos retratar é que estamos diante da globalização da barbárie que até outrora, descrita por Engels no século XIX, se resumia a um universo muito diminuto e que, paulatinamente, foi sendo alocada à “margem”⁸⁹

⁸⁹ Obviamente de forma alguma queremos retomar o discurso incorreto de compreensão sobre os “marginais” – aqueles que vivem fora do sistema –, porque sabemos com clareza tácita de que estes fazem parte do todo do sistema que precisa ser de ordem planetária.

do que era – e ainda é – conhecido como civilização pelo capital. O sul global sempre foi tratado como um imenso depósito de lixo e continuará sendo até o fim desse sistema. Porém, a lei geral advinda da desmedida do capital, que faz com que os supérfluos aos seus ciclos cresçam em progressão geométrica e a valorização do valor cresça em progressão aritmética, nos proporciona hoje a visibilidade da barbárie em todos os poros por onde o capital circula.

Kurz já retratava esse movimento de retorno aonde a miséria voltaria para onde foi criada e dizia:

Pois, de um modo exatamente inverso à diminuição da ânsia do capital por explorar a força de trabalho tornada pouco rentável dessas populações, que deixaram de poder ser a “mão-de-obra” da acumulação, a massa dos milhares de milhões de “supérfluos” desenvolve, por seu lado, a ânsia pela migração da miséria, rumo aos centros capitalistas onde essa miséria é causada. (Kurz, 2009, p. 105)

O filósofo brasileiro Paulo Arantes (2004) nos apresenta a ideia de fratura no mundo e nos diz que as economias centrais cada vez mais experimentam o que antes era apenas pertinente as nações onde eram despejados os espólios da acumulação. Utilizando os termos *brazilianization* e *brésilianisation*, Arantes é cirúrgico ao demonstrar que tanto os Estados Unidos quanto a Europa não tinham mais como escapar do seu futuro insólito e grotesco. Em uma das passagens do ensaio *A fratura brasileira no mundo* o autor comenta:

O fato é que, há mais ou menos uma década, a percepção francesa da “exclusão” e sua repartição entre o “dentro” e o “fora” começou a ser espelhada na polarização entre o “alto” e o “baixo” da nova *underclass* americana e na dualidade centro/periferia da velha marginalidade latino-americana. Ou melhor, na exata medida em que a “outra nação” americana descartável assumia traços inconfundíveis de terceirização, com a multiplicação de pequenos *métiers* subproletários, reaparição das *sweatshops*, trabalho a domicílio ou pago por peça, floração de todo um leque de novos ilegalismos e traficâncias etc. Seria o caso de dizer que se deu por tabela a brasilianização dessa percepção francesa das formas contemporâneas da miséria social sobre fundo da nova desgraça econômica, na esteira de um outro grande lugar-comum: como sugerido, o termo de comparação americano para qualificar a atual escala das desigualdades, notadamente urbanas e concentradas nos bairros deserdados das grandes cidades. E, tal como o similar americano, a réplica francesa também se assemelharia na mesma relegação *tiers-mondisée*. Revistas as coisas por esse ângulo, o atual mal-estar francês na civilização também cristalizaria antes de tudo numa nova

questão urbana de corte inédito, caracterizado justamente por uma decupagem binária da sociedade: um tipo de organização espacial que exponencia a dessolidarização social em curso, a secessão americana definidora da ressurgência contemporânea da questão social. (Arantes, 2004, p. 47-48)

Inúmeros exemplos ratificaram que tal ideia encontra na realidade sua factibilidade e se torna automaticamente uma imensa preocupação sobre o que fazer com essa “humanidade em excesso” agora também ao “Centro”. Não à toa conceitos que pertenciam e se adequavam muito mais à países do sul global tais como superexploração do trabalho⁹⁰ e necropolítica⁹¹, hoje, podem facilmente ser aplicados ao “berço da civilização” ou a “terra da esperança”. Não por acaso ressurja e cresça – com cada vez mais velocidade – o “medo” aos *outsiders* vindos do sul global para tentar sobreviver e dispostos a tudo, como também o receio e a temeridade de utilizar recursos para atender àqueles outros – mesmo que de mesma nacionalidade – seres supérfluos.

Quando um autor como Arantes já demonstra no início do século XXI esse inevitável encontro das economias centrais do capital com a miséria global construída – retrato translúcido da conformação da lei geral – não se torna mais de difícil compreensão que, passados ¼ de século, mergulhados na crise estrutural e continuando a ininterrupta tendência da redução da composição orgânica através de um sem-fim revolucionário tecnológico-científico, chegamos ao único futuro possível sob à égide do capital: a mundialização da barbárie. Mad Max é sim um futuro possível! Não há mais uma população relativa de supérfluos. Existe uma população absoluta.

Migrantes e pessoas em situação de rua tornam-se verdadeiras expressões da questão social que deveriam ser extirpadas de qualquer modo pelo menos em uma intensidade que não chocasse a humanidade. Ou seja, uma

⁹⁰ O conceito de superexploração do trabalho desenvolvido pelo autor Ruy Mauro Marini, um dos principais expoentes da Teoria Marxista da Dependência, tratava sobre a exploração em economias periféricas e versava sobre mecanismos como o aumento da intensidade do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho e a remuneração abaixo do valor da força de trabalho.

⁹¹ O conceito de necropolítica do filósofo camaronês Achille Mbembe foi desenvolvido para se referir ao uso do poder político e social para decidir quem pode viver e quem pode morrer e versava também sobre populações negras e periféricas.

cracolândia com muros⁹² e sem nenhum tipo de assistência ou um campo de concentração refugiados onde não sejam permitidos celulares e com uma redução significativa de uma ração alimentar podem ser interessantes para o devir deste sistema – ou quem sabe ainda diversos ataques militares em uma determinada “faixa” do mundo em um Estado que sequer é reconhecido como tal. A repulsa a estes seres supérfluos – pelo seu crescimento ininterrupto e complexa mitigação – já começa a se fazer sentir em diversas camadas da sociedade e, explicitamente, evoluem para práticas aparofóbicas, xenófobas e racistas que encontram no âmbito político seus pares na extrema-direita que crescem significativamente à medida que se exponencia a barbárie.

Diversos exemplos são noticiados diariamente e apontam para esse caminho inexorável. O mais contundente dos exemplos sem dúvidas trata-se dos Estados Unidos de Donald Trump. Trump em seus primeiros dias de governo demonstrou com riqueza de detalhes o quanto ancorado está na ideia ufanista com a velha máxima da América para os americanos, que além de lhe render um apoio de sua base racista, fascista e xenófoba, também ajudam a escamotear os resultados trágicos de uma crise estrutural à economia de sua nação.

E qual será o movimento em relação ao enorme contingente de supérfluos “puro sangue” americanos que lotam as principais cidades do país? Lembrando que em 2024 o país alcançou um novo recorde de pessoas em situação de rua chegando ao número vultuoso de 771.480 pessoas com um aumento de 18% em relação ao ano anterior. Donald Trump já tem a resposta! Em matéria⁹³ recém-publicada o anúncio é claro:

O escritório federal que financia moradias e outros apoios para moradores de rua em todo o país está programado para encolher drasticamente, uma perspectiva que os defensores alertam que tornaria os [sem-teto recordes](#) ainda piores.

O Escritório de Planejamento e Desenvolvimento Comunitário, do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD), está programado para perder 84% de sua equipe, de

⁹² A ideia inovadora não está apenas na imaginação conforme podemos ver na matéria disponível em: [Prefeitura de SP constrói muro de 40 metros de extensão e confina Cracolândia | São Paulo | G1](#)

⁹³ Matéria completa disponível em [Administração Trump planeja demissão em massa de escritório que financia programas para sem-teto](#)

acordo com um documento visto pela NPR. Essa meta é a mais profunda de qualquer escritório da agência.

"Esse corte proposto é enorme. E o potencial de impacto adverso no nível da comunidade e no nível nacional também é enorme ", disse Ann Oliva, que passou uma década no HUD e agora é CEO da National Alliance to End Homelessness.

O mesmo escritório também financia a recuperação de desastres e programas que ajudam as comunidades locais a construir moradias populares.

No geral, o Departamento de Eficiência Governamental de Trump, uma entidade conhecida como DOGE e supervisionada por Elon Musk, planeja reduzir a equipe do HUD pela metade. (Ludden, 2025)

Ou seja, o conceito de necropolítica de Achille Mbembe tão bem orquestrado e implementado pelo capital, principalmente – mas não somente –, no continente Africano, acaba de ganhar a sua versão mais recente no *Magic Kingdom*. Infelizmente para Trump a ação de Thanos no filme dos vingadores – onde em um estalar de dedos 50% da população mundial desaparecia – ainda não está disponível para o seu governo.

Nos bastidores da fratura do mundo consolidada, o que devemos ter clareza é de que as consequências da Lei Geral em virtude do da sua mega expansão global adentra em um momento de ineditismo sobre a sua impossibilidade de ser gerida à nível global. A resposta de Trump deve ser interpretada não como a de um déspota que atua somente em prol de seus interesses e de seus “aliados”. Ela é um retrato perfeito sobre o momento do capital e sua completa aversão em dar continuidade a gestão da barbárie criada por ele próprio.

Menegat (2017) ao realizar uma análise sobre esse caminho do fim da gestão da barbárie no Brasil já demonstrava o que queremos dizer deste processo agora definitivamente globalizado.

Uma economia política da barbárie se consolidou e é ela que explica os movimentos de alterações dos direitos trabalhistas, das aposentadorias, do teto de gastos, e, inclusive, do campo da conduta dos indivíduos cuja liberdade de escolha os direitos humanos tentavam preservar. Esta nova intencionalidade, mais crua e brutal, precisa ser entendida para além de simples maniqueísmos políticos. (Menegat, 2017, p. 11)

Seja aqui ou acolá estamos em fim de linha e a humanidade em excesso será relegada cada vez mais a própria sorte pois tal conduta diante da barbárie

é exatamente o que está sendo solicitada pelo ente que rege nossa civilização em estado de putrefação. Apesar desse comunicado em relação ao fim da gestão da barbárie, resquícios e tentativas dessa gestão continuam acontecendo com seus devidos contingenciamentos de gastos em todas as partes do globo, além do clamor a filantropia. E tal processo, que começa exatamente no desenrolar da crise estrutural do capital e no avançar do neoliberalismo, hoje, já apresenta sinais transparentes de que todas essas políticas e iniciativas públicas ou privadas não conseguirão nenhum êxito na mitigação da barbárie.

Sendo assim precisamos adentrar agora no perigoso mundo sobre o que fazer diante dessa tragédia. Mas se o arcabouço teórico-metodológico foi bem construído até aqui podemos desenhar algumas frentes diante desse cenário consolidado. Utilizaremos agora estritamente o exemplo brasileiro⁹⁴ em virtude da maior aproximação aos números e ações desenvolvidas, em especial à população em situação de rua. Faço valer a seguir minhas atuações em políticas públicas e pesquisas voltadas à pessoas em situação de rua

4.6 - A população em situação de rua como insígnia da barbárie: dados, fatos, políticas e respostas⁹⁵

Em entrevista à Folha de São Paulo⁹⁶ Robert Kurz ao comentar a dinâmica do sistema adverte que o

capitalismo, na verdade, nada mais é que um sistema industrial “bola de neve”, que converteu a transformação contínua e crescente de energia humana abstrata em dinheiro num fim em si mesmo. A revolução tecnológica microeletrônica põe fim a essa dinâmica, pois torna supérfluo, de maneira perene e absoluta, mais trabalho do que pode ser reabsorvido pela produção ampliada. Por isso os mercados financeiros se desvincularam, de modo estrutural, da economia de bases reais.

⁹⁴ Utilizando Paulo Arantes podemos continuar dizendo que ainda somos uma espécie de país do futuro com o sinal invertido. Costumo dizer aos municíipes juiz-foranos – cidade onde atualmente moro – que venho de uma cidade ainda mais futurística que é o Rio de Janeiro e que o futuro (sombrio) é logo ali na esquina.

⁹⁵ Durante o percurso do doutorado uma parte desse item foi utilizado para publicação de artigo científico.

⁹⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs141205.html>

A criação de moeda sem substância contradiz, entretanto, a lógica capitalista. Este é o verdadeiro nó da crise. Mas, enquanto não houver uma crítica prática, a agonia desse sistema pode arrastar-se sem prazo e criar novos surtos de pobreza e desespero (Kurz in Folha de São Paulo, 1997).

Essa advertência de Kurz é datada no final do século passado e, pouco mais de 10 anos depois quando os surtos de pobreza e desespero se materializam drasticamente nas populações em situação de rua das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo as da região sudeste, começaram os esforços governamentais específicos para com essa expressão da questão social decorrente da tal “bola de neve” descrita acima. No ano de 2008, em pesquisa inédita realizada à época para a contagem da população em situação de rua⁹⁷, o Brasil tinha uma estimativa de 31.922 pessoas nessa situação (Ministério do Desenvolvimento Social, 2009) e em 2015 esta estimativa já estava em 101.854 (IPEA, 2016), um aumento percentual de aproximadamente 300% em sete anos. Até março de 2020 – mês chave para pensarmos a expansão da população em situação de rua por conta da crise proveniente da COVID-19 – a estimativa do IPEA já apresentava mais do que o dobro de 2015 e contabilizava 221.869 pessoas em situação de rua. (IPEA, 2020). Em agosto de 2024, só entre os cadastrados na base do Governo Federal este número já ultrapassava as 300 mil pessoas. Ou seja, da primeira pesquisa realizada em 2008 até metade do ano de 2024 – em um intervalo de 16 anos conseguimos o admirável aumento aproximadamente na casa dos 1000%. Em 2020, de acordo com o censo realizado pela prefeitura de São Paulo já eram – só na cidade – um total de 24.000 pessoas e, apesar do número elevado, o principal Movimento social relacionado à população em situação de rua no Brasil – e não por acaso com atuação mais destacada na cidade paulista – contesta com veemência os números obtidos pelo censo e aponta números entre 30 a 35 mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo⁹⁸. Em junho de 2024 – última estimativa – o número já estava 80.369 pessoas em situação de rua. Estamos falando de

⁹⁷ A pesquisa Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua está disponível em: [untitled](#)

⁹⁸Dados disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/31/movimentos-denunciam-subnotificacao-em-censo-sobre-populacao-de-rua-de-sp>

números de uma cidade brasileira que supera em mais de 100% os números de todo o território nacional em um período de 16 anos.

Apesar do Brasil ter passado por um longo período administrado por um governo supostamente de esquerda – o Partido dos Trabalhadores –, e de ter implementado diversos programas e políticas voltadas para a atenção à pobreza – e também especificamente voltados a população em situação de rua –, fica evidente que o saldo e resultado obtido não só não consegue alterar o curso da barbárie do desenvolvimento do sistema, como os próprios números vistos acima apontam exatamente para o sentido contrário – o irrefreável aumento das expressões da questão social. A lógica que busca incessantemente uma reparação dos danos promovidos pelo sistema pela via do direito, portanto, pode ser apenas mais uma artimanha que oculta o real do que propriamente um caminho que ponha em xeque o seu avançar bárbaro.

Ainda assim, e de antemão, é vital, por mais que possa parecer contraditório, de que não há desmerecimento por toda a luta histórica que continua a ser travada em diversas trincheiras para que estes e outros direitos resistam às ofensivas do capital que, em seu momento de crise estrutural, avança perigosamente na retirada destes, até mesmo chegando ao limite de ir contra o reconhecido direito básico à vida. O que estamos desenhando nestas linhas críticas é de que haja um reconhecimento e transparência de que elementos como políticas públicas, serviços, direitos e o tão sonhado mundo do trabalho devem ser reconhecidos não apenas pelo seu lado “positivo”, mas também pela sua funcionalidade de manter todos nos seus devidos lugares para manutenção do *status quo*. Pastorini (2006) já alertava para uma tripla função das políticas sociais no capitalismo – social, econômica e política.

Por exemplo, a política de assistência social e sua expansão no Brasil não deve e nem pode ser interpretada apenas como um grande avanço no que tange a proteção daqueles que dela necessitam. Os próprios termos contidos dentro de seus documentos bases são ocultadores da lógica que conformam a questão social e suas expressões. As análises de Marx acerca das categorias centrais são substituídas pela centralidade da família, dos riscos sociais e da vulnerabilidade. Ganham força discursos que enveredam para o binômio exclusão/inclusão e empoderamento de indivíduos e famílias. A raiz da questão

social, a lei geral, a mercadoria e a relação harmônico-conflituosa entre capital e trabalho tornam-se idiossincrasias acadêmicas que em nada contribuem para a atuação diante da realidade miserável de “quem necessita”.

Ainda sobre essa política de assistência – que será o carro-chefe na atuação com as populações supérfluas em diversas partes do mundo assim como no Brasil – sua centralidade a partir dos anos 2000, muito bem retratada por Mota (2010) serviu para encobrir uma série de ataques e desmantelamentos de outras políticas públicas, entre elas, por exemplo, as outras duas que compõem a seguridade social⁹⁹: saúde e previdência. Mota nos diz sobre isso que

as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (Mota, 2010, p. 133-134)

Obviamente não se trata aqui de um ataque sobre a pertinência e importância da política de assistência social em um país de extrema desigualdade como o Brasil onde indivíduos e famílias – cada vez em maior quantidade – se utilizam dos direitos provenientes desta para a árdua tarefa básica de sobrevivência diante da barbárie. Mas, cada vez mais torna-se necessário o desocultamento sobre a necessidade ininterrupta dessa “ampliação”. Ampliação esta que também teve participação direta em influências de organismos internacionais tais como o banco mundial e a ONU.

Mota nessa tentativa de desocultar a essência da política de assistência social explica:

⁹⁹ São diversos os livros e trabalhos acadêmicos que versam sobre a seguridade social brasileira e não vou me alongar sobre o assunto. Entretanto, a própria ideia de seguridade social composta por três políticas que deveriam ser entre si complementares, quando formatadas em um tempo histórico descompassado à sua ideia, foram se constituindo como políticas estanques e extremamente precarizadas ao longo do tempo e, ainda assim, com margens para pioras.

A Assistência social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (Mota, 2010, p. 141)

A população em situação de rua enquanto “grupo prioritário” dessa política demorou para surfar nessa onda da centralidade da assistência. Somente ao final da década de 1990 nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte foi possível ver algumas iniciativas públicas voltadas à esta população. É interessante ressaltar que o primeiro decreto municipal (1997)¹⁰⁰ é de uma referência teórica do Serviço Social. Aldaíza Sposati vereadora à época elaborou o projeto de lei que versava sobre a obrigatoriedade do poder público no atendimento à população em situação de rua. Antes disso, todas as iniciativas voltadas para esse público se resumiam a sociedade civil como um todo. Cenário este que pode facilmente apresentar-se em um futuro próximo.

Apesar de algumas movimentações “favoráveis” começarem a acontecer com mais frequência após a eleição do primeiro governo Lula, ações mais concretas só começam mesmo após um evento de grande visibilidade midiática conhecido como chacina da praça da Sé¹⁰¹ em 2004 quando após ataques na madrugada homens com barras de ferro e pedaços de madeira assassinaram 7 e feriram gravemente 6 pessoas em situação de rua que dormiam na praça. O crime estabeleceu um marco para a criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e instituiu a data para celebrar o dia nacional da luta da população em situação de rua no país.

A partir de 2004 com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Brasil passou a desenvolver uma série de políticas, leis e decretos federais

¹⁰⁰ Disponível em: [DECRETO Nº 40.232 DE 2 DE JANEIRO DE 2001 « Catálogo de Legislação Municipal](#)

¹⁰¹ Disponível em: [Massacre da Praça da Sé completa 18 anos e continua sem solução | Revista Fórum](#)

voltados ao atendimento dessa população. Em destaque o decreto¹⁰² de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), decreto este que também criou o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP) além da previsão para implementação dos centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua (Centro POP); em 2011 no âmbito da saúde, através da portaria nº 2.488¹⁰³ do Ministério da Saúde incluiu na Política Nacional de Atenção Básica as equipes de Consultório na Rua (CnR).

Obviamente que, do surgimento da LOAS em 1993 até o estabelecimento da PNAS em 2004, e mais a frente a PNPSR em 2009, a frase clássica atribuída a política não contributiva que versava que a assistência social seria prestada a quem dela necessitar ganhou proporções significativas ao longo destes anos. E, não por acaso, a centralidade da política de assistência social criticada por Mota (2010) ganha novos contornos e se torna ainda mais atual na contemporaneidade.

Entretanto, para além desse mote importante é necessário o reconhecimento de que, por maiores que sejam os esforços políticos à níveis federais, estaduais e municipais, se estivermos atentos as linhas de análise construídas até aqui, todo este esforço – que claramente também é atravessado pelas precarizações, cortes de orçamento e toda as intempéries advindas da crise estrutural e de crises políticas advindas desta – o ritmo de crescimento dos supérfluos e, em específico, da população em situação de rua será incontrolável. Ou seja, por mais que a famigerada política de assistência social tente acompanhar e atuar com precisão na expressão da questão social ao longo do tempo – o que não vai acontecer por motivos óbvios advindos de um claro esgotamento da possibilidade de gestão da barbárie – esta não conseguirá mitigar o problema.

Se pegarmos os números de crescimento dessa população supérflua aqui e acolá, o que altera de um local para outro – quando muito – é o ritmo em que ela se dá, mesmo quando adotadas políticas de mitigação do problema como é

¹⁰² Disponível em: [Decreto nº 7053](#)

¹⁰³ Disponível em: [Ministério da Saúde](#)

o caso de diversos países que adotaram o *housing first*¹⁰⁴. O sucesso momentâneo dessa política, em específico, aconteceu em diversos territórios. O exemplo mais sólido e duradouro foi o da Finlândia. Em matéria¹⁰⁵ veiculada em 2017 os números apontavam para o grande êxito finlandês com a política e apresentava da seguinte maneira:

Como a Finlândia conseguiu tirar da rua e reintegrar os sem-teto

Londres, Berlim, Paris e outras grandes cidades dos países mais prósperos da Europa têm algo em comum: tentam, sem sucesso, conter ou reduzir o número de sem-teto em suas ruas.

A cena de pessoas desabrigadas dormindo nas ruas ainda faz parte do cotidiano destas sociedades que, apesar de terem sistemas de bem-estar social robustos, não conseguem tirar das ruas e reintegrar os sem-teto na sociedade.

Mas há uma exceção. A Finlândia é apontada como o único país da União Europeia (UE) que resolveu a questão dos sem-teto. (BBC Brasil, 2017)

Entretanto, como tudo que é sólido desmancha no ar, atualmente a Finlândia já vê novamente um crescimento de pessoas em situação de rua, assim como todos os países que adotaram o *housing first* ou outras políticas na tentativa de conter tal avanço. Todos os países do G20, quando apresentamos os números em relação a população em situação de rua, tiveram aumentos graduais que comprovam a irrefreabilidade dessa tendência – e novamente deixando claro que aqui não se trata de um ataque as políticas e ao aumento de direitos em prol das pessoas em situação de rua e sim uma crítica de que estes não desembocarão em um mundo melhor.

Voltando ao Brasil: o desenrolar histórico posterior aos governos petistas nos apresentam que é sempre necessário manter um olho no peixe e outro no gato quando o assunto é manter os poucos direitos que nos restam – apesar destes cumprirem tacitamente o seu papel de manutenção do *status quo*. Experimentamos no ínterim desse processo de colapso civilizatório o que alguns

¹⁰⁴ O *housing first* modelo de política para mitigar o número de pessoas em situação de rua que adota, tal como sua nomenclatura sugere, a medida de concessão permanente de casas sem pré-condições estabelecidas. O modelo que surgiu em Nova Iorque na década de 1990 foi adotado em diversos países como: Canadá, Holanda, Portugal, Austrália, Dinamarca, Finlândia etc.

¹⁰⁵ Disponível em: [Como a Finlândia conseguiu tirar da rua e reintegrar os sem-teto - BBC News Brasil](http://www.bbc.com.br/noticias/internacional/2017/01/17/finlandia-tira-sem-teto-rua-reintegrar)

autores adjetivaram como ultraneoliberalismo, necropolítica, extrema-direita, entre outros nomes – e podemos em breve, como demonstram países vizinhos e superpotências mundiais, retornar para esse insólito lugar. Um governo que para além de todas as suas deletérias ações e conduções ainda “ganhou” o presente de grego de atravessar por uma das piores pandemias da história da humanidade. Na operação básica de soma da catástrofe da pandemia com a catástrofe administrativa de Bolsonaro, o resultado no que tange a população em situação de rua foi a sua imediata ampliação. A atuação do governo federal ultrapassou tanto os limites do aceitável, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a emitir, em 25 de julho de 2023¹⁰⁶, uma medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976¹⁰⁷. Tal medida tornou obrigatória a observância das diretrizes da PNPR, chancelada pelo Decreto nº 7.053/2009, por todos os entes federados, e determinou uma série de ações a serem adotadas pelos poderes públicos. A primeira delas é a elaboração, pelo Executivo federal, de um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da PNPR. Este fato culmina no ano de 2024 na construção do Plano “Ruas Visíveis”¹⁰⁸.

Os dados do IPEA apresentam que nos dois anos no curso da pandemia de COVID-19 aproximadamente 60 mil pessoas em situação de rua se somaram ao quadro pré-pandêmico. Devemos ainda ressaltar o não dito – e não pesquisado; e não estratificado; e não levantado –, que não houve em território nacional nenhum recorte qualitativo e confiável sobre o número de óbitos de pessoas em situação de rua durante a pandemia. Os dados são tão escassos, e quando existentes tão pequenos, que escancaram o aumento da invisibilidade destas pessoas durante o período.

Durante essa trajetória que vai do esforço do “Aprendendo a contar” de 2008 até o novíssimo Plano “Ruas Visíveis”, o aumento significativo de pessoas em situação de rua também nos leva a um acúmulo de informações, estimativas,

¹⁰⁶ Mesmo após o fim desse governo trágico, mas, obviamente se referindo à este.

¹⁰⁷ Arguição de descumprimento de preceito fundamental está disponível em:
<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf>

¹⁰⁸ Disponível em: [Plano Ruas Visíveis — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania](https://www.mdh.gov.br/plano-ruas-visiveis)

pesquisas, serviços, equipamentos e trabalhos voltados para, e sobre, esta população. Ainda que seja necessária uma sistematização densa e cruzamentos de dados, alguns autores e pesquisadores identificam que três dimensões aparecem como as causas principais desta expressão da questão social. São elas:

- 1) A exclusão econômica, envolvendo a insegurança alimentar, o desemprego e o déficit habitacional nos grandes centros. 2) A fragilização ou ruptura de vínculos sociais, particularmente os familiares e comunitários, por meio dos quais essas pessoas poderiam ser capazes de obter acolhimento em situações de dificuldade. 3) Os problemas de saúde – em especial, mas não somente, aqueles relacionados à saúde mental. (Natalino, 2024, p. 18)

Obviamente essas dimensões se cruzam, são perpassadas uma sobre as outras e assim são de grande relevância para uma análise mais completa sobre o assunto. Entretanto iremos apenas nos ater à questão do trabalho, ou melhor, da significativa ausência dele.

Ainda flutuando sobre as três dimensões apresentadas podemos nos questionar o quanto complexo se torna pensar em inserção no mercado de trabalho tendo em vista a questão de ausência de moradia e a presença significativa nesta população de problemas de saúde, mais especificamente de saúde mental e, sendo mais específico ainda, com um índice importante de uso abusivo de álcool e drogas. Não à toa a predominância na busca vital de dinheiro esteja atrelada a trabalhos informais, os famosos bicos.

Mas, se o que já trouxemos aqui enquanto análise não tiver sido lido ou ignorado, podemos ir além desses questionamentos e perguntar o quanto válido é essa inserção no mercado de trabalho? Novamente precisamos estar atentos para uma possível má interpretação sobre a importância de ainda restar no universo do improvável, vagas de trabalho que possam ser preenchidas por este grupo populacional e de que esta inserção seja de extrema relevância para sua vida já que nas circunscrições desta sociedade a vida humana só ganha valor se inserida na dinâmica de valorização do próprio valor.

Sendo assim precisamos pensar na razoabilidade dos fatos de que estas vagas que ainda restam são as que provavelmente deixarão de existir em breve. Fato este que serve tanto para esta população quanto para aqueles que ainda

serão acometidos pela constante agudização dos números, tanto das pessoas em situação de rua quanto aos de desempregados. São duas tendências imparáveis na dinâmica desta sociedade.

Sendo assim podemos analisar partes importantes das políticas voltadas a população em situação de rua quando versam sobre esse assunto. Seria uma mistificação da realidade ou apenas uma não aceitação do que já está concretizado? Apesar de tal pergunta causar um certo incômodo pelo fato de que nesta sociabilidade o trabalho seja algo central para o estabelecimento e acesso a uma vida digna, o contrário é que deveria exatamente causar tal incômodo. Por que nessa centralidade do trabalho toda a vida humana é inserida na dinâmica de valorização do valor? Para quê?

Mas o primeiro questionamento obviamente é o que impulsiona ações e conduções nas mais variadas políticas sociais voltadas a essa população. Ainda assim é interessante em uma análise mais refinada perceber que a menção sobre inserção socioprodutiva, inserção no mundo do trabalho, cursos profissionalizantes etc., não possuam tanta incidência nos documentos. Por exemplo, na tipificação na área voltada aos serviços da população em situação de rua ela só aparece no serviço acolhimento em repúblicas – serviço este que não existe em grande parte do território nacional. Em relação ao equipamento mais comum – os Centros POP com 246 unidades em todo território nacional – não existe nenhuma referência direta a questão do trabalho e nos serviços de acolhimento institucional a questão da reinserção socioprodutiva aparece em um dos objetivos específicos voltados para adultos e também na articulação de rede. No Plano “Ruas Visíveis” a questão do trabalho e as ações a serem desenvolvidas aparecem apenas no penúltimo eixo – com o investimento de R\$1.230.000,00 (0,1% do investimento total). O eixo apresenta o seguinte texto: “Ampliação do acesso da população em situação de rua ao mundo do trabalho, por meio de cooperativismo, associativismo, qualificação profissional, fomento a empreendimentos solidários e estímulo à contratação pela iniciativa privada e pelo setor público”. (Brasil, 2024)

No Plano são dedicadas 3 páginas ao eixo com 3 objetivos de base: Fomento ao cooperativismo e associativismo, com quatro metas acerca do objetivo; Medidas para qualificação profissional, com uma meta estabelecida e

Medidas de indução para empregabilidade via setor privado, também com uma meta estabelecida.

Apesar de ser um eixo com um reduzido escopo de metas e ações e que, em partes, responde aos anseios da própria população em situação de rua que clama pelo retorno ao mundo do trabalho, faz-se necessário deixar claro que tal caminho está para a resolução do problema do desemprego assim como o placebo está para a cura do câncer.

Ainda assim, essas doses homeopáticas presentes na tipificação e no novíssimo Plano, como disse acima, se encontra com o imaginário real de aproximadamente 40% da população em situação de rua que avalia o desemprego como o principal motivo para estarem ali¹⁰⁹. Tal percepção também foi encontrada à nível local, e aqui abro um parêntese para alguns resultados do censo e diagnóstico da população em situação de rua no município de Juiz de Fora¹¹⁰ do qual tive a oportunidade de participar enquanto membro da equipe. Uma das perguntas versava exatamente sobre a autopercepção destes sobre o que precisariam para sair daquela situação.

Neste bloco, dentre os 190 respondentes do diagnóstico, 22 pessoas (11,6%) não responderam o que é preciso para sair da situação de rua, e uma minoria, 2 pessoas (1,1%), afirmaram não saber responder a essa pergunta. Ou seja, foram 166 respostas ao todo. Além disso, como se tratava de uma pergunta aberta, houve a possibilidade de mais de uma resposta por entrevistado. Segue abaixo a tabela geral das respostas da seção:

¹⁰⁹ Inúmeras matérias e pesquisas apontam para esse percentual encontrado. Uma delas pode ser visualizada em artigo do IPEA disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14597-briga-de-familia-e-desemprego-sao-os-motivos-mais-citados-por-pessoas-em-situacao-de-rua-para-explicar-sua-circunstancia>

¹¹⁰ O relatório final do censo está disponível em: [Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua em Juiz de Fora - MG](https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14597-briga-de-familia-e-desemprego-sao-os-motivos-mais-citados-por-pessoas-em-situacao-de-rua-para-explicar-sua-circunstancia). Também à nível local o censo apresentou que em um curto período de apenas 6 anos o aumento da população em situação de rua chegou a 110%.

Tabela: O que mais você precisa para sair da situação de rua?

O que precisa	Sim		Não Citou		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Emprego	80	48,2	86	51,8	166	100
Moradia	74	44,6	92	55,4	166	100
Dinheiro	31	18,7	135	81,3	166	100
Acompanhamento médico	19	11,4	147	88,6	166	100
Acompanhamento psicológico	16	9,6	150	90,4	166	100
Família	4	2,4	162	97,6	166	100
Documentos	9	5,4	157	94,6	166	100
Não quero sair da rua	8	4,8	158	95,2	166	100
Outros	29	17,5	137	82,5	166	100

Fonte: Censo e diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora (2023)

Portanto, as principais respostas obtidas foram:

- 80 entrevistados (48,2%) disseram que precisam de um emprego para sair da situação de rua;
- 74 entrevistados (44,6%) disseram que precisam de moradia para sair da situação de rua;
- 31 entrevistados (18,7%) disseram que precisam de dinheiro para sair da situação de rua;
- 19 entrevistados (11,4%) disseram que precisam de acompanhamento médico e 16 entrevistados (9,6%) disseram que precisam de acompanhamento psicológico para sair da situação de rua.

Novamente percebe-se que a questão relativa ao emprego, e somado a ela a sua íntima relação com a necessidade de dinheiro, são os principais aspectos de entendimento desta população para deixar a situação de rua. Soma-se ao fato a necessidade de moradia que também perpassa pela ausência de emprego e dinheiro. Tais respostas apontam para questões de ordem estrutural

de difícil resolução via políticas públicas e totalmente associadas com as questões de fundo teórico que apresentamos até agora. Tais questões que perpassam a vida de inúmeras outras pessoas que não estão em situação de rua apontam para uma tendência ao aumento da população em situação de rua ao longo dos anos exatamente pela ausência destes três “elementos” – moradia, emprego e dinheiro, cuja tendência de aumento segue a própria dinâmica já bem apresentada quando falamos sobre a lei geral da acumulação capitalista.

Ou seja, as respostas¹¹¹ dadas por essa população corroboram com o que falávamos em linhas anteriores sobre o quanto uma dominação abstrata já está inculcada em todos. Como um feitiço, o capital aponta aos supérfluos “saídas” que, na verdade, são elas próprias os motivos que os levaram a sua condição de ser supérfluo.

Outro aspecto que precisamos apontar ao avaliamos essas respostas é que o tripé principal apresentado (emprego, moradia e dinheiro) como condições necessárias para sair da situação de rua cumpre também uma das funções essenciais de pressão dessa enorme gama de supérfluos sobre aqueles “privilegiados” que ainda possuem uma miserável vaga no mundo do trabalho; uma moradia precária mesma que alugada ou cedida e qualquer montante de dinheiro mesmo que irrisório. Ou seja, a própria autopercepção dessa população tem uma importância para a manutenção do *status quo* que a conforma e exponencia.

O que podemos atestar com isso é que naturalmente, sem as mediações que trabalhamos aqui, a saída das ruas para esse universo de aproximadamente 40% - hoje já com números superiores a 300 mil pessoas no território nacional – está no sonho de um trabalho assalariado estável; ou em uma cooperativa; ou até mesmo em um empreendimento individual que altere essa condição.

¹¹¹ Ainda sobre as respostas obtidas neste diagnóstico o campo da saúde também merece destaque, pois 35 (21%) apontaram sobre a necessidade de acompanhamento médico e psicológico como um fator importante para deixar a situação de rua. E, obviamente, essas péssimas condições de vida também são consequentes da configuração da sociedade capitalista interferindo direta e indiretamente na saúde da população em situação de rua.

Para finalizar queremos dizer que, seja em Juiz de Fora com um plano municipal, seja no Brasil com um Plano de orçamento bilionário ou em qualquer outro lugar do planeta, se estivermos certos com nossa análise, as ações de qualquer um deles, mesmo que bem-sucedidas na efetivação de suas metas, verá em seu “plano futuro” um horizonte ainda mais grave para resolução.

A população em situação de rua das grandes cidades – e as que caminham na mesma direção como é o exemplo de Juiz de Fora – é o retrato mais fiel de pessoas que perderam todos os meios para a realização das necessidades mais básicas. O crescimento ininterrupto dessa população – se tomarmos por base a ideia central de que não existe resolução na ordem estabelecida pelo capital – não pode mais ser encarado como um problema de falta de políticas públicas ou falta de direitos. Apresentá-las como algo positivo, progressista e com algum potencial assemelha-se mais a histórias folclóricas do que a trabalhos sérios e transparentes com suas finalidades. Políticas e direitos, nesse sentido, precisam ser analisados também como fenômenos a mais da barbárie do nosso tempo. Mota sobre isso nos traz uma reflexão necessária quando fala:

Neste sentido, coloca-se o maior desafio para os que professam o pessimismo da razão e o otimismo da vontade: distinguir e compreender a necessidade objetiva da ampliação da assistência diante do agravamento da pobreza, sem a ela hipotecar o principal, e às vezes único mecanismo de enfrentamento da questão social. (Mota, 2010, p.145)

Ou seja, apesar de políticas públicas voltadas para essa população, o atendimento a todos se torna extremamente improvável. A filantropia, por sua vez, entra em ação e não por acaso um Padre¹¹² seja o principal expoente na defesa desta população hoje no Brasil. Refilantropização da questão social, retrocesso de direitos sociais, desemprego estrutural, será que esta linha regressiva que aponta para um aprofundamento da barbárie é apenas mais uma crise cíclica? Ou será que estamos lutando arduamente por um tempo histórico que aconteceu em uma determinada parte do globo e que parece não existir a menor probabilidade no atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista de voltar a acontecer? O estado de mal-estar precisa ser encarado pela

¹¹² Aqui a referência é o Padre Júlio Lancelloti, figura importante na atuação junto a população em situação de rua, principalmente na cidade de São Paulo.

intelectualidade de forma a demonstrar que estamos em ruínas e submersos na barbárie!

5. A MIRAGEM, O SERVIÇO SOCIAL E OS SUPÉRFLUOS: Considerações finais para uma sociabilidade em fim de linha

Menegat (2019) em determinado momento de uma entrevista professou as seguintes palavras e precisamos definitivamente entendê-las:

A humanidade não cabe mais nos cálculos da economia. Impõe-se uma escolha como nunca antes havia se colocado: ou o capitalismo (que é a barbárie cotidiana em que vivemos, em permanente progressão) ou a existência da humanidade (que somente poderá se efetivar em outra forma de socialização). A esquerda – não creio esta ser uma boa definição para as oposições políticas existentes hoje no país – faz mal em insistir na defesa daquilo que não pode mais conter a maioria dos brasileiros. Sua atuação pressupõe, ao que dizem, outros cálculos. Mas, na verdade, não passam de um tipo particular de astúcia da razão que, ao fim, promete a felicidade e o bem-estar sem superar o capitalismo. Como isso é possível eles não sabem, mas vivem dessa promessa. As massas de trabalhadores precários ou desempregados não têm e não terão direitos. A defesa dos direitos só pode ser daqueles que ainda o têm, e apenas os deles. Esta é uma boa ilustração do caráter conservador e de defesa de privilégios que acaba adquirindo a repetição de caminhos que no passado recente foram progressistas e agora carecem completamente de substância para se sustentarem. Seria necessário pensar em outras formas de socialização que não sejam mais mediadas pelo dinheiro e pela produção de mercadorias – e sem que isto represente a consolidação da regressão às cavernas em que mergulhamos. (Menegat, 2019, p. 196)

Na execução dos planos infalíveis, serviços especializados e centros de atendimento aos supérfluos espalhados pelo mundo atuam inúmeros profissionais imersos na barbárie. Um grande contingente destes profissionais – não por acaso – engrossam as fileiras de trabalhadores que adoecem mentalmente. Todos os anseios e esperanças por pequenas doses diárias na frenética busca de uma solução do insolúvel chegam até esses técnicos, como são conhecidos. Lembrando que as dimensões principais que culminam na situação dos supérfluos são marcadas por ausências: ausência de moradia, ausência de trabalho assalariado, ausência de vínculos familiares, ausência de

saúde e ausência de pertencimento. É exatamente neste quadro que os técnicos estão presentes para atuar, mas, o que fazer?

Na rotina desses profissionais são utilizadas praticamente todos os outros elementos que estão escritos em diversas políticas espalhadas pelo planeta. Aqui no Brasil temos a tipificação, a inserção no cadastro único, asseguranças afiançadas pelo SUAS, as atividades ofertadas pelo espaço, a alimentação, o banho, o lugar onde dormir e o lugar onde ficar (não morar!). Mas são nessas ausências que os técnicos se debruçam e se esforçam diariamente em uma luta insana cujo as derrotas são o lugar comum. Tentativas de articulação com a saúde por vezes encontram êxito, se bem estruturados os fluxos de atendimento entre equipamentos de políticas distintas, mas que estão inseridas em uma mesma lógica, o da segurança! Tentativas pontuais e transitórias no que concerne a ausência de moradia são vencidas através de inserções em outros espaços ou até mesmo pela concessão de benefício tal como o aluguel social por aqui e o *housing first* em outros cantos. Tentativas de reconstrução de vínculos familiares apesar de incomuns também aparecem no cotidiano e, por fim, tentativas de reinserção no mundo do trabalho também acontecem e, apesar das poucas linhas traçadas, é aqui que costuma residir o maior carro chefe do trabalho para com essa população.

Vagas de emprego, mutirões, cursos profissionalizantes, oficinas empreendedoras, são tantas as iniciativas advindas principalmente por assistentes sociais sobre esse assunto que parece, de fato, que a realidade apresenta sim uma possibilidade de retorno. Correto? Sim! A possibilidade sempre vai existir. O problema, como dissemos, é a probabilidade!

O pauperismo – última camada da superpopulação relativa – é hoje global e, seu crescimento consegue, mesmo diante de inúmeros episódios de violências, fome, precárias condições de saúde e até de doenças dizimadoras tais como a AIDS, o cólera e a mais recente Covid19, alargar sua base em ritmo e proporções avassaladoras. Ainda assim, essas consequências avassaladoras à humanidade são levadas a todo o momento para outro plano sempre muito distante do seu atrelamento ao MPC. Portanto, a crítica deve ser dirigida, mais do que nunca, a todas as categorias fundantes, ou seja, todas as formas de socialização subordinadas à mercadoria e ao dinheiro.

Neste cenário a população em situação de rua não pode mais ser vista como uma expressão da questão social excluída do acesso a direitos. Há de se inverter essa análise e avaliarmos também se o acesso a direitos não cumpre um importante papel no seu aspecto fetichista. Lutar, por exemplo, por mais postos de trabalho medíocres com remunerações igualmente medíocres – que se assemelham a soma das esmolas jogadas por transeuntes sobre o corpo dessa população – é não encarar a verdade posta que tal ato é mais um entre os tantos outros criados com a tentativa de “empurrar o problema com a barriga”.

Quando antes dos êxitos aprendermos que a derrota é o lugar comum nesse trabalho conseguiremos ver que as probabilidades são um universo bem mais restrito do que o mundo da fantasia do possível. Os supérfluos e, em um escopo até maior, os usuários da assistência social (pré-supérfluos) precisam ser atendidos sem a construção de uma miragem no horizonte – aquela falsa esperança que as coisas vão melhorar. Assim como as possibilidades são extremamente difundidas à essa população, as probabilidades também precisam ser de conhecimento público desta – que por vezes já possuem melhor esse entendimento do que os próprios profissionais diante de suas realidades. Porque é exatamente quem vivencia essas experiências de derrota que pode construir diante de quadros de probabilidades negativas novas possibilidades e caminhos não instituídos.

Talvez, esse mundo do trabalho que insistimos em apresentar esteja tão ultrapassado por conta da sua mediação com o valor que populações que estejam descartadas e indesejadas por esse lugar nos apresentem alternativas bem mais interessantes do que nossas técnicas de busca por resoluções para suas próprias ausências. Assim como não podemos nos levar pela sanha do imediato advinda dessas populações supérfluas quando estas identificam a saída por estes caminhos.

Precisamos entender de uma vez por todas que estamos em uma sociedade em fim de linha. Vivenciamos um mal-estar de uma civilização em estado de putrefação que coisifica os humanos e os animaliza. A barbárie é parte constante em cada esquina de uma grande cidade onde o capital circula freneticamente tornando cada vez mais descartável a parte variável que não é mais necessária em sua equação. Indicadores que comprovem e transpareçam

essa realidade precisam estar presentes em nosso cotidiano profissional. Capturar alternativas que estejam no horizonte dessa própria população, criar em conjunto com elas saídas que desviam da rota do trabalho assalariado e do valor e, definitivamente, parar de alimentar falsas esperanças devem ser, portanto, a direção principal do nosso trabalho e, talvez, um novo ponto de partida!

A produção de barbárie, portanto é uma condição *sine qua non* que é impossível de ser erradicada sob essa lógica societária. Iniciativas de solidariedade, combate à fome, ensinar a pescar, transferências de renda, políticas sociais, Estado de bem-estar e outras quinhentas artimanhas e tentativas de frear as consequências da lei geral não só não tiveram êxito ao longo da história como viram estas se multiplicarem no seu curso. Mas de antemão não estamos aqui para atacar e nem questionar uma série de conquistas da classe trabalhadora à duras penas e muita luta frear essa locomotiva desenfreada que se tornou o movimento do capital, mas sim deixar claro novamente – penso que se faz necessário ainda hoje – que apenas a dissolução deste modo de produção é passível de pôr fim a Lei geral e suas barbáries.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Crise da globalização e lógica destrutiva do capital – Notas sobre o sócio-metabolismo da barbárie**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6912/6377>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.
- ALVES, Giovanni. **O duplo negativo do capital**. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br>. Acesso em: 12 de maio de 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Infoproletários**. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br>. Acesso em: 15 de junho de 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Um novo espectro ronda o mundo: o trabalho na era da inteligência artificial**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/01/09/um-novo-espectro-ronda-o-mundo-o-trabalho-na-era-da-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 13 de setembro de 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- APURE GURIA. **Morador de rua na Inglaterra: a verdade que ninguém conta**. Disponível em: <https://apureguria.com/europa/inglaterra/morador-de-rua-na-inglaterra/>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.
- ARANTES, Paulo. **Zero à esquerda**. São Paulo. Conrad, 2004.
- ARBIA, Alexandre Aranha. **Elementos sintéticos para uma compreensão da crise estrutural do capital**. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 2, n. 2, p. 139-154, dez. 2015. eISSN: 2447-4851. Disponível em: <https://rbo.emnuvens.com.br>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.
- BBC NEWS BRASIL. **Uso do fentanil se torna epidemia de mortes por overdose em Washington**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0vyn1xye4o>. Acesso em: 22 de julho de 2024.
- BBC NEWS BRASIL. **Histórias de trabalho escravo no Rio de Janeiro**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151130_rio_trabalho_escravo_fe_hb. Acesso em: 15 de outubro de 2024.
- BBC NEWS BRASIL. **Trabalho infantil sobe pela primeira vez em 20 anos e atinge 160 milhões de crianças**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-39453230>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

BLANK, Javier. **Para uma crítica radical ao capital e das suas forças produtivas**. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora. Libertas. 2011.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS). **Rua: Aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2009. Inúmeros artigos.

BRASIL DE FATO. **Movimentos denunciam subnotificação em censo sobre população de rua de SP**. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/31/movimentos-denunciam-subnotificacao-em-censo-sobre-populacao-de-rua-de-sp>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

CALLEIA, Fábio. **Aspectos educacionais e população em situação de rua: Uma análise crítica a partir do diagnóstico Juiz-forano**. In: Pesquisa e políticas públicas com a população em situação de rua: Uma reflexão a partir da realidade de Juiz de Fora – MG. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora. América, 2024.

CALLEIA, Fábio. **Uma rua sem saída: A autopercepção da população em situação de rua para superação da condição e as contradições impostas pela realidade**. In: Pesquisa e políticas públicas com a população em situação de rua: Uma reflexão a partir da realidade de Juiz de Fora – MG. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora. América, 2024.

CALLEIA, Fábio. **A população em situação de rua como insígnia da barbárie**. Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais [...] Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2021.

CAVALCANTI, Tiago. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. São Paulo. Boitempo, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em:
<https://www.boitempoeditorial.com.br>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

DATA UN. **Labor Force and Unemployment Statistics**. Disponível em:
https://data.un.org/_Docs/SYB/PDFs/SYB67_329_202411_Labour%20Force%20and%20Unemployment.pdf. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

DATA UN. **International Migrants and Refugees Statistics**. Disponível em:
https://data.un.org/_Docs/SYB/PDFs/SYB67_327_202411_International%20Migrants%20and%20Refugees.pdf. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

DW. **Cada vez mais menores trabalham em África**. Disponível em:
<https://www.dw.com/pt-002/dia-mundial-contra-o-trabalho-infantil-cada-vez-mais-menores-trabalham-em-%C3%A1frica/a-62107796>. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

EIRAS, Alexandra. **Totalidade concreta, capitalismo e serviço social.** *Libertas*. Disponível em: <https://libertas.emnuvens.com.br>. Acesso em: 18 de julho de 2024.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista.**

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2010.

EURO DICAS. Sentimento anti-imigração cresce em toda a Europa - conheça o contexto em diversos países. Disponível em: <https://www.eurodicas.com.br/anti-imigracao-na-europa/>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

EXAME. Os 13 maiores campos de refugiados do mundo. Disponível em: https://exame.com/mundo/os-13-maiores-campos-de-refugiados-do-mundo/?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=barra-compartilhamento. Acesso em: 17 de novembro de 2024

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando Fora da Própria Sombra. A escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004

FOLHA DE SÃO PAULO. Entrevista com o sociólogo Robert Kurz. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs141205.htm>. Acessado em 24 de julho de 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. O número de pessoas que vivem nas ruas atingiu um novo recorde nos Estados Unidos [...] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DEKQ0DquYiM/>. Acesso em: 16 de julho de 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Impactos sociais diversos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs141205.html>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Censo da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

G1. Homem morre por suspeita de hipotermia após noite gelada em São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/08/20/homem-morre-por-suspeita-de-hipotermia-apos-noite-gelada-prefeitura-de-sp-tem-vagas-para-62percent-de-pessoas-em-situacao-de-rua.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

G1. Número de desempregados no mundo deve alcançar 190,5 milhões neste ano, diz OIT. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/20/numero-de-desempregados-no-mundo-deve-alcancar-1905-milhoes-neste-ano-diz-oit.ghtml>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

G1. Prefeitura de Paris está tirando imigrantes sem teto das ruas e os levando para outras cidades antes das Olimpíadas, diz jornal. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/olimpiadas/paris-2024/noticia/2024/07/11/prefeitura-de-paris-esta-tirando-imigrantes-sem-teto-das-ruas-e-os-levando-para-outras-cidades-antes-das-olimpiadas-diz-jornal.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

G1. Exploração de trabalhadores estrangeiros ilegais mancha organização da Olimpíada de Paris. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/26/exploracao-de-trabalhadores-estrangeiros-ilegais-mancha-organizacao-da-olimpiada-de-paris.ghtml>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

G1. Copa do Mundo: trabalho escravo na construção civil aproxima Qatar e Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/11/copa-do-mundo-trabalho-escravo-na-construcao-civil-aproxima-qatar-e-brasil/>. Acesso em: 23 de agosto de 2024.

G1. MPT afirma que 14 trabalhadores de uma empresa terceirizada foram resgatados em situação análoga à escravidão durante o Rock in Rio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/12/18/mpt-afirma-que-14-trabalhadores-de-uma-empresa-terceirizada-foram-resgatados-em-situacao-analogica-a-escravidao-durante-o-rock-in-rio-2024.ghtml>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

G1. Prefeitura de SP constrói muro de 40 metros de extensão e confina Cracolândia. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/01/15/prefeitura-de-sp-constroi-muro-de-40-metros-de-extensao-e-confina-cracolandia.ghtml>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

GOV.BR. Pesquisa de dados da população em situação de rua dentro do bloco do G20. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/pesquisa-de-dados-da-populacao-em-situacao-de-rua-dentro-do-bloco-do-g203>. Acesso em: 11 de dezembro de 2024.

GOV.BR. Declaração final do G20 exalta combate à fome, taxação de super-ricos e mudanças na governança global. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/noticias/2024/11/declaracao-final-do-g20-exalta-combate-a-fome-taxacao-de-super-ricos-e-mudancas-na-governanca-global>. Acesso em: 02 de dezembro de 2024.

GOV.BR. Plano Ruas Visíveis pelo Direito ao Futuro da População em Situação de Rua. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_rua1.pdf/view. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

GRESPAN, Jorge. O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Expressão popular, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HASELL, Joe; ROSER, Max. OUR WORLD IN DATA. **How do we know the history of extreme poverty?** Disponível em: <https://ourworldindata.org/extreme-history-methods>. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IGN BRASIL. **Construção de fábrica da BYD no Brasil sofre embargo parcial: centenas de trabalhadores da China estavam em “condições análogas à escravidão”.** Disponível em: <https://br.ign.com/byd/135075/news/construcao-de-fabrica-da-byd-no-brasil-e-suspensa-centenas-de-trabalhadores-da-china-estavam-em-cond>. Acesso em: 13 de setembro de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa da População em situação de rua no Brasil.** Brasília, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa da População em situação de rua no Brasil.** Brasília, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Briga de família e desemprego são os motivos mais citados por pessoas em situação de rua para explicar sua circunstância.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14597-briga-de-familia-e-desemprego-sao-os-motivos-mais-citados-por-pessoas-em-situacao-de-rua-para-explicar-sua-circunstancia>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

IHU ONLINE. **O caso de amor entre a prostituição internacional e o capitalismo.** Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/519672-o-caso-de-amor-entre-a-prostituicao-internacional-e-o-capitalismo-entrevista-especial-com-richard-poulin>. Acesso em: 13 de agosto de 2024.

IRIS. **WHO: Protecting workers.** Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/345301?locale-attribute=pt>. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria.** São Paulo: 2006. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br>. Acesso em: 26 de abril de 2024.

JD SUPRA. **Workstyle Reform Act: what is required of employers.** Disponível em: <https://www.jdsupra.com/legalnews/japan-s-workstyle-reform-act-what-is-91110/>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

KURZ, Robert. **Textos sobre Marx.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2000/marx/05.htm>. Acesso em: novembro de 2023.

- KURZ, Robert. **Razão Sangrenta. Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais.** Hedra, 2010.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Paz e Terra, 1992.
- KURZ, Robert. **A guerra de ordenamento mundial. O Fim da Soberania e as Metamorfose do Imperialismo na Era da Globalização.** Exit, 2009.
- KURZ, Robert. **O livro negro do capitalismo. Um canto de despedida da economia de mercado.** Exit, 2009.
- KURZ, Robert. **A substância do capital.** Exit, 2005.
- MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MASCARO, Alysson. **Estado e Forma Política.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo. Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro II. São Paulo. Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro III. São Paulo. Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo. Boitempo, 2011.
- MENEGAT, Marildo. **O olho da barbárie.** São Paulo: Expressão popular, 2006.
- MENEGAT, Marildo. **Feitiço de fundo de quintal – o PT, a crise e a economia política da barbárie.** 2012
- MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto.** Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 28 de novembro de 2024.
- MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social.** São Paulo. Cortez, 2010.
- MOVERDB. **Qual país tem o maior número de imigrantes? Top 20 Revelados.** Disponível em: <https://moverdb.com/pt/maior-numero-de-imigrantes/>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.
- MSN. **Trump administration plans mass firing at office that funds homelessness programs.** Disponível em: <https://www.msn.com/en-us/politics/government/trump-administration-plans-mass-firing-at-office-that-funds-homelessness-programs/ar-AA1zBX9H>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

MUNDO DO TRABALHO. **Quem são os cyber-refugiados do Japão?** Disponível em: <https://mundodotrabalho.ifch.unicamp.br/node/136>. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OPAS. **OMS/OIT: quase 2 milhões de pessoas morrem por causas relacionadas ao trabalho cada ano**. Disponível em: 13 de dezembro de 2023. <https://www.paho.org/pt/noticias/16-9-2021-oms-oit-quase-2-milhoes-pessoas-morrem-por-causas-relacionadas-ao-trabalho-cada>. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

OIT. **Data and statistics OIT**. Disponível em: <https://www.ilo.org/data-and-statistics>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

ONU BRASIL. **Trabalho infantil sobe pela primeira vez em 20 anos e atinge 160 milhões de crianças**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/130844-trabalho-infantil-sobe-pela-primeira-vez-em-20-anos-e-atinge-160-milh%C3%B5es-de-crian%C3%A7as>. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

OUR WORLD IN DATA. **Total number of emigrants**. Disponível em: https://ourworldindata.org/explorers/migration?tab=chart&time=1990..latest&facet=none&country=~OWID_WRL&hideControls=false&Metric=Number+of+international+immigrants&Period=Total. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

OXFAM INTERNACIONAL. **Relatório Davos 2024**. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/OXFAM%20Davos_2024_completo_pt-BR.pdf. Acesso em: 27 de julho de 2024.

PAHO. **OMS e OIT fazem chamado para novas medidas de enfrentamento das questões de saúde**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/28-9-2022-oms-e-oit-fazem-chamado-para-novas-medidas-enfrentamento-das-questoes-saude>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate**. São Paulo: Cortez, 2007

PEREIRA, Viviane. **Pobreza da mercadoria**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.

PLANALTO. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 14 de dezembro de 2024.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Censo populacional**. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Decreto nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001**. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-40232-de-2-de-janeiro-de-2001/consolidado>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

RAVALLION, Martin. **Are the World's Poorest Being Left Behind?** Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w20791>. Acesso em: 14 de setembro de 2022. Nova York, 2016.

REPÓRTER BRASIL. **Fiscalização flagra trabalho escravo em obra do PAC**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/09/fiscalizacao-flagra-trabalho-escravo-em-obra-do-pac/>. Acesso em: 30 de novembro de 2024

REPÓRTER BRASIL. **Festival Lollapalooza é flagrado com trabalhadores escravizados em São Paulo**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/03/exclusivo-festival-lollapalooza-e-flagrado-com-trabalhadores-escravizados-em-sao-paulo/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

REVISTA FÓRUM. **Ex-gestora de Paulo Guedes investiu no maior grupo de funerárias do Brasil na pandemia**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/coronavirus/2021/9/29/ex-gestora-de-paulo-guedes-investiu-no-maior-grupo-de-funerarias-do-brasil-na-pandemia-103979.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

REVISTA FÓRUM. **Massacre da Praça da Sé completa 18 anos e continua sem solução**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/sudeste/2022/8/19/massacre-da-praa-da-se-completa-18-anos-continua-sem-soluo-121943.html>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

SUPREMO TRIBUNA FEDERAL. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976**. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2024.

UN NEWS. **Reino Unido tem 14 milhões de pessoas vivendo na pobreza**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1673471>. Acesso em: 13 de junho de 2024.

UNSD. **Database of Sustainable Development Goals Statistics**. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal/database>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

UNSD. **Decent work and economic growth**. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/Goal-08/>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.